FACIMPA
MARABÁ • PA
Afya

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DIREITO

VERSÃO 01
2025

Editorial

Direção Geral
Prof. Esp. Emiliano Furtado Campos

Coord. acadêmico
Prof. Esp. Marcello Schimidt Silveira

Coordenação Administrativa Financeira
Rayanna do S. Maciel Bastos de Moraes

Coord. De Laboratórios
Karla de Oliveira Chagas

Coord. Biblioteca
Helem Mylink Brito Pereira

Procuradoria Institucional/CPA
Profa. Ma. Andreia Monic Viana dos Santos

Coord. Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização
Profa. Ma. Aline Lima Pinheiro

Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente
Profa. Me. Allysson Quintino Tenorio de Oliveira

Núcleo de Experiência Discente
Profa. Esp. Vanessa Feitoza Silva

Coordenação de Direito/NDE
Prof. Dr. Alexandre Augusto Batista de Lima

Núcleo Docente Estruturante
Prof. Me. Luís Pedro Ferreira Lima
Profa. Ma. Sara Brigida Fariasd Ferreira
Prof. Me. Thiago Tadeu de Amorim Carvalho
Prof. Me. Messias Francisco Silva

FACIMPA – FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO PARÁ
IPEC – Instituto Paraense de Educação e Cultura LTDA
Endereço: Folha 32, quadra especial, Lote 10 – Nova Marabá – CEP: 68.508-310 Marabá – Pará - Telefone: (94) 2122-0290 CNPJ: 07.962.437/0001-55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Município de Marabá 20
Figura 2: População residente por sexo segundo Faixa etária 1 (Marabá) 22
Figura 3: Pirâmide etária 23
Figura 4: Sistema de Avaliações Disciplinas EaD 291
Figura 5: Detalhamento do Sistema de Avaliação das Disciplinas EaD 291
Figura 6 - Detalhamento da Nota Final do Sistema de Avaliação das Disciplinas EaD 292
Figura 7: Formato das disciplinas.....294
Figura 8: Atores envolvidos no processo de produção do material didático 298
Figura 9: Fluxo de produção do material didático.....300
Figura 10: Etapas de produção, publicação e distribuição do Material Didático 301
Figura 11: Ações de Inclusão e Acessibilidade aplicadas ao Público Alvo da AEE.....324
Figura 12: Fluxo de Atendimento do NED 331
Figura 13: Núcleo Docente Estruturante 342
Figura 14: Estrutura organizacional do NEaD 343
Figura 15: Organização da Equipe Multidisciplinar.....345

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:Estrutura das Disciplinas Híbridas (exemplo).....99
Quadro 2: Desenho Pedagógico dos Módulos numa Disciplina Híbrida 100
Quadro 3: Desenho Pedagógico dos Módulos por Disciplina Interativa.....101
Quadro 4: Corpo Docente – Titulação e Regime de Trabalho 349
Quadro 5: Infraestrutura do Bloco A.....359
Quadro 6: Infraestrutura do Bloco B.....360
Quadro 7: Infraestrutura - Ambulatório 365
Quadro 8: Gabinetes de Tabalho para Professores TI 366
Quadro 9: Laboratórios de Informática 368
Quadro 10: Acervo de títulos por área do conhecimento 372

APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Ciências Médicas do Pará (FACIMPA) entende o Projeto Pedagógico como um documento norteador dos cursos, refletindo as políticas acadêmicas institucionais e fundamentando a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa. Ele articula ações em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contemplando os conhecimentos e habilidades necessários à formação das competências estabelecidas no perfil do egresso, que orienta todo o processo de ensino-aprendizagem. Sua estrutura inclui elementos como o contexto educacional, os objetivos do curso, a matriz curricular e sua operacionalização, metodologias de ensino, recursos humanos e materiais, além de uma infraestrutura adequada para o pleno funcionamento do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito foi construído coletivamente e é implementado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que elaborou e acompanhará a consolidação do projeto em sintonia com o colegiado do curso. O PPC foi desenvolvido com base na concepção de um curso focado na aprendizagem, no aluno e no papel do professor. A aprendizagem é entendida como uma atividade cognitiva, em que aprender significa raciocinar, refletir e agir, resultando em mudanças de comportamento. O aluno é considerado um sujeito ativo, protagonista do seu próprio processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo suas capacidades intelectuais e atitudinais.

Nesse contexto, o professor assume o papel de mediador da aprendizagem, indo além da simples transmissão de conhecimentos para adotar uma postura dinâmica, que estimula o diálogo, a interação e a cooperação. O professor deve adaptar sua linguagem, estratégias e recursos ao perfil dos alunos, facilitando uma comunicação assertiva e tornando a aprendizagem mais significativa. O NDE é responsável por garantir que o PPC reflita o perfil do profissional a ser formado, bem como as competências, habilidades, matriz curricular, metodologia de ensino, atividades de aprendizagem e processos de avaliação. Esses aspectos são continuamente discutidos, revisados e ajustados conforme necessário, incentivando a mudança de paradigmas e a adaptação a novos modelos de ensino.

O projeto pedagógico está aberto a inovações, práticas e mudanças legislativas que promovam o fortalecimento dos vínculos entre educação e sociedade, buscando contribuir para o bem-estar das pessoas e para as políticas públicas que as afetam. Assim, o PPC de Direito

será atualizado sempre que necessário, de modo a enfrentar os desafios e garantir a relevância da formação.

A preocupação central do PPC é formar profissionais com senso crítico, capazes de articular conceitos para resolver problemas de maneira ética e competente. O objetivo é desenvolver profissionais criativos, autônomos, determinados, sensíveis e sociáveis, qualidades amplamente reconhecidas e valorizadas no mercado de trabalho.

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL 11

1.1. MISSÃO INSTITUCIONAL 13
1.2. VISÃO 13
1.3. VALORES 13
1.4. DIRETRIZES 14
1.5. DADOS DA INSTITUIÇÃO 14
1.6. DADOS GERAIS DO CURSO 14

2. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL 15

2.1. O ESTADO DO PARÁ 15
2.2. O MUNICÍPIO DE MARABÁ 20
2.3. QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - DIREITO 24
2.4. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO 25
2.5. CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE DIREITO 27
2.6. DEMANDA DA OFERTA DO CURSO DE DIREITO 30
2.7. DADOS DO CURSO – NÚMEROS DE VAGAS 35
2.8. FORMAS DE ACESSO AO CURSO 35

3. DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO 36

3.1. PRINCÍPIOS FILOSOFICOS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 36
3.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS 36
3.3. POLÍTICAS DE ENSINO 39
3.4. POLÍTICAS DE PESQUISA, PRODUÇÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO 41
3.4.1. Programa de Incentivo à Pesquisa 43
3.4.2. Programa de Incentivo à Produção e à Participação em Eventos Científicos 44
3.4.3. Programa de Iniciação Científica 45
3.5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO DO CURSO 46
3.6. EXTENSÃO ACADÊMICA CURRICULAR 48
3.7. POLÍTICAS DE INOVAÇÃO 50
3.8. POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 51
3.9. POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA 53
3.10. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 54
3.11. ORGANIZAÇÃO DO CURSO 54
3.11.1. Base Legal 54
3.11.2. Postulados e Métodos pedagógicos 55
3.12. OBJETIVO DO CURSO 58
13.12.1. Objetivo Geral 58
13.12.2. Objetivos Específicos 58
3.13. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, ÁREA DE ATUAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 61
3.13.1. Competência do Egresso 62
3.13.2. Acompanhamento do Egresso 64
3.14. ESTRUTURA CURRICULAR 66
3.14.1. Matriz Curricular 67
3.15. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO 79
3.16. CONCEPÇÃO CURRICULAR 79
3.16.1. Eixo de Formação Geral 79
3.16.2. Eixo de Formação técnica 80

3.16.3. Eixo de Fromação Prático Profissional 80
3.16.4. Interdisciplinaridade e Transversalidade 86
3.16.5. Flexibilidade Curricular....88
3.16.7. Acessibilidade Metodológica e Instrumental 91
3.16.8. Compatibilização da Carga horária 94
3.16.9. Articulação da Teoria com a Prática 95
3.16.10. Oferta da Disciplina de Libras....97
3.16.11.1. Disciplinas Híbridas 98
3.16.11.2. Disciplinas Interativas 100
3.16.12. Articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação 102
3.17. CONTEÚDOS CURRICULARES 103
3.17.2. Conteúdos pertinentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena 111
3.17.3. Conteúdos pertinentes à Educação em Direitos Humanos 113
3.17.4. Conteúdos pertinentes à Educação Ambiental 115
3.18. EMENTÁRIO E ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CURSO....118
3.19. ESTÁGIO SUPERVISIONADO....268
3.19.1. Concepção 269
3.19.2. Carga horária....270
3.19.3. Existência de Convênios....271
3.19.4. Formas de Apresentação....272
3.19.4.1. Estágio Externo 274
3.19.4.2. Estágio e o Vínculo de Emprego 274
3.19.4.3. Estágio Obrigatório 275
3.19.4.4. Atividades de Arbitragem, Negociação e Mediação 275
3.19.5. Estrutura de Gestão....276
3.19.6. Núcleo de Práticas Jurídicas....276
3.20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 278
3.20.1. Objetivos....279
3.20.2. Carga Horária, Estrutura, Orientação e Coordenação....279
3.20.3. Avaliação....279
3.21. ATIVIDADES COMPLEMENTARES....280
3.22. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO: APRENDIZAGEM E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) 282
3.22.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 285
3.22.2. Atividades de Tutoria....287
3.22.3. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria 288
3.23. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM....289
3.24. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM DISCIPLINAS OFERTADAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA 290
3.24.1. Mecanismos de Familiarização com a Modalidade de Ensino à Distância 292
3.24.2. Material Didático 295
3.24.3. Processo de Controle de Produção e Distribuição do Material Didático 296
3.24.3.1. Atores do Processo....298
3.24.3.2. Fluxo do Processo 300
3.24.3.3. Etapas do Processo 301
3.24.3.4. Distribuição do Material Didático....301
3.25. POLÍTICA DE APOIO AOS DISCENTES....305
3.25.1. Programa de Bolsas e Incentivos 306
3.25.2. Programa de Acolhimento ao Aluno 307
3.25.3. Programa de Estímulo à Permanência do Aluno....308

3.25.4. Programa de Atendimento ao Aluno 309
3.25.5. Núcleo de Experiência Discente 310
3.25.6. Programa de Internacionalização 312
3.25.7. Programa Nacional de Mobilidade Acadêmica 314
3.25.8. Programa de Participação em Centros Acadêmicos, Associações Atléticas, Ligas Acadêmicas ou em Intercâmbios 315
3.25.8.1. Apoio aos Centros Acadêmicos 315
3.25.8.2. Fomento às Associações Atléticas 316
3.25.8.3. Suporte às Ligas Acadêmicas 316
3.25.8.4. Programa de Nivelamento 318
3.25.8.5. Programa de Monitoria 319
3.25.8.6. Intermediação e Acompanhamento de Estágios não Obrigatórios Remunerados 320
3.25.9. Ouvidoria 320
3.26. INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE 321
3.26.1. Atendimento às demandas de Acessibilidade e Inclusão dos Alunos com deficiência 322
3.26.2. Alunos com Transtorno do Espectro Autista 325
3.26.3. Alunos com Transtornos Funcionais 327
3.26.4. Apoio Psicopedagógico 328
3.26.5. Plano de Apoio Educacional Especializado 329

4. DIMENSÃO 2: GESTÃO ACADÊMICA, CORPO DOCENTE E TUTORIAL 333

4.1. GESTÃO ACADÊMICA 333
4.2. GESTÃO DO CURSO 334
4.2.1. Gestão do curso de Direito 335
4.2.2. Regime de Trabalho da coordenação de curso 336
4.2.3. Representatividade nos Órgãos Colegiados Superiores, Plano de Ação e Indicadores de Desempenho da Coordenação 337
4.3. COLEGIADO DO CURSO 339
4.4. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 340
4.5. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA 342
4.6. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 344
4.7. CORPO DOCENTE 347
4.7.1. Composição do Corpo Docente e Tutorial, Titulação e Regime de Trabalho 348
4.7.2. Experiência no Exercício da Docência do Corpo Docente 350
4.8. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA DO CORPO DOCENTE E TUTORIAL 352
4.9. CORPO TUTORIAL 353
4.10. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA O CORPO DOCENTE 356
4.11. NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EXPERIÊNCIA DOCENTE - NAPED 356
4.11.1. Plano de Capacitação Docente - Curso Preparatório para a Docência 357
4.11.2. Semana de Desenvolvimento Docente 358

5. DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA 358

5.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL 358
5.2. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS 359
5.3. ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E OS SERVIÇOS ACADÊMICOS 365
5.4. ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL (TI) 366
5.5. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 367
5.6. BIBLIOTECA 368

5.6.1. Estrutura da Biblioteca 368
5.6.2. Horário de Funcionamento 369
5.6.3. Pessoal Técnico-Administrativo da Biblioteca 369
5.6.4. Serviços Oferecidos 370
5.6.5. Bibliografia Básica por Unidade Curricular 371
5.6.6. Bibliografia Complementar por Unidade Básica 371
5.6.7. Acervo Bibliográfico 371
5.6.8. Biblioteca Digital 373
5.6.9. Conservação e restauração do acervo 374
5.6.10. Cronograma de expansão do acervo 374
5.6.11. Periódicos Especializados 375
5.6.12. Integração e acesso de informações 376
5.6.13. Informatização 376
5.7. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP 377
6. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CURSO 377
REFERÊNCIAS 380

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A FACIMPA tem sede e foro em Marabá, Estado do Pará. É um estabelecimento particular de ensino superior. Entidade de direito privado, com fins lucrativos, mantida pelo Instituto Paraense de Educação e Cultura (IPEC) - CNPJ 07.962.437/0001-55.

Em 15 de abril de 2006 foi constituída a Entidade Civil de direito privado, IPEC. O Estatuto foi aprovado na mesma data visando o desenvolvimento de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis e modalidades. Além das instalações e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares, atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e assessorias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios.

O IPEC implantou a Faculdade de Ciências Médicas do Pará, observando as legislações pertinentes ao processo de credenciamento, assim, cadastrada junto ao Ministério da Educação por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das IES-SAPIENS. A implantação da IES teve como mentor o professor Doutor Nicolau Carvalho Esteves, que usufruindo das competências adquiridas para atender as demandas básicas da região com a mesma qualidade e responsabilidade com a Educação Superior e, consequentemente com a sociedade de Marabá, no Pará.

Neste sentido, a escolha da região coaduna com o papel social da Instituição, que escolheu a região sudeste do Pará para contribuir com a elevação dos índices de desenvolvimento humano do Estado do Pará. A FACIMPA, portanto, pretende se integrar às políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e contribuir, assim, para a melhoria dos indicadores sociais, particularmente educacionais e de saúde do estado. Pautada em uma filosofia inovadora, no compromisso com a qualidade do ensino e na parceria com a comunidade, a FACIMPA nasceu forte e comprometida com a qualidade e a excelência na prestação de seus serviços.

A FACIMPA foi submetida ao regramento federal e vinculada a Portaria nº 133 de 20 de março de 2013, SERES 01/2019 obtendo sua aprovação pela Portaria de Credenciamento MEC Nº 1.080 de 31 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 03/06/2019 e Portaria de Autorização MEC Nº 272 de 14 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da

União de 25/06/2019. Em 2024 passou pelo processo de recredenciamento institucional o qual levou a IES a nota máxima no conceito do MEC.

Assim, A IES se engaja no processo de desenvolvimento, que se verifica na região e ocupa, com empenho e dedicação, as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do Estado criam novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento. As perspetivas de crescimento do Estado do Pará promoveram a sensibilização dos mantenedores que, ao conceber a FACIMPA no seu projeto pedagógico, vocacionando para o caminho da reflexão da realidade regional de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Vivemos em um país que, apesar das suas potencialidades econômicas e riquezas naturais, vêm, ao longo dos tempos, apresentando problemas estruturais expressivos. Significativas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, índices de criminalidade e homicídios, deficiências na infraestrutura de transportes, concentração de renda em detrimento da miséria de muitos, baixa competitividade na maioria das empresas brasileiras em âmbito internacional, dificuldade de acesso da maioria da população a serviços médicos e educacionais de qualidade, baixos níveis de avanço tecnológico, entre outros, são alguns dos problemas habitualmente noticiados pela imprensa nacional.

Apesar de algumas melhoras pontuais, acreditamos que apenas com um ciclo contínuo de desenvolvimento econômico em todas as regiões do país será possível a solução significativa de boa parte dos problemas estruturais da atualidade. Para tanto, acredita-se que a melhor receita necessária para a obtenção de tal feito, inclusive adotada por outros países, passa pela adoção de práticas educacionais consistentes e permanentes. Dessa forma, as IES têm funções estratégicas para o avanço social e econômico do Brasil.

São muitas as possibilidades socioeconômicas criadas no atual momento por que passa a sociedade de Marabá. Como sempre, tais possibilidades precisam orientar-se a partir de referências científicas e culturais que abram novos horizontes de desenvolvimento autossustentado. Para tanto, as instituições de ensino desempenham papel único e insubstituível, como, aliás, tem sido amplamente reconhecido pela sociedade brasileira. A cidade de Marabá, sua circunvizinhança, estados vizinhos e toda a Região Norte são áreas de abrangência desejada pela Faculdade. A FACIMPA orienta suas ações acadêmicas fundamentada nos paradigmas que norteiam este milênio: inovação, antecipação e excelência. Inova na medida em que utiliza

estratégias, processos, controles e avaliações de acordo com os modernos princípios da pedagogia e das organizações.

Antecipar-se-á com base na análise de cenários futuros, propostas novas de cursos de graduação, pós-graduação, de extensão e programas diferenciados, que são essenciais para a formação de um novo profissional, que esteja apto a competir no mercado de trabalho, atual e futuro, contribuindo dessa forma para o progresso de Marabá e do Brasil. Finalmente, busca a excelência do seu processo educacional por meio de um projeto pedagógico moderno, com atividades permanentes que envolve estudos em bibliotecas, pesquisas na Internet, aulas práticas, visitas técnicas, palestras, seminários, etc., colocando em primeiro plano a qualidade dos serviços e, consequentemente, a satisfação dos alunos.

1.1.Missão Institucional

Integrar educação e soluções para a prática médica, potencializando formação, atualização, assertividade, produtividade e conexão dos médicos com o ecossistema de saúde.

1.2.Visão

Estar entre as melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, gerando valor para os alunos, colaboradores, mantenedores e sociedade.

1.3.Valores

- *Gente é o melhor da gente:* o respeito dita todas as nossas relações. Valorizamos e cuidamos de quem está com a gente. Nutrimos um ambiente de desenvolvimento e alto desempenho. Assumimos o nosso protagonismo.
- *Confiança nos conecta:* nossa credibilidade e reputação são construídas a cada passo quedamos. Nosso caminho é sempre o da integridade e ética. Construímos pontes duradouras com a sociedade, agindo com honestidade e responsabilidade.
- *Diversidade nos fortalece:* temos orgulho de nossa pluralidade. Incluímos e promovemos oportunidades para as pessoas de diferentes sotaques, crenças e origens. Acreditamos que as diferenças potencializam nossa capacidade de inovação em negócios diversos e fortalecem nossas conexões.
- *Inquietude nos move:* somos questionadores, ousados, inquietos. Chegamos para resolver e nos colocamos como parte da solução. Buscamos soluções ágeis e flexíveis. Valorizamos o intraempreendedorismo e inovamos em um ambiente em constante transformação. Temos garra, coragem e brilho nos olhos.

- *Excelência em toda jornada:* buscamos conhecer de perto e entender profundamente o que é mais importante para nossos estudantes e clientes. Temos compromisso com a satisfação e o sucesso de quem está com a gente. Somos apaixonados por entregar produtos e serviços com excelência.
- *Resultados constroem o futuro:* somos guiados pela busca de resultados consistentes com crescimento sustentável. Temos a ambição de ser a maior referência em educação e em soluções digitais para a saúde. Geramos valor para clientes, estudantes, parceiros, acionistas e sociedade.

1.4. Diretrizes

- Exercício de transparência, confiança e valorização das pessoas;
- Competência de todos os envolvidos no trabalho;
- Integração com a comunidade;
- Relações de parcerias.

1.5.Dados da Instituição

MANTENEDORA:	IPEC – Instituto Paraense de Educação e Cultura LTDA
COD. MANTENEDORA:	11977
CNPJ:	07.962.437/0001-55
BASE LEGAL:	Portaria de Credenciamento: 1.080 de 31 de maio de 2013 * (Aguardando nova portaria de Recredenciamento)
ENDEREÇO:	Folha 32, quadra especial, Lote 10 – Nova Marabá – CEP: 68.508-310 Marabá – Pará
MANTIDA:	Faculdade de Ciências Médicas do Pará - FACIMPA
COD. MANTIDA	13040
HOME PAGE:	https://www.facimpa.edu.br/
DIRETORIA:	Prof. Me. Emiliano Furtado Campos

1.6.Dados gerais do curso

NOME DO CURSO:	Direito
GRAU/MODALIDADE:	Bacharelado – presencial com oferta EAD.
REGIME:	Semestral
CÓDIGO E-MEC	202415446
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO:	Folha 32, quadra especial, Lote 10 – Nova Marabá – CEP: 68.508-310 Marabá – Pará

NÚMERO DE VAGAS	120 vagas anuais
TURNO:	Vespertino e Noturno
INTEGRALIZAÇÃO:	Mínimo: 10 Semestres (5 anos) Máximo: 20 Semestres (10 anos)
COORDENAÇÃO DE CURSO:	Prof. Dr. Alexandre Augusto Batista de Lima
PERFIL PROFISSIONAL DA COORDENAÇÃO:	O coordenador do Curso de Direito da FACIMPA é Doutor em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2020) e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (2016). Possui especialização em Direito Civil pela Universidade Federal do Piauí (2005) e em Direito Tributário pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (2007), além de graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2002). Atua como docente do ensino superior, com experiência consolidada em cursos de graduação e pós-graduação em Direito, sendo professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Exerce também a advocacia, com atuação especializada em Direito Público, com ênfase nos temas de responsabilidade civil, direito administrativo, saneamento básico e administração pública. Sua trajetória acadêmica e profissional reflete o compromisso com a formação jurídica de excelência, integrando ensino, prática e reflexão crítica sobre as demandas do setor público e da sociedade.
NDE DO CURSO:	Prof. Dr. Alexandre Augusto Batista de Lima Prof. Me. Luís Pedro Ferreira Lima Profa. Ma. Sara Brigida Fariasd Ferreira Prof. Me. Thiago Tadeu de Amorim Carvalho Prof. Me. Messias Francisco Silva

2. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

2.1.O Estado do Pará

Faculdade de Ciências Médicas do Pará - FACIMPA, instituição de ensino superior privada, possui limite territorial de atuação circunscrito ao município de Marabá, no Estado do Pará. A oferta do Curso de Bacharelado em Direito se baseia na realidade socioeconômica e educacional do Estado do Pará e especificamente da região metropolitana de Marabá, para atender as demandas por formação profissional de qualidade, apresentadas a seguir. O Estado

do Pará, situado no centro da Região Norte, conta com 1.245.870,71 km2 de extensão, representando 14,65% do território brasileiro e 18,60% da Amazônia Brasileira.

Cortado pela linha do Equador no seu extremo norte é dividido em 144 municípios com cerca de 8.777.124 habitantes, sendo o mais populoso da Região Norte, conforme estimativa realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os municípios mais importantes do Estado são: Belém (capital do Estado), Santarém, Marabá, Altamira, Tucuruí e Abaetetuba. O Pará integra a Amazônia Legal, instituída através de dispositivo de lei para fins de planejamento econômico da região amazônica.

A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44º de longitude oeste), perfazendo uma superfície de 5 milhões de km² correspondente a aproximadamente 61% do território brasileiro. Entre as Unidades da Federação, que a compõem destacam-se o Amazonas e o Pará que, respectivamente, possuem áreas de 1.577.820 km² e 1.253.165 km², somando mais de 55% do total. Pertencem à Amazônia Legal mais de 2/3 das fronteiras geográficas do país. As principais atividades econômicas da região são o extrativismo vegetal e a agropecuária, atividades estas praticadas em todos os Estados.

O extrativismo mineral ocorre no Amapá, Amazonas e Pará. No Pará, destaca-se, ainda, a indústria de transformação de minerais (alumínio). No município de Manaus/AM destaca-se a indústria pesada e eletroeletrônica, sendo a economia deste município e consequentemente do Estado, fortemente impulsionada por ser Manaus uma zona de livre comércio. A economia do Estado do Pará, tradicionalmente calcada no extrativismo, sofreu a primeira grande mudança na década de 1970, com a política de incentivos fiscais definida pelo Governo Federal para estimular o desenvolvimento da Amazônia, que resultou na implantação de vários projetos industriais, agrícolas e pecuários. Atualmente, a economia do Estado do Pará baseia-se no extrativismo mineral e vegetal, bem como na indústria, agricultura, pecuária, turismo, comércio e serviços.

As principais atividades econômicas do estado são extração do minério de ferro e do alumínio para exportação, seguidas da exploração de bauxita, manganês, ferro, ouro, caulim, estanho e calcário. De extração de vegetais, como a castanha-do-pará, a borracha e a madeira também são significativas. É o maior produtor de pimenta do reino no Brasil, destacando-se também na produção da banana e coco da Bahia.

Além do rebanho de bubalinos, mantém um dos maiores rebanhos de bovinos do País. Conforme Anuário Estatístico do Pará de 2019 (FAPESPA, 2019), o PIB do Estado do Pará em 2016 foi de 138.068.008 (em mil reais), com destaque para os municípios de Belém (29.426.953, em mil reais), Parauapebas (12.638.246, em mil reais), Marabá (7.479.675, em mil reais), Ananindeua (6.710.890, em mil reais) e Barcarena (5.012.997, em mil reais), em destaque estas cidades sob o aspecto econômico. No período de 2009 a 2013, alcançou-se o número de 1.125.536 empregos formais com vínculo empregatício, no âmbito da indústria, construção civil, serviços, comércio e agricultura.

No tocante a pecuária, o rebanho bovino do Estado foi considerado o 5º maior do Brasil. Também, houve um aumento de 35% do número de embarcações, com movimentação média anual de 22,4 milhões de toneladas no Estado, consolidando-o como a nova rota de exportação de produtos, ante a facilidade de logística fluvial e marítima para o acesso às regiões do Caribe, Estados Unidos, Europa e Ásia, esta última pelo canal do Panamá.

Em 2014, conforme Guia Pará de Investimentos da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA, o PIB do Estado do Pará foi de R$108 Bilhões, tendo forte e destacado crescimento em setores diversificados, com saldo positivo nos postos de trabalho e majoração de índices. Alcançou o 3º lugar de maior exportador do País, com superávit superior de 9 Bilhões. Apontou-se, ainda, a previsão de investimentos de aproximadamente R$ 178,2 bilhões, no período de 2015 a 2020, em projetos já em curso ou em planejamento, concentrados nas quatro mesorregiões: Grande Belém (23 milhões), Xingu (15 milhões), Carajás (93 milhões) e Tapajós (48 milhões).

Tais previsões corroboram com a política de incentivos de investimento promovidos pelo Governo do Estado, por meio de Leis de Incentivos Fiscais e análise de doação ou subsídios para aquisição de áreas para estabelecimento de pólos industriais. Dentre entre os maiores recursos produtivos e de investimentos aplicados ou previstos atualmente no Pará, destacam-se a produção de Minério de Ferro e o projeto S11D da Vale do Rio Doce, na região de Canaã dos Carajás.

Além da notória construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o Estado também foi agraciado, atualmente, com investimentos para expansão do setor de transmissão de energia, na região metropolitana de Belém e no oeste do Estado. E, ainda, há projeto de implantação de grande complexo industrial de alumínio pela empresa Alloys Pará, no município de Barcarena, no qual se inclui 9(nove) unidades, capaz de gerar 600 empregos diretos e 2.400 indiretos.

No ano de 2017, alcançou-se o número de 1.068.818 empregos formais com vínculo empregatício, no âmbito da indústria, construção civil, serviços, comércio e agricultura. A cidade de Belém participa com 398.223 empregos formais, representando mais de 37% dos empregos formais do Estado do Pará. Em 2019, conforme Guia Pará de Investimentos da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA, o PIB do Estado do Pará, tende a um forte e destacado crescimento em setores diversificados, com saldo positivo nos postos de trabalho e majoração de índices.

O Pará vem na quinta colocação nos estados que mais exportam representando em torno de 7,7% do total das exportações de janeiro a outubro de 2019. Seu principal parceiro comercial é a China, seguido pela Malásia e Japão, apontou-se, ainda, a previsão de aumento nos investimentos, em projetos já em curso ou em planejamento, concentrados nas quatro mesorregiões: Grande Belém, Xingu, Carajás e Tapajós. Tais previsões corroboram com a política de incentivos de investimento promovidos pelo Governo do Estado, por meio de Leis de Incentivos Fiscais e análise de doação ou subsídios para aquisição de áreas para estabelecimento de polos industriais.

Além deste contexto macro, o Estado do Pará possui população ribeirinha estimada em 118.537 habitantes, nos quais se incluem povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Sua economia baseia-se na agricultura e na indústria minero – metalúrgica, comportando o maior porto fluvial do Estado do Pará, qual seja, o Porto de Vila do Conde, cujas embarcações atingem o Oceano Atlântico em aproximadamente 150 km, pela Baia de Marajó. Possui um PIB per capita de 34.455,26, com 1066 empresas atuantes conforme IBGE (Cadastro Nacional de Empresas 2015), destacando-se como polo industrial e como importante foco de crescimento da região.

O município apresenta uma posição geográfica privilegiada, abrigando vários empreendimentos da área minero – metalúrgica, que, desde a década de 80, insuflou um potente crescimento socioeconômico e populacional na região, o que possibilitou o acesso de grande parte desta população para a capital para usufruir da educação nos níveis fundamental, médio e superior. O desenvolvimento dos polos industriais, nas áreas de região ribeirinha possibilita a industrialização, beneficiamento e exportação de caulim, alumina, alumínio e cabos para transmissão de energia elétrica. A economia tem base tradicional na Agricultura, mas também avança com o turismo e com as indústrias instaladas na cidade, gerando crescimento econômico para o município e para o Estado do Pará.

Além dos aspectos econômicos, o desenvolvimento da agroindústria utiliza basicamente áreas já degradadas, recuperando-as de forma produtiva e evitando a destruição de novas áreas. O Estado do Pará oferece inúmeros e fortes atrativos para o turismo (49% dos atrativos naturais de toda a Amazônia, segundo a Organização dos Estados Americanos – OEA). Em suma, a ocupação do território que hoje corresponde ao Estado do Pará consolidou-se em 1616 com a fundação do Forte do Presépio, posteriormente renomeado como Forte do Castelo, localizado na baía de Guajará. Em 1621, a área foi anexada à província do Maranhão e Grão-Pará como parte da estratégia da Coroa portuguesa para facilitar o contato com a metrópole, uma vez que a capital da colônia era Salvador e as comunicações eram dificultadas pelas correntes marítimas.

No decorrer do século XVII, a região prosperou com o desenvolvimento de lavouras de arroz, cacau, café, cana-de-açúcar e tabaco, além da pecuária. No século XX, a mineração tornou-se um pilar econômico do Pará. Em 1960, iniciaram-se as atividades de extração mineral, destacando-se a extração de ferro na região de Carajás e de ouro em Serra Pelada. A mineração é a principal atividade econômica na região sudeste do estado, com Marabá como a cidade central dessa atividade.

A agricultura é mais intensa na região nordeste, especialmente no município de Castanhal, e ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230) desde a década de 1960. A pecuária predomina no sudeste do estado, enquanto a indústria se concentra na região metropolitana de Belém, nos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua.

Devido à abundância de recursos naturais, o Pará destaca-se na indústria madeireira e moveleira, exemplificada pelo polo moveleiro de Paragominas. Nos últimos anos, a região sudoeste do Pará tornou-se uma nova fronteira para a cultura da soja, impulsionada pela expansão da demanda nacional e pela falta de áreas livres nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país. Essa expansão agrícola ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) tem impulsionado a economia de Santarém.

O patrimônio histórico e cultural do Pará é reconhecido mundialmente, com destaque para o Museu Emílio Goeldi, fundado em 1866, e o Círio de Nazaré, que atrai milhares de fiéis a Belém em outubro. O Museu Emílio Goeldi realiza importantes estudos sobre a biodiversidade da Amazônia, além de abrigar uma exposição de animais e plantas típicos da floresta e uma biblioteca especializada na Amazônia. No estado do Pará, apenas a capital,

Belém, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,746, superior à média nacional de 0,727.

2.2.O município de Marabá

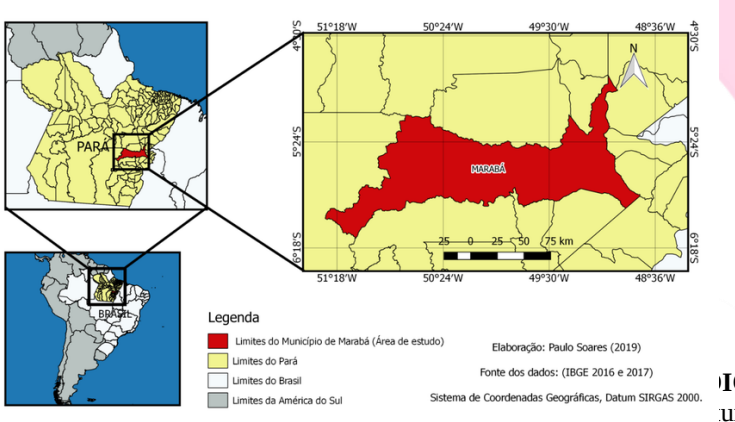
Marabá representa, de forma significativa, a diversidade e a complexidade social da região amazônica. O município vivenciou um processo de urbanização acelerada e expansão econômica, que, embora tenha impulsionado o desenvolvimento, também trouxe desafios sociais relevantes — especialmente no que se refere à desigualdade econômica, à precariedade habitacional e ao acesso aos direitos básicos, como a saúde. Esses fatores tornam essencial compreender a dinâmica local e os impactos das transformações sociais na qualidade de vida da população.

A história recente de Marabá é marcada pela valorização da sua capacidade produtiva e pelo protagonismo regional dentro do contexto de desenvolvimento da Amazônia Legal. No entanto, o crescimento rápido e desordenado evidenciou a necessidade de políticas públicas eficazes, voltadas à promoção da equidade social e da justiça.

Nesse cenário, o Direito assume um papel estratégico e indispensável, ao contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, garantindo a efetividade dos direitos fundamentais e o fortalecimento do acesso à saúde, à moradia e à cidadania (Anglis, 2019).

A própria formação histórica do município reforça sua importância regional. Embora a bacia do rio Itacaiúnas tenha sido explorada por colonizadores portugueses desde o século XVI, a ocupação efetiva do território só ocorreu em 1892. O nome "Marabá" tem origem indígena e significa “filho do prisioneiro ou estrangeiro”, ou ainda “filho da índia com o branco” (IBGE, 2010), simbolizando a miscigenação e as raízes culturais que caracterizam a identidade amazônica.

Figura 1: Mapa de localização do Município de Marabá



O município de Marabá foi criado em 27 de fevereiro de 1913, por reivindicação da comunidade local, e formalmente instalado em 5 de abril do mesmo ano, data celebrada como seu aniversário. Recebeu o título de cidade em 27 de outubro de 1923, pela Lei 2207. Em 1929, a cidade já contava com iluminação pública, alimentada por uma usina a lenha, e em 17 de novembro de 1935, o primeiro avião pousou no aeroporto recém-inaugurado.

Nessa época, Marabá tinha cerca de 450 casas e uma população fixa de 1.500 habitantes (IBGE, 2010). Localizada a 530 km de Belém, é o município mais desenvolvido do sudeste do Pará. Suas riquezas naturais impulsionam o desenvolvimento econômico e o turismo. Situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, a cidade combina antigos casarões da Cidade Velha com a modernidade da Cidade Nova. Possui uma população de 287.664 pessoas, segundo estimativa do IBGE de 2021, em uma área de 15.092,268 km² (IBGE, 2021).

Marabá é composta por cinco núcleos urbanos divididos pelos rios Itacaiúnas e Tocantins: Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova. Segundo o IBGE, em 2020, o salário médio mensal era de 2,6 salários mínimos, com 19,7% da população ocupada. Cerca de 41,3% da população vivia em domicílios com renda de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2021). Marabá se destaca como centro econômico e administrativo da "fronteira agrícola amazônica", além de ser importante polo de serviços hospitalares, financeiros, educacionais e de construção civil, abrigando mais de 11 mil estabelecimentos (IBGE, 2017).

A cidade conta com mais de 200 indústrias, sendo a siderurgia (ferro-gusa) a mais importante, com produção de 3.286.720 toneladas em 2008. Outras atividades de destaque são a indústria madeireira, a fabricação de telhas e tijolos, além da pesca, extração de madeira, agricultura e pecuária, com um dos maiores rebanhos bovinos do estado (IBGE, 2017). A receita orçamentária total do município é de R$ 836.647.000,00, e seu índice de consumo é de US$ 19.719,10, refletindo sua participação no potencial de consumo do país. Marabá é acessada principalmente pela BR-230 (Rodovia Transamazônica), PA-150 (Rodovia Paulo Fonteles) e BR-222, que a liga à Região Nordeste. O aeroporto João Correa da Rocha está localizado a 6 km do centro (IBGE, 2022).

Marabá, além de ser o centro político e econômico do sudeste do Pará, integra as terras baixas florestadas da Amazônia, com fragmentos de Floresta Secundária e Ombrófila em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Quanto à saúde, a taxa de mortalidade infantil é de 13,93

por 1.000 nascidos vivos, com internações por diarreia de 0,2 para cada 1.000 habitantes. A infraestrutura urbana inclui 31,8% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 10,8% com arborização e 11% com urbanização (IBGE, 2022).

O perfil demográfico do município inclui a distribuição de habitantes por sexo, faixa etária e local de residência (urbano/rural), além de fluxo migratório, crescimento populacional, taxa de fecundidade e expectativa de vida. Marabá tem uma área urbana de 29,97 km², representando cerca de 0,20% da área total do município. Segundo o IBGE, em 2020, Marabá tinha 283.542 habitantes, número que o Ministério da Saúde aumenta em 7%, considerando a população flutuante, elevando o total para 303.389 moradores. A cidade possui uma população miscigenada, predominantemente formada por nordestinos, goianos, paulistas e mineiros que se estabeleceram na região.

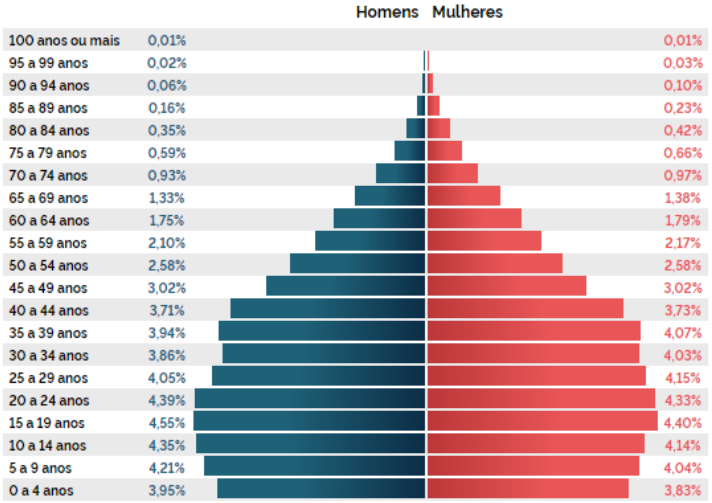
Figura 2: População residente por sexo segundo Faixa etária 1 (Marabá)

População residente por Sexo segundo Faixa Etária 1 Município: 150420 Marabá Período: 2020			
Faixa Etária	**M**	**F**	**Total**
0 a 4 anos	12.428	11.878	24.306
5 a 9 anos	12.768	12.370	25.138
10 a 14 anos	14.354	13.913	28.267
15 a 19 anos	14.305	13.453	27.758
20 a 29 anos	27.001	26.117	53.118
30 a 39 anos	24.817	24.336	49.153
40 a 49 anos	17.349	16.774	34.123
50 a 59 anos	10.891	10.764	21.655
60 a 69 anos	6.530	5.975	12.505
70 a 79 anos	2.684	2.662	5.346
80 anos e mais	1.012	1.161	2.173
Total	**144.139**	**139.403**	**283.542**

Fonte: 2000 a 2020 – Estimativa Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE

A pirâmide populacional de Marabá mostra a distribuição da população por sexo e faixa etária. Há um leve predomínio de jovens do sexo masculino, com 0,49% a mais até os 14 anos. Entre os 15 e 64 anos, a diferença cresce para 0,79% a mais de homens. Essa diferença continua ao longo dos anos, com os homens superando as mulheres em 0,45% na faixa etária de 40 a 69 anos. A partir dos 70 anos, as mulheres têm uma leve superioridade de 0,06% sobre os homens. A população feminina corresponde a 49,16% da população total, enquanto a masculina corresponde a 50,83%. Os jovens de 20 a 39 anos são predominantes (IBGE, 2021).

Figura 3: Pirâmide etária



Fonte: CENSO, 2022

A taxa de natalidade, que indica a proporção de nascidos vivos de mães residentes em Marabá, foi de 16,11% em 2020, segundo dados do Ministério da Saúde. Esse indicador é importante para entender a dinâmica populacional do município e seu crescimento ou declínio. A água consumida em Marabá provém dos rios Tocantins e Itacaiúnas, passando por um processo de tratamento nas estações da empresa COSANPA antes da distribuição. A energia elétrica é fornecida pela Equatorial Energia Pará, que possui quatro subestações na cidade. A coleta de lixo é realizada pela Prefeitura Municipal, com rotas pré-definidas para garantir a qualidade do serviço. Os resíduos são levados para o aterro sanitário. O lixo hospitalar é coletado por uma empresa particular e recebe um destino ecologicamente correto (IBGE, 2017).

Marabá possui poucos edifícios históricos, localizados principalmente na área de origem da cidade, chamada Velha Marabá ou Marabá Pioneira. As periferias desenvolvem-se, em geral, com edificações pequenas, sem laje ou construção superior. O crescimento demográfico da cidade levou à especulação imobiliária, acelerando a ocupação de áreas periféricas com pouca infraestrutura (FJP, 2013).

Em 2010, o déficit habitacional urbano de Marabá era de 10.969 domicílios, equivalentes a 22,5% do total de domicílios particulares permanentes urbanos (FJP, 2013). Marabá é o quarto município mais populoso do Pará, com 283.542 habitantes, sendo o terceiro com maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado em 2017, com 8,5 bilhões de reais. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,668, considerado médio pelo Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010). A renda per capita em 2017 era de 31.650,18 reais. É o principal centro socioeconômico do sudeste paraense e um dos municípios mais dinâmicos do Brasil.

Marabá possui escolas em quase todas as regiões do município, atingindo a meta do IDEB de 2019 (5,1). Em relação à educação profissional e superior, conta com aproximadamente 30 unidades de ensino, incluindo câmpus das universidades públicas. O município está oficialmente subdividido em doze distritos, sendo um urbano e os outros onze na zona rural. Os cinco núcleos urbanos são Marabá Pioneira ou Velha Marabá, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova. Marabá está localizada no sudeste paraense, entre Itupiranga, Jacundá e Rondon do Pará ao norte, São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu ao sul, Bom Jesus do Tocantins e São João do Araguaia ao leste, e Senador José Porfírio ao oeste, a uma distância de 485 km da capital, Belém.

2.3.Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior - Direito

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo claramente evidenciada no Estado. (Brasil, 2001). O ingresso na educação superior tem assumido para o jovem da região de inserção da IES um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, o número total de matrículas no ensino superior brasileiro alcançou 9.976.782, representando um crescimento de 5,6% em relação a 2022, o maior aumento desde 2014. Desse total, 5.063.501 (50,8%) correspondem a cursos presenciais, enquanto 4.913.281 (49,2%) são de Educação a Distância (EaD), conforme Censo 2023.

No estado do Pará, observou-se um crescimento nas matrículas nos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância. A expansão da EaD tem sido significativa, impulsionada pela flexibilidade e alcance proporcionados por essa modalidade. (ABMES, 2025).

Um dado relevante é que, em 2023, 49,2% das matrículas em graduação no Brasil foram em cursos de EaD, refletindo uma tendência crescente, especialmente após a pandemia. Esses dados reforçam a importância de ampliar a oferta de cursos de ensino superior, como o de Direito, na região de Marabá, visando atender à demanda crescente por formação acadêmica e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local (Censo, 2023).

Em 2023, Marabá acompanhou a tendência nacional de expansão do ensino superior, especialmente na modalidade de Educação a Distância (EaD). Embora os dados específicos para o município não estejam detalhados no Censo da Educação Superior, o estado do Pará apresentou crescimento significativo nas matrículas nos cursos de graduação, tanto presenciais quanto a distância. A região Norte como um todo contabilizou 754.481 matrículas, refletindo o avanço da interiorização da educação superior e a crescente demanda por formação acadêmica no interior do país. (Censo, 2023).

2.4. Contextualização e Justificativa do Curso

A Faculdade de Ciências Médicas do Pará – FACIMPA, comprometida com a promoção de uma educação superior de qualidade e com forte inserção social, apresenta a proposta de criação do Curso de Graduação em Direito, a ser ofertado no município de Marabá/PA. A iniciativa se fundamenta na identificação de demandas regionais específicas por formação jurídica crítica, técnica e ética, alinhada às necessidades sociais, políticas e econômicas do sudeste paraense.

O município de Marabá, com uma população estimada em mais de 288 mil habitantes (IBGE, 2023), destaca-se como um importante polo econômico, jurídico e educacional da Região Norte. Com Produto Interno Bruto (PIB) superior a R$ 12 bilhões, é o quarto maior do estado do Pará, sendo impulsionado principalmente pelas atividades mineradoras, agronegócio, comércio e prestação de serviços. Essa complexa dinâmica social e econômica exige uma atuação jurídica qualificada, voltada à mediação de conflitos fundiários, proteção socioambiental, judicialização de políticas públicas e defesa dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, a cidade apresenta uma estrutura consolidada do Poder Judiciário, com diversas esferas de atuação que evidenciam a relevância da formação jurídica local. No âmbito da Justiça Estadual, Marabá foi recentemente elevada à categoria de comarca de 3ª entrância pelo Tribunal de Justiça do Pará, passando a contar com 11 varas, incluindo especializações nas áreas cível, criminal, infância e juventude, violência doméstica, execuções penais e agrária. Essa elevação representa não apenas a ampliação da estrutura judiciária, mas também a melhoria dos serviços prestados à população, com maior celeridade processual, fortalecimento institucional e geração de empregos na área jurídica.

Além disso, o município abriga duas varas da Justiça Federal, incluindo Juizado Especial Federal Cível e Criminal, com competência sobre uma ampla área territorial que abrange diversos municípios do sudeste do Pará. Na esfera da Justiça do Trabalho, há quatro varas com atuação ativa na defesa dos direitos trabalhistas, fundamentais em uma região marcada por intensas atividades produtivas e relações laborais complexas. Marabá também conta com atuação permanente da Justiça Eleitoral e de órgãos essenciais à administração da justiça, como o Ministério Público do Estado do Pará, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública.

A proposta do Curso de Direito da FACIMPA está alinhada às demandas desse cenário regional. Trata-se de um curso com foco na formação integral do bacharel, promovendo a articulação entre teoria e prática, aliada a uma abordagem interdisciplinar que valoriza os contextos sociais da Amazônia Legal. A instituição pretende desenvolver um projeto pedagógico que integre saberes jurídicos, humanísticos e sociais, formando profissionais preparados para lidar com as especificidades da região, como os conflitos fundiários, os impactos de grandes projetos de infraestrutura, a efetivação dos direitos sociais e a defesa das populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas.

Embora Marabá conte com outras instituições que ofertam o curso de Direito, a proposta da FACIMPA se diferencia por sua tradição de qualidade no ensino superior e pelo compromisso com a formação cidadã e ética. A integração com os cursos da área da saúde possibilita abordagens interdisciplinares inovadoras, em especial nas temáticas que envolvem o Direito à Saúde, a bioética, a judicialização da saúde pública, a proteção de dados (LGPD) e as políticas sanitárias. O curso também contempla formações robustas nas áreas de Direito Penal, Civil, Trabalhista, Ambiental, Empresarial e Constitucional, todas contextualizadas com as demandas regionais.

A cidade de Marabá oferece um ambiente propício à prática jurídica, contando com Núcleos de Práticas Jurídicas, unidades conveniadas para estágios obrigatórios e atividades de extensão, possibilitando que os estudantes vivenciem situações reais e desenvolvam competências técnicas e sociais necessárias ao exercício profissional. A atuação extensionista prevista no Projeto Pedagógico do Curso visa aproximar o estudante da comunidade local, promovendo o acesso à justiça e fortalecendo os vínculos entre ensino, pesquisa e extensão.

A oferta do curso de Direito na FACIMPA também visa atender aos princípios de interiorização e democratização do ensino superior, promovendo políticas de inclusão para estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas, comunidades rurais, indígenas e tradicionais. Trata-se de um compromisso institucional com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais e à missão da instituição.

Em síntese, a implantação do Curso de Graduação em Direito representa uma resposta concreta às demandas locais e regionais, fortalecendo a capacidade da FACIMPA de contribuir com a formação de profissionais comprometidos com a ética, a cidadania, os direitos humanos e a justiça social. A

proposta apresentada contempla todos os requisitos legais, estrutura física adequada, equipe docente qualificada e um currículo inovador, capaz de formar bacharéis em Direito aptos a atuar com excelência em múltiplos contextos profissionais, promovendo transformações significativas na realidade sociojurídica de Marabá, do Pará e da Amazônia.

2.5.Contexto Educacional do Curso de Direito

O contexto educacional no qual foi concebido o Curso de Direito da FACIMPA busca contemplar, com qualidade, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, ambiental e de saúde da região de sua abrangência. Em consonância com o propósito de formar cidadãos e prepará-los para o mercado de trabalho, a FACIMPA tem como missão "prover um ecossistema que integra educação e soluções digitais para a jornada médica, potencializando a formação, atualização, assertividade e produtividade dos profissionais da saúde."

Com base nessa missão, a FACIMPA apresenta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) um conjunto de propostas e Planos de Ação alinhados com sua missão institucional. Note-se que, em relação à sua área de atuação na graduação e no ensino superior de uma forma geral, a FACIMPA apresenta o seguinte perfil de atuação:

- Atuar no ensino superior, para formar recursos humanos aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento regional e nacional;
- Atuar na formação continuada de seus egressos através da oferta de cursos de Pós-Graduação;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural na instituição;
- Atuar na difusão e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Deste modo, em consonância com os princípios filosóficos, o Curso de Direito da FACIMPA reconhece a importância da sua contribuição para a melhoria das condições sociais da população, razão pela qual desenvolve ações voltadas para a diversidade e consciência humana, buscando o desenvolvimento da democracia, a promoção da cidadania e o atendimento às diversas demandas da sociedade, tais como ações voltadas à educação ambiental que

concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas à preservação do meio ambiente.

Deste modo, os futuros alunos do Curso de Direito da FACIMPA serão formados para aceitar e atuar de forma consciente dessa responsabilidade social. Isso implica na assunção efetiva de uma postura cidadã, que deve ser desenvolvida de forma que o aluno compreenda que a diversidade, o compromisso social, a proteção dos direitos humanos e o respeito ao meio ambiente são temas que devem pautar as rotinas diárias, independentemente da área em que atuarem.

Destaque-se que o Curso de Direito da FACIMPA objetiva formar profissionais que não somente desenvolvam habilidades e competências específicas da profissão escolhida, mas também, e com a mesma importância, sejam capazes de compreender e aplicar as formas de atuação sustentável, as políticas públicas de sustentabilidade e as ações de um mercado sustentável.

No que concerne ao acolhimento e respeito à diversidade, o Curso de Direito concebe a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de forma transversal, pois entende que a Inclusão Escolar deve perpassar todos os níveis e modalidades de Ensino. Desta forma, quando solicitada, oferecerá aos alunos público-alvo da Educação Especial o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os recursos necessários para garantir a acessibilidade, desde o ingresso até a conclusão do curso de graduação.

Importa salientar que, quanto ao tema educação, no Brasil, no ano de 2022, o percentual de analfabetos entre as pessoas com 15 anos ou mais foi de 5,6% do total da população. Entre aqueles com 60 anos ou mais de idade, essa taxa foi ainda mais significativa, atingindo 16%. Já a taxa de escolarização entre as pessoas com 6 a 14 anos de idade foi de 99,4% nesse mesmo ano (IBGE, 2023).

Ademais, ainda conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, a taxa de escolarização da população brasileira, ou seja, o tempo médio de permanência na escola, apresentava-se distribuída da seguinte forma: 36% da população com 0 a 3 anos de estudo; 91,5% com 4 a 5 anos; 99,4% com 6 a 14 anos; 92,2% com 15 a 17 anos; e 30,4% com 18 a 24 anos (IBGE, 2023).

No ano de 2021 o CENSO do INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira registrou que o número de matrículas no Ensino Superior em todo o Brasil foi

de 8.987.120. Na rede pública de ensino superior o percentual de matrículas deste número total, foi de 23%, sendo 77% na rede de ensino superior privada. (INEP,2022).

Na região Norte, neste mesmo ano de 2021 CENSO do INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira registrou que o número de matrículas no Ensino Superior foi de 754.481. Representando este número o percentual de 26% na rede pública de ensino superior e 74% na rede de ensino superior privada. (INEP,2022). De acordo com os atuais dados do e-MEC pode-se observar que no município de Marabá há 5 Cursos de Direito sendo ofertados.

No que se refere ao ensino superior, o Censo da Educação Superior de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), registrou que o número de matrículas no Ensino Superior no Brasil foi de 9.976.782 estudantes, representando um crescimento de 5,6% em relação ao ano de 2022, o maior aumento desde 2014. Do total de matrículas, 50,8% (5.063.501) estavam na modalidade presencial e 49,2% (4.913.281) na modalidade a distância (EaD). Em relação à rede de ensino, 23% das matrículas estavam na rede pública e 77% na rede privada (INEP, 2024).

Na Região Norte, o número de matrículas no Ensino Superior em 2023 foi de 754.481, das quais 26% estavam na rede pública de ensino superior e 74% na rede privada (INEP, 2024). Especificamente no Estado do Pará, o número de matrículas no Ensino Superior foi de 73.682. Deste total, 38% correspondiam a matrículas na rede pública e 62% à rede privada de ensino superior (INEP, 2024).

Quanto ao corpo docente, o Censo da Educação Superior de 2023 apontou que o número total de docentes no Brasil era de 408.640 profissionais, dos quais 53,8% atuavam na rede privada e 46,2% na rede pública. Em termos de titulação, 15,7% possuíam o título de especialista, 35,6% de mestre e 46,2% de doutor (INEP, 2024).

Na Região Norte, o total de docentes foi de 22.562, sendo 66% vinculados à rede pública e 34% à rede privada. Dentre esses, 18% possuíam o título de especialista, 36% o de mestre, e 44% o de doutor (INEP, 2024). No Estado do Pará, o número total de docentes registrado foi de 3.105, sendo que 68% destes atuavam na rede pública de ensino superior e 32% na rede privada. Quanto à titulação, 21% possuíam o título de especialista, 36% o de mestre e 38% o de doutor (INEP, 2024).

2.6. Demanda da oferta do curso de Direito

Marabá, com população estimada em 288.513 habitantes em 2024 (IBGE, 2024), e área territorial de 15.127 km², figura como um polo regional relevante tanto em dimensão populacional quanto em densidade jurídica. O município assume, ainda, posição de destaque no cenário econômico do Pará, figurando entre os quatro maiores PIBs estaduais, com movimentação que ultrapassa R$ 12 bilhões (IBGE, 2023).

A pressão sobre o sistema judiciário local é expressiva: a Comarca de Marabá foi elevada à 3ª entrância em abril de 2025, em observância ao crescimento da população, do eleitorado e do PIB, reforçando sua relevância técnica e estrutural (TJPA, 2025). Atualmente, sua estrutura contempla 11 varas estaduais (cível, criminal, infância e juventude, violência doméstica, agrária, execução penal), 2 varas federais com Juizado Especial Federal, 4 varas do Trabalho, além de instâncias eleitorais e agrárias, e atuação consolidada do Ministério Público e da Defensoria Pública.

O Relatório Justiça em Números 2024 revela que o Judiciário brasileiro baixou 35 milhões de processos e proferiu 33 milhões de sentenças em 2023, dados que evidenciam o nível elevado de judicialização e a necessidade contínua de formação de operadores do Direito (BRASIL, 2024a). No Estado do Pará, essas demandas se refletem especialmente em áreas sensíveis como o meio ambiente, a infância e juventude, os direitos indígenas e quilombolas, temas frequentemente judicializados na região sudeste do estado (BRASIL, 2024b).

Adicionalmente, o Conselho Federal da OAB aponta que o Pará apresenta apenas 2,7 advogados por mil habitantes, número bem abaixo da média nacional, que é de 6,2 por mil (CONSELHO FEDERAL DA OAB, 2023). Essa escassez de profissionais jurídicos reforça a importância da formação local de novos bacharéis em Direito, sobretudo em municípios estratégicos como Marabá.

- 1ª Vara do Juizado Cível e Criminal: Juíza Responsável: **Adriana Divina da Costa Tristão**
- 2ª Vara do Juizado Cível e Criminal: Juiz Responsável: **Aidison Campos Souza**
  1ª Vara Cível e Empresarial: Juiz Responsável: **Juliano Mizuma Andrade**
- 2ª Vara Cível e Empresarial: Juíza Responsável: **Andrea Aparecida de Almeida Lopes**
- 3ª Vara Cível e Empresarial: Juíza Responsável: **Aline Cristina Breia Martins**
- 4ª Vara Privativa de Infância e Juventude: Juiz Responsável: **Manoel Antônio Silva Macedo**
- 1ª Vara Criminal: Juíza Responsável: **Alessandra Rocha da Silva Souza**

- 2ª Vara Criminal: Juiz Responsável: **Marcelo Andrei Simão Santos**
- 3ª Vara Criminal Privativa de Violência Doméstica: Juiz Responsável: **Alexandre Hiroshi Arakaki**
- Vara de Execuções Penais: Juiz Responsável: **Caio Marco Berardo**
- Vara Agrária: Juiz Responsável: **Amarildo José Mazutti**

Elevação da Comarca de Marabá à 3ª Entrância e seus Impactos para a Formação Jurídica Regional

A recente elevação da Comarca de Marabá à categoria de 3ª entrância pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará representa um avanço institucional significativo para a região sudeste paraense. A decisão foi motivada por fatores objetivos, como o crescimento populacional, a complexidade das demandas judiciais e a relevância socioeconômica do município no contexto estadual.

Entre os principais efeitos decorrentes dessa reclassificação, destacam-se:

a) **Agilidade e eficiência processual:** A ampliação do número de varas e de servidores possibilita maior celeridade na tramitação dos processos. A redução do tempo de espera para a solução de conflitos contribui para o fortalecimento da confiança da população no sistema de justiça e torna o serviço mais acessível e eficaz.
b) **Qualificação do atendimento jurisdicional:** A especialização das varas e a atuação de magistrados mais experientes favorecem uma prestação jurisdicional mais precisa e sensível às especificidades locais, especialmente em áreas como infância e juventude, violência doméstica, agrária e criminal.
c) **Geração de empregos e estímulo ao desenvolvimento local:** A elevação de entrância atrai investimentos públicos e privados e amplia o mercado de trabalho para profissionais do Direito, servidores, auxiliares da justiça e prestadores de serviços correlatos. Tal movimentação contribui diretamente para o dinamismo econômico do município.
d) **Reforço do protagonismo jurídico de Marabá:** A nova classificação confere ao município maior representatividade no cenário judiciário paraense. Isso favorece a instalação de novas unidades administrativas, aumenta o fluxo de operadores do direito e fortalece o papel da cidade como polo jurídico regional.
e) **Modernização e transparência nos serviços judiciais:** Com a reestruturação, há maior incentivo à digitalização de processos, adoção de tecnologias e qualificação da gestão judicial. A transparência institucional e o acesso à informação são ampliados, beneficiando diretamente a população.

A reclassificação da comarca demonstra, portanto, a consolidação de Marabá como centro regional de relevância jurídica e social, o que reforça a necessidade de formação de profissionais do Direito com sólida base técnica, visão crítica e compromisso social. O Curso

de Direito da FACIMPA se propõe a atender essa demanda de forma qualificada, preparando bacharéis para atuar de maneira ética, reflexiva e integrada às necessidades da região.

Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral no Município de Marabá/PA

A presença consolidada de órgãos do Poder Judiciário em Marabá reforça a centralidade do município como polo regional jurídico-administrativo no sudeste do Pará, contribuindo diretamente para a demanda por formação acadêmica na área do Direito. Além da robusta estrutura da Justiça Estadual, Marabá conta com unidades da Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral, com atuação permanente e abrangente.

I. **Justiça Federal**: A Subseção Judiciária da Justiça Federal em Marabá é composta por duas varas com competência geral, além de um Juizado Especial Federal Adjunto, que abrange matérias cíveis e criminais. As unidades atendem não apenas o município de Marabá, mas também diversas cidades da região, desempenhando papel relevante na análise de ações relativas à Previdência Social, demandas contra a União, causas envolvendo servidores públicos federais, execuções fiscais e ações ambientais de grande impacto. Os magistrados responsáveis são o Juiz Federal Marcelo Honorato (1ª Vara) e o Juiz Federal Heitor Moura Gomes (2ª Vara). A presença da Justiça Federal no município amplia as possibilidades de estágios supervisionados e de integração acadêmica por meio de parcerias institucionais, fomentando a formação de profissionais capacitados para atuação em causas federais, inclusive no que diz respeito à judicialização de políticas públicas, defesa de comunidades tradicionais e litígios ambientais.
II. **Justiça do Trabalho**: No campo das relações laborais, Marabá também apresenta estrutura consolidada, com quatro Varas do Trabalho em funcionamento, sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8). São magistrados atuantes nas varas locais os juízes Wellington Moacir Borges de Paula (1ª Vara), Amanda Cristhian Miléo Gomes Mendonça (2ª Vara), Bianca Libonati Galucio (3ª Vara) e Marlise de Oliveira Laranjeira (4ª Vara). A estrutura trabalhista existente é compatível com o perfil socioeconômico de Marabá, cuja economia é sustentada por atividades intensivas em mão de obra, como mineração, agronegócio, indústria de transformação e comércio. Essa realidade exige a atuação constante da Justiça do Trabalho na mediação de conflitos entre empregadores e empregados, tornando a formação jurídica com enfoque nas normas trabalhistas uma necessidade prática da região.
III. **Justiça Eleitoral**: A Justiça Eleitoral também está presente de forma permanente no município, com atuação nas zonas eleitorais da região e supervisão do processo democrático local. A jurisdição eleitoral em Marabá é conduzida pelo Juiz Amarildo José Mazutti, responsável pela condução de pleitos, fiscalização de campanhas, registros de candidaturas e ações de impugnação, além de ações penais eleitorais e processos de prestação de contas.

A atuação da Justiça Eleitoral constitui um campo importante de formação e estágio para os acadêmicos de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral, áreas essenciais à manutenção do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, a expressiva presença de diferentes ramos do Poder Judiciário em Marabá confirma a demanda por profissionais com formação jurídica sólida, ética e sensível às realidades locais. A proposta da FACIMPA, ao instituir o Curso de Direito, dialoga diretamente com este cenário, oferecendo uma formação conectada às instituições jurídicas da cidade e ao fortalecimento da cidadania.

Atuação do Ministério Público na Região de Marabá/PA

A presença do Ministério Público na cidade de Marabá reforça seu papel estratégico na estrutura de justiça do sudeste paraense, contribuindo de forma direta para a proteção dos direitos fundamentais e para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Com atuação integrada de três esferas — Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT) —, a região dispõe de uma rede institucional ativa, descentralizada e voltada à fiscalização da legalidade e à promoção da justiça social.

I. **Ministério Público do Estado do Pará – MPPA**: O MPPA possui um conjunto amplo de Promotorias de Justiça em Marabá, distribuídas por áreas temáticas que abrangem tanto a atuação penal quanto a proteção de direitos civis e coletivos. No setor criminal, atuam promotores com competência para ações penais públicas, controle externo da atividade policial e enfrentamento à criminalidade. Já nas áreas cível e social, destacam-se promotorias voltadas à infância e juventude, meio ambiente, habitação, urbanismo, direitos humanos, pessoas com deficiência, idosos, consumidores, registros públicos, família, sucessões, falência e recuperação judicial. Também se destaca a atuação da Promotoria Agrária, vinculada à Vara Agrária de Marabá, com papel fundamental na mediação de conflitos fundiários, regularização de territórios coletivos e proteção de comunidades tradicionais. Essa diversidade de áreas e temas evidencia a complexidade social e jurídica da região, exigindo profissionais capacitados, com sólida formação ética e técnica, aptos a dialogar com a realidade amazônica e os desafios locais.
II. **Ministério Público Federal – MPF**: A Procuradoria da República no Município de Marabá possui competência sobre uma extensa região, atendendo diretamente a 16 municípios, entre os quais Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás, Curionópolis e Itupiranga. A atuação do MPF envolve desde o combate à corrupção e à improbidade administrativa até a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da saúde e da educação, além de ações estruturantes para garantir o acesso à cidadania de populações tradicionais, indígenas e quilombolas. Dentre os ofícios destacados, estão os Núcleos "Povos", que concentram sua atuação na promoção da

cidadania, na mediação de conflitos agrários e na defesa das comunidades tradicionais. Tais atribuições exigem operadores do Direito comprometidos com os princípios constitucionais, a dignidade humana e a justiça social, especialmente diante dos complexos cenários de conflito que marcam a região amazônica.

III. **Ministério Público do Trabalho – MPT**: Embora não detalhado neste documento, o Ministério Público do Trabalho atua em Marabá com foco na defesa dos direitos fundamentais nas relações laborais, na fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas, na proteção do trabalho infantil e na promoção de condições laborais dignas. Essa atuação é especialmente relevante em uma região marcada por atividades de mineração, construção civil, agronegócio e comércio, setores que concentram intensa força de trabalho e, consequentemente, potenciais conflitos trabalhistas.

Relevância para a Formação Jurídica

A estrutura ativa e abrangente do Ministério Público em Marabá oferece inúmeras oportunidades de estágio, pesquisa e extensão para os discentes do curso de Direito, viabilizando experiências práticas nas mais diversas áreas de atuação. A interlocução constante com temas como defesa dos direitos coletivos, justiça ambiental, regularização fundiária, direitos humanos, infância e juventude, entre outros, amplia a formação crítica, ética e técnica dos estudantes.

A proposta do Curso de Direito da FACIMPA dialoga diretamente com esse contexto institucional, preparando seus futuros egressos para atuar de forma responsável, reflexiva e engajada na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O contexto econômico da região, marcado pelo extrativismo mineral (Carajás), agronegócio e intensa atividade comercial e de serviços, exige atuação jurídica especializada em áreas como Direito Ambiental, Agrário, Trabalhista, Empresarial, Compliance e Direito Público. Litígios típicos da Amazônia, conflitos fundiários, licenciamento ambiental, defesa de territórios tradicionais, requerem conhecimento jurídico aprofundado e sensibilidade social.

Nesse cenário, a proposta da FACIMPA surge com clareza: ofertar um curso de Direito que alia base teórica sólida à formação prática, por meio de núcleos de estágio e extensão. O Projeto Pedagógico do Curso prevê a inserção dos estudantes em experiências práticas desde o primeiro semestre, permitindo a vivência com varas especializadas, Ministérios Públicos e órgãos administrativos locais.

A interiorização do ensino jurídico, conforme orientações do Ministério da Educação, atende diretamente à missão da FACIMPA de promover a democratização do acesso ao ensino superior. A instituição se compromete com a inclusão de estudantes oriundos de

escolas públicas, populações tradicionais e comunidades indígenas e ribeirinhas. A formação de operadores do Direito sensíveis às especificidades regionais é um passo fundamental para a consolidação de uma justiça acessível, eficiente e socialmente comprometida.

2.7.Dados do curso – Números de vagas

Curso bacharelado em Direito, 120 (cento e vinte) vagas anuais. Em turno de funcionamento vespertino e noturno, com carga horaria de 3.700 horas. Regime semestral e tempo de integralização mínima de 05 (cinco) anos, máximo de 10 (dez) anos.

2.8. Formas de Acesso ao Curso

A forma de acesso ao Curso de Graduação em Direito da FACIMPA obedece ao Regimento Interno, de acordo com decisão do CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), e levará em conta uma ou mais, das seguintes modalidades, divulgadas previamente em edital:

1. Processo seletivo (vestibular), com exigência de, pelo menos, redação elaborada em língua nacional, de acordo com a legislação em vigor, com nível de conteúdo constante da base nacional comum do Ensino Médio;

2. Aproveitamento dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

3. Obtenção de novo título, para portador de diploma de curso superior, desdeque haja vaga remanescente no curso em questão, obedecendo-se a edital específico. É vedado o ingresso de aluno nessa situação, cujo curso superior tenha sido realizado em instituição estrangeira ou não autorizado/reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);

4. Ingresso por meio de programas do Governo Federal, tais como ProgramaUniversidade para Todos (ProUni) e Financiamento Estudantil (FIES), de acordo com a adesãorealizada pela Instituição dentro do calendário oficial do Governo Federal;

5. Transferência externa de outra instituição, desde que haja vaga remanescente no curso, obedecendo-se a edital específico. É vedado o ingresso de aluno nessasituação, cujo curso de origem seja de instituição estrangeira ou não autorizado/reconhecido pelo MEC;

3. DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1. Princípios Filosoficos, Responsabilidade Social e Políticas Institucionais

A metodologia formativa do Curso de Direito da FACIMPA, encontra-se fulcrada na concepção ampla de aprender a aprender, por isso, desenvolvida sob eixos fundantes do processo de ensino e aprendizagem, quais sejam:

- Apreensão de conhecimento por meio da aprendizagem significativa;
- Sistema Integrado de Aprendizagem Compartilhada, preconizando a cooperação intersubjetiva no processo pedagógico;
- Assimilação dos conteúdos teóricos e práticos mediante a Aprendizagem Baseada em Problemas;
- Estruturação da formação focada no atendimento às demandas da população local, com perfil extensionista e conduzida pelas práticas deste componente curricular.

Como é óbvio, tais estratégias foram e são utilizadas para a implementação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, especialmente da amplitude do processo de ensino e aprendizagem em todas as suas etapas formativas do currículo do Curso de Direito da FACIMPA. Neste caminho, é preciso deslindar os princípios filosóficos da FACIMPA, bem como, a sua responsabilidade social e as políticas institucionais que norteiam a concepção e estruturação do currículo do Curso de Direito.

3.2. Princípios Filosóficos

A filosofia adotada pela FACIMPA prevê um processo educacional no qual predominam a formação crítica dos indivíduos sobre a sociedade e o seu papel enquanto cidadãos transformadores e o compromisso com a formação do homem com o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Acredita-se na necessidade de articular:

- a formação científico-profissional e a formação ética, política e estética;
- a aprendizagem como atividade de assimilação/compreensão/produção do conhecimento;

- e o processo de ensino-aprendizagem, que tem como proposta explícita a liberdade, igualdade, autonomia de direitos, democracia, cidadania, humanização da natureza e existência social e do próprio homem.

A FACIMPA trabalha a partir de ações na administração, nos cursos, nos colegiados e nos núcleos docentes estruturantes, no sentido de manter uma estrutura organizacional dinâmica e flexível, que permitirá ajustes permanentes, com adaptações e inovações contínuas e rupturas, quando necessárias, buscando as transformações relacionadas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, suportado pela tecnologia. Para tanto, as aulas têm propostas dinâmicas, com conteúdos que utilizam a problematização e os estudos de caso como forma de tornar o aluno agente ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Ao mesmo tempo, esta proposta metodológica é flexível e estimula a discussão e a contextualização acerca de temas atuais entre alunos e professor, alinhados com a proposta das competências a serem desenvolvidas na aula. Essa proposta desloca qualquer ideia de que a diretriz acadêmica definida possa causar engessamento ou falta de coerência com as demandas locais. A relação entre a concepção filosófica e a prática pedagógica é acompanhada por meio de avaliações dos processos e avaliações do ensino-aprendizagem, e tem como ferramentas fundamentais a Avaliação Institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, as diversas ações de capacitação e formação docente, conduzida pelo NAPED – Núcleo de Aprendizagem Docente, bem como discussões sobre o curso nos aspectos administrativos e didático-metodológicos e atividades do cotidiano dos colegiados.

O projeto pedagógico da instituição, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, visa proporcionar aos alunos uma formação prática, realista, cidadã e solidária com as necessidades do meio, integrando aspectos regionais e nacionais, por meio de currículos flexíveis que permitam eleger, reformular e ampliar as modalidades de formação. Esse trabalho será aprofundado no Curso de Direito da FACIMPA por meio do seu Colegiado, Núcleo Docente Estruturante - NDE, avaliações aplicadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, atividades conduzidas pelo NAPED – Núcleo de Aprendizagem Docente e reuniões entre coordenador de curso, diretor e alunos.

Na matriz curricular, há disciplinas eletivas / optativas que permitem atender as demandas de necessidade locais, caso não sejam contempladas em outras disciplinas, ou não sejam contextualizadas em discussões em salas de aula. A identidade da FACIMPA é construída

continuamente a partir dos princípios ético-políticos, epistemológicos e educacionais. Os princípios ético-políticos que embasam o planejamento e as ações institucionais se refletem nos valores e nas atitudes da comunidade acadêmica, nas atividades de ensino, nas relações entre as pessoas e destas com o conhecimento. Esses princípios são:

I. O respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres.
II. O respeito às diversidades de pensamento e às ideologias como possibilidades de crescimento individual e social.
III. O compromisso com as finalidades e os objetivos da instituição, considerando a atividade-fim, a educação, acima de qualquer interesse particular.
IV. A busca constante da qualidade institucional através da qualidade de seus elementos humanos, de sua estrutura organizacional e de seus programas de ação.
V. O respeito às limitações físicas, mentais e emocionais.

A FACIMPA adota uma postura cidadã, a qual norteia as ações de todos os seus colaboradores, pois acredita que a educação é um compromisso de todos, contemplando a mesma como a sua principal vocação. O ser cidadã possui, essencialmente, como característica do seu trabalho, a capacidade formadora, empreendedora e reflexiva, que contribui para o desenvolvimento de indivíduos conscientes, guiados por valores éticos e morais, necessários à coletividade. Assim, de acordo com essa crença, a primeira função de toda pessoa na FACIMPA é ser cidadã.

A segunda é o exercício de um cargo ou função, nos quais todos os colaboradores, sejam docentes ou funcionários dessa instituição são cidadãos, para juntos cumprirem a missão institucional de prover um ecossistema que integra educação e soluções digitais para toda a jornada do seu aluno, que vai da graduação ao exercício da profissão, potencializando a formação, permitindo assim, atualização, assertividade e produtividade dos profissionais da saúde. Em consonância com os princípios filosóficos, a instituição reconhece a importância de sua contribuição para com a melhoria das condições sociais da população, razão pela qual desenvolve ensino e extensão voltados para a diversidade e consciência humana, que buscam a democracia, a promoção da cidadania e o atendimento às demandas de diversos segmentos da sociedade.

Ademais, registre-se que para a elaboração da filosofia institucional foi amplamente discutida a realidade na qual o Curso de Direito da FACIMPA está inserido, qual seja, a sua localização no Brasil, no Estado e na Região Metropolitana, considerando-se assim as, características geográficas, demográficas, econômicas, sociais, culturais, epidemiológicas e de saúde, bem como, os elementos estruturais que caracterizam a instituição, os seus agentes e que foram levados em consideração na implantação e desenvolvimento do curso.

Destarte, a FACIMPA está comprometida com uma concepção progressista e assume uma concepção filosófica em que predomina o ensino de qualidade, a formação crítica do profissional em relação à sociedade e a compreensão do papel que lhe será inerente, para que esse profissional possa analisar e contribuir na discussão dos problemas regionais e nacionais. Assim, é que nessa concepção, fica explicitado, também, o compromisso com a formação do homem e com o desenvolvimento social, científico e tecnológico, pois se acredita que é preciso articular a formação científica-profissional e a formação ética-política-estética, simultaneamente.

Note-se, que além da preparação de indivíduos para o mercado, a FACIMPA tem em sua filosofia a preocupação com a preparação do indivíduo que busque, reflexivamente e em ações, a solução para problemas imediatos da sociedade, constituindo-se num espaço privilegiado da transformação e conservação do saber, na qual se exercitará a reflexão, o debate e a crítica, tendo como proposta explícita a liberdade, a igualdade, a autonomia de direitos, a democracia, a cidadania, a humanização, e a sua existência social.

A FACIMPAexplicita, em sua proposição filosófica, a vinculação do seu Projeto Global de Instituição de Ensino Superior a um projeto de sociedade, projeto esse que busca constantemente uma identificação com a região, levantando aspectos do meio geográfico, social, político e regional, e que são determinantes na definição dos objetivos e da identidade da instituição.

3.3.Políticas de Ensino

Essa premissa reflete o que é recomendado pela Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito. Além de atender às demandas do mercado de trabalho, há a necessidade de formar profissionais comprometidos com uma existência humanizada, entendendo o trabalho não

apenas como um mecanismo de produção, mas como algo essencial para o desenvolvimento da humanidade. O ensino superior deve, assim, atender aos interesses públicos, promovendo uma nova consciência social por meio do conhecimento científico.

A FACIMPA busca contribuir para a formação de sujeitos autônomos por meio de suas políticas de ensino, qualificando profissionais para atuar de forma responsável e transformadora diante das questões que envolvem a vida em sociedade. As qualificações científicas, técnicas e culturais devem capacitar o egresso para transformar o meio em que atua. Para alcançar essa formação, o ensino deve ir além da simples transmissão de conteúdo, considerando os sujeitos como agentes ativos e concretos, inseridos em uma realidade complexa que precisa ser analisada e transformada.

O professor, como mediador do conhecimento, precisa dominar saberes que, segundo Tardif (2002), constituem um "saber plural", integrando saberes provenientes da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana. Ele distingue quatro tipos de saberes: os da formação pedagógica, os disciplinares, os curriculares e os experienciais. O professor deve articular a prática como ponto de partida e chegada, passando por etapas de problematização, instrumentação e catarse, conduzindo o aluno da análise empírica para a compreensão crítica.

Essas práticas visam desenvolver a consciência crítica do aluno sobre o contexto social, levando-o a questionar a realidade. O professor atua como mediador, resumindo, interpretando e valorizando a informação, e promovendo a interdisciplinaridade, essencial para superar a fragmentação do conhecimento. O trabalho docente interdisciplinar resgata a identidade do estudante, estimula a aprendizagem criativa e incentiva a colaboração entre disciplinas, promovendo um espaço de diálogo coletivo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FACIMPA, elaborado com a participação de gestores, coordenadores, técnicos e discentes, reflete essa visão e promove avanços contínuos. O Curso de Direito está inserido nesse contexto, sendo considerado uma peça importante dentro das ciências da saúde e biológicas. O Projeto Pedagógico de Curso e o PDI foram elaborados com base no perfil de egresso desejado, levando em conta as características dos jovens que buscam os cursos superiores e as exigências do mercado de trabalho em constante transformação.

A FACIMPA adota como diferencial na oferta do curso de Direito a formação de bachareis com habilidades para atuar de forma inovadora em ambientes jurídicos, com ênfase no diálogo interdisciplinar, resolução de casos complexos e foco no desenvolvimento social.

Esse desafio será continuamente trazido aos alunos, nas aulas, estágios e atividades acadêmicas complementares. No contexto educacional da FACIMPA, poderão ser aplicadas metodologias ativas de aprendizagem, que asseguram o desenvolvimento de conteúdo e promovem a autonomia do discente, combinando teoria e prática. O uso de conteúdo online, quando for aplicado, estimulará os alunos a pensar, pesquisar, colaborar e participar de situações desafiadoras nos encontros presenciais.

A sala de aula invertida (flipped classroom) permitirá o acesso ao conteúdo online, otimizando o tempo presencial para discussões e resolução de problemas. A aprendizagem baseada em projetos incentiva a solução colaborativa de desafios, enquanto o estudo de caso oferecerá uma abordagem realista para a resolução de problemas complexos. A aprendizagem entre pares (Team-Based Learning - TBL), aplicada em ambientes presenciais e virtuais, fortalecendo o aprendizado coletivo e o desenvolvimento do pensamento crítico. Outras estratégias serão implementadas conforme a natureza dos temas e objetivos de ensino, sempre favorecendo o desenvolvimento de competências em uma dimensão ética, estética e cognitiva.

A metodologia dialética orienta o processo de ensino na FACIMPA, promovendo a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática. A avaliação formativa, parte integrante do processo, é vista como um meio de regulação da aprendizagem, permitindo diagnosticar, problematizar e redirecionar o ensino. A avaliação vai além de classificar os alunos; é um indicador para orientar a ação do educador. A partir dela, o professor direciona sua prática para garantir o avanço dos estudantes e a internalização dos conhecimentos necessários à sua formação. Os processos avaliativos devem deixar de ser meras provas e se tornar procedimentos para promover a efetiva aprendizagem. A avaliação formativa, vinculada ao compromisso do professor com o aprendizado dos alunos, é um dos princípios orientadores do trabalho docente na instituição.

3.4.Políticas de Pesquisa, Produção e Iniciação Científica do Curso

De fato, no meio acadêmico, a pesquisa é um dos pilares da atividade universitária, em que os pesquisadores têm como objetivo produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social. A iniciação científica permite aos alunos a produção de conhecimento por meio da participação em congressos, jornadas e simpósios, além da apresentação de trabalhos.

Para os professores, a produção científica é importante tanto no aspecto curricular quanto na própria atuação como docente. Deste modo, a FACIMPA tem como objetivo a formação integral do ser humano, preparando-o para a atividade profissional a ser exercida na sociedade. A qualidade desta formação é avaliada, em última instância, pelo sucesso que o egresso do ensino superior atinge em sua vida profissional. Por isso, ciente que os seus egressos enfrentarão um mundo globalizado e altamente competitivo em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos a FACIMPA institui políticas concernentes ao fomento da pesquisa, da produção e da iniciação científica.

Já que acredita firmemente que o sucesso nas suas atividades profissionais estará vinculado à formação acadêmica que lhes for propiciada. Assim são fundamentais os conteúdos programáticos atualizados, próprios a cada disciplina ministrada por professores qualificados dentro de inovadoras técnicas de ensino, para atingir uma formação além dos limites da informação. A FACIMPA, acredita ser necessário também o desenvolvimento de um trabalho para despertar qualidades adicionais que auxiliarão aos seus discentes a ter sucesso em suas atividades profissionais futuras.

Visando propiciar esta formação, a FACIMPA oferece por meio do desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, um valioso instrumental pedagógico e social para a consecução de seus objetivos educacionais. Deste modo, apostando que o fazer ciência, participando de atividades de pesquisa básica ou aplicada, terá importante papel na formação do discente, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia a dia, a FACIMPA, suporta os seus discentes a adquirirem capacidade de dar respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em sua atividade diária, preparando-os assim ao engajamento no mercado de trabalho.

Destarte, a FACIMPA está convicta que a investigação do desconhecido ajuda a formar uma mente organizada no método científico, na análise crítica frente a novos desafios e na proposição e verificação experimental de hipóteses de trabalho a serem testadas de forma sistemática. Por isso, desenvolve programas, projetos e atividades, nas quais o espírito analítico-crítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, são qualidades trabalhadas no cotidiano da pesquisa, importantes, também, no processo de formação do acadêmico por desenvolver nestes, características desejáveis como autoconfiança, liderança e versatilidade.

Ademais, na FACIMPA, pesquisa e a iniciação científica são partes indissociáveis das demais atividades, portanto, são estimuladas, apoiadas e regulamentadas por resoluções específicas. Na FACIMPA, o discente é estimulado, desde o início de sua graduação, ao desenvolvimento de pesquisa, à participação nas atividades de iniciação científica e à produção científica. Nos diversos eixos e componentes das matrizes curriculares dos seus cursos, os temas desenvolvidos são de acordo com a avaliação das situações problemas identificados na comunidade em que o discente está inserido com maior ênfase nas doenças e/ou agravos prevalentes, cujo, resultados poderão contribuir com o aumento da resolutividade do serviço de saúde local.

Ou seja, na FACIMPA o discente é conduzido à realização de atividades que visam o estudo contínuo de problemas regionais e resultam na produção sistemática de conhecimento científico, tecnológico e humanístico, envolvendo todos os atores que compões a sua comunidade acadêmica.

3.4.1. *Programa de Incentivo à Pesquisa*

O Programa de Incentivo à Pesquisa na FACIMPA é realizado pela publicação de edital e regulamento próprio, no âmbito do Programa Afycionados por Ciência. Este programa visa apoiar o desenvolvimento de pesquisas realizadas por discentes e docentes da instituição, com grande impacto, visando à institucionalização de uma filosofia de trabalho que articule pressupostos teóricos e a realidade para gerar novos saberes.

A missão do Programa de Incentivo à Pesquisa é fortalecer a pesquisa no ambiente acadêmico, auxiliando a capacitação do corpo discente e docente da FACIMPA. Desse modo, a FACIMPA objetiva incentivar o desenvolvimento de pesquisas de qualidade realizadas por seus docentes e discentes, podendo contar com a participação de atores externos, nacionais ou internacionais. O objetivo é fomentar a inovação e o entendimento de enfermidades e tratamentos na nossa população, desde que a pesquisa seja vocacionada à atenção básica em saúde, explorando o conhecimento das necessidades de saúde integral não atendidas no país e na região de sua abrangência.

O Programa de Incentivo à Pesquisa na FACIMPA tem como objetivo principal estimular pesquisadores produtivos a incentivarem estudantes de graduação e pós-graduação a ingressarem nas atividades de cunho científico, tecnológico, profissional e artístico-cultural da

IES. Além disso, visa proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo contato direto com os desafios da pesquisa.

O Programa de Incentivo à Pesquisa prevê o pagamento de bolsas de pesquisa para docentes ativos no quadro operacional da instituição, preceptores ativos e alunos matriculados/ativos, desde que estejam vinculados a um projeto sob a orientação e coautoria de um docente. O projeto de pesquisa deve ser desenvolvido na FACIMPA e/ou em instituições conveniadas, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e/ou estar vinculado a uma linha de pesquisa, projeto de extensão, projeto de iniciação científica, grupos de pesquisa, trabalho resultado de orientação de TCC e programa de pós-graduação *stricto sensu.*

3.4.2. *Programa de Incentivo à Produção e à Participação em Eventos Científicos*

O Programa de Incentivo à Produção e à Participação em Eventos Científicos (PIaPCI) na FACIMPA é incentivado pela publicação de edital e regulamento próprio, no âmbito do Programa Afyciocnados por Ciência, que visa proporcionar aos seus docentes, preceptores e discentes ativos, auxílio para a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos-científicos, representando a instituição. Os objetivos do Programa de Incentivo à Produção e à Participação em Eventos Científicos da FACIMPA são:

a) Viabilizar a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e tecnológicos, de âmbito nacional ou internacional, para apresentação/divulgação de produção acadêmica desenvolvida na FACIMPA.
b) Incentivar a publicação de produção acadêmica desenvolvida no âmbito da FACIMPA em periódicos e anais de eventos.
c) Possibilitar a troca de experiências entre pesquisadores da FACIMPA e de outras instituições.
d) Contribuir para o incremento da quantidade e qualidade das pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico e inovação na FACIMPA.

O PIAPCI da FACIMPA prevê o pagamento de bolsas para docentes ativos no quadro operacional da instituição; preceptores ativos; alunos matriculados/ativos, desde que estejam

vinculados a um trabalho sob a orientação e coautoria de um docente. Refira-se que os trabalhos científicos desenvolvidos pelos docentes autores com participação de alunos do curso devem ter, obrigatoriamente, relação com o Projeto Pedagógico do Curso.

Ademais, os trabalhos científicos desenvolvidos devem contemplar os construtos teóricos desenvolvidos no percurso formativo do aluno, a interdisciplinaridade e a aplicação em sociedade da construção de conhecimento e disseminação do ensino. O Programa de Incentivo à Produção e à Participação em Eventos Científicos da FACIMPA, contempla, trabalhos a serem apresentados em eventos internacionais, sediados fora do Brasil, de alto impacto e relevância para o desenvolvimento de pesquisa no âmbito da saúde e áreas afins e complementares (ciências sociais e humanas) bem como, em eventos nacionais, considerando-se, além dos trabalhos para apresentação oral, os para apresentação em pôster.

3.4.3. *Programa de Iniciação Científica*

A Iniciação Científica na FACIMPA se configura em uma atividade de investigação realizada por discentes dos cursos de graduação, orientada por docentes qualificados, visando ao aprendizado de técnicas e métodos investigativos científicos. Esta atividade é regulamentada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) e pelo Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC), que consistem em instrumentos de financiamento e apoio à investigação científica, complementares às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

A política de iniciação científica da FACIMPA tem por finalidade: incentivar a iniciação e a pesquisa científica; apoiar a criação ou fortalecimento de grupos, núcleos, laboratórios e centros de pesquisa; ampliar as atividades de iniciação científica junto aos alunos de graduação; valorizar projetos interdisciplinares; incentivar a apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais; divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas; estimular a publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto; buscar a integração entre ensino, pesquisa e extensão; ampliar a internacionalização; e acompanhar e avaliar sistematicamente os trabalhos, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social.

Na FACIMPA, as atividades de iniciação científica estão sob a responsabilidade da Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização

(COPPEXII), com o apoio das Coordenações de Curso e dos docentes vinculados e com experiência em pesquisa e produção técnico-científica. As ações da COPPEXII incluem a publicação de editais, tramitação de projetos, supervisão das atividades de discentes e docentes envolvidos em pesquisa, e promoção e disseminação dos resultados dos projetos nos veículos de divulgação da produção científica.

A COPPEXII também assessora discentes ou grupos de discentes que têm projetos externos ao âmbito dos cursos de graduação da FACIMPA, provendo auxílio de natureza diversa, especialmente no que diz respeito à metodologia da pesquisa e bioestatística, a docentes orientadores externos, garantindo a qualidade da pesquisa produzida. O PROIC da FACIMPA é um programa voltado para a iniciação à pesquisa de estudantes de graduação, visando incentivar a carreira científica dos estudantes que apresentam bom desempenho acadêmico e preparando-os para a pós-graduação. Estes estudantes participam ativamente de projetos de pesquisa com reconhecida qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, de forma individual e continuada.

A participação de acadêmicos e professores no Programa de Iniciação Científica da FACIMPA pode se desenvolver em duas modalidades, regidas por regulamento institucional: o PROBIC, com vagas remuneradas, e o PROVIC, com vagas não remuneradas. A FACIMPA entende que oferecer educação superior de qualidade não pode prescindir do instrumento de fertilização e atualização dos conteúdos dos programas de ensino, representado pela atividade de investigação científica, tecnológica, artística e cultural.

A institucionalização dessas atividades na FACIMPA é pautada pelo compromisso de contribuir para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, da ciência e da tecnologia, para a criação e difusão da cultura e, assim, para o entendimento do ser humano e do meio em que vive. Todas essas questões relacionadas à pesquisa e à Iniciação Científica também serão estendidas ao curso de Direito, promovendo a integração e valorização das atividades acadêmicas nesse novo contexto.

3.5. Políticas de Extensão do Curso

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da

sociedade. Nesse sentido, a FACIMPA concebe no seu PDI a política de extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e viabiliza a relação transformadora entre a academia e a sociedade. Este contato com a sociedade, que visa o desenvolvimento mútuo, estabelece a troca de saberes e tem como consequência a produção do conhecimento, resultante do confronto com a realidade nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade, aproximando o futuro profissional da realidade do mercado de trabalho.

A extensão na Faculdade de Ciências Médicas do Pará (FACIMPA) é instrumentalizadora da articulação entre a teoria e a prática que possibilita a conexão entre os saberes acadêmicos e populares. Compreendida como um trabalho curricular, transdisciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar, ela tem por função produzir e socializar conhecimentos e saberes, dialogando com os diversos setores da sociedade, com inserção na realidade intra e extramuros da universidade, proporcionando ao corpo discente uma vivência que complemente sua formação. A Extensão tem por objetivo colaborar, por meio de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da aceleração da implementação da Agenda 2030 global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Extensão no âmbito da FACIMPA tem como objetivo desenvolver e implementar programas e projetos que promovam a interação dialógica entre a instituição e a comunidade, com base nos princípios de interdisciplinaridade, interprofissionalidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impactando positivamente na formação dos estudantes com vivências práticas e reflexivas, além de contribuir para a transformação social, a inclusão social, a promoção do desenvolvimento sustentável e do bem-estar social. Deste modo, a prática de extensão está no DNA da FACIMPA, que ao longo de sua história, fez-se presente em todos os segmentos sociais de sua população local e regional, sempre buscando:

a) Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
b) Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica;
c) Manter a IES aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;

d) Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã;
e) Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
f) Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos envolvidos nas ações.

Por isso, a política de extensão na FACIMPA pressupõe, em suas diretrizes no ensino superior, o redimensionamento do seu papel no caminho global para o desenvolvimento sustentável, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). As ações extensionistas são gerenciadas pela COPPEXII, sempre em parceria com as coordenações dos cursos, que inicialmente pensam as ações que serão executadas sob responsabilidade organizacional e gerencial deste setor.

A FACIMPA vem se configurando como uma instituição de vanguarda ao propor, junto aos grupos sociais menos favorecidos e aos movimentos sociais, ações de transformação da realidade que superam o assistencialismo e oportunizam a justa inserção destes grupos nos diversos setores da sociedade, promovendo a compreensão do exercício pleno da cidadania e melhoria na qualidade de vida, tendo em conta os aspectos biopsicossociais e ambientais.

3.6. Extensão Acadêmica Curricular

Além do incentivo à prática extensionista, a FACIMPA tem em seu projeto a Extensão Institucional Curricularizada, como um componente curricular das matrizes dos seus cursos. Prática está fundamentada na Portaria n° 1.350, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 34, a qual homologa o Parecer do CNE e Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Registre-se que para a FACIMPA, estas atividades desenvolvem-se através de projetos ofertados como disciplinas de caráter interdisciplinar, propostas no início de cada semestre letivo após o levantamento de demandas sociais locais, cuja finalidade é discutir conhecimentos teóricos para a sua conversão em desafios práticos, atendendo a estas demandas nascidas da

realidade loco-regional, originando, com sua finalização, um produto ou prática inovadora para a população.

A curricularização da matriz do Curso de Direito da FACIMPA baseada na resolução é “um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.” (MEC, 2018). Entende-se, assim, que é estender a instituição de ensino para além de seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes, por meio das seguintes modalidades: Programas; Projetos; Eventos; Oficinas de trabalho.

O eixo norteador para a execução das ações da extensão curricular devem ser os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), mediante a agenda 2030, contendo 17 objetivos. Assim. baseadas nesses objetivos norteadores, as coordenações de curso, em parceria com a COPPEXII, e sob a responsabilidade organizacional e gerencial deste setor, têm a autonomia para criar suas linhas de abordagem para a orientação e a elaboração das atividades extensionistas, tendo em vista a realidade local na qual a FACIMPA está instalada.

Deste modo, a FACIMPA considerando as necessidades não somente locais, mas relacionadas à temática, compreende que se deve instigar nos acadêmicos o desenvolvimento de soluções tecnológicas que auxiliam os usuários a serem mais funcionais em seu dia a dia, pois, além de possibilitar escolhas de vida mais saudáveis, prestam-se a combater as mudanças climáticas e lançar produtos e serviços que um dia podem tornar-se indispensáveis, com o objetivo de criar soluções que ajudem na saúde e na qualidade de vida.

Observe-se que o Ensino, a Extensão e a Pesquisa são alicerces indissociáveis do processo de formação dos alunos. Essa tríade promove a articulação da ciência, da cultura e do trabalho, favorecendo a escuta, a reflexão, a investigação, o diálogo, a criatividade, a criticidade, a elaboração teórico-prática e a participação cidadã e humana. Permite aos sujeitos compreenderem suas diversas dimensões, sobrepostas nos diferentes campos da realidade social, tais como a ética, a política, a cultura e a economia.

Portanto, ancorar a prática pedagógica nessa tríade indissociável Ensino/Extensão/Pesquisa é optar por um projeto educativo que não se assenta exclusivamente em ideias, mas, igualmente, em outros saberes não acadêmicos, sentimentos, comportamentos,

valores e experiências dos sujeitos. Pratica-se, assim, um ideal de formação acadêmica que persegue outro perfil civilizatório, não mais definido apenas pelo mercado ou pelo Estado sozinhos, mas gerado no confronto e no compartilhamento de percepções e de posicionamentos, com a participação efetiva das comunidades envolvidas. Essa articulação almeja que a aprendizagem conduza sempre a realidades mais promissoras, de justiça, de compreensão e de respeito à diversidade humana e cultural.

Refira-se, assim, que o Curso de Direito da FACIMPA estabelece que o aluno para integralizar a carga horária curricular mínima da extensão precisará cumprir 10% do total da carga horária do curso, nos seguintes eixos de atividades:

a) Atividades de Responsabilidade Social
b) Atividades de Formação Comunitária
c) Atividades de Ensino, Serviço e Comunidade
d) Atividades de Sensibilização da Comunidade sobre os Indicadores de Morbidade
e) Atividades de Construção de Mapa Epidemiológico da Comunidade
f) Atividades de Formação das Equipes de Saúde da Família

Ademais, a participação do aluno do Curso de Direito da FACIMPA como protagonista da execução destas atividades extensionistas é mandatória para a integralização da carga horária do currículo do curso. Por isso, a FACIMPA entende que a participação do aluno nestas atividades de extensão, reforça o aprendizado contínuo durante o curso e contribuirá para a aproximação da experiência do aluno com as demandas concretas da comunidade. Ou seja, trata-se de formação prática contextualizada à realidade da comunidade, envolvendo a todos e permitindo ao aluno construir a sua atuação responsável e crítica, a partir do seu compromisso de atuação a favor da coletividade.

3.7.Políticas de Inovação

A inovação é fundamental para introduzir práticas novas ou com perspectivas diferentes em qualquer ambiente organizacional. Na FACIMPA, a Coordenação de Pesquisa, Extensão, Internacionalização e Inovação (CoPPEXII) lidera o estabelecimento e fomento das Políticas de Inovação. Essas políticas promovem a inovação em todos os setores da instituição, assegurando que as práticas e projetos inovadores estejam alinhados com as normas e legislação vigentes.

Atualmente, destacam-se um programa focado na integração de tecnologias como realidade virtual e inteligência artificial, o "FACIMPA Inovadora", que abrange cinco eixos: adoção de metodologias inovadoras no ensino, atualização de políticas institucionais, inovação curricular, tecnologia avançada nos laboratórios de saúde e renovação do conteúdo curricular. A instituição considera a inovação e a responsabilidade social como pilares essenciais que permeiam todas as suas atividades e estratégias.

3.8.Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Econômico

Em consonância com as orientações nacionais acerca da função social das instituições de ensino superior no que diz respeito à inclusão dos cidadãos, a FACIMPA abraça a causa e apoia o desenvolvimento de ações nesta área com o envolvimento de seus alunos, professores e funcionários. Essas ações podem ser de caráter permanente ou eventual. A coerência institucional com relação às suas ações de responsabilidade social é considerada como ações de inclusão social, de defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística. No âmbito da inclusão social, são apresentadas as políticas institucionais para ampliar o acesso de pessoas vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, assim como garantir a sua permanência.

Diante do quadro de vulnerabilidade social na qual a instituição está inserida, implementar-se-á projetos de cursos técnicos iniciais, de aprimoramento e profissionalizantes gerenciados por ela própria e em parceria com a classe empresarial, organizações não governamentais sem fins lucrativos e órgãos públicos de acordo com a demanda do mercado de trabalho. Os cursos ofertados são alicerçados nas demandas do setor produtivo, garantindo ao profissional qualificado posto de trabalho e a inclusão social do jovem com vulnerabilidade social.

A responsabilidade social, considerada, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, é refletida na transferência de conhecimento e importância social de ações e impactos de atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional, nas ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, na promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, nas políticas de ação afirmativa; no incentivo e apoio ao voluntariado; ao apoio e financiamento de estudos para alunos carentes. Em coerência com o Programa de Responsabilidade Social, por estar inserida na busca pelo desenvolvimento sustentável, é trabalhada na formação de profissionais, no

desenvolvimento de atividades de investigação científica, na difusão de conhecimentos e na vocação regional e comunitária por meio de ações de extensão.

Engloba a sua gestão, os docentes, os discentes, os funcionários e todas as atividades acadêmico-administrativas, onde, consequentemente, traz resultados para a comunidade em geral. Assim, a FACIMPA, em continuidade, almeja ampliar projetos de excelência para a inclusão social dirigida ao público interno e externo, afirmando seu compromisso com a transformação social e melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade local e regional. Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

As ações institucionais da FACIMPA no que se referem à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural são feitas por meio de ações extensionista, projetos sociais próprios ou como executoras de ações sociais governamentais e na área da responsabilidade social. Isso desenvolve uma visão integrada do indivíduo capaz de ajudar na formação do caráter e da promoção da intelectualidade, suscitando conhecimentos fundamentados em princípios éticos, como os da solidariedade, respeito, transparência e participação. Assim, esta instituição busca sempre estreitar as relações com a sociedade, com vista: à valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; à contribuição para o desenvolvimento do meio ambiente da região; à colaboração para a preservação da memória cultural e do patrimônio cultural da comunidade, do estado, da região e do país.

Quanto às ações relacionadas à igualdade étnico-racial e a promoção e defesa dos direitos humanos, esta instituição cuida dessas questões amplamente, de modo transversal, através do Programa de Responsabilidade Social, com calendários obrigatórios de eventos anuais. Além disso, aborda as temáticas no desenvolvimento das atividades complementares e extensionistas dos seus cursos de graduação e reserva, em algumas unidades curriculares específicas dos cursos, parte do conteúdo programático para abordar os temas, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas contempladas no seu PDI.

A FACIMPA estimula a inclusão destes temas como de especial importância nos projetos pedagógicos de cursos, bem como desenvolve ações extensionistas, através de parcerias voltadas para o meio ambiente, realiza atividades voltadas para o estudo de problemas

relacionados ao meio ambiente e, ainda, apoia ações de defesa da memória cultural, dos direitos humanos, da igualdade étnico-racial e do patrimônio cultural propostas pela sociedade.

Assim, e diante destas ações institucionais que pertencem ao cotidiano desta instituição, ressalta-se que, na elaboração dos currículos de todos os cursos de graduação e de pós-graduação ofertados por esta instituição, são incorporados conteúdos de modo a observar o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, e na Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as Políticas de Educação Ambiental; o disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e o disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

3.9.Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica da FACIMPA permite que estudantes realizem parte de seus estudos em outras instituições de ensino, tanto nacionais quanto internacionais, com o objetivo de enriquecer sua formação acadêmica, científica, artística e cultural. Esta política incentiva a complementação da educação através do aprendizado de novas línguas e o entendimento de diferentes culturas.

Os estudantes podem se afastar temporariamente para estudar em outra instituição, com a garantia de que a conclusão e a validação dos estudos ocorrerão na FACIMPA, seguindo as normativas internas e exigindo a autorização prévia da coordenação do curso e da direção da instituição. A gestão das atividades de mobilidade é responsabilidade do Núcleo de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica, vinculado à CoPPEXII, que coordena:

- Intercâmbios nacionais e internacionais para alunos, professores e palestrantes.
- Mobilidade acadêmica interna e externa, formalizada através de contratos ou parcerias.
- Eventos que destacam a importância da internacionalização na educação.
- Oferta de cursos e palestras com foco internacional.
- Cursos de línguas estrangeiras e capacitações temáticas para melhorar as habilidades dos participantes.
- Estabelecimento de convênios com instituições para promover a internacionalização.

Essas iniciativas são fundamentais para o desenvolvimento de uma perspectiva global entre os membros da comunidade acadêmica da FACIMPA.

3.10. Política de Acessibilidade e Inclusão

A Política de Acessibilidade e Inclusão da FACIMPA foi projetada para garantir a participação plena e equitativa de todos os membros da comunidade acadêmica, eliminando barreiras arquitetônicas, comunicacionais, digitais, metodológicas, instrumentais e atitudinais. Esta política beneficia não só pessoas com deficiência, mas também idosos, gestantes, crianças, e aqueles com dificuldades de locomoção ou habilidades cognitivas variadas. A FACIMPA valoriza a inclusão, a acessibilidade e a diversidade como pilares essenciais para uma sociedade contemporânea equitativa, e busca criar um ambiente educacional inclusivo que respeite e valorize a diversidade.

O objetivo é proporcionar condições que favoreçam uma aprendizagem de qualidade para todos, sob o lema "Gente é o melhor da gente!". Para implementar e monitorar esta política, a FACIMPA conta com o Núcleo de Experiência Discente (NED) e a Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA). O NED oferece suporte direto aos alunos através de oficinas, rodas de conversa e atendimentos individuais, além de coordenar o treinamento e articulação entre setores para reforçar a saúde mental, o apoio ao discente e a inclusão.

A CIA, composta por membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo, é responsável por discutir, propor e implementar políticas de inclusão em toda a instituição. Ambas as entidades são regidas por resoluções e portarias que documentam seus projetos, garantindo uma evolução contínua das políticas de inclusão e acessibilidade.

3.11. Organização do Curso

3.11.1. Base Legal

A estrutura curricular do Curso e seus conteúdos é resultante, fundamentalmente, da reflexão sobre sua missão, concepção e seus objetivos, estando plenamente adequada aos atos legais que regem as áreas de Educação Superior e, especificamente, o Direito. Assim, para a construção deste Projeto Pedagógico, e seguindo as diretrizes institucionais da FACIMPA cabe

mencionar que a observância a toda legislação e requisitos legais obrigatórios, sejam curriculares, sejam regulatórios, foram seguidos na íntegra, ao que ressaltamos:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394, de 20/12/1996;
- Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) nº. 10.172/2001;
- Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nº. 10.861, de 14/4/2004;
- Decreto Nº. 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, a vigorar a partir de 2009;
- Decreto Nº. 9.235, de 15/12/2017, que dispõe sobre as Funções de Regulação, Supervisão e Avaliação da Educação Superior;
- Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução Nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto N. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências;
- Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES nº 02, de 19 de abril de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito.
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, sobre o ensino EaD em cursos presenciais.

3.11.2. *Postulados e Métodos pedagógicos*

O empenho em formar sujeitos autônomos, capazes de intervirem nas complexas relações sociais da vida contemporânea, constitui-se em uma das principais responsabilidades da educação superior. A formação de nível superior incorpora dimensões éticas, afetivas, políticas, históricas, culturais e sociais, capazes de estruturar um modus operandi científico de pensamento e ação. Dessa maneira, torna-se fundamental incorporar o significado e relevância

dos princípios fundantes da educação superior, que se manifestam pelo equilíbrio entre as diferentes dimensões da formação humana, buscando formar profissionais críticos, participativos, autônomos e capazes de intervir no enfrentamento dos problemas sociais.

Nesse contexto, a FACIMPA está ciente de que uma Instituição de Ensino Superior deve ser um espaço permanente de inovação, na qual o ensino, a pesquisa e a extensão encontrem espaços para discussões e, consequentemente, revisão de paradigmas e mudança de modelos mentais, visando à formação do perfil do egresso desejado pelo Curso. Entende também que só será possível manter a perenidade institucional se for capaz de criar, como tarefa coletiva, um projeto pedagógico transformador, capacitando-a para a consolidação de sua missão. E é no cotidiano institucional que a missão se faz presente, norteando as decisões e as ações dos diferentes atores sociais.

O desafio posto pelo processo de ensinagem supõe favorecer a construção do conhecimento por parte do estudante. Para tanto, existe uma relação entre a apreensão e o tipo de conteúdo trabalhado nos diferentes espaços e tempos de aprendizagem. Compete ao professor planejar e orientar esse processo contínuo de ações, que favorece aos estudantes ir aprendendo os significados dos diferentes objetos que constituem os saberes escolares. Portanto, compreender a natureza e a relação do processo de ensino e aprendizagem faz com que o trabalho docente na FACIMPA se consubstancie basicamente em:

I. Substituir o “dar aulas” pela ação conjunta de “fazer aulas”;
II. Assumir o processo de ensinagem como competência básica da docência na educação superior;
III. Propiciar aos estudantes vivenciar o processo de aprendizagem a partir do desenvolvimento dos conteúdos factuais, procedimentais, atitudinais e a aprendizagem de conceitos;
IV. Incentivar o estudo independente, com uma metodologia centrada no estudante e garantidora de acessibilidade, procurando respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno, propiciando formas alternativas de instrução e conteúdo, delegando ao estudante maior responsabilidade por sua aprendizagem e estimulando a autonomia intelectual e desenvolvimento de confiança pelo estudante;
V. Estimular o uso de metodologias de ensino baseadas na interação entre alunos e destes com tutores e professores.

São esses determinantes que orientam a metodologia para o processo de ensino e aprendizagem na FACIMPA e nos seus Cursos, com o emprego de soluções de aprendizagem

que criam articulações entre professores tutores, alunos e conhecimento, buscando novas linguagens e novos meios para se comunicar com alunos que circulam por uma ampla gama de informações, fazem uso de diversos meios de comunicação e interagem por meio das redes sociais. Como bem apontado por Levy (1999), para uma nova realidade educacional é preciso haver mudança de postura na relação professor-conhecimento-discente, deslocando-se o foco da reprodução de conhecimentos para o desenvolvimento de competências e habilidades que devem ordenar a construção do conhecimento.

O conhecimento, por sua vez, deve ser socialmente estabelecido com a criação de situações que incentivem constantemente o pensamento dos discentes, cabendo ao professor o papel de facilitador do processo de ensino-aprendizagem. A FACIMPA conclui que não há mais espaço para a concepção pedagógica tradicional. O currículo deve ser organizado por disciplinas integradas, em que os conteúdos se apoiam em uma organização flexível, em um esforço de romper o caminho linear com foco em ensinar e aprender com significado, que implica em interações com caminhos diversos, na percepção das diferenças e na busca constante de todos os envolvidos na ação de conhecer.

No Curso de Direito da FACIMPA, todas as ações ocorrem no sentido de romper com a perspectiva tradicional para, com isso, partir para a perspectiva construtivista, dialógica e crítica, em um modelo em que professor e discente interagem no processo de ensino-aprendizagem por meio de diferentes canais e procedimentos de ensino, visando que as aprendizagens se tornem significativas. Nessa perspectiva, o Curso de Direito da FACIMPA adotou diversas metodologias ativas de aprendizagem que imbricadas, consolidou-se como um modelo próprio, inovando o método pedagógico, o qual vem se destacando como proposta metodológica, que pode responder aos anseios de mudança curricular dos Cursos de Direito no país e no cenário mundial.

Evoluindo no sentido contrário do ensino tradicional, em que se apresentam os conteúdos em formas de roteiros pré-determinados, a aprendizagem baseada em problemas surge como uma quebra de paradigma no ensino, levando os discentes a identificar suas reais necessidades de aprendizagem. O aprendizado orientado por metodologias ativas visa fornecer uma aprendizagem eficaz, em que haja aumento de retenção de informação e maior habilidade na aplicabilidade de conhecimento em contextos clínicos e, principalmente, no desenvolvimento de hábitos de aprendizagem vitalício (WOOD, 2003). Nesse sentido, a opção

pela adoção de metodologias ativas faz-se pertinente aos objetivos do Curso de Direito da FACIMPA abordadas a seguir.

3.12. Objetivo do Curso

Com a finalidade de atender aos anseios atuais e potenciais do Estado, no que tange aos aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e mercadológicos, a FACIMPA estruturou um curso capaz de atender aos objetivos, a seguir caracterizados. Ademais, considerando-se a perspectiva educacional e social e em harmonia com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e com o compromisso institucional estampado no PDI da FACIMPA, os objetivos do Curso de Direito foram articulados tendo como perspectiva o perfil do egresso, as diretrizes curriculares nacionais e as demandas sinalizadas no contexto econômico, social, cultural, político e ambiental.

Englobam, além da formação para o exercício profissional, a formação de um ser humano com visão holística, apto para a interpretação de um papel socialmente atuante, informado sobre as questões globais e locais que permeiam o seu meio cultural, social e econômico.

13.12.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do curso pode ser sintetizado da seguinte forma:

Formar bacharéis em Direito com elevado preparo científico e tecnológico e com sólida visão humanística, capacitando-os para o exercício das profissões jurídicas, com a valorização da postura ética e cidadã, compromissados com a defesa da democracia, com a responsabilidade socioambiental e com a realização da Justiça.

13.12.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Curso de Direito, sob a perspectiva da FACIMPA, podem ser referidos a partir dos ângulos próprios do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como do perfil pretendido para os egressos do Curso. E, para que o objetivo geral seja alcançado, os seguintes objetivos específicos serão desenvolvidos:

I. Formar bacharéis em Direito para atuar numa sociedade complexa e projetada juridicamente, para ser livre, justa e solidária, de modo que eles sejam capazes de entender o momento histórico e de oferecer respostas que atendam às demandas sociais;
II. Preparar bacharéis que sejam capazes de refletir, conceber, interpretar o Direito com visão crítico-dialético, democrática e humanística, comprometendo-se com a realização da Justiça em todas as suas dimensões;
III. Desenvolver bacharéis que sejam capazes de enfrentar profissionalmente questões jurídicas novas, através da prática crítica e criativa do Direito;
IV. Promover bacharéis que sejam capazes de compreender e operar com o Direito, não como algo dado, completo e acabado, mas como objeto cultural e contextualizado, resultante da dialética do processo histórico-social;
V. Formar bacharéis que sejam capazes de atuar no mundo globalizado, hegemonicamente capitalista, sem renunciar à visão ética emancipatória, construtiva e transformadora do pensamento e das práticas jurídicopolíticas;
VI. Fortalecer bacharéis que, pelo conhecimento da realidade social, sejam capazes de contribuir com o aprimoramento da ordem jurídica e com a socialização da proteção jurídica em benefício da maior parcela possível da população;
VII. Desenvolver, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz do domínio das teorias e técnicas forenses com a solução de questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
VIII. Preparar bacharéis capazes de utilizar os conhecimentos doutrinários, normativos e jurisprudenciais, de forma harmoniosa e coerente;
IX. Incentivar e viabilizar a atuação do aluno junto à comunidade local e regional, como forma de, não apenas prover o atendimento das necessidades comunitárias, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação e evolução social;
X. Formar bacharéis, com adequada compreensão jurídica dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade local e regional, capazes de exercer a atividade profissional pertinente, contribuindo com a sua superação;
XI. Desenvolver e estimular a adoção de atitudes democráticas e humanistas na implementação dos diversos aspectos da organização curricular do curso, propiciando condições concretas para que os acadêmicos percebam como é possível aliar competência profissional e compromisso ético com a melhoria da Ordem Estabelecida;
XII. Formar bacharéis que sejam capazes de contribuir com uma maior efetividade do direito processual, entendido o processo não apenas dentro da jurisdição estatal, mas diante das mais diversas formas de acesso à justiça, com especial destaque para técnicas de conciliação, mediação e arbitragem como alternativas à jurisdição oficial;
XIII. Ofertar ao bacharel o instrumental teórico-filosófico que lhe permita criticar e construir o próprio saber jurídico, capacitando-o a adaptar-se a futuros novos ramos do Direito; outros.

Estes objetivos do curso explicitam os compromissos com a formação integral, tecnológica, humana e científica, bem como com as demandas do setor produtivo da região de inserção da FACIMPA.

a) Atender às necessidades das novas áreas de atuação no mercado de trabalho, dentro dos princípios de ética, justiça social, liberdade, respeito irrestrito aos direitos humanos e cooperação.
b) Desenvolver atividades de ensino e pesquisa de forma a atender às necessidades de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser;
c) Desenvolver atividades de extensão, relacionando as atividades de ensino com as demandas da sociedade, assegurando o cumprimento do compromisso social da IES e, em especial, do Curso de Direito;
d) Efetivar a relação entre os componentes curriculares, o ensino, a pesquisa e a extensão por meio do Projeto Integrador, que será adotado como instrumento metodológico capaz de garantir que o Curso de Direito seja caracterizado por meio de práticas socializáveis a fim de garantir a aprendizagem significativa;
e) Efetivar, em especial através do Projeto Integrador, a indissociabilidade ensino-pesquisaextensão, empoderando o discente na construção de sua autonomia e na emancipação da sociedade;
f) Realizar discussão multidisciplinar dos temas transversais, possibilitando aos discentes o debate científico acerca especialmente da educação ambiental, direitos humanos, políticas de gênero e relações étnico-raciais.
g) Promover ações de mobilidade nacional e internacional, através de convênios entre IES para o intercâmbio de conhecimentos e incentivo à inovação.

Para tal, a Instituição disponibiliza para o aluno estrutura curricular coerente com o perfil do egresso, organização didático-pedagógica consistente com os fundamentos da formação, corpo docente qualificado e experiente, infraestrutura plenamente adequada e ambiente acadêmico estimulante e contextualizado para a construção do conhecimento, reflexão e inovação.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades supervisionadas, deverão constar nos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FACIMPA. Refira-se que os objetivos serão desenvolvidos durante todo o curso através de um currículo com todas as disciplinas teóricas e práticas, estágios e atividades de extensão, aliados às metodologias ativas, que contribuirão para formar um egresso que seja capaz de atuar profissionalmente nos vários contextos, sejam sociais ou institucionais, por meio de uma formação baseada em competências e habilidades citadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021). Neste contexto, o Curso de Direito da FACIMPA atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.

3.13. Perfil Profissional do Egresso, Área de Atuação e Acompanhamento

Considerando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), o perfil do egresso do Curso de Direito da FACIMPA baseia-se no desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:

> Art. 3º O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. Parágrafo único. Os planos de ensino do curso devem demonstrar como contribuirão para a adequada formação do graduando em face do perfil almejado pelo curso. Art. 4º O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a: I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnicojurídicas; III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; 3 IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas; X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural; XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito; XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

O exercício de tais competências e habilidades serão constantemente estimulados durante a graduação em Direito na FACIMPA. Os conteúdos programáticos, dessa maneira, visam não apenas dar ao aluno um panorama de uma disciplina, mas prepará-lo em teoria e prática para a realidade que se apresentará. Por isso, o perfil do egresso estabelecido pelo Curso de Direito da FACIMPA é baseado em uma discussão e um estudo constantes com o objetivo

de fornecer uma formação integrada e complexa. Além disso, o Curso de Direito da FACIMPA está pautado na busca da excelência, tendo como foco o desenvolvimento pessoal e profissional do estudante, concebido de modo a integrar, de maneira indissociável, a formação humana e cidadã e a qualificação para o exercício profissional, com o compromisso de assegurar aos profissionais formados, a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, a fim de garantir-lhes a trabalhabilidade.

Assim, busca-se a formação de um profissional de conhecimentos interdisciplinares, capaz de atuar de forma crítica e consciente sobre as diversas demandas profissionais a ele apresentadas, agindo como um agente transformador na sociedade. O Perfil do Egresso, articulado a partir dos objetivos do Curso de Direito, contempla o contexto educacional, as aspirações de formação humanística, os pilares acadêmicos expressos no PDI e o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o exercício profissional.

O Curso de Direito da FACIMPA busca formar bacharéis aptos a integrar a técnica-jurídica e a prática no exercício profissional, numa visão humanista, realizando atividades na advocacia e nas diferentes carreiras jurídicas, bem como capacitá-los para atuar como pesquisador e consultor. Assim, o perfil contempla as seguintes características:

- Sólida formação científica e técnica na área de advocacia pública e privada, de modo que o profissional seja capaz de perceber, identificar e acompanhar as mudanças contextuais da realidade na qual está inserido, fazendo as intervenções necessárias baseadas em princípios éticos e de cidadania e uma sólida visão humanística.
- Cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, comprometidos com os direitos humanos e a justiça social, preparados para atender às demandas da sociedade local e aos anseios de transformação social, aceitando a diversidade e o pluralismo cultural.
- Habilidade de refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais, ambientais e profissionais, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo.
- Visão inter e multidisciplinar, holística e, ao mesmo tempo, especializada de seu campo de trabalho, possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas interações com os processos que as originam e que delas decorrem.
- Capacidade de utilizar, criticamente, o instrumental teórico-prático oferecido em seu Curso, sendo, portanto, competente para se posicionar de um ponto de vista ético-político sobre o exercício profissional.
- Capacidade de interpretar e aplicar o Direito com o fim de construir a paz social e o respeito à dignidade humana e à vida de todos os seres, bem como de sua aplicabilidade a todos, indistintamente.

3.13.1. Competência do Egresso

Desse modo, o Curso de Direito ofertado pela FACIMPA assegura aos seus egressos condições para desenvolverem o domínio de todas as competências, habilidades e atitudes, elencadas nas Diretrizes Nacionais vigentes e que guardam perfeita relação com o cumprimento da Missão institucional e principalmente atendem as necessidades locais, regionais e nacionais, sendo ampliado em função de novas demandas pelo mundo do trabalho, tais como:

- leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito, com adequada atuação técnicojurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- conduta pautada pela ética e preocupação com questões sociais e ambientais; - capacidade de diagnosticar, analisar, contextualizar problemas;
- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do Direito.
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- julgamento, tomada de decisões, negociação e mediação de conflitos;
- domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
- trabalho integrado, interdisciplinar e colaborativo com aprimoramento do saber ser e conviver.

Nota-se, portanto, que tais habilidades e competências se encontram perfeitamente harmonizadas com aquelas que a FACIMPA busca de uma maneira geral propiciar para que seus estudantes desenvolvam, como permite inferir o disposto no seu PDI 2023 - 2027, e que, de resto, orientam este Curso de Direito:

- conduta pautada pela ética e preocupação com as questões sociais e ambientais; - capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa;
- atuação propositiva na busca de soluções para as questões apresentadas pela sociedade;
- capacidade de comunicação e expressão em múltiplos códigos e linguagens, em particular na Língua Portuguesa;
- capacidade de diagnosticar, analisar, contextualizar problemas e mediar conflitos;
- busca de constante aprimoramento científico e técnico a partir da capacidade de articular elementos empíricos e conceituais inerentes ao conhecimento;
- domínio de técnicas essenciais a produção e aplicação do conhecimento;
- trabalho integrado e contributivo em equipes multiprofissionais com aprimoramento do saber ser e conviver.

Desta forma, é essencial que os estudantes do Curso de Direito desenvolvam competências nos seguintes campos:

- leitura compreensiva e produção de textos jurídicos e correlacionados, permitindo a produção individual, autônoma e criativa de conhecimento a partir de postura crítica, bem como a comunicação/partilha deste conhecimento;
- elaboração de raciocínios e argumentações técnico-científicos, fundados em componentes de viés jurídico, social, ético e outros pertinentes aos casos concretos, emitidos por escrito ou verbalizados;
- julgamento e decisão, a partir de tomada de postura lícita e ética, informada pelos princípios constitucionais aplicáveis aos casos e aos seus desdobramentos infraconstitucionais, quando existentes.

De tudo quanto foi dito, pode-se inferir inequivocamente o perfil dos egressos que vinha desde há muito sendo dado a conhecer, mas que aqui será sintetizaso: Bacharéis em Direito, de formação generalista, aptos a, no exercício de suas atividades profissionais, sociais e/ou técnico-científicas, contribuir de forma autônoma, proativa e criativamente para a resolução de problemas referentes à sua área do saber e o desenvolvimento da Ciência Jurídica, do Direito e da Sociedade como um todo. Pretendese que sejam atores sociais, cuja postura ética e humanística seja sua marca indelével, qualquer que seja a carreira (jurídica ou não) que venham a seguir.

3.13.2. Acompanhamento do Egresso

A FACIMPA valoriza a experiência dos profissionais que passam pelo ambiente acadêmico e, após a formação, podem contribuir com uma visão atualizada das condições do mercado de trabalho, das exigências de conhecimentos, competências e habilidades. O acompanhamento de egressos representa uma renovação institucional, permitindo que a partir do contato com ex-alunos e suas realidades pessoais, acadêmicas e profissionais, sejam obtidos dados relevantes para a atualização e o aprimoramento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, da pesquisa e da extensão.

A Política de Acompanhamento de Egressos da FACIMPA será realizada pelo Núcleo de Carreira e Empregabilidade, incorporado à CoPPEXI. Seu objetivo é fortalecer o relacionamento entre a Instituição e seus egressos, promovendo ações de aproximação e contato

direto por meio de diversas formas de comunicação, conforme previsto no PDI e nos PPCs dos cursos.

O Núcleo de Carreira e Empregabilidade facilitará a inserção e o acompanhamento de alunos e egressos no mercado de trabalho, promovendo a interação com a comunidade externa, especialmente o setor produtivo. Seus objetivos incluem:

a) Promover oficinas e treinamentos comportamentais;
b) Divulgar oportunidades de emprego e estágio;
c) Desenvolver competências profissionais;
d) Estimular habilidades pessoais;
e) Fortalecer a autoconfiança e autonomia para o autodesenvolvimento;
f) Facilitar networking.

Além disso, a Política de Acompanhamento de Egressos visa manter uma linha contínua de estudos e análises sobre os ex-alunos, a partir das informações coletadas, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino e a adequação da formação profissional ao mercado de trabalho.

A FACIMPA busca atender as Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, no que se refere às políticas de avaliação dos estudantes, incluindo os ex-alunos. Na FACIMPA o acompanhamento ao egresso objetiva coletar informações sobre atuação na área, levantamento dos empregadores e profissionais liberais, campos de atuação, principais demandas do mercado e principais deficiências na formação, entre outros.

Para este acompanhamento, a FACIMPAse utiliza de mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Ademais, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e a existência de atividades de atualização e formação continuada para os egressos. Além disso, o acompanhamento dos egressos tem o objetivo de manter os vínculos institucionais com o aluno egresso, garantindo a este segmento o acesso aos bens culturais, acadêmicos e científicos produzidos e disponibilizados pela IES, bem como, estimular a continuidade do sentimento de pertinência e manutenção de vínculos afetivos.

Existe ainda na IES, grupos de contato entre coordenadores de curso e egressos para um contato mais eficiente e acessível, o que auxilia em um networking com profissionais que

agora estão no mercado. As ações de apoio ao discente e egressos são sempre bem avaliadas pelo segmento externo, assim como pelo corpo discente da IES. As políticas implantadas são constantemente revistas e reorientadas priorizando a aprendizagem do aluno, o vínculo com o mundo do trabalho e a consequente empregabilidade e, que conforme as demandas percebidas nas avaliações (autoavaliação institucional e avaliações externas), elas são efetivadas objetivando apoiar o aluno no seu processo de desenvolvimento intelectual, humano e profissional e tem conseguido atingir suas finalidades.

3.14. Estrutura Curricular

A estrutura curricular proposta para o Curso de Direito da FACIMPA contempla as modernas exigências, baseadas na legislação que regulamenta o ensino superior no país, sendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/1996), Decreto n° 5.773/2006, Resolução CNE/CES n° 1/2010, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - Lei n.º 10.861/2004, Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei n.º 13.005/2014 e DCN do curso de Direito: Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021. Tal estrutura pauta-se nos seguintes aspectos:

a) **Flexibilidade da matriz curricular**: Manifestada pela presença de disciplinas eletivas e de atividades de ensino e de extensão curriculares e extracurriculares em horários extraclasse, bem como a adoção do sistema de créditos para a composição da grade curricular.
b) **Interdisciplinaridade**: Manifestada através de projetos de extensão curriculares, nos quais professores e conteúdos se alternam para o desenvolvimento de atividades práticas que exigem a confluência de diversos tipos de conhecimentos trabalhados ao longo do curso.
c) **Acessibilidade metodológica**: Garantindo a ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino-aprendizagem desenvolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo da disponibilização de modernos recursos tecnológicos para todos os discentes.
d) **Compatibilidade da carga horária total do curso**: Garantindo ao alunado o tempo de formação suficiente e necessário para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, com vistas ao perfil traçado para o egresso.

Na concepção da estrutura curricular do Curso de Direito da FACIMPA, desde os momentos iniciais de sua formação, até a consolidação das práticas mais recentes e atuais, serão

privilegiados alguns aspectos fundamentais para a formação plena do alunado, tais como:

a) Oferta da disciplina de Libras, reforçada pela constante oferta de cursos de extensão em Libras através do NED, gratuitos, em horários extraclasse, abertos a toda a comunidade interna e externa à IES, sendo que a disciplina de Libras é oferecida como possibilidade de disciplina eletiva, para o nono e décimos períodos.
b) Oferta de conteúdos on-line como forma de familiarização com a modalidade de ensino à distância, através de disciplinas da matriz curricular no sistema semipresencial.
c) Prática de metodologias ativas de aprendizagem, como forma de tornar o aluno o ponto central do seu processo educativo, revestindo o professor com o papel de mediador desse processo. A Instituição vem desenvolvendo, nos últimos anos, importantes ações nesse sentido, como: capacitações periódicas do corpo docente em metodologias ativas; criação de um grupo de estudos em metodologias ativas, responsável, entre outras coisas, pelas capacitações docentes e organização de publicações sobre o tema; remodelação das salas de aula em termos de mobiliário e equipamentos voltados para o desenvolvimento de práticas de ensino ativo.

O Curso de Direito da FACIMPA contempla a formação humanística, ética, técnica e científica dos estudantes e está baseado na multidisciplinaridade, permitindo a integração e a complementação entre os diversos saberes, habilidades e competências. Em conformidade com as premissas apresentadas acima, o curso busca aproximar o aluno do mercado de trabalho. Para isso, realiza visitas técnicas a serviços e empresas, parcerias para estágios, palestras, semanas acadêmicas e cursos de aperfeiçoamento.

3.14.1. Matriz Curricular

Em atendimento ao que recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), a matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA compõe componentes curriculares teóricos, práticos, estágios supervisionados e atividades complementares. Como já destacado o Curso de Direito da FACIMPA pretende adotar métodos ativos de ensino-aprendizagem, centrado no discente como sujeito ativo do processo, em que atua em pequenos grupos, sob a tutela do professor-mediador.

A estrutura curricular é modular e integradora, propiciando a inserção precoce do discente na comunidade e no sistema de justiça de forma ampla, promovendo atividades práticas integradas à teoria, em nível crescente de complexidade desde o primeiro semestre do curso. O Estágio Supervisionado são organizados em três níveis de atuação, quais sejam, Conceitos Básicos de Prática Forense e Habilidades Profissionais, Clínica de Direitos Humanos e as Práticas Jurídicas, propriamente ditas, que são divididas nas grandes áreas do direito, ou seja, cível, criminal e trabalhista, acrescendo-se os métodos adequados de solução de conflitos, privilegiando a aprendizagem em serviço na realidade da atuação profissional. Outrossim, os diversos componentes curriculares que integram a matriz do Curso de Direito da FACIMPA requerem atividades teóricas, teórico-práticas e práticas.

Cada atividade acontece em cenário de aprendizagem específico, que atenda às exigências do método pedagógico do curso, sempre respeitando os critérios do número máximo de discentes, de acordo com a característica da atividade. A compatibilidade da carga horária total cumpre a determinação da Resolução MEC 03/2007, de 2 de julho de 2007. Todos os componentes curriculares são organizados e mensurados em horaaula de 60 minutos de atividades acadêmicas. Deste modo, a matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA s foi concebida com um total de 3.700 (três mil e setecentas horas), em consonância com o que preconiza a Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito.

Dentro dessa carga horária, foram previstas 397h (trezentos e noventa e sete horas) de estágio supervisionado, perfazendo um total de 11% da carga horária do curso. Outrossim, as atividades complementares, com um total de 191h (cento e noventa e uma horas), que correspondem a 4% da carga horária da matriz, serão cumpridas em conformidade aos objetivos educacionais previstos no Regulamento de Atividades Complementares, aprovado no CONSUP.

O Curso de Direito da FACIMPA tem tempo de integralização mínima 5 anos e máximo 10 anos e é organizado em forma de matriz de créditos integrativa, que tem como princípios fundamentais a flexibilidade dos componentes curriculares, a interdisciplinaridade, a articulação e a contextualização teórico-prática dos conteúdos e o desenvolvimento das competências da formação profissional e cidadã, como forma de proporcionar ao estudante o

desenvolvimento de competências e assim atender suas expectativas e possibilitar-lhe a inserção no mundo de trabalho.

A flexibilização curricular e a interdisciplinaridade se caracterizam, principalmente, pela matriz de créditos, pela oferta de Atividades Curriculares Complementares - ACC e pelos Projetos de Extensão, com o objetivo de aplicar em situações da prática profissional os conhecimentos de formação geral e específica construídos nas diferentes disciplinas, por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A acessibilidade metodológica é caracterizada pela eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de aprendizagem e de estudos a distância e presenciais, nas atividades de aplicação no campo profissional, além das ações comunitárias e de responsabilidade social.

Os professores serão capacitados para a interação e a mediação do conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência. São disponibilizados também o Programa de Nivelamento, o Suporte Técnico e Pedagógico, através do NAPED - Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente e o Apoio Psicopedagógico, por meio do Núcleo de Experiência Discente - NED. Refira-se que a concepção pedagógica que dá suporte ao PPC norteia um processo de aprendizagem com foco no aluno concebendo-o como sujeito de seu aprendizado, em permanente busca por autonomia e independência em relação ao professor.

A metodologia definida caracteriza a atuação de professores como mediadores da aprendizagem. Observa-se que o PPC foi construído colaborativamente e é sistematicamente avaliado por seu corpo docente que congrega profissionais atuantes no mundo do trabalho, no magistério superior e com ampla experiência na utilização de recursos educacionais digitais. Esses profissionais procuram contribuir para manutenção dos temas e estudos do curso sempre atualizados, trazendo as inovações e pesquisas da área profissional para discussão com os estudantes.

A fim de que os objetivos definidos no PPC sejam alcançados e o conhecimento possa ser construído ao longo da trajetória de estudos do aluno, a organicidade curricular do Curso busca promover a interdisciplinaridade, como requisito para a consolidação de saberes especializados e a sua aplicação na prática profissional. As disciplinas que compõem a estrutura curricular permitem ao aluno ter contato com conhecimentos atualizados de formação geral, que o habilitam a construir uma ampla e crítica visão da realidade social e de seu cotidiano.

Concomitantemente, o aluno tem acesso a disciplinas práticas, garantindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos às exigências do mercado e às situações encontradas na vida profissional. A seguir, apresenta-se a matriz curricular:

3.15. Matriz Curricular do curso de Direito

MATRIZ CURRICULAR - CURSO DE DIREITO	
Modalidade/Grau:	Presencial / Bacharelado
Turno:	Vespertino e Noturno
Carga Horária:	3.700 horas
Vigência:	2025
Integralização:	Mínimo de 5 anos e Máximo de 10 anos
Total de Vagas:	120 vagas anuais (60 semestrais)

PER.	ORDEM	NOME DISCIPLINA	PERSPECTIVAS FORMATIVAS	CH TOTAL	TIPO COMPONENTE	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH ESTÁGIO	CH EXTENSÃO	CH EAD	TIPO	CRED.
1º	1	História do Direito	Formação Geral	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
1º	2	Psicologia Aplicada ao Direito	Formação Geral	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
1º	3	Antropologia, Cultura e Diversidade	Formação Geral	33	Institucional	33	0	0	0	0	PR	2
1º	4	Tecnologia e Inovação	Formação Geral	33	Institucional	33	0	0	0	0	PR	2
1º	5	Economia	Formação Geral	33	Institucional	33	0	0	0	0	PR	2
1º	6	Pensamento Filosófico e Sociológico do Direito	Formação Geral	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
1º	7	Ciência Política e TGE	Formação Geral	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
1º	8	Teoria Geral do Direito	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
Subtotal				**330**	**Subtotal**	**330**	**0**	**0**	**0**	**0**	-	**20**
2º	1	Criminologia	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
2º	2	Direito Constitucional - Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
2º	3	Direito Civil - Parte Geral	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4

2º	4	Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão	Formação Técnico Jurídica	33	Institucional	33	0	0	0	0	PR	2
2º	5	Direito Criminal - Penal 1	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
2º	6	Teoria Geral do Processo	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
2º	7	Projeto de Extensão I	Extensão	78	Extensão	0	0	0	78	0	EXT	5
Subtotal				**408**	**Subtotal**	**330**	**0**	**0**	**78**	**0**	-	**25**
3º	1	Direito Constitucional - Organização do Estado e seus Poderes	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
3º	2	Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
3º	3	Direito Processual Civil - Parte Geral e Tutela	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
3º	4	Direito Criminal - Penal 2	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
3º	5	Conceitos Básicos da Prática Forense e Habilidades Profissionais	Formação Técnico Profissional	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
3º	6	Projeto de Extensão II	Extensão	78	Extensão	0	0	0	78	0	EXT	5
Subtotal				**408**	**Subtotal**	**330**	**66**	**0**	**78**	**0**	-	25
4º	1	Direito Civil - Direito dos Contratos e Relações de Consumo	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
4º	2	Direito Processual Civil - Instrução Processual e Recursos	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
4º	4	Direito do Trabalho	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
4º	6	Direito Criminal - Penal 3	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
4º	5	Projeto de Extensão III	Extensão	78	Extensão	0	0	0	78	0	EXT	5
Subtotal				**342**	**Subtotal**	**264**	**0**	**0**	**78**	**0**	-	21
5º	1	Direito Processual Civil - Processo de Execução e Procedimentos Especiais	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4

5º	2	Direito Criminal - Penal 4	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
5º	3	Processo Constitucional	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
5º	4	Direito Processual Penal I	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
5º	5	Direito Civil - Direito das Coisas	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
5º	6	Projeto de Extensão IV	Extensão	78	Extensão	0	0	0	78	0	EXT	5
Subtotal				**375**	**Subtotal**	**165**	**0**	**0**	**78**	**132**	-	23
6º	1	Direito Civil - Direito de família	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
6º	2	Direito Processual Penal II	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
6º	3	Direito Administrativo Geral	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	66	0	0	0	0	PR	4
6º	4	Métodos Adequados de Soluções de Conflitos	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
6º	5	Clínica de Direitos Humanos	Formação Técnico Profissional	66	Estágio	0	0	66	0	0	EST	4
6º	6	Projeto de Extensão V	Extensão	78	Extensão	0	0	0	78	0	EXT	5
Subtotal				**375**	**Subtotal**	**165**	**0**	**66**	**78**	**66**	-	23
7º	1	Direito Administrativo - Contratos e Processos	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	33	0	0	0	PR	4
7º	2	Prática em Técnicas de Audiência	Formação Técnico Profissional	66	Específica	0	66	0	0	0	PR	4
7º	3	Processo do Trabalho	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
7º	4	Prática Criminal e Tribunal do Juri	Formação Técnico Profissional	83	Estágio	0	0	83	0	0	EST	6
7º	5	Eletiva I	Eletiva	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
7º	6	Direito Civil – Direito das sucessões	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4

Subtotal				**380**	**Subtotal**	**132**	**99**	**83**	**0**	**66**	**-**	24
8º	1	Direito Empresarial Geral	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
8º	2	Trabalho de Conclusão de Curso I	Formação Técnico Profissional	49	Específica	33	0	0	0	16	HB	3
8º	3	Direito Tributário Geral	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
8º	4	Direito Previdenciário e Seguridade Social	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
8º	5	Ética, Deontologia e Gestão da Advocacia	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
8º	6	Prática Civel e Consumeirista	Formação Técnico Profissional	99	Estágio	0	0	99	0	0	EST	6
Subtotal				**346**	**Subtotal**	**165**	**0**	**99**	**0**	**82**	**-**	21
9º	1	Trabalho de Conclusão de Curso II	Formação Técnico Profissional	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
9º	2	Direito Tributário - Normas Específicas	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
9º	3	Direito Financeiro	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
9º	4	Eletiva II	Eletiva	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
9º	5	Prática Trabalhista e Previdenciária	Formação Técnico Profissional	83	Estágio	0	0	83	0	0	EST	6
9º	6	Direito Digital	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2
Subtotal				**248**	**Subtotal**	**165**	**0**	**83**	**0**	**0**	**-**	16
10º	1	Direito Ambiental e Agrário	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
10º	2	Direito Empresarial - Falência e Recuperação Empresarial	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
10º	3	Direito Internacional Publico e Privado	Formação Técnico Jurídica	66	Específica	33	0	0	0	33	HB	4
10º	4	Tópicos Especiais	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33	0	0	0	0	PR	2

10º	5	Práticas dos Métodos Adequados de Soluções de Conflitos	Formação Técnico Profissional	66	Estágio	0	0	66	0	0	EST	4
Sub total				**297**	**Subtotal**	**132**	**0**	**66**	**0**	**99**	-	18

ACC	**Atividades Complementares**	191

O resumo da distribuição da carga horária entre os períodos da matriz, destacando-se além do montante da carga horária, o número de componentes curriculares e o percentual de cada espécie de carga horária pode ser visualizado na tabela abaixo:

		Total		**Teórica**	**Prática**	**Estágio**	**Extensão**	**EAD**
SUBTOTAIS		**3700**		**2178**	**99**	**397**	**390**	**445**
HORA RELÓGIO		**3700**		**2178**	**99**	**397**	**390**	**445**
			PERCENTUAIS	59%	3%	11%	11%	12%

CH PRESENCIAL	**3255**	**88,0%**
CH ONLINE	**445**	**12,0%**
CH PRÁTICA (ACC + PRÁTICA)	**753**	**20%**

Discilinas Eletivas	**PERSPECTIVAS FORMATIVAS**	**CH TOTAL**	**TIPO COMPONENTE**	**CH TEÓRICA**
Bioética e Biodireito	Formação Geral	33	Específica	33
Direito, Linguagem e Interpretação	Formação Geral	33	Específica	33
LIBRAS	Formação Geral	33	Institucional	33
Sociedade em rede e relações consumeiristas	Formação Geral	33	Específica	33
ESG	Formação Geral	33	Institucional	33
Gestão e Empreendedorismo	Formação Geral	33	Institucional	33

Direito da Propriedade Intelectual	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33
Direito Econômico	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33
Direito Urbanístico	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33
Crimes contra o Sentimento Religioso e Crimes contra a Administração Pública	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33
Decisões nos Tribunais Superiores	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33
Regulação do Setor da Saúde	Formação Técnico Jurídica	33	Específica	33

Ademais, observa-se que os percentuais de carga horária definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), são atendidos de modo pleno, uma vez que o total da carga horária da matriz é de 3.700 (três mil e setecentas horas), cumprindo o previsto no art. 12, além de estabelecer um percentual de 17,30%, resultado da soma da carga horária destinada às atividades complementares e de práticas jurídicas (estágio), cumprindo o que se determina no seu art. 13, conforme se verifica na tabela abaixo.

Distribuição da Carga Horária da Matriz Curricular por Tipo de Componente

Tipo Componente	Soma de CH	% CH Total
Carga Horária Teórica Presencial	2178	59%
Carga Horária Teórica Presencial	99	3%
Carga Horária Teórica EaD	445	12%
Carga Horária de Extensão Curricular	390	11%
Carga Horária de Estágio (Práticas Jurídicas)	397	11%
Carga Horária de Atividade Complementar	191	4%
Total Geral	**3700**	**100,00%**

3.16. Concepção curricular

Destaque-se que o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FACIMPA foi construído em total observância às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), assim como a Resolução CNE/CES N° 2, de 18/6/2007, que dispõe sobe a carga horária mínima e tempo de integralização dos cursos de graduação bacharelados presenciais. Respeitando a Resolução n° 02, de 18 de junho de 2007, do Ministério da Educação, o Curso de Direito da FACIMPA está estruturado com carga horária mínima de 3.700h (três mil e setecentas horas) e limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos, equivalente a 1000 dias letivos, com regime de matrícula semestral por créditos. A integralização deverá ocorrer no tempo máximo de 10 (dez) anos, correspondente a 20 (vinte) períodos.

A matriz curricular apresenta eixos temáticos de integração estrutural que perpassam os semestres de formação, contemplando o conhecimento indispensável na consolidação do novo perfil desejado. O planejamento de ensino acontece por meio de “intra” e “inter” eixos, baseando-se nas competências a serem desenvolvidas e, consequentemente, nos métodos, projetos, articulação entre a teoria e prática e do sistema de cooperação entre as unidades curriculares (multi e interdisciplinaridade) que devem ser realizados.

Os eixos são identificados por área de atuação e desdobramento do exercício profissional. Tais eixos não propõem o esgotamento do conhecimento, mas sim a permissão da exploração e da busca por seus significados na prática profissional. O Curso de Direito é estruturado em eixos temáticos que promovem a articulação teórico-prática descritos a seguir:

- Eixo de Formação Geral
- Eixo de Formação Técnico-jurídica
- Eixo de Formação prático-profissional

3.16.1. *Eixo de Formação Geral*

Objetiva integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber abrangendo, entre outros, oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação e estudos que envolvam conteúdos

essenciais sobre Antropologia, Cultura Africana e Indígena, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

O referido eixo capacita o aluno por meio da formação sócio-políticoeconômica, para o posterior estudo das regulamentações jurídicas específicas quanto às suas raízes e a sua evolução no tempo, assim como quanto às consequências práticas da sua aplicação às relações sociais cotidianas. Também habilita o estudante para a reflexão em torno dos princípios gerais, de ordem epistemológica, lógica e ética, legitimadores do desenvolvimento teórico e da operacionalização das instituições jurídicas, positivadas, enfatizando a atuação na advocacia com senso ético e de justiça.

3.16.2. *Eixo de Formação técnica*

Abrange além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza estudadas sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Previdenciário, Direito Digital, Formas Consensuais de Solução de Conflitos para a perfeita aprendizagem da prática profissional.

3.16.3. *Eixo de Fromação Prático Profissional*

Objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, realizado através da Prática Jurídica; Trabalho de Conclusão, Ética Jurídica e Deontologia Jurídica, Projeto de Extensão, além das Atividades Complementares, enfatizando a atuação como intérprete do direito na área privada, bem como na seara pública.

A formação acadêmica é complementada pelas Atividades Curriculares Complementares que visam promover a discussão dos temas de interesse global como: desenvolvimento sustentável; direitos humanos; história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros; abordados não somente em seminários e atividades desenvolvidas pelo Curso de Direito (Semana Jurídica, avaliações integradas, entre outros), mas principalmente

nas disciplinas do eixo fundamental e profissional tais como Direito Ambiental (sustentabilidade) e Direitos Humanos e Diversidade (história e cultura afrobrasileira).

Tendo em vista a diversificação curricular, prevê o PPC conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinados campos do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito, tais como: Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito Agrário, Direito Digital, Gestão e Empreendedorismo, Competência Relacional, Desenvolvimento de Habilidades Gerais, Tecnologia e Inovação e outras. A Formação prático-profissional objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o Trabalho de Conclusão, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

Além de conteúdos curriculares obrigatórios, está prevista a oferta de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como eletiva, Atividades Complementares e práticas inovadoras que respeitam à diversidade e individualidade de cada estudante. A estrutura curricular do curso de Direito da FACIMPA se fundamenta e se organiza para contemplar os aspectos de inovação e flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica, entendidos como a construção de um currículo não segmentado ou linear, mas, ao contrário, integrado, moderno e inovador proporcionando instrumentos, utensílios e ferramentas com recursos de tecnologia que auxiliam no aprendizado.

Nessa direção, o currículo do Curso de Direito da FACIMPA está estruturado no sentido vertical e horizontal, por meio de disciplinas que se integram, com temas transversais e práticas, presentes desde a primeira até a última fase do curso. Além disso, o aluno tem a oportunidade de vivenciar experiências em diversos cenários de ensino-aprendizagem que ensejam a formação de profissionais com a competência e a qualidade exigida para acompanhar as transformações sociais da atualidade a partir de práticas extensionistas.

Como se depreende do que foi dito até aqui, deseja-se formar profissionais-cidadãos que compreendam o Direito em tríplice dimensão: como fato, como valor e como norma, e que se realiza em ambiente social e históricocultural marcado pela mudança e pelo inesperado. Do formando esperase, portanto, que saiba localizar o Direito e a si mesmo em meio ao mundo da vida, relacionando os conhecimentos auferidos ao longo dos estudos do Direito como objeto da Ciência Jurídica, aos conhecimentos produzidos por outras ciências, em uníssono com o

disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021).

A FACIMPA, por sua vez, juntamente com o NDE preocupa-se em investir em um Programa Permanente de Formação e Desenvolvimento Docente, a fim de preparar o Corpo Docente para a mudança paradigmática em relação à concepção pedagógica baseada no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, a partir do uso de metodologias ativas. Isto porque, a vivência acadêmica e a literatura especializada relatam que as transformações curriculares costumam provocar a utilização de táticas isoladas, como por exemplo, usar pontualmente um "novo" instrumento de avaliação, usar uma "nova" metodologia (ativa), normalmente sem uma estratégia clara definida.

Nesse sentido, o NDE do Curso de Direito e a própria FACIMPA conceberam uma estratégia a indução do movimento de mudança pretendido ancorada em um sólido Programa de Formação e Desenvolvimento Docente, a fim de superar mudanças superficiais sem a necessária transformação da práxis docente. Essa linha argumentativa fundamentou a elaboração das estruturas curriculares com Matrizes sequenciais ainda organizadas por períodos, portanto, sem rompimento abrupto com o modelo tradicional, contudo, flexibilizadas em sua essência de modo a atender aos princípios básicos para construção de um bom currículo de Direito conformado aos ideais institucionais e do próprio Curso.

Os conteúdos que compõem as disciplinas dessas estruturas são condizentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), e com o PDI, permitindo a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências em níveis crescentes de complexidade. Assim, destaca-se aqui algumas questões relevantes:

- incremento das atividades práticas no âmbito das disciplinas teóricas processuais, a fim de melhorar a interação teoria-prática, e, ainda, contribuir para o desenvolvimento de habilidades que resultem na competência de leitura e produção de textos de viés jurídicoprofissional;
- incremento das disciplinas voltadas para o desenvolvimento de habilidades concernentes ao desenvolvimento da competência de leitura e produção de textos jurídicos, percebida como uma falha na formação do ensino médio, envolvendo estudo de Língua Portuguesa; Direito, Linguagem e Interpretação;
- conteúdos curriculares, habilidades e competências coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso;

- inclusão das disciplinas voltadas para a formação geral e interdisciplinar dos estudantes (tais como Psicologia aplicada ao direito; Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão; Competência Relacional; Gestão e Empreendedorismo; Tecnologia e Inovação, as quais contribuem para o enfrentamento da complexidade social em suas múltiplas exigências para com os profissionais do campo jurídico;
- inclusão de disciplinas com base na Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, possibilitando a adequação das diretrizes curriculares do curso de Direito ao ambiente da pandemia COVID-19, possibilitando aos estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologia de informação e comunicação, além de implantação de disciplinas obrigatórias (Direito Previdenciário e Seguridade Social, Direito Digital e Métodos Adequados de Soluções de Conflitos);
- utilização de metodologias ativas de aprendizagem que privilegiem o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento; - flexibilidade de estudos, por meio de disciplinas optativas, das Atividades Complementares, Trabalho de Curso e Projeto de Extensão.

As estruturas curriculares do Curso de Direito da FACIMPA foram analisadas a partir de referenciais como sua coerência em relação ao que se pretende como perfil do egresso e quanto aos objetivos do Curso, bem como no tocante à formação do Corpo Docente, dimensionamento da carga horária necessária ao desenvolvimento de atividades consubstanciadas em atividades diversificadas, de modo que os conteúdos curriculares expressassem isto claramente.

Tal abordagem introdutória permite que se compreenda melhor tanto a forma de seu desenvolvimento e complementação com atividades extraclasse, quanto a metodologia empregada para a realização das diversas atividades (comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos conscientes de sua condição de cidadãos), além do funcionamento do sistema institucional de apoio ao discente, que engloba atividades de nivelamento, apoio extraclasse, psicológico, psicopedagógico e de sedimentação de aprendizagem, dentre outros aspectos.

Vale salientar que questões relevantes referidas aos conteúdos curriculares, mas específicas, sempre receberão tratamento aprofundado no momento da apresentação de cada plano de ensino elaborado pelo respectivo professor da disciplina em respeito a dinâmica

necessária e a autonomia de cátedra, disponibilizados tais documentos aos estudantes antes do início do semestre letivo e com eles discutidos tão logo se dê sua abertura.

Esta exposição, portanto, visa apenas contemplar alguns pontos significativos para a compreensão da lógica pedagógica que orienta não só a organização curricular apresentada, mas este PPC como um todo, onde se contemplam as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, ou seja na Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e na sua alteração introduzida pela Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), no que se refere aos Eixos de Formação referenciais e sua interligação, conforme exposto linhas atrás. Por isso, todo o esforço da FACIMPA dirige-se à formação de Bacharéis em Direito que, por seu labor acadêmico, tenham construído uma sólida base de conhecimentos e saberes fundamentais a compreensão crítica e reflexiva do fenômeno jurídico para além de sua dimensão legal e positiva.

Ao longo dessa jornada, pretende-se subsidiar aos egressos um processo de auto (re)construção pessoal e profissional, de modo que ao final do Curso se caracterizem por sua qualidade de sujeitos autônomos e criativos, capazes de enfrentar assim as velhas ou novas questões que assolam a sociedade e os juristas na busca do desenvolvimento da cidadania, aptos a integrar em sua vida profissional teoria e prática de maneira criativa e proativa.

Vale registrar que a carga horária total do curso em tela (3.700 horas) está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007. Assim, as atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

a) Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.
b) Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.
c) Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
d) Estágios supervisionados: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
e) Atividades complementares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
f) Trabalho de Conclusão de Curso: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades extraclasses, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FACIMPA. Na elaboração da estrutura curricular em seus diversos cursos, a FACIMPA tem certeza de que sua identidade institucional está sendo construída com dedicação, honestidade e busca contínua de competência.

Busca-se reafirmar seu compromisso permanente com as diretrizes norteadoras das instituições e os sistemas de ensino centrados na excelência e melhoria da qualidade e da produtividade de seus serviços, respeitando o princípio de indissociabilidade entre:

a) O ensino (graduação), em que assume a responsabilidade da formação presencial, do homem cidadão e do profissional-ético capacitado para ter sucesso como empreendedor e mão-de-obra especializada para o exercício da reflexão crítica, participação na produção, sistematização e superação do saber e/ou alavancador de processos de desenvolvimento autossustentável;
b) A pesquisa acadêmica, que visa formar profissionais com raciocínio científico, capazes de desenvolver investigações comprometidas com a solução dos problemas político-culturais, socioeconômicos locais e/ou regionais;
c) A extensão, que promove a troca de experiências com a comunidade por meio da socialização das ações desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem, pelo legado da criação cultural e da pesquisa gerada na instituição e dos programas em parceria de educação continuada e de ação comunitária, ao tempo em que retroalimenta os seus conteúdos e processos acadêmicos e gerenciais;

Denote-se, assim que o Curso de Direito da FACIMPA foi concebido em regime semestral, com 60 vagas semestrais, totalizando 120 (cento e vinte) vagas anuais. Sua matriz curricular vai ao encontro dos preceitos recomendados pela Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito. Considerando a variabilidade do campo disciplinar do Direito, a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021) aponta para a inclusão de até 20% do total da sua carga horária, destinada às atividades complementares e de prática jurídica.

Nesse sentido, o currículo do Curso de Direito da FACIMPA articula a construção de um conhecimento técnico-científico, nos eixos de Formação Geral, Formação Técnico Jurídica e Formação Prático-Profissional, que permitam ao aluno analisar e intervir na diversidade dos fatos jurídicos e em diferentes contextos. O curso funcionará nos turnos matutino e noturno, tendo duração de 5 anos, com integralização devendo ocorrer no período mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos, indo ao encontro das demandas regionais e vincula-se à vocação

institucional. Como visto, a carga horária semestral do Curso de Direito da FACIMPA está equilibrada, variando de 300 a 375 horas. A integralização curricular compreende dez semestres, totalizando 3.700 horas, incluindo 205 horas de atividades acadêmicas complementares.

Destaque-se que a carga horária de estágio supervisionado, prevista na matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA, encontra-se prevista em práticas jurídicas, e está alocada nos seguintes períodos do 6º ao 10° períodos. A carga horária total de estágios do curso é de 397 horas, o que perfaz 11% da carga horária total do curso, atendendo, portanto, ao artigo 13 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021), somando-se à carga horária das atividades complementares que é de 205 horas, atinge-se um percentual de 15,68%. A instalação do Núcleo de Práticas Jurídicas pelo Curso de Direito da FACIMPA também é um indicador da adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais, em seu artigo 6º.

A carga horária total do curso de 3.700 horas (horas-relógio) contribui para que os acadêmicos possam atuar com excelência nas diferentes áreas de conhecimento da profissão, pois a carga horária de cada componente curricular foi baseada nos conteúdos programáticos necessários para a formação do profissional, assim como na sua complexidade e importância para atingir o perfil profissional desejado. Nos semestres letivos, existe uma distribuição ponderada de horas para as disciplinas, permitindo aos alunos do curso o desenvolvimento pleno, tanto de suas atividades de ensino, quanto das atividades de extensão e iniciação científica. Todas as etapas de formação fornecem ao profissional uma bagagem com todas as habilidades e conhecimentos que o tornarão apto a atender os objetivos delineados na concepção do curso.

3.16.4. *Interdisciplinaridade e Transversalidade*

A concepção que embasa a ação da FACIMPA é que o processo de ensino-aprendizagem se constitui a partir das relações entre os sujeitos em torno de um objeto, e que essas ações não são abstratas e universais ou apenas cognitivas, porém nelas estão presentes também a imaginação, emoção, prazer, valores, crenças e concepções a respeito do mundo e do homem. O processo de seleção de conteúdos a comporem os currículos prende-se ao seguinte:

- garantir a aproximação de disciplinas que ministrem conteúdos afins, estimulando a interdisciplinaridade e a correlação entre teoria e prática;

- inserir o aluno nos campos de atuação desde o 1º semestre do curso, propiciando a interação de teoria com prática, influindo na motivação do aluno e valorizando a integração interdisciplinar;
- promover a aproximação com os diversos cenários, permitindo a aquisição gradual de conhecimentos e habilidades (do mais simples ao mais complexo) e promovendo a aprendizagem para um competente desempenho profissional;
- desenvolver a aprendizagem centrada no aluno, visando estimular a formação do pensamento lógico-crítico;
- valorizar a pesquisa como instrumento de conhecimento analítico e estabelecimento de conceitos lúcidos e transformadores;
- promover as avaliações e recuperações de assuntos de acordo com as reais necessidades reconhecidas pelo conjunto professor-aluno;
- estimular o talento, a criatividade, a iniciativa, face às exigências das demandas de mercado nos tempos modernos, incentivando, ainda, o espírito integradoparticipativo;
- criar ambiente cooperativo de aprendizagem, possibilitando modos de interação social com desenvolvimento de projetos que atendam aos diversos segmentos sociais.

O paradigma educacional que norteia todo o trabalho educativo e formativo profissional da FACIMPA se define a partir dos seguintes aspectos:

- aprender a aprender, visando a uma situação de aprendizagem que vislumbre a autonomia do aprendiz para uma educação permanente e continuada;
- aprender a fazer, visando a construção de um homem com condições de aprender a fazer o novo, ou o inusitado, não se submetendo à tecnologia, mas dominando-a;
- aprender a conviver, visando a corresponsabilidade em relação ao bem-estar do outro, solidarizando-se com ele e sendo tolerante com as diferenças, buscando sempre um convívio harmonioso e solidário;
- aprender a ser, entendendo que o homem não é um ser acabado e que a cada momento deve aprender a ser mais humano;
- aprender ao longo de toda a vida, entendendo que o que sabemos ou aprendemos só nos mostra quão longo é o caminho e que vantagens temos ao dedicar a vida a aprender sempre mais.

Essas reflexões e definições apontam para os princípios das diretrizes curriculares nacionais, que a FACIMPA respeita ao adotá-los como orientação dos seus projetos de cursos, quais sejam:

- Ênfase na educação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- Prática de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional;
- Relação teoria-prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;

- Educação continuada, visando a formação ao longo da vida;
- Interdisciplinaridade, ocorrendo por meio do planejamento de currículos integrados, construídos ao redor de núcleos que procuram superar os limites das disciplinas, centrados em temas, problemas, tópicos, períodos históricos, espaços geográficos, entre outros;
- Flexibilidade, evitando os currículos fechados e congestionados de informações e permitindo aos alunos aproveitarem os estudos independentes, ou seja, os não ministrados em sala de aula;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da relação teoria e prática e da curricularização da extensão, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Avaliação diagnóstica, por meio de instrumentos variados que sirvam para informar às instituições, aos docentes e aos discentes acerca do desenvolvimento do processo ensinoaprendizagem.

Além disso, a interdisciplinaridade é operacionalizada articulando-se as disciplinas da matriz entre semestres, áreas afins e também entre os cursos que serão ofertados na FACIMPA, permitindo a atuação dos alunos e professores de áreas e olhares distintos, trabalhando não só de modo interdisciplinar, mas também multidisciplinar. A interdisciplinaridade se efetiva por meio de atividades coletivas entre turmas distintas, permitindo a reunião de professores de disciplinas distintas, de modo a fomentar o debate, o trabalho em equipe e a pesquisa sob diferentes olhares, por meio da problematização que é realizada no ambiente acadêmico ou social. Destaque-se que a matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA, compreende a prática da interdisciplinaridade e da transversalidade, ao prever a oferta de componentes curriculares, que em sua concepção e conteúdo permitem esta prática imbricante.

3.16.5. *Flexibilidade Curricular*

O princípio da flexibilização da matriz curricular do curso é promover fluidez na oferta dos componentes curriculares e, dessa forma, possibilitar que o coordenador e professores desenvolvam ações, entendidas como desdobramentos das competências previstas que fortaleçam a identidade do curso, a partir de suas características e necessidades locais e regionais. Considerando que na FACIMPA a metodologia de ensino é organizada por competências, a flexibilidade para a oferta das disciplinas se potencializa.

Significa dizer que a oferta das disciplinas se torna um processo dinâmico, que oportuniza ao aluno um percurso que o desafie e o prepare para o desenvolvimento de uma visão crítica. A barreira da rigidez de oferta é rompida, valorizando-se e respeitando-se a

articulação entre as disciplinas. Esse dinamismo estimula o trabalho com a diversidade, a interação entre os alunos e a interdisciplinaridade.

A flexibilidade permite que alunos definam suas trajetórias de formação por meio da escolha de conteúdos e atividades, do desenvolvimento de competências e habilidades e através dos componentes curriculares que são ofertados ao longo de sua formação. Também será oportunizada a flexibilidade de oferta das disciplinas curriculares para as turmas, observando requisitos de complexidade, de conhecimentos prévios necessários e de competências e habilidades desenvolvidas para o futuro egresso. Esse processo é desempenhado pelo coordenador do curso, sempre observando as considerações do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que considera o perfil profissional do futuro egresso, das necessidades locais e regionais, além do desenvolvimento e entrosamento dos alunos em cada turma.

Outro componente que viabilizará a flexibilização curricular será a Extensão Curricular, distribuída ao longo do curso com seus momentos previstos junto à sua matriz. O aluno participará de momentos específicos destinados ao desenvolvimento das atividades extensionistas junto à comunidade de seu entorno, permitindo articular competências práticas com conhecimento teórico, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade, conciliado com o aperfeiçoamento de suas competências técnicas e socioemocionais. Além dessa maleabilidade na oferta e disposição de disciplinas, bem como dos componentes de extensão, a flexibilização curricular se efetivará também por meio de outros componentes acadêmicos como as disciplinas eletivas.

As disciplinas eletivas previstas no curso são parte integrante da matriz curricular e apresentam a oportunidade de flexibilização do currículo por meio de um elenco de disciplinas à escolha dos alunos, sendo elas:

Bioética e Biodireito
Direito, Linguagem e Interpretação
LIBRAS
Sociedade em rede e relações consumeiristas
ESG
Gestão e Empreendedorismo
Direito da Propriedade Intelectual
Direito Econômico
Direito Urbanístico
Crimes contra o Sentimento Religioso e Crimes contra a Administração Pública
Decisões nos Tribunais Superiores
Regulação do Setor da Saúde

Cada disciplina eletiva prevista na matriz pode ser substituída por uma das disciplinas escolhidas, devendo ser cursada com êxito pelos alunos para o cômputo da carga horária do curso e desenvolvimento das competências nela previstas. As disciplinas previstas no elenco de disciplinas eletivas apresentam congruência com as áreas de atuação do egresso e com a legislação vigente.

3.16.6. Inovações Pedagógicas

Com uma visão de adequação social e tecnológica, a orientação geral da FACIMPA para os cursos de graduação é que, na elaboração ou reelaboração dos seus Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC, haja estrito cumprimento ao disposto na legislação e a procura de contextualização do currículo às peculiaridades regionais, considerando-se:

a. Flexibilidade curricular – onde os professores e alunos sejam sujeitos da construção do saber;
b. Aproveitamento dos recursos pedagógicos materiais de forma inter e multidisciplinar, não só como forma de minimizar os custos de oferta dos cursos, mas também por possibilitar o enriquecimento didático-pedagógico do ensino;
c. Incorporação de tecnologias que facilitem o processo ensino-aprendizagem, através do uso de plataformas online e aplicativos que coloquem o aluno em conexão com os avanços tecnológicos hoje disponíveis e que possam, assim, conduzir de forma individual seus estudos, como complemento às ações de sala de aula;
d. Máxima utilização dos laboratórios e espaços coletivos da FACIMPA de forma a promover a integralização curricular e integração social entre alunos de diversos cursos.

As ações de planejamento e organização dos PPCs são responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e Colegiados de Curso, apoiados nas suas necessidades pela Direção, pelo Núcleo de Experiência Discente – NED e pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiências Docentes – NAPED. Outrossim, a FACIMPA é consciente de que a globalização e as inovações tecnológicas estão provocando profundas transformações no mundo do trabalho. O mercado de trabalho e as relações de emprego têm mostrado uma nova configuração que reflete diretamente no perfil profissional, exigindo novas competências para inserção nesse novo mercado. O contexto atual requer um sujeito atuante e inovador, que pense de forma crítica e estratégica, conseguindo atuar em ambientes cada vez mais complexos.

Dessa forma, a FACIMPA preconiza a organização dos currículos dos cursos de modo que as competências profissionais sejam traduzidas em competências educacionais. Sob esse

contexto, a FACIMPA oferece aos seus alunos, de forma institucionalizada, disciplinas como Gestão e Empreendedorismo e Economia.

3.16.7. Acessibilidade Metodológica e Instrumental

A acessibilidade metodológica e instrumental corresponde a uma das dimensões de acessibilidade implementadas para reduzir as barreiras nos métodos e técnicas de trabalho desenvolvidos pelos docentes. A FACIMPA busca ofertar ao seu aluno um modelo acadêmico isento de qualquer barreira quanto à acessibilidade metodológica e instrumental. A aplicação dessas dimensões de acessibilidade no ambiente educacional pode ser percebida por meio da promoção, pelos docentes do curso, de processos pedagógicos diversificados e da utilização de recursos que viabilizam a aprendizagem dos estudantes da educação especial, tais como:

I) Texto com fonte ampliada
II) Pranchas de comunicação
III) Flexibilidade na correção de textos
IV) Ampliação de tempo para realização de provas e atividades
V) Envio de resumos e materiais complementares
VI) Aprofundamento de estudos
VII) Disponibilização de recurso de tecnologia assistiva, por exemplo, teclado adaptado de aprendizagem.

A acessibilidade metodológica é entendida como a ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino-aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), etc. As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas por meio de adaptações curriculares de conteúdos programáticos, neste PPC.

Deste modo, a estrutura curricular constante nestes PPC e implementada considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores.

Para a efetiva promoção da acessibilidade, além de oportunizar o acesso ao ensino superior às pessoas com deficiência, é necessário satisfazer condições para que esses sujeitos possam permanecer no ensino superior, aprender e se desenvolver. Na FACIMPA, a

acessibilidade é viabilizada com o apoio do Núcleo de Experiência Discente – NED, por meio de ferramentas, equipamentos, programas, métodos, teorias e técnicas de ensino-aprendizagem, oportunizando o acesso e a permanência no ensino superior aos acadêmicos, em consonância com as diretrizes estratégicas institucionais, bem como com as políticas para a educação superior do Brasil, emanadas pelo MEC/INEP/CNE/CSESu/SINAES.

Para a consecução dessa política, a FACIMPA oferece espaços, serviços e oportunidades aos discentes, capazes de garantir o acolhimento, o acompanhamento tanto pedagógico quanto psicológico e dos processos administrativos da vida acadêmica, que permitam o desenvolvimento de sua cidadania, de sua relação com outros ambientes acadêmicos (mobilidade) e o encaminhamento ao mercado, tendo como foco o empreendedorismo, a plena inclusão e a permanência do acadêmico na Instituição. Destaque-se que a FACIMPA propicia ao corpo discente um adequado e eficiente atendimento de apoio, suplementar às atividades de sala de aula, através do Núcleo de Experiência Discente – NED, que realiza atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicita providências e propõe soluções.

O foco do Núcleo de Experiência Discente – NED está direcionado a promover a acessibilidade, a inclusão e a permanência daqueles discentes matriculados nos cursos ofertados pela FACIMPA, sendo que sua política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

a) Acompanhar e orientar didaticamente, de modo prioritário, os alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
b) Estimular o relacionamento produtivo entre professor e aluno;
c) Ampliar o número de convênios com instituições e empresas;
d) Definir o aluno como foco principal do processo de ensino-aprendizagem;
e) Respeitar expectativas e necessidades dos alunos.

No Núcleo de Experiência Discente – NED, materializa-se o compromisso institucional em desenvolver a missão e a identidade institucional com vistas a aprimorar os processos de ensino e aprendizagem, bem como realizar o trabalho com enfoque no conhecimento e na formação técnica e pessoal através da valorização do indivíduo. Este setor presta atendimento especializado de orientação pedagógica, psicopedagógica e psicológica a alunos e colaboradores, além de executar as políticas de acessibilidade e inclusão. Tem por finalidade atuar nos processos básicos da aprendizagem e do ensino, bem como desenvolver ações

voltadas à acolhida, à adaptação, ao desenvolvimento de competências e à permanência no ambiente universitário, através da realização de ações mais ágeis no diagnóstico das dificuldades encontradas pelos alunos de graduação e pós-graduação.

São áreas de atuação do Núcleo de Experiência Discente – NED:

a) Pedagógico;

b) Psicopedagógico;

c) Psicológico;

d) Acessibilidade.

O intuito do atendimento proporcionado pelo NED é:

a) Dar suporte na relação professor e acadêmico, acadêmico e acadêmico;
b) Orientar e encaminhar acadêmicos e colaboradores quanto aos conflitos emocionais;
c) Oferecer aos estudantes e colaboradores condições para o aperfeiçoamento das relações interpessoais;
d) Intervir na orientação didático-pedagógica;
e) Elaborar procedimentos para orientação de estudos;
f) Desenvolver estratégias que visem à recuperação de conteúdo;
g) Atuar no processo de ensino e aprendizagem, averiguando problemas e dificuldades que impeçam a adaptação do estudante ao seu curso;
h) Orientar estudos, planejar o tempo escolar, identificar dificuldades de aprendizagem e assessorar os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem;
i) Auxiliar e trabalhar as questões emocionais, comportamentais, relacionamentos, orientação profissional, ansiedade, timidez, depressão, elaboração do luto, questões psiquiátricas ou existenciais;
j) Ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e os demais colaboradores, servindo como tradutor entre pessoas que compartilham língua e culturas diferentes;
k) Disponibilizar profissional especializado aos alunos, oferecendo apoio pedagógico e psicológico para grupos, visando à adaptação do estudante ao curso em cada uma de suas etapas de inserção na vida acadêmica;
l) Proporcionar apoio psicológico ou psiquiátrico, por encaminhamento, se necessário;
m) Prover sessões de orientação e acompanhamento nos estudos, individuais ou coletivos, para favorecer a melhoria das capacidades, relações e condições socioafetivas que constituem um elemento crucial para o êxito no processo de aprendizagem;

n) Promover, em todos os níveis e segmentos institucionais, o processo de acessibilidade e inclusão, além da permanência dos que ingressam à IES.

Para tanto, o Núcleo de Experiência Discente – NED conta com profissionais habilitados em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia, sendo que os atendimentos podem acontecer das seguintes formas: encaminhamento do acadêmico pela coordenação do curso ou professor e agendamento através dos meios de comunicação feito diretamente pelo acadêmico. Neste quadro, encaixam-se também agendamentos para professores e colaboradores. As solicitações procedentes dos funcionários são, prezando pelo completo acompanhamento e assistência, comunicadas ao coordenador do setor.

O Núcleo de Experiência Discente – NED, além de prestar apoio ao corpo discente, também tem a função de, em parceria com a coordenação do curso, promover sugestões para melhorar e orientar as atividades pedagógicas e o desempenho didático da equipe de professores quanto à metodologia de ensino adotada, sugerindo o uso de diferentes técnicas didáticas e recursos pedagógicos disponíveis.

3.16.8. Compatibilização da Carga horária

A carga horária dos cursos é orientada pela Resolução CNE/CES nº 2/2007 e nº 3/2007 e pelo Parecer CNE/CES nº 261/2006, que instituem o mínimo de duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, por meio de preleções e aulas expositivas e/ou atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades. Na metodologia de ensino concebida pela FACIMPA a carga horária é mensurada em horas relógio (60 minutos), composta de 50 minutos de aula mediada e 10 minutos de atividades orientadas, totalizando 60 minutos de efetiva atividade acadêmica.

As atividades orientadas foram concebidas com a finalidade de desenvolver no aluno a cultura de autoestudo. Assim sendo, cada professor preparará e disponibilizará, antecipadamente, no ambiente virtual, o planejamento das atividades que prepararão o aluno para a aprendizagem dos conteúdos da aula, conforme descrito anteriormente. No que concerne especificamente à matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA, vale registrar que a carga horária total do curso em tela (4.000 horas) está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

Assim, as atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

- Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.
- Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.
- Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- Estágios supervisionados: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- Atividades complementares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- Trabalho de Conclusão de Curso: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Durante as atividades orientadas, sempre ocorre a orientação do professor da disciplina, de modo a aplicar os conceitos teóricos na resolução de situações-problema presentes no cotidiano profissional do futuro egresso. Essas atividades são realizadas em ambientes acadêmicos e/ou profissionalizantes, podendo ocorrer intra e extramuros.

3.16.9. *Articulação da Teoria com a Prática*

A articulação da teoria com a prática é contemplada na abordagem dos diversos conteúdos, observando o equilíbrio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento de temas inerentes às atividades profissionais de forma integrada, propiciando ao aluno o aprimoramento científico e a busca do avanço tecnológico. Nesse contexto, a estrutura curricular desenvolvida possui coerência com o perfil traçado para o profissional egresso, pois é organizada de forma a propiciar uma articulação dinâmica entre ensino e labor profissional, prática e teoria, ambiente acadêmico e convívio comunitário, o básico e o profissionalizante, de modo a assegurar, ao longo do curso, a formação científico-ético-humanista do profissional almejado, além do desenvolvimento de diversas competências que ensejem a autonomia para pensar e decidir.

Para isso, podem ser utilizados outros ambientes de aprendizagem, como o próprio Núcleo de Práticas Jurídicas, instituições conveniadas para a execução dos projetos de extensão e outros ambientes externos, quando possível. Durante a elaboração da estrutura curricular, são adotados princípios que promovem a organização do curso, partindo do geral para o específico,

em níveis crescentes de complexidade e em sucessivas aproximações. Assim, uma sequência de conhecimentos define os objetivos a serem alcançados – novos conhecimentos e habilidades são introduzidos em momentos subsequentes, reforçando o que já se sabe e mantendo as interligações com as informações previamente aprendidas.

Deste modo, o estudante, gradualmente, se apropria do conhecimento em uma maior amplitude e profundidade, havendo uma concentração maior de disciplinas específicas à medida que ele avança no curso, embora essa articulação possa ser feita desde o início da formação acadêmica, por meio da metodologia de ensino a ser adotada. A extensão curricular é outro recurso que possibilitará a articulação da teoria com a prática, permitindo a interação do aluno com a comunidade e suas demandas reais. Por meio do seu desenvolvimento, será possível que o aluno articule competências já adquiridas no curso e proponha soluções criativas e viáveis para as demandas regionais ou locais que se apresentem junto à comunidade.

Entre os meios que promovem a articulação entre teoria e prática, pode-se elencar ações de atendimento à sociedade, realização de atividades práticas em sala de aula ou outros ambientes acadêmicos, que permitam a aplicação concreta de conceitos teóricos em situações similares aos reais, de modo a permitir o desenvolvimento de competências e habilidades necessária para a profissão, além das ações realizada junto à Extensão Curricular.

No Curso de Direito da FACIMPA, a articulação da teoria com a prática é contemplada na abordagem dos diversos conteúdos, observando o equilíbrio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento de temas inerentes às atividades profissionais de forma integrada, propiciando ao aluno o aprimoramento científico e a busca do avanço tecnológico. Nesse contexto, a estrutura curricular desenvolvida possui coerência com o perfil traçado para o profissional egresso, e é organizada de forma a propiciar uma articulação dinâmica entre ensino e labor profissional, prática e teoria, ambiente acadêmico e convívio comunitário, o básico e o profissionalizante, de modo que assegure, ao longo do curso, a formação científico-ético-humanista do profissional almejado, e que agregue diversas competências necessárias ao desenvolvimento autônomo no pensar e decidir.

Para isso, podem ser utilizados outros ambientes de aprendizagem, sempre que possível. Na elaboração da estrutura curricular, também são adotados princípios que promovam a organização do curso, partindo do geral para o específico, em níveis crescentes de complexidade e em sucessivas aproximações. Assim, uma sequência de conhecimentos define os objetivos a serem alcançados – novos conhecimentos e habilidades são introduzidos em momentos subsequentes, reforçando o que já se sabe e mantendo as interligações com as informações previamente aprendidas. Deste modo, o estudante, gradualmente, se apropriará do

conhecimento em uma maior amplitude e profundidade, havendo uma concentração maior de disciplinas específicas à medida que o estudante vai avançando no curso.

Contudo, se buscará essa articulação desde o início da formação acadêmica, por meio da metodologia de ensino a ser adotada. De acordo com a matriz curricular apresentada, o número de horas de atividades práticas e atividades exercidas em grupos são particularmente essenciais e substanciais.

3.16.10. Oferta da Disciplina de Libras

A disciplina de Libras está presente no currículo dos Cursos de Graduação da FACIMPA, conforme estabelecido no Decreto 5.626/2005. A disciplina possui a seguinte ementa: Libras como língua materna para os sujeitos surdos. O surdo no espaço escolar. Estudos de diferentes áreas que se propõem a ampliar a reflexão sobre a exclusão social dos grupos minoritários e problemas de letramento. Discussões de base antropológica e culturalista, buscando referenciais que permitam conceber os surdos como sujeitos culturais.

A disciplina de Libras tem como objetivo oportunizar a comunicação e expressão intergrupal, atendendo às necessidades específicas da língua de sinais e sua importância para a inserção no mercado de trabalho, de forma articulada ao contexto político, social e tecnológico. As competências e habilidades desenvolvidas na disciplina incluem:

a) **Conhecer e entender o sujeito surdo**, sua cultura, identidade, seus direitos previstos em leis e aspectos gerais da Libras;
b) **Compreender a importância da Libras** para a sociedade na qual ela está inserida;
c) **Dinamizar a prática dos conteúdos aprendidos** através da Língua de Sinais;
d) **Praticar a Língua de Sinais** através da apresentação e interpretação de textos, poemas, músicas e histórias em Libras/Português e Português/Libras.

A disciplina fornece subsídios ao acadêmico para que ele seja ciente da singularidade linguística dos surdos e, assim, compreenda e atenda às demandas sociais na esfera de acessibilidade e inclusão. Dessa forma, facilita a interação com os surdos e fomenta mudanças positivas no contexto social e cultural. Além da abordagem disciplinar, o Núcleo de Experiência Discente (NED), em parceria com o setor de Gente & Gestão, oferece periódicamente cursos de Libras aos colaboradores, possibilitando a comunicação com este segmento da sociedade e assegurando, assim, mais um aspecto da inclusão social.

3.16.11. Disciplinas na modalidade a distância

A Portaria nº 2117, de 06 de dezembro de 2019, autoriza as instituições de ensino superior a introduzirem, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de até 40% da carga horária total do curso em disciplinas na modalidade a distância. Essa legislação define a oferta de disciplinas na modalidade a distância como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes instrumentos de informação que utilizem as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

A introdução dessa modalidade objetiva complementar o modelo pedagógico, promovendo a inovação e o uso da tecnologia digital no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo significativamente para aproximar ainda mais o aluno da realidade do mercado de trabalho. Este mercado requer, além das habilidades e competências previstas na formação técnica do egresso, habilidades e competências digitais integradas ao momento econômico e social vivenciado nos possíveis locais de atuação do formando.

As disciplinas a distância, prevista para a oferta a partir do 5° semestre letivo, serão compostas por um conjunto de atividades proporcionais à carga horária semestral, conforme estabelecido na matriz curricular de cada curso. As competências e os conteúdos curriculares são explicitados nos planos de ensino das disciplinas. O aluno tem um cronograma de atividades virtuais a serem realizadas no AVA e uma agenda presencial, composta pela realização de atividades e avaliações na IES. No Curso de Direito da FACIMPA, essas disciplinas podem ser reconhecidas na matriz curricular como disciplinas interativas, que se dividem em:

- **Híbrida:** Combina atividades presenciais e a distância.
- **On-line Síncrona:** Aulas e atividades realizadas em tempo real, com interação ao vivo entre professores e alunos.
- **On-line Assíncrona:** Atividades e conteúdos disponíveis para acesso a qualquer momento, sem a necessidade de interação em tempo real.

Essas modalidades permitem a flexibilização do ensino e a adaptação às necessidades individuais dos alunos, promovendo uma formação mais dinâmica e alinhada com as exigências do mercado de trabalho atual.

3.16.11.1. Disciplinas Híbridas

As disciplinas híbridas são representadas na matriz curricular pela sigla HB – Híbrida. Essas disciplinas possuem parte da sua carga horária executada por meio de aulas presenciais, sejam elas teóricas e/ou práticas, em simultâneo com carga horária de aulas mediadas pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Neste tipo de disciplina, a interlocução com as atividades de ensino a distância ocorre por meio da disponibilização no AVA de material didático institucional, elaborado com base na ementa da disciplina, por professores conteudistas. Esse material é produzido por uma equipe multidisciplinar especializada na elaboração de conteúdo dessa natureza.

O docente que ministrará a carga horária presencial na IES terá o papel de conhecer esses materiais e aplicá-los de acordo com os encontros previstos na carga horária presencial da disciplina. Este possui a autonomia e a flexibilidade de incluir no AVA materiais complementares a cada encontro, enriquecendo o conteúdo da disciplina e disponibilizando mais recursos para que os alunos se preparem para as atividades e avaliações. Isso significa que o conteúdo disponibilizado no AVA pode ser complementado pelo docente da disciplina, que tem total liberdade para inserir novos objetos de aprendizagem. As disciplinas híbridas são estruturadas em 04 módulos, planejados para serem desenvolvidos ao longo de 20 semanas de estudo. Essa estrutura modular é organizada da seguinte forma, conforme exemplo a seguir:

Quadro 1:Estrutura das Disciplinas Híbridas (exemplo)

	Conteúdo (PDF, Vídeos)		Exercícios de Autocorreção	
	Início	Fim	Início	Fim
Módulo 1 (Semanas 1 a 5)	26/07/2025	15/12/2025	26/07/2025	04/10/2025
Módulo 2 (Semanas 6 a 10)	21/08/2025	15/12/2025	21/08/2025	11/10/2025
Módulo 3 (Semanas 11 a 15)	11/09/2025	15/12/2025	11/09/2025	30/10/2025
Módulo 4 (Semanas 16 a 20)	02/10/2025	15/12/2025	02/10/2025	17/11/2025

Fonte: Dados Institucionais

Cada módulo foi desenhado com 5 semanas, que são compostas por diferentes objetos de aprendizagem (texto, vídeo, game, simulação, etc.), 04 exercícios de autocorreção (um em cada módulo) e 01 conjunto de atividades-padrão propostas ao final de cada semana, melhor identificado no quadro a seguir.

Quadro 2: Desenho Pedagógico dos Módulos numa Disciplina Híbrida

4 MÓDULOS	**20 SEMANAS (5 semanas por módulo)**	**Estrutura das aulas:** **- 1 aula pode conter 1 ou vários objetos de aprendizagem (*)** **- 1 objeto de aprendizagem pode contemplar o conteúdo de mais de uma aula, permeando o conteúdo de todas elas;** **- 1 semana poderá integrar uma quantidade diversa de conteúdos de acordo com a carga horária da disciplina e os tempos de aula online.** **Os docentes têm autonomia e liberdade para inserirem outros objetos de aprendizagem no AVA.**	**4 EXERCÍCIOS DE AUTOCORREÇÃO (1 por módulo com 5 questões randomizadas)**	**1 Conjunto de 3 Atividades -Padrão, à escolha do docente, disponíveis no AVA, a serem desenvolvidas sob a orientações online e entrega presencial**

Fonte: Dados Institucionais

* Um objeto de aprendizagem pode ser: Texto, Vídeo, Game, Simulação, etc.

Todas as disciplinas híbridas possuirão material didático que oferecerá suporte ao autoestudo do aluno, com o objetivo de sistematizar previamente o que é ministrado. Esse material disponibilizará leituras prévias e materiais complementares de estudo, colocando o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o protagonista e responsável pelo seu aprendizado.

O aluno terá acesso à relação de disciplinas de sua matriz curricular, bem como à previsão da qualidade metodológica de sua oferta, especificando-se os respectivos tipos de disciplinas. Semestralmente, os componentes curriculares que constituem a oferta do curso estarão disponíveis no Portal do Aluno.

3.16.11.2. Disciplinas Interativas

As disciplinas interativas encontram-se representadas na matriz pelas siglas HB-ON.S – Híbrida Online Síncrona, ON.S – Online Síncrona e ON.A – Online Assíncrona. São disciplinas que possuem 100% da sua carga horária, ou seja, conteúdos e mediação, ofertada com a utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs), por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Neste tipo de disciplinas, os objetos de aprendizagem são diversos, contemplando webaulas, exercícios de autocorreção, simulados, atividades dissertativas e prova final. Os conteúdos curriculares planejados para essas disciplinas são teóricos e estão descritos em seus

respectivos planos de ensino. Para esse formato, a carga horária integral da disciplina contempla um conjunto de atividades cujo cronograma considera atividades realizadas no AVA, sob o acompanhamento de um professor/tutor com formação na área, para sanar dúvidas durante todo o semestre e avaliar as atividades, prevendo também uma agenda presencial, composta pela realização de atividades e avaliações.

Registre-se que nas disciplinas interativas, a carga horária 100% online pode ser executada nos seguintes tipos de disciplinas:

a) **HB-ON.S – Híbrida Online Síncrona:** disciplinas cuja carga horária totalmente à distância é mesclada em momentos síncronos e assíncronos;
b) **ON.S – Online Síncrona:** disciplinas cuja carga horária totalmente à distância é executada exclusivamente em momentos síncronos, ou seja, cuja transmissão ocorre simultaneamente, portanto, em tempo real;
c) **ON.A – Online Assíncrona:** disciplinas cuja carga horária totalmente à distância é executada exclusivamente em momentos assíncronos, ou seja, cuja transmissão não ocorre simultaneamente, portanto, em tempo posterior.

Aponte-se que para estas disciplinas 100% online, além dos recursos didáticos disponibilizados também nas disciplinas híbridas, é oportunizado aos alunos a realização de exercícios de autocorreção, fóruns, atividades dissertativas e teste simulado para avaliação. As provas presenciais são uma obrigatoriedade nesta modalidade, e as participações dos alunos são monitoradas a partir da realização das atividades.

Destaque-se que, neste tipo de disciplina, cuja oferta é 100% online, as atividades de tutoria são realizadas através da mediação dos tutores por meio do AVA, valendo-se de moderação dos fóruns, elaboração e correção das atividades dissertativas, contato via e-mail e/ou caixa de mensagens do AVA, e a realização de aulas ao vivo por meio de salas virtuais, agendadas e divulgadas previamente. A estrutura das disciplinas interativas contempla 04 módulos, que foram pensados e planejados em 20 semanas de estudo, conforme quadro a seguir. Cada módulo é desenhado com 5 aulas e um fórum de discussão temático para interação entre os alunos.

Quadro 3: Desenho Pedagógico dos Módulos por Disciplina Interativa

4 MÓDULOS	**20 AULAS (5 por módulo)**	**20 PDFs (1 por aula)**	**20 VÍDEOS (1 por aula)**	**20 EXERCÍCIOS AUTOCORREÇÃO (1 por aula)**	**4 FÓRUNS (1 por módulo)**	**1 ATIVIDADE DISSERTATIVA (1 incluindo módulos 1 e 2)**
1 SIMULADO para prova (incluindo todo o conteúdo)						
1 PROVA FINAL (incluindo todo o conteúdo)						

Fonte: Dados Institucionais

Assim, cada aula é composta por 3 diferentes objetos de aprendizagem, sendo eles: um arquivo em PDF com o conteúdo da aula, um vídeo e um simulado (com 4 exercícios de autocorreção). Ainda na disciplina, os alunos realizam 1 atividade dissertativa e 1 simulado para prova (referente aos 2 primeiros módulos) e 1 prova no final do semestre letivo. Os encontros síncronos semanais com os alunos possibilitam que o conteúdo da disciplina seja enriquecido semanalmente, a partir da disponibilização da gravação desses encontros e de materiais novos utilizados pelos tutores.

Refira-se que todas as disciplinas interativas, 100% online, possuem material didático que oferece suporte ao autoestudo do aluno, com o objetivo de sistematizar previamente o que é ministrado, dispondo ao aluno as leituras prévias e os materiais complementares de estudo, dentro de uma perspectiva que coloca o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o agente responsável pelo seu aprendizado. O aluno terá acesso à relação de disciplinas da sua matriz curricular, bem como à previsão da qualidade metodológica de sua oferta, especificando-se os respectivos tipos e, semestralmente, ao conjunto de componentes curriculares que constituem a oferta do curso, no Portal do Aluno.

3.16.12. *Articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação*

A articulação entre os componentes curriculares, durante o percurso da formação do aluno, é explicitada por meio de ações que promovem a integração de ações sociais com os conceitos teóricos, de modo a desenvolver as competências e habilidades necessárias ao futuro egresso. A matriz curricular apresenta uma organização composta de disciplinas que se conectam, priorizando, dessa maneira, uma abordagem multidisciplinar, permitindo a interdisciplinaridade, vinculada aos eixos norteadores.

Os conteúdos foram organizados por aparelhos/sistemas, grandes temas e ciclos de vida, e têm como elemento integrador os problemas. As disciplinas contemplam um todo homogêneo e funcional, como uma unidade completa, e não de partes justapostas, focada em um tema central. As disciplinas e demais componentes curriculares da matriz do curso estão presentes do 1º ao 10º semestre e as suas temáticas são interligadas, de forma a manter um encadeamento lógico. Tais temáticas se articulam também no estágio supervisionado. Note-se que o desenho da matriz curricular evolui em crescentes aquisições (conhecimentos, habilidades

e atitudes) e remete a uma espiral, que a cada volta tem pontos de partida e chegada em planos distintos, ascendentes.

Além disso, congrega elos em suas diferentes faces, assim, configura-se um movimento e um dinamismo curricular que rompe com a estagnação dos quadros disciplinares fechados em suas grades horárias. Neste aspecto, a transdisciplinaridade também se evidencia na presença no corpo docente de professores, com a participação no Núcleo Docente Estruturante - NDE e no Colegiado.

A operacionalização dos conteúdos das disciplinas, segue as orientações do Núcleo Docente Estruturante - NDE e deste Projeto Pedagógico do Curso - PPC para que as competências desenvolvidas em cada disciplina, com o uso de metodologias ativas, promovam a discussão do indivíduo. Outrossim, o curso desenvolve as seguintes competências e habilidades necessárias para o futuro egresso: - Atuar em diversos contextos sociais e institucionais, como por exemplo, em planejamento e execução de políticas públicas de cidadania, direitos humanos e prevenção à violência; Registre-se, ainda que a articulação entre os componentes curriculares, como disciplinas, estágios, atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso, no percurso de formação do aluno, é explicitada por meio de ações que promovem a integração de ações sociais com os conceitos teóricos, de modo a desenvolver as competências e habilidades necessárias ao futuro egresso.

Ademais, as atividades de práticas jurídicas, que serão desenvolvidas nos componentes de estágio curricular supervisionado, permitirão aos alunos acesso à uma multiplicidade de cenários de práticas, que vão desde aos mais tradicionais, no Poder Judiciário local, em escritórios de advocacia, ao Núcleo de Práticas Jurídicas, como às entidades de defesa de direitos, entidades privadas da área da saúde como do agronegócio. Conforme apresentado anteriormente, o Curso de Direito desenvolve competências e habilidades necessárias para o futuro egresso nos seguintes eixos profissionais: Formação Geral, Formação Técnino Jurídica e Formação Prático Profissional.

3.17. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares da Matriz Curricular do Curso de Direito da FACIMPA foram determinados a partir do perfil pretendido para a formação de seus egressos, atendendo ao estabelecido nos Art. 2º, 3º, 4º e 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021); com o mais profundo e amplo respeito à diversidade e individualidade,

seguindo as pautas estabelecidas pelos estudos com este mister realizados e em total observância a legislação vigente.

A carga horária está adequada em hora-relógio (3.700 horas), sendo contemplados a bibliografia atualizada em acervo digital, além da acessibilidade metodológica. A carga horária citada e destinada às unidades curriculares, bem como o conteúdo delas, atende às exigências legais e oportuniza o desenvolvimento de um profissional que reúne habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho, mas que se complementam com atividades curriculares complementares, como ações e projetos de extensão e estágios extracurriculares, que lhe propicia desenvolver-se como pessoa e cidadão e aprofundar conhecimentos na área em que deseja atuar.

A partir das competências definas para o egresso, foram definidos os conteúdos das disciplinas que integram os eixos temáticos e que compõem o currículo do curso. As ementas e os programas das unidades curriculares foram definidos pelo Núcleo Docente Estruturante, com apoio dos professores do Curso, em Colegiado, como proposta inicial, visando assegurar sua adequação aos objetivos propostos e garantir a formação do profissional definido no perfil do egresso. Esses programas levam em conta as competências a serem desenvolvidas pelo currículo e as interrelações entre as unidades curriculares que integram a matriz curricular, sendo atualizadossempre que necessária à sua adequação às novas realidades de mercado, face às mutações cada vez mais frequentes.

A partir dos programas, são elaborados os Planos de Ensino e Aprendizagem pelos professores, disponibilizados no Portal Acadêmico e no CANVAS no início do período letivo. Esses Planos de Ensino e Aprendizagem são aprovados pelo NDE, que verificam se as atividades planejadas e o sistema de avaliação garantem o cumprimento da carga horária, o alcance dos objetivos e o desenvolvimento das competências. A bibliografia a ser utilizada pelo Curso definida pelo NDE, também será revisada, semestralmente, e referendada em relatório de adequação por este órgão, que contará para a tarefa de atualização com o apoio das sugestões dos professores do Curso, em reuniões ordinárias, de modo a manter atualizado o acervo disponível para os alunos do curso, de acordo com a política de expansão e atualização do acervo virtual praticada pela FACIMPA. Dada a importância do aprofundamento teórico e de promover a autonomia de estudos dos estudantes, as Unidades de Aprendizagem apontam para Leituras Complementares, extraídas de outras fontes complementares.

Nos Projetos de Extensão, os discentes serão estimulados a analisar os conteúdos de forma global, visando o desenvolvimento do seu espírito crítico e multidisciplinar e a formação integral do indivíduo, propiciando-lhe o acesso à discussão de conhecimentos de formação geral

e a oportunidade de inserção nos diferentes contextos de complexidade concernentes a sua escolha profissional, aplicando-os em projetos de responsabilidade social. Ainda, os projetos proporcionarão experiências acadêmicas de integração de ensino, pesquisa e extensão. Ao apropriar-se da perspectiva de integração curricular a FACIMPA se propõe a trabalhar com temas geradores que se articulam com as disciplinas e demais atividades dos fluxos acadêmicos, que integram o currículo.

A formação acadêmica é complementada pelas Atividades Curriculares Complementares que visam uma maior integração entre os corpos docente e discente; flexibilizar o currículo pleno do curso; proporcionar ao discente maior aperfeiçoamento crítico-teórico e técnico-instrumental; aprofundar os graus de multiprofissionalidade e de interdisciplinaridade; diversificar e enriquecer a formação humanística; desenvolver no discente a competência de resolver problemas, de construir suas próprias oportunidades e de manter-se em processo de atualização de conhecimento; possibilitar ao discente autonomia na ampliação de seu universo cultural e enriquecimento de seu processo formativo e promover a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. As atuais e recentes Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021) também destacam a necessidade da oferta de uma formação que se baseie em três eixos estruturantes, que estarão destacados abaixo juntamente com os conteúdos programáticos do núcleo comum previstos pelo Curso de Direito da FACIMPA:

Eixo de Formação	Componente Curricular
Formação Geral	• História do Direito • Psicologia Aplicada ao Direito • Antropologia, Cultura e Diversidade • Tecnologia e Inovação • Economia • Pensamento Filosófico e Sociológico do Direito • Ciência Política e TGE • Bioética e Biodireito • Direito, Linguagem e Interpretação • LIBRAS • Sociedade em Rede e Relações Consumeristas • ESG • Gestão e Empreendedorismo
Formação Técnico Jurídica	• Teoria Geral do Direito • Criminologia • Direito Constitucional - Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais • Direito Civil - Parte Geral • Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

	• Direito Criminal - Penal 1 • Teoria Geral do Processo • Direito Constitucional - Organização do Estado e seus Poderes • Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil • Direito Processual Civil - Parte Geral e Tutela • Direito Criminal - Penal 2 • Direito Civil - Direito dos Contratos e Relações de Consumo • Direito Processual Civil - Instrução Processual e Recursos • Direito do Trabalho • Direito Criminal - Penal 3 • Direito Processual Civil - Processo de Execução e Procedimentos Especiais • Direito Criminal - Penal 4 • Processo Constitucional • Direito Processual Penal I • Direito Civil - Direito das Coisas • Direito Civil - Direito de família • Direito Processual Penal II • Direito Administrativo Geral • Métodos Adequados de Soluções de Conflitos • Direito Administrativo - Contratos e Processos • Processo do Trabalho • Direito Civil – Direito das sucessões • Direito Empresarial Geral • Direito Tributário Geral • Direito Previdenciário e Seguridade Social • Ética, Deontologia e Gestão da Advocacia • Direito Tributário - Normas Específicas • Direito Financeiro • Direito Digital • Direito Ambiental e Agrário • Direito Empresarial - Falência e Recuperação Empresarial • Direito Internacional Publico e Privado • Tópicos Especiais Eletivas • Direito da Propriedade Intelectual • Direito Econômico • Direito Urbanístico • Crimes contra o Sentimento Religioso e Crimes contra a Administração Pública • Decisões nos Tribunais Superiores • Regulação do Setor da Saúde
Formação Prático Profissional	• Prática em Técnicas de Audiência • Prática Criminal e Tribunal do Juri • Trabalho de Conclusão de Curso I • Prática Civel e Consumeirista • Trabalho de Conclusão de Curso II • Prática Trabalhista e Previdenciária • Práticas dos Métodos Adequados de Soluções de Conflitos

Além das disciplinas acima, o Curso de Direito da FACIMPA conta também com Disciplinas Integradoras, que se consubstanciam nos Projetos de Extensão de cariz transversal, aplicadas conforme as diretrizes o Regulamento e Diretrizes Gerais para Oferecimento de Extensão Acadêmica Curricular - EAC, para a FACIMPA.

Note-se que o desenvolvimento de projetos comunitários se tem constituído prioridade nas atividades extensionistas e a identidade institucional alcançada na prática comunitária garante benefícios sociais para ambas as partes.

Esta prática fundamenta-se na Portaria n° 1.350, publicada no Diário Oficial da União de 17/12/2018, Seção 1, p. 34, a qual homologa o Parecer do CNE e Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. São elas:

- Projeto de extensão I
- Projeto de extensão II
- Projeto de extensão III
- Projeto de extensão IV
- Projeto de extensão V
- Projeto de extensão VI
- Projeto de extensão VII

Ademais, os conteúdos curriculares definidos para o curso estão em consonância com o que preconiza a sua legislação específica, e busca possibilitar, com qualidade, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando os seguintes aspectos: coerência com a legislação e os objetivos do curso; necessidades locorregionais; acessibilidade metodológica; adequação das cargas horárias; adequação da bibliografia e abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e pessoas com deficiência.

O curso busca a atualização da área profissional, diferenciando-se dentro dela, e para tal considera as necessidades locorregionais, com o objetivo de atendê-las e supri-las, gerando bem-estar à comunidade local e regional, primando pela formação de qualidade de seu futuro egresso.

Entre as necessidades locorregionais, encontram-se:

- Direitos Fundamentais da População Indígena e Quilombola
- Direito Fundamental à Proteção da Saúde
- Relação Jurídica de Prestação de Cuidados de Saúde
- Direito Ambiental
- Direito do Agronegócio e suas Relações Contratuais
- Direito Agrário

Registre-se que a adequação da carga horária é demonstrada por intermédio da matriz curricular presente no item Matriz Curricular, contemplando 3.700 horas como carga horária total do curso, observando a norma legal sobre a carga horária mínima do curso.

Note-se que as unidades de estudo do Curso de Direito do FACIMPA se relacionam com os eixos estruturantes e objetivos do curso. Além disso, a organização curricular possibilita a interrelação entre elas, cumprindo, assim, o disposto nas recentes Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Direito (Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021).

Observa-se que a relação de sequência e complementaridade entre os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas será fortalecida pelos projetos interdisciplinares a serem desenvolvidos pelo Colegiado do Curso de Direito tendo em vista os objetivos de cada período do curso. Tais projetos são subsidiados por atividades integradoras, nas quais diversas disciplinas participarão e que podem se valer de atividades em múltiplos cenários de práticas, projetos de pesquisa, congressos, mostras de TCC e estágios, colóquios, monitorias, visitas técnicas. Ao final do processo, os resultados serão socializados, promovendo a integração entre os diversos períodos do curso.

No que concerne à carga horária total do curso, ela é condizente com toda a bagagem de conhecimentos que o(a) profissional precisa desenvolver com vistas à sua inserção no mercado de trabalho. O currículo proposto para o Curso de Direito da FACIMPA possui carga horária total e integralização que atendem à legislação pertinente. Neste contexto, as ementas, programas e bibliografias dos componentes curriculares estão atualizados e direcionados para proporcionar a formação do egresso consonante com o perfil desejado. As bibliografias (básica e complementar) de todos os componentes curriculares estão dispostas neste PPC.

Objetivamente, as atividades serão desenvolvidas no curso, valorizando metodologias inovadoras e ativas que não se restrinjam a aulas expositivas, e que, efetivamente, permitem o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação, bem como atendem a acessibilidade pedagógica e atitudinal e promovem a interdisciplinaridade, a articulação teóricoprática e a flexibilidade curricular.

Nesse sentido, através do estudo de situações problemas, empregando ferramentas de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem, garante-se o contato dos alunos com os problemas sociais, regionais e locais, permitindo que o egresso possa contribuir com o desenvolvimento do meio em que ele está inserido.

As questões ambientais, e os temas relativos à Educação em Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são trabalhados de forma transversal, contínua e permanente.

Frise-se, ainda, que a FACIMPA disponibilizará ao aluno do Curso de Direito um modelo acadêmico que promove o desenvolvimento de métodos e técnicas de ensino/aprendizagem que incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades, seja por meio da oferta de instrumentos e ferramentas que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem, seja no desenvolvimento de ações e competências no campo teórico, prático, profissional, cultural e social, tais como: a resolução de situações-problema reais, atividades em pequenos grupos, ações multidisciplinares, entre outros, estimulando o desenvolvimento de competências que atendam ao perfil profissional do egresso.

Deste modo a FACIMPA procura adequar os conteúdos ao perfil profissional do egresso, considerando as especificidades do público-alvo da educação especial. Assim, disponibiliza para todos os professores capacitação e formação na área de Educação Inclusiva, buscando contribuir com as reflexões pedagógicas e as adaptações necessárias para que todos os alunos tenham condições de acesso para desenvolver esse perfil.

3.17.1. *Plano de Ensino*

O plano de ensino do Curso de Direito da FACIMPA é um instrumento de ação educativa, que promove a organização do conteúdo programático, o planejamento do processo metodológico e avaliativo e a sistematização do processo educacional das ações dos docentes e discentes, em vista à consecução dos objetivos de aprendizagem estabelecidos.

O processo de elaboração considera a participação ativa dos docentes e deve ser consciente, refletido e planejado, trazendo consigo a característica da flexibilidade e da

adaptabilidade a situações novas e imprevistas. O plano de ensino é elaborado e disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem, pois se trata de um documento em que se pactua o planejamento do semestre e a comunicação entre professor e aluno, passando a ser um instrumento de trabalho e um documento de compromisso com o processo de ensino-aprendizagem.

Em consonância com seu modelo de ensino, os planos de ensino da FACIMPA são organizados e disponibilizados para os alunos de acordo com os seguintes tópicos:

1. Curso.
2. Identificação da disciplina.
3. Docente.
4. Coordenador.
5. Carga horária.
6. Atividades de aula.
7. Competências.
8. Estrutura da disciplina: Unidade de Ensino (conteúdo programático).
9. Proposta metodológica.
10. Sistemática de avaliação.
11. Referências bibliográficas: referências básicas, referências complementares e outras referências.

Esse modelo de plano de ensino permite ao professor ter clareza sobre o trabalho que desenvolverá em sala de aula.

Embora a maioria das IES opte por adotar o termo objetivo, a FACIMPA opta por utilizar o termo competência, considerando o entrelaçamento existente entre os conceitos de objetivo geral e competência, bem como de objetivos específicos e habilidades, depreendidos a partir das leituras em Perrenoud (2002).

A FACIMPA trabalha o currículo por competências, no qual o aluno passa a ser responsável pelo ato de aprender e de construir a trajetória de sua aprendizagem, em contraposição ao ensino transmissor de conteúdos, em que aluno atua como sujeito passivo.

Diante de todo o exposto, e considerando que o plano de ensino deve guiar a ação docente no processo ensino-aprendizagem, a FACIMPA opta por utilizar o termo competências, entendendo que o objetivo não está apenas no campo cognitivo, não se encontra

em algo que o docente deseja para o seu aluno (pois esse é o seu dever ético), mas naquilo que, após a sua completa mediação, o aluno é capaz de fazer para demonstrar que, de fato, desenvolveu a competência projetada.

Nesse contexto, o objetivo do conteúdo é desenvolver competências, cujo alcance abrange o CONHECER e se evidencia no FAZER do discente/egresso, prenunciando a qualidade da sua atuação como profissional.

Denote-se que as ementas e os conteúdos de cada disciplina estão relacionados no anexo deste PPC.

3.17.2. Conteúdos pertinentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Consoante às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, preconizadas na Lei nº 11.645, de 10/03/2008, e na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a FACIMPA tem se preocupado em oferecer diferentes atividades a fim de suprir esta necessidade na formação de seus acadêmicos.

Por isso, a matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA encontra-se sustentada no contexto da política de ações afirmativas, pelo reconhecimento, valorização e afirmação de direitos livre de qualquer tipo de discriminação racial, social e cultural; do reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos; da formação de cidadãos numa sociedade multicultural e pluriétnica; e da aceitação e valorização das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia.

Neste contexto, serão introduzidas, no cotidiano da formação dos alunos do Curso de Direito da FACIMPA, diferentes ações de valorização da diversidade, visando à promoção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que os eduquem como cidadãos na construção de uma nação democrática.

Registre-se que a FACIMPA na execução das suas política e diretrizes já implementou diversas ações, através de atividades curriculares ou não, perpassando pelas ofertas dos seus cursos e da COPPEXII, destacam-se: estudo de conteúdos abordados nas disciplinas de formação universal, realização de palestras e eventos com estudiosos do assunto e outras personalidades ligadas aos movimentos sociais; aprofundamento de estudos através de

pesquisas e outras atividades similares; promoção de atividades culturais e artísticas, entre outras.

Outro ponto a destacar é a inclusão do tema das relações étnico-raciais na formação pedagógica continuada dos docentes da FACIMPA, pois há o entendimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra no país e a crença de que o ambiente acadêmico tem plenas condições de colaborar com o combate ao racismo, discriminação, exclusão, injustiça e preconceito.

Além da promoção de atividades institucionais com a temática das relações étnico-raciais e da incorporação de conteúdo desta natureza nas disciplinas de formação geral (universal), cada curso busca contemplar, em suas disciplinas de formação específica, também esta temática.

No que concerne ao Curso de Direito da FACIMPA estes temas encontram-se explorados nos conteúdos programáticos das seguintes disciplinas de sua matriz curricular, conforme quadro abaixo:

Componentes Curriculares que atendem aos Conteúdos pertinentes à Educação das Relações Étnicoraciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO RELACIONADO
História do Direito	Princípios gerais da história do direito. Relação entre Ciência e História. Questões centrais do Direito Antigo, Direito Romano e Medieval, Direito Moderno, Direito Contemporâneo. Histórico de instituições jurídicas fundamentais: o Estado, a Família e a Estrutura Familiar e o Trabalho. História do Direito brasileiro, desde o Brasil Colonial até o Brasil Republicano, passando pelo Brasil Imperial. O direito no período militar. O direito no Brasil democrático e social.
Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão	Fundamentos e construção histórica dos direitos humanos. Respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade. A liberdade e a igualdade como direitos fundamentais à realização da cidadania. Estudo da Antropologia Jurídica. Estudo das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africanas, indígenas e minorias (ações afirmativas e estudo de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista).
Sociedade em Rede e Relações Consumeiristas	Diversidade e Identidade Cultural dos povos. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Globalização, Democracia e Cidadania. Multiculturalismo, Ética e responsabilidade social. Comprometimento social e profissões. Direitos Básicos do Consumidor. Dos Serviços e Serviços Públicos - A Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Das Garantias e Prazos no Código de Defesa do Consumidor. Da Proteção Administrativa do Consumidor.
Criminologia	UNIDADE VI – Vitimologia 6.1 – Teoria assistencialista. Teoria do crime precipitado pela vítima. 6.2 – Criminologia feminista. 6.3 – Aporofobia e criminologia racial

Outrossim, essa temática encontra-se apresentada nos conteúdos explorados de forma integrada e transversal ao longo das disciplinas da matriz do Curso de Direito da FACIMPA, sendo inclusive objeto do desenvolvimento de atividades no âmbito dos componentes de curricularização da extensão, quais sejam Projetos de Extensão de I a VII.

Neste sentido, aponte-se que a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2004), que concedem a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação; são, inclusive, leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância desta em promover a necessidade de valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico e múltiplo.

Por isso, a FACIMPA nas matrizes curriculares dos seus cursos, bem como, nas atividades de pesquisa, iniciação científica e especialmente de extensão, trabalha estas temáticas, concebendo a educação das relações étnico-raciais numa proposta de compartilhamento das aprendizagens entre brancos, negros e índios, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças e a criação de um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

3.17.3. Conteúdos pertinentes à Educação em Direitos Humanos

A temática da Educação em Direitos Humanos, prevista na Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tem sido uma preocupação constante na FACIMPA. Por isso, oferece diferentes atividades a fim de suprir esta necessidade na formação de seus acadêmicos.

Como já referido a matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA encontra-se sustentada em um conjunto de conteúdos programáticos que facilitam a interlocução desta temática ao longo de todas as suas disciplinas. Neste sentido, aborda conteúdos que foram erigidos sob o eixo fundamental do direito à educação, encontrando-se inserido no currículo de forma transversal, articulado por diferentes conteúdos e campos de saberes e práticas.

Ademais, o processo histórico pelo qual passou a humanidade, que culminou com a legislação específica para a proteção e a garantia dos direitos humanos, faz parte dos objetivos educacionais da matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA que integra estes temas no conteúdo programático das disciplinas de Direitos Humanos e Diversidade e outras, a saber:

Componentes Curriculares que atendem aos Conteúdos pertinentes à Educação em Direitos Humanos

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO RELACIONADO
Direito Constitucional - Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	Constituição e seus elementos. A teoria da constituição. Histórico das constituições brasileiras. Classificação das constituições. Poder constituinte. Constitucionalismo. Interpretação constitucional e Hermenêutica. Teoria das Normas constitucionais: aplicabilidade e efetividade. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais em espécie: vida, liberdade, igualdade, segurança, propriedade. Direitos Sociais. Vedação ao Retrocesso Social. Mínimo Existencial e Reserva do Possível. Direitos Sociais Coletivos. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Regras Constitucionais sobre Direitos Humanos. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.
Antropologia, Cultura e Diversidade	Estudo introdutório da Antropologia como ciência da cultura. Análise das múltiplas formas de organização social e jurídica em diferentes contextos históricos e culturais. A cultura como fator estruturante das identidades, dos valores, dos conflitos e dos sistemas normativos. Reflexão sobre diversidade, pluralismo jurídico, etnocentrismo, relativismo cultural, alteridade e direitos humanos. Interfaces entre antropologia e direito na construção de um olhar crítico, inclusivo e sensível à complexidade das relações sociais contemporâneas.
Teoria Geral do Direito	Epistemologia e direito. Zetética, Dogmática e o problema da cientificidade do conhecimento (jurídico). Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Teoria do Direito como enciclopédia e as grandes dicotomias da Teoria do Direito. Conceito e critérios distintivos de norma jurídica. Direito e fato social. Direito, religião, moral. Jusnaturalismo, positivismo jurídico, teorias críticas. Neopositivismo e Neoconstitucionalismo. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Estrutura lógica das normas. Tendências contemporâneas do direito. Direitos Humanos e formação para a cidadania. A Filosofia e sua contribuição ao cenário jurídico. Filosofia Jurídica Contemporânea
Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão	Fundamentos e construção histórica dos direitos humanos. Respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade. A liberdade e a igualdade como direitos fundamentais à realização da cidadania. Estudo da Antropologia Jurídica. Estudo das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africanas, indígenas e minorias (ações afirmativas e estudo de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista).
Clínica de Direitos Humanos	Promover a formação acadêmica integrada às múltiplas demandas sociais, e de novas formas organizativas do exercício profissional, bem como da efetivação do acesso à justiça. Estimular uma formação humanista, comprometida com a sociedade e a consciência jurídica crítica. Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes às atividades e fomentar a humanização do Direito, instigando a busca de métodos inovadores para a solução dos problemas jurídicos.
Sociedade em Rede e Relações Consumeiristas	Diversidade e Identidade Cultural dos povos. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Globalização, Democracia e Cidadania. Multiculturalismo, Ética e responsabilidade social. Comprometimento social e profissões. Direitos Básicos do Consumidor. Dos Serviços e Serviços Públicos - A Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Das Garantias e Prazos no Código de Defesa do Consumidor. Da Proteção Administrativa do Consumidor.

Criminologia	UNIDADE VIII – Teorias da pena e sistema carcerário 8.1 – Teorias justificacionistas da pena 8.2 – Sistema carcerário e direitos humanos. 8.3 – Alternativas penais
Direito Internacional Púbico e Privado	UNIDADE IV – A Proteção Internacional do Indivíduo e os Modos de solução de controvérsias 4.1 - Antecedentes 4.2 - Os direitos humanos no plano global 4.3 - Os direitos humanos no plano regional 4.4 – Meios diplomáticos 4.5 – Meios políticos 4.6 – Meios jurídicos

Note-se que esta compreensão de importância ao tema, foi consolidada pela Declaração de Viena, em 1993, que permitiu à Educação em Direitos Humanos ultrapassar os seus limites, focados nos aspectos filosóficos e jurídicos.

Assim, a FACIMPA busca, em consonância com a referente Resolução, bem como com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a Matriz Nacional de Segurança e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), estabelecer o diálogo com todos os envolvidos no processo educativo, com vistas à "promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã dos sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas" (art. 2º). Ademais, a FACIMPA, como instituição educativa, promove o compromisso ético com o

exercício dos Direitos Humanos, entendendo-o como uma prática estabelecida na convivência e na organização social, política, econômica e cultural nos diferentes contextos em que atua.

O que se destaca, especialmente, não só na atuação de docentes e alunos nos componentes de curricularização da extensão, mas também como uma práxis rotineira do seu papel como interlocutor e ator de políticas de responsabilidade social, nas diversas atividades de pesquisa, iniciação científica e extensão que desenvolve.

3.17.4. Conteúdos pertinentes à Educação Ambiental

A questão ambiental já se tornou o tema político mais importante em nosso planeta globalizado. Considerando-se o atual modelo de desenvolvimento econômico global insustentável, que implica na crescente exploração e esgotamentos regionais dos recursos naturais, a ONU e o Instituto Nobel compreendem o tema ambiental crucial à manutenção da paz mundial.

Nesse cenário urgente e complexo, consoante às orientações da Resolução CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a FACIMPA, ciente de sua responsabilidade socioambiental enquanto instituição de ensino superior, assume papel de protagonista ao definir uma agenda estratégica de ações voltadas à sustentabilidade ambiental.

A agenda é um projeto institucional, estratégico, integrado e multidisciplinar, fundamentado na compreensão sistêmica do meio ambiente. Considera a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade ambiental. Entende o exercício da cidadania intrinsecamente vinculado às múltiplas dimensões da questão ambiental, por exemplo: política, legal, ética, epistêmica, educacional, científica etc. Baseia suas decisões e ações em um enfoque humanista, democrático, participativo e plural, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade.

Para tanto, integram a Agenda os seguintes projetos em andamento:

- Meio Ambiente e Sustentabilidade: Empreendedorismo Responsabilidade
- Socioambiental
- Exercendo a Responsabilidade Social: Ações Socioeducativas e Preventivas
- Política permanente de ESG

Ademais, a FACIMPA, reconhece o papel transformador da temática Educação Ambiental, que se torna cada vez mais visível diante do atual contexto regional, nacional e mundial, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais e as necessidades planetárias são evidenciados na prática social atual. Por isso, entende que o termo Educação Ambiental será empregado para especificar um tipo de educação, um elemento estruturante em constante desenvolvimento, demarcando um campo político de valores e práticas, mobilizando a comunidade acadêmica, comprometida com as práticas pedagógicas transformadoras, capaz de promover a cidadania ambiental.

Neste contexto, em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, no Curso de Direito, haverá integração da Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Os componentes curriculares que abordam essa temática durante o período de integralização do curso serão:

Componentes Curriculares que atendem ao Conteúdos pertinentes à Educação Ambiental

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO RELACIONADO
Direito Ambiental e Agrário	Estuda a relação Direito Agrário/Direito Ambiental com ênfase no uso da propriedade balizado pelos princípios fundamentais do Direito Ambiental e proteção ao ambiente, tomando como referencial a legislação brasileira aplicável. Analisa os meios jurídicos de proteção ambiental na esfera nacional e internacional. Bens ambientais. Tutela jurídica dos bens ambientais. Sujeito e objeto do Direito ambiental. Obrigações ambientais. Licenciamento ambiental. Tutela jurídica do Direito Ambiental. Aspectos das ações ambientais. Sob a perspectiva do Direito Agrário, estuda temas relevantes, tais como princípios e fontes do Direito Agrário, imóvel rural, função social da propriedade rural, legitimação da posse agrária, regularização de terras, áreas de preservação permanente, de uso restrito e de destinações especiais, reforma agrária, empresa rural e tributos e obrigações ambientais associados à propriedade rural.
ESG	Introdução ao estudo das ciências do ambiente. Ecologia e biodiversidade. Organização dos ecossistemas. Ciclos biogeoquímicos. Recursos naturais. Saúde coletiva e meio ambiente. Poluição e impacto ambiental. Caracterização ambiental regional. Políticas de educação ambiental. Legislação ambiental.
Direito Urbanístico	Estudo do Direito Urbanístico como ramo do Direito Público destinado à regulação do uso e ocupação do solo urbano. Análise dos fundamentos constitucionais da política urbana e da função social da propriedade. Plano Diretor, zoneamento, parcelamento do solo, estatuto da cidade, regularização fundiária, direito à moradia e gestão democrática da cidade. Instrumentos urbanísticos, ambientais e tributários de ordenação urbana. Intervenções urbanas e seus reflexos nos direitos fundamentais. Direito à cidade e justiça socioespacial.
Criminologia	UNIDADE III – Criminologia do consenso 3.1 – O positivismo de Lombroso, Ferri e Garófalo 3.2 – As influências no Brasil e suas permanências 3.3 - Escola de Chicago, teoria ambiental e teoria da anomia
Direito Constitucional - Organização do Estado e seus Poderes	UNIDADE VIII – Da Ordem Social 8.1 - Seguridade Social 8.2 - Educação, Família, Cultura e Desporto 8.3 - Meio Ambiente, Educação Ambiental e Indígenas
Economia	Unidade 4 – Interfaces entre Economia e Direito 4.1 Direito Econômico: fundamentos, princípios e regulação da ordem econômica 4.2 Análise econômica do Direito: aproximações e limites 4.3 Instituições, mercado e regulação jurídica 4.4 Temas contemporâneos: economia digital, globalização, ESG e sustentabilidade

Além disso, como política institucional, a FACIMPA realiza ações junto à comunidade acadêmica da instituição com os seguintes objetivos: desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental; estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica; incentivar a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente; estimular a cooperação

entre as diversas regiões do país, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável.

3.18. Ementário e Acervo Bibliográfico do Curso

1º Período

História do Direito - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

Princípios gerais da história do direito. Relação entre Ciência e História. Questões centrais do Direito Antigo, Direito Romano e Medieval, Direito Moderno, Direito Contemporâneo. Histórico de instituições jurídicas fundamentais: o Estado, a Família e a Estrutura Familiar e o Trabalho. História do Direito brasileiro, desde o Brasil Colonial até o Brasil Republicano, passando pelo Brasil Imperial. O direito no período militar. O direito no Brasil democrático e social.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Compreender o surgimento e evolução do Direito em diferentes conjunturas espaços-temporais.
- Refletir sobre questões relativas aos processos de transformação do Direito ao longo dos tempos.
- Conhecer objetos, fontes e métodos básicos da História do Direito.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Princípios Gerais da História do Direito

1.1 - Conceitos do Direito Consuetudinário
1.2 - Direito, Moral e Religião
1.3 - Objetivo e conceito de História do Direito

UNIDADE II - O Direito na Antiguidade

2.1 - Mesopotâmia: breve relato sobre sua organização. Outros códigos menos relevantes
2.2 - Código de Hamurabi: análise interna e externa do Direito e principais institutos
2.3 - Legislação Mosaica: análise interna e externa do Direito e principais institutos

UNIDADE III - O Direito na Idade Clássica

3.1 - Legislação Grega Esparta e Atenas: análise interna e externa do Direito, principais institutos e influências
3.2 - Direito Romano: análise interna e externa do Direito, principais institutos e influências
3.3 - Povos Bárbaros: Sua organização e o Direito

UNIDADE VI - O Direito na Idade Média

4.1 - Período Medieval e a Organização Mundial: processo de formação dos Estados após queda do Império
4.2 - Matrizes do Direito na idade média
4.3 - Feudalismo

UNIDADE V - O Direito na Idade Moderna
5.1 - Os iluministas e a época das luzes: Beccaria e a evolução do Direito Penal
5.2 - Independência das 13 colônias e a Declaração de Virgínia
5.3 - Revolução Francesa e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e o Código Civil Francês

UNIDADE VI - O Direito no Brasil sob a perspectiva Política, Econômica e Social
6.1 - Da Formação do Estado Brasileiro à República: Constituições de 1824 e 1891
6.2 - A era Vargas: Constituições de 1934 e 1937
6.3 - A Constituição de 1946

UNIDADE VII - O Direito no Período Militar sob a perspectiva Política, Econômica e Social
7.1 - Os Atos Institucionais e complementares
7.2 - A Constituição de 1967
7.3 - A Emenda Constitucional 01 de 1969 (Constituição de 1969)

UNIDADE VIII - O Direito no Brasil Democrático e Social
8.1 - A Lei da Anistia
8.2 - As Diretas Já
8.3 - A Constituição de 1988

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, José Reinaldo de L.; QUEIROZ, Rafael Mafei; ACCA, Thiago dos Santos. **Curso de história do direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027563. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027563/. Acesso em: 19 ago. 2024.

MACIEL, José Fabio R.; AGUIAR, Renan. **Manual de história do direito**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786553620315. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620315/. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCALQUETTE, Rodrigo A. **Lições sistematizadas de história do direito**. 2. ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. E-book. ISBN 9788584935758. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935758/. Acesso em: 19 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C B. **História do direito brasileiro**: leituras da ordem jurídica nacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013597. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013597/. Acesso em: 19 ago. 2024.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco Fernando M. **História das relações internacionais do brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788571441293. (Coleção Temas Essenciais em RI). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441293/. Acesso em: 19 ago. 2024.

LOPES, José Reinaldo de L. **O direito na história**: lições introdutórias. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559773749. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773749/. Acesso em: 19 ago. 2024.

PALMA, Rodrigo F. **História do direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786553620773. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620773/. Acesso em: 19 ago. 2024.

WOLKMER, Antonio C. **História do direito no Brasil**: tradição no ocidente e no Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530987305. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987305/. Acesso em: 19 ago. 2024.

Psicologia Aplicada ao Direito - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

O eu e o outro. Compreendendo e convivendo com a diversidade. Relacionamentos humanos a partir de uma visão ética. Questões vinculadas a grupos específicos e sua relação com o Direito. Formação profissional jurídica humanizada. O uso da comunicação não violenta nas relações interpessoais e sua aplicabilidade ao Direito. Compreensão das diversas espécies de personalidades. Determinantes subjetivos e sociais do delito.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Compreender a importância dos relacionamentos interpessoais a partir de uma visão ética. Relacionar o uso da comunicação não violenta nas relações interpessoais e nas relações atravessadas pelo Direito.
- Analisar as espécies de personalidades. Demonstrar os determinantes subjetivos e sociais do delito.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – O EU E O OUTRO
1.1 - A ideia de sujeito
1.2- A construção da subjetividade contemporânea
1.3- O social

UNIDADE II - COMPREENDENDO E CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE
2.1 - A pluralidade como fator humano.
2.2 – A ideia de subjetividade.
2.3 – A diversidade no mundo contemporâneo.

UNIDADE III – RELACIONAMENTOS HUMANOS A PARTIR DE UMA VISÃO ÉTICA
3.1- A relação com o outro.
3.2- A ética na relação com o outro. 3.3- O respeito à diferença.

UNIDADE IV – QUESTÕES VINCULADAS A GRUPOS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇAO COM O DIREITO
4.1 – Infância, Adolescência e Idoso.
4.2 – Família.
4.3 – Mulher.

UNIDADE V - FORMAÇÃO PROFISSIONAL JURÍDICA HUMANIZADA
5.1- Complexidade das demandas.
5.2 - O acolhimento no atendimento jurídico. 5.3- A mediação de conflitos.

UNIDADE VI – O USO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
6.1- A importância da comunicação. 6.2- Comunicação não violenta.
6.3- A questão da violência nas relações.

UNIDADE VII – COMPREENSÃO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE PERSONALIDADES
7.1 - Os tipos de personalidade e as patologias.
7.2 - Laudo psiquiátrico e laudo de avaliação psicológica.
7.3 - A imputabilidade e a inimputabilidade penais: a contribuição da Psicologia.

UNIDADE VIII - DETERMINANTES SUBJETIVOS E SOCIAIS DO DELITO
8.1. Perspectiva sociopsicológica de intervenção nas questões penitenciárias.
8.2. Violência e justiça social.
8.3. Violência e subjetividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas**: psicologia das relações interpessoais. 6. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2001. E-book. ISBN 9788522484997. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484997/. Acesso em: 22 ago. 2024.

OLIVEIRA, Carolina B F.; MELO, Débora S S.; ARAÚJO, Sandro A. **Fundamentos de sociologia e antropologia**. Porto Alegre: A, 2018. E-book. ISBN 9788595023826. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023826/. Acesso em: 22 ago. 2024.

MAIA, Gabriela Felten da *et al*. **Comunicação e psicologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. ISBN 9786581492960. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492960/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ÁLVARO, José L.; GARRIDO, Alicia. **Psicologia social**: perspectivas psicológicas e sociológicas. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017. E-book. ISBN 9788580555998. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555998/. Acesso em: 22 ago. 2024.

CRISOSTOMO, Alessandro L. *et al*. **Ética**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024557. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024557/. Acesso em: 22 ago. 2024.

LEITE, Luciano S. **Psicologia comportamental**. São Paulo: Érica, 2020. E-book. ISBN 9788536533018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536533018/. Acesso em: 22 ago. 2024.

LOPES, Daiane D. *et al*. **Psicologia social**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595025240. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025240/. Acesso em: 22 ago. 2024.

VOSS, Anne *et al*. **Psicologia social**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. ISBN 9786556903200. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556903200/. Acesso em: 22 ago. 2024.

Antropologia, Cultura e Diversidade - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

Estudo introdutório da Antropologia como ciência da cultura. Análise das múltiplas formas de organização social e jurídica em diferentes contextos históricos e culturais. A cultura como fator estruturante das identidades, dos valores, dos conflitos e dos sistemas normativos. Reflexão sobre diversidade, pluralismo jurídico, etnocentrismo, relativismo cultural, alteridade e direitos humanos. Interfaces entre antropologia e direito na construção de um olhar crítico, inclusivo e sensível à complexidade das relações sociais contemporâneas.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Compreender o Direito como fenômeno social, histórico, político e cultural.
- Atuar de forma interdisciplinar, relacionando conhecimentos das ciências humanas ao exercício jurídico.
- Demonstrar responsabilidade social e compromisso com os direitos humanos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

- Identificar e analisar criticamente as múltiplas manifestações culturais e seus reflexos nas práticas jurídicas.
- Reconhecer e respeitar as diferenças culturais, étnico-raciais, religiosas, de gênero e de orientação sexual nas relações jurídicas.
- Interpretar situações jurídicas a partir da perspectiva da diversidade e do pluralismo cultural.
- Utilizar o olhar antropológico como instrumento de escuta ativa, mediação de conflitos e formulação de soluções inclusivas no campo do Direito.
- Desenvolver sensibilidade ética e empática na atuação profissional diante da complexidade e heterogeneidade da sociedade brasileira.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I - Fundamentos da Antropologia e o Conceito de Cultura
1.1 Origens e campos da Antropologia: antropologia cultural, social e simbólica
1.2 Conceitos-chave: cultura, sociedade, identidade, etnia, símbolo e rito
1.3 Cultura e natureza: debate clássico e contemporâneo
1.4 Cultura e linguagem: representações e construção de sentidos
1.5 A noção de alteridade: o "outro" como referência fundante da antropologia

Unidade II - Antropologia Jurídica e Pluralismo Cultural
2.1 Antropologia do Direito: campo, objetos e métodos
2.2 Pluralismo jurídico: direito estatal e sistemas normativos informais
2.3 Etnocentrismo jurídico e relativismo cultural
2.4 Conflitos de normas: interlegalidade e solução intercultural de controvérsias
2.5 Comunidades tradicionais, povos originários e o direito à diferença

Unidade III - Diversidade, Desigualdades e Direitos Humanos
3.1 Estruturação das diferenças: raça, gênero, sexualidade, religião e classe
3.2 Discriminação, preconceito e violência simbólica
3.3 Antropologia e interseccionalidade
3.4 Direitos humanos em contextos plurais: universalismo vs. relativismo
3.5 Cultura e resistência: movimentos sociais e lutas por reconhecimento

Unidade IV - O Olhar Antropológico na Formação Jurídica
4.1 O papel da Antropologia na formação do jurista humanista
4.2 Sensibilidade cultural e escuta ativa como competências profissionais
4.3 Estudos de caso: práticas jurídicas sensíveis à diversidade cultural
4.4 Interface com outras áreas: sociologia, psicologia, filosofia, direito constitucional
4.5 Ética, empatia e cidadania: a construção de uma prática jurídica inclusiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e Antropologia do Direito.** São Paulo: Grupo GEN, 2. Ed, 2022. E-book. ISBN: 9786553622098. Disponível em

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622098. Acesso em: 16.mai.2025.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural.** São Paulo: Editora Contexto, 2023. E-book. ISBN: 9786555412505 Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555412505. Acesso em: 16.mai.2025.

PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia Jurídica.** São Paulo: Grupo GEN, 2. Ed, 2023. E-book. ISBN: 9786553627000. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627000. Acesso em: 16.mai.2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Igor. **Introdução à Antropologia.** São Paulo: Editora Contexto, 2023. E-book. ISBN: 9786555412116. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555412116. Acesso em: 16.mai.2025.

MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia Maria. **Antropologia** - Uma Introdução. São Paulo: Grupo GEN, 8. Ed, 2019. E-book. ISBN: 9788597022681. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022681. Acesso em: 16.mai.2025.

CARNIO, Henrique G. **Direito e Antropologia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. ISBN 9788553618101. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618101/. Acesso em: 16 mai. 2025.

GOMES, Mercio P. **Antropologia:** ciência do homem, filosofia da cultura. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. E-book. ISBN 9788572444972. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572444972/. Acesso em: 16 mai. 2025.

GOMES, Mercio P. **Antropologia hiperdialética.** São Paulo: Editora Contexto, 2011. E-book. ISBN 9788572446433. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572446433/. Acesso em: 16 mai. 2025.

Tecnologia e Inovação - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

Estudo da Tecnologia da Informação (dados x informações, computador: origem, funcionamento e componentes básicos. Hardware e software). Softwares de elaboração de

documentos, elaboração de apresentações e elaboração de planilhas eletrônicas. Navegação na internet. Conceitos de gestão e conhecimento. A informação como base para o conhecimento, Relações entre Informação e Conhecimento. O lugar das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) nos processos socioeconômicos contemporâneos: paradigmas tecnológicos, inovação, tecnologia e desenvolvimento. A Tecnologia da informação aplicada à gestão do conhecimento

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer as novas tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas jurídicas e judiciárias.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Rede Mundial de Computadores e Sociedade informacional
1.1 Histórico da Internet e
1.2 Características físicas e estruturais das redes informáticas digitais,
1.3 Regulação do ambiente digital

UNIDADE II - Introdução à propriedade intelectual
2.1 Proteção Jurídica do Software – Lei 9.609/98
2.2 Direito Autoral – Lei 9.610/98;
2.3 Propriedade Industrial – Lei 9279/96

UNIDADE III - Sistemas Operacionais Informáticos
3.1 Sistemas Operacionais - Noções Gerais,
3.2 Termos Técnicos e Equipamentos (hardware), 3.3 Aplicativos

UNIDADE IV – Informática Jurídica
4.1 Introdução e Fundamentos da Informática Jurídica
4.2 Histórico: Cibernética, Jurimetria e Juscibernética
4.3 Divisão da Informática Jurídica: Documental e Metadocumental

UNIDADE V- Direito do Autor
5.1 Autoria colaborativa no ambiente digital
5.2 Plágio
5.3 Domínio Público
UNIDADE VI - Automação do Direito
6.1 Inteligência Artificial e Sistemas Especialistas
6.2 Automação das atividades jurídicas e judiciárias...
6.3 O uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário

UNIDADE VII - Bases de Dados Jurídicas.
7.1 Computação nas nuvens

7.2 Informativos digitais de Jurisprudência
7.3 Pesquisa e base de dados jurídicas

UNIDADE VIII - Ciência da Informação
8.1 Conceito da ciência da informação 8.2 Documentação jurídica digital
8.3 Assinatura eletrônica e suas tecnologias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559642267. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642267/. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual**: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. 6. ed. Barueri: Editora Manole, 2018. E-book. ISBN 9788520457535. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520457535/. Acesso em: 22 ago. 2024.

VELLOSO, Fernando de C. **Informática**: conceitos básicos. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Sueli Soares dos S.; FREIRE, Emerson. **Sociedade e tecnologia na era digital.** São Paulo: Érica 2014. E-book. ISBN 9788536522531. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522531/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FIORILLO, Celso Antônio P. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação**: a tutela jurídica do meio ambiente digital. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788502230644. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230644/. Acesso em: 22 ago. 2024.

PINHEIRO, Patrícia P. **Direito digital**. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. E-book. ISBN 9786555598438. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598438/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PERES, Ricardo Daniel Fedeli; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando E. **Introdução à ciência da computação.** 2. ed. atual. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. ISBN 9788522110001. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522110001/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SARLET, Ingo W.; SARLET, Gabrielle B S.; BITTAR, Eduardo C B. **Inteligência artificial, proteção de dados pessoais e responsabilidade na era digital**. São Paulo: Expressa Jur, 2022. E-book. ISBN 9786555599527. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599527/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Economia - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

Estudo introdutório dos fundamentos da ciência econômica, suas principais correntes teóricas e conceitos centrais. Compreensão das relações entre economia, Estado e sociedade, com ênfase nas políticas econômicas e suas implicações sociais e jurídicas. Abordagem crítica sobre o papel das instituições, do mercado e da intervenção estatal. Análise das desigualdades econômicas, da distribuição de renda e do desenvolvimento socioeconômico. Interface com o Direito: impactos da economia nas políticas públicas, nos direitos fundamentais e na regulação jurídica.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Desenvolver no estudante de Direito a capacidade de compreender criticamente os fundamentos e mecanismos da economia, sua articulação com o sistema jurídico e os efeitos econômicos das decisões políticas e jurídicas no contexto nacional e internacional.
- Introduzir os principais conceitos, correntes e ferramentas da teoria econômica.
- Analisar o papel do Estado na economia e suas formas de intervenção.
- Discutir as desigualdades sociais e econômicas no Brasil e no mundo. Refletir sobre o impacto das políticas econômicas na efetivação dos direitos fundamentais.
- Compreender a interação entre instituições jurídicas e dinâmicas econômicas.
- Compreender a realidade econômica e social como contexto para a aplicação e interpretação do Direito.
- Articular saberes interdisciplinares para analisar criticamente os fenômenos sociais, políticos e econômicos.
- Atuar com responsabilidade social, sensibilidade ética e visão estratégica na formulação e aplicação de normas jurídicas.
- Interpretar indicadores econômicos e suas implicações para os direitos sociais e políticas públicas.
- Avaliar criticamente o papel do Estado e do Direito na promoção do desenvolvimento e da justiça social.
- Utilizar conhecimentos econômicos na análise de questões jurídicas nas áreas tributária, empresarial, trabalhista, administrativa e constitucional.
- Compreender os impactos econômicos das decisões jurídicas e das regulações legais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Fundamentos da Economia

1.1 Introdução à Ciência Econômica: objeto, métodos e principais escolas do pensamento econômico (clássica, neoclássica, keynesiana, marxista)

1.2 Conceitos básicos: escassez, escolha, custo de oportunidade, eficiência e equidade

1.3 Microeconomia: oferta, demanda, preço, concorrência e formação de mercados

1.4 Macroeconomia: produto interno bruto (PIB), inflação, desemprego e crescimento econômico

Unidade 2 – Economia, Estado e Sociedade
2.1 O papel do Estado na economia: modelos de intervenção estatal e funções econômicas
2.2 Políticas econômicas: monetária, fiscal, cambial e comercial
2.3 Ciclos econômicos, crise e estabilidade
2.4 Economia do setor público: orçamento, tributos e gasto público

Unidade 3 – Desenvolvimento, Desigualdade e Justiça Social
3.1 Desenvolvimento econômico e humano: indicadores e estratégias
3.2 Desigualdade de renda e concentração de riqueza: causas e consequências
3.3 Pobreza, exclusão social e políticas públicas
3.4 Economia e direitos sociais: trabalho, previdência, saúde e educação

Unidade 4 – Interfaces entre Economia e Direito
4.1 Direito Econômico: fundamentos, princípios e regulação da ordem econômica
4.2 Análise econômica do Direito: aproximações e limites
4.3 Instituições, mercado e regulação jurídica
4.4 Temas contemporâneos: economia digital, globalização, ESG e sustentabilidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia.** 19. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. E-book. ISBN 9788580551051. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580551051/. Acesso em: 16 mai. 2025.

SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. **Economia e mercados:** introdução à economia. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788547227739. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547227739/. Acesso em: 16 mai. 2025.

GONÇALVES, Carlos. **Introdução à Economia.** 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788595152205. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152205/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VASCONCELOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia.** 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023. E-book. ISBN 9788571441415. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441415/. Acesso em: 16 mai. 2025.

GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea.** 3. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788595154766. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595154766/. Acesso em: 16 mai. 2025.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto M. **Princípios de Economia.** 7. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522124930. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522124930/. Acesso em: 16 mai. 2025.

GREMAUD, Amaury P. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Atlas, 2007. E-book. ISBN 9788522465217. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522465217/. Acesso em: 16 mai. 2025.

APPLEYARD, Dennis R.; JR., Alfred F.; COBB, Steven L.; et al. **Economia Internacional.** 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. E-book. p.1. ISBN 9788563308641. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563308641/. Acesso em: 16 mai. 2025.

Pensamento Filosófico e Sociológico do Direito - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

Estudo dos fundamentos filosóficos e sociológicos do Direito como instrumentos para a compreensão crítica das instituições jurídicas e da realidade social. Abordagem das principais correntes do pensamento filosófico e sociológico que influenciaram a teoria do Direito, a formação do Estado e a organização da vida social. Reflexão sobre a relação entre Direito, poder, moral, justiça, ideologia e transformação social. Análise do papel do jurista diante das desigualdades, dos conflitos sociais e da construção de uma ordem jurídica democrática e inclusiva.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Propiciar ao estudante uma visão crítica e reflexiva sobre o Direito, suas origens, fundamentos, funções sociais e implicações éticas, por meio da articulação entre o pensamento filosófico e sociológico, contribuindo para a formação de um jurista comprometido com a justiça, a cidadania e a transformação social.
- Analisar o Direito como fenômeno cultural, político, histórico e social. Estabelecer conexões críticas entre as estruturas jurídicas e os contextos filosófico-sociais.
- Atuar com base em princípios éticos e responsabilidade social.
- Compreender e aplicar conceitos filosóficos e sociológicos na análise de fenômenos jurídicos.
- Argumentar de forma lógica e crítica, com base em fundamentos teóricos humanistas.
- Avaliar o papel do Direito na reprodução ou superação de desigualdades sociais.
- Reconhecer a importância da justiça, da moral e da ética na formação da norma jurídica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Fundamentos da Filosofia e da Sociologia aplicados ao Direito

1.1 O que é Filosofia? O que é Sociologia? A Filosofia e a Sociologia como formas de pensamento crítico
1.2 As origens do pensamento jurídico ocidental: Direito, moral e justiça na Grécia Antiga e em Roma
1.3 Ética, liberdade e responsabilidade no pensamento moderno
1.4 O surgimento da Sociologia e sua aplicação à compreensão do Direito

Unidade II – Filosofia do Direito: correntes e problemas centrais
2.1 Jusnaturalismo x Juspositivismo: perspectivas clássicas e contemporâneas
2.2 Hermenêutica jurídica, argumentação e racionalidade no Direito
2.3 Justiça, liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana: conceitos e debates filosóficos
2.4 Direito e moral: autonomia, interseções e limites

Unidade 3 – Sociologia do Direito e as transformações sociais
3.1 Direito como fato social: Durkheim, Weber, Marx e a crítica ao formalismo jurídico
3.2 As funções sociais do Direito: controle, coesão, conflito e mudança
3.3 Ideologia, poder e dominação no campo jurídico
3.4 Direito, movimentos sociais e lutas por reconhecimento

Unidade 4 – Crítica contemporânea ao Direito e desafios da modernidade
4.1 Desigualdade, exclusão e violência estrutural no Estado de Direito
4.2 Pós-modernidade, pluralismo e crise dos grandes paradigmas
4.3 Epistemologias do Sul, decolonialidade e novos paradigmas do conhecimento jurídico
4.4 O jurista como agente ético, crítico e transformador da realidade social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADEODATO, João M. **Filosofia do Direito.** 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. ISBN 9788553609833. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609833/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BITTAR, Eduardo Carlos B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 16ª Edição 2022. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772698. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772698/. Acesso em: 16 mai. 2025.

MASCARO, Alysson L. **Sociologia do Direito**. 2ª Edição 2023. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559773824. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773824/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASCARO, Alysson L. **Filosofia do Direito.** 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559774807. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774807/. Acesso em: 16 mai. 2025.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502136557. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136557/. Acesso em: 16 mai. 2025.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito.** 28ª Edição 2022. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559641963. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641963/. Acesso em: 16 mai. 2025.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Série IDP: Direito comparado - Sociologia do direito e do Estado:** noções fundamentais, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. ISBN 9788502209640. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502209640/. Acesso em: 16 mai. 2025.

SANTOS, Boaventura de S. **O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito v.1.** (Coleção sociologia crítica do direito). São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.1. ISBN 9788524924088. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924088/. Acesso em: 16 mai. 2025.

Ciência Política e Teoria Geral do Estado (TGE) - CH: 66H - CRÉDITOS: 4

Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Ciência política e as demais ciências sociais. O objeto de estudo da ciência política. Evolução das Instituições e do Pensamento Político. A política e sua relação com a ética. A política como relação de poder e a política como governo. Metodologia da investigação em ciência política. Origem do Estado e seus elementos Constitutivos. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Democracia, cidadania e representação política.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer as teorias e os elementos formadores do Estado. Compreender as principais ideias do pensamento político e suas crises atuais. Refletir sobre as tensões entre os domínios, público e privado; problematizar os limites da dominação política; questionar soluções democráticas;

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Homem, Sociedade e Estado
1.1 - Conceito de Sociedade e Teorias sobre os fundamentos da sociedade.

1.2 - Sociedades Políticas.
1.3 - Sociedade, Estado e Direito
UNIDADE II - Ciência Política e Teoria Geral do Estado
2.1 - Conceito de Política e Ciência Política
2.2 - Objetivos da ciência política e aproximação com outras ciências
2.3 - Diferença entre Ciência Política e Teoria Geral do Estado

UNIDADE III - Evolução das Instituições e do Pensamento Político

3.1 - O pensamento político na antiguidade: Platão, Aristóteles e as instituições políticas romanas.
3.2 - O pensamento Político medieval: O Absolutismo: Nicolau Maquiavel e Jean Bodin. Estado em Thomas Hobbes e John Locke e o Contrato Social
3.3 - O Estado Liberal; instituições e pensamento político contemporâneo e o Estado Social: instituições e pensamento político na pós-modernidade.

UNIDADE IV - Origem do Estado e seus elementos constitutivos
4.1 - Nascimento e Extinção dos Estados
4.2 - Conceito e elementos de formação do Estado
4.3 - Formas de Estado

UNIDADE V- Formas de Governo
5.1 - Origem e extensão do poder
5.2 - Monarquia: características e desdobramentos
5.3 - República: características e desdobramentos

UNIDADE VI - Sistemas de Governo
6.1 - Parlamentarismo
6.2 - Presidencialismo
6.3 - Democracia como regime de governo

UNIDADE VII - Democracia, cidadania e representação política
7.1 - Democracia: histórico, conceito, elementos
7.2 - Sufrágio: Extensão, classificação
7.3 - Representação política: Sindicatos, partidos políticos, corporações e instituições sociais; Sistemas Eleitorais

UNIDADE VIII - Globalização e as tendências da Pós-Modernidade
8.1 - Globalização: desafios de um mundo sem fronteiras
8.2 - Efeitos da Globalização: Regionalismo
8.3 - Efeitos da Globalização: Direitos Culturais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria geral do Estado e ciência política**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788553601912. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601912/. Acesso em: 20 ago. 2024.

GAMBA, João Roberto G. **Teoria geral do Estado e ciência política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775316. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775316/. Acesso em: 20 ago. 2024.

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786553628496. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628496/. Acesso em: 20 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FILOMENO, José Geraldo B. **Teoria geral do Estado e da constituição**. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530986858. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986858/. Acesso em: 20 ago. 2024.

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**, 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522476725. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476725/. Acesso em: 20 ago. 2024.

GIACOMELLI, Cinthia L F. et al. **Introdução ao direito brasileiro e teoria do Estado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595023727. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023727/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 36. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786553626171. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626171/. Acesso em: 20 ago. 2024.

MELO, Débora S. S.; SCALABRIN, Felipe. **Ciência política e teoria geral do estado**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021891. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021891/. Acesso em: 20 ago. 2024.

Teoria Geral do Direito - **CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4**

Epistemologia e direito. Zetética, Dogmática e o problema da cientificidade do conhecimento (jurídico). Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Teoria do Direito como enciclopédia e as grandes dicotomias da Teoria do Direito. Conceito e critérios distintivos de norma jurídica. Direito e fato social. Direito, religião, moral. Jusnaturalismo, positivismo jurídico, teorias críticas. Neopositivismo e Neoconstitucionalismo. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Estrutura lógica das normas. Tendências contemporâneas do direito. Direitos Humanos e formação para a cidadania. A Filosofia e sua contribuição ao cenário jurídico. Filosofia Jurídica Contemporânea

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Oferecer uma visão panorâmica do pensamento jurídico, no sentido de desenvolver no discente a capacidade de refletir criticamente sobre o fenômeno jurídico. Desenvolver o raciocínio lógico, conduzindo para a assimilação das acepções fundamentais da ciência do Direito.

Conhecer a finalidade do Direito e da Norma Jurídica. Compreender os fundamentos da obrigatoriedade, aplicação, objetivo e métodos de interpretação da lei.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Conceitos elementares da Teoria Geral do Direito.
1.1 Fundamentos Históricos da Teoria Geral do Direito
1.2 Epistemologia jurídica: o Direito como ciência social
1.3 Correntes dogmática e zetética do Direito

UNIDADE II - Teorias Jurídicas
2.1 Jusnaturalismo e positivismo jurídico
2.2 Neopositivismo e Neoconstitucionalismo.
2.3 Direito objetivo e direito subjetivo.
UNIDADE III - Direito e fato social.
3.1 Formas de sociabilidade e Direito
3.2 Teoria Tridimensional do Direito
3.3 Função Social do Direito

UNIDADE IV - Fontes do Direito.
4.1 Fontes do Direito: conceitos
4.2 Fontes históricas
4.3 Fontes formais e Materiais do direito

UNIDADE V - Teoria do Ordenamento Jurídico e Teoria da Norma Jurídica.
5.1 Estrutura lógica e Hierarquia da Norma Jurídica
5.2 A validade da norma: existência, vigência e eficácia
5.3 Lei de introdução às normas de direito brasileiro

UNIDADE VI - Relação jurídica: conceito e elementos
6.1 Elementos da relação jurídica
6.2 Dos sujeitos da relação jurídica
6.3 Do objeto da relação jurídica

UNIDADE VII - Filosofia Jurídica Contemporânea
7.1 Direito, religião, moral.
7.2 Direito, valor e justiça
7.3 Direito, poder e política

UNIDADE VIII - Direitos Humanos e formação para a cidadania.
8.1 Fundamentação jurídico-filosófica dos Direitos Humanos.
8.2 Concepções Jusnaturalista e Positivista dos Direitos Humanos
8.3 Ampliação Conceitual dos Direitos Humanos: Direitos Civis e Políticos; Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Direitos da Solidariedade; Direito à Democracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADEODATO, João M. **Filosofia do direito**: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 6. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788553609833. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609833/. Acesso em: 19 ago. 2024.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 46. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788530994570. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994570/. Acesso em: 19 ago. 2024.

VENOSA, Sílvio de S. **Introdução ao estudo do direito**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771073. em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771073/. Acesso em: 19 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 49. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788530979768. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979768/. Acesso em: 19 ago. 2024.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. **Teoria do direito**. 5. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788553609192. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609192/. Acesso em: 19 ago. 2024.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Lisboa: Grupo Almedina, 2017. E-book. ISBN 9789724422404. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724422404/. Acesso em: 19 ago. 2024.

SILVA, Ivan de O.; FRANZOLIN, Cláudio J.; CARDOSO, Roberta. **Lições de teoria geral do direito**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522481385. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481385/. Acesso em: 19 ago. 2024.

SOARES, Ricardo Maurício F. **Teoria geral do direito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553623464. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623464/. Acesso em: 19 ago. 2024.

2º Período

Criminologia - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

Criminologia. Conceito. Interdisciplinariedade. Metodologia. Objetos. História da lógica punitiva. Positivismo. Escola de Chicago. Anomia. Associação diferencial. Subculturas. Teoria do etiquetamento. Criminologia crítica. Políticas criminais. Garantismo e abolicionismo. Lei e ordem e direito penal do inimigo. Populismo penal e mídia. Vitimologia. Política criminal das drogas. Pena e sistema carcerário.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Promover uma visão mais ampla sobre o crime e o comportamento desviante, de modo que o discente possa manejar com certo rigor científico os conceitos que fundamentam as teorias criminológicas e os métodos utilizados em sua prática científica.
- Permitir que os formandos, enquanto entes jurídicos em preparação, possam atuar com maior reserva de conhecimentos na aplicação do Direito, enquanto método formal de controle social normativo.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Criminologia
1.2 – Conceito
1.2 – Criminologia como ciência: método, objetos e finalidade
1.3 – Interdisciplinariedade

UNIDADE II – Evolução do sistema penal
2.1 – Da vingança ao Estado moderno
2.2 - Inquisição e suas permanências
2.3 - Liberalismo e a reforma penal

UNIDADE III – Criminologia do consenso
3.1 – O positivismo de Lombroso, Ferri e Garófalo
3.2 – As influências no Brasil e suas permanências
3.3 - Escola de Chicago, teoria ambiental e teoria da anomia

UNIDADE IV – Sociologia criminal e teorias do conflito
4.1 – Associação diferencial
4.2 – Teoria das subculturas
4.3 – Teoria do etiquetamento e a criminologia crítica

UNIDADE V – Políticas criminais
5.1 – Políticas de lei e ordem. Tolerância zero. Direito penal do inimigo
5.2 – Populismo penal e mídia
5.3 – Abolicionismo penal e garantismo

UNIDADE VI – Vitimologia
6.1 – Teoria assistencialista. Teoria do crime precipitado pela vítima.
6.2 – Criminologia feminista.
6.3 – Aporofobia e criminologia racial

UNIDADE VII - Política criminal das drogas
7.1 – História do controle das drogas
7.2 – Da defesa social para política de segurança nacional
7.3 – Debates atuais sobre legalização

UNIDADE VIII – Teorias da pena e sistema carcerário

8.1 – Teorias justificacionistas da pena

8.2 – Sistema carcerário e direitos humanos.

8.3 – Alternativas penais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. **Crime organizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. E-book. ISBN 9788530993054. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993054/. Acesso em: 23 ago. 2024.

GIMENES, Eron V. (atual.); PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553620742. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620742/. Acesso em: 23 ago. 2024.

GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553625891. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625891/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9786555592122. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592122/. Acesso em: 23 ago. 2024.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9786553628649. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628649/. Acesso em: 23 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de execução penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530994891. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994891/. Acesso em: 23 ago. 2024.

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. **Criminologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. ISBN 9788530987008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987008/. Acesso em: 23 ago. 2024.

PEREIRA, Eliomar da S.; WERNER, Guilherme C.; VALENTE, Manuel Monteiro G. (coord.) **Criminalidade organizada**: investigação, direito e ciência. São Paulo: Almedina, 2017. E-book. ISBN 9788584933143. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933143/. Acesso em: 23 ago. 2024.

Direito Constitucional - Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Constituição e seus elementos. A teoria da constituição. Histórico das constituições brasileiras. Classificação das constituições. Poder constituinte. Constitucionalismo. Interpretação constitucional e Hermenêutica. Teoria das Normas constitucionais: aplicabilidade e efetividade. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais.

Direitos Fundamentais em espécie: vida, liberdade, igualdade, segurança, propriedade. Direitos Sociais. Vedação ao Retrocesso Social. Mínimo Existencial e Reserva do Possível. Direitos Sociais Coletivos. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Regras Constitucionais sobre Direitos Humanos. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Promover uma visão mais ampla sobre a constituição e seus elementos, de modo que o discente possa manejar com certo rigor científico os conceitos que fundamentam as teorias da constituição e os métodos utilizados em sua prática científica.
- Permitir que os discentes, enquanto em preparação, possam atuar com maior reserva de conhecimentos na aplicação do Direito, enquanto método formal de controle social normativo.
- Conhecer a constituição brasileira, seus princípios fundamentais, natureza e eficácia de suas normas relativamente aos direitos fundamentais.
- Discutir os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente e os problemas relacionados a sua aplicabilidade.
- Promover uma visão mais ampla sobre a estrutura, conteúdo, limites e restrições dos direitos fundamentais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Teoria da Constituição

1.1 - Constituição: origem e sentidos

1.2 - Constitucionalismo e Movimentos Constitucionais. (Neo)constitucionalismo

1.3 - Classificação das Constituições

1.4 - A Constituição Cidadã de 88: classificação e elementos estruturais. O Preâmbulo.

1.5 - Princípios Fundamentais da República; Objetivos Fundamentais. Princípios que regem o Brasil nas Relações Internacionais.

1.6 - Histórico das Constituições Brasileiras

1.7 - Histórico, natureza, características. Poder Constituinte e Poder Constituído

1.8 - Poder Constituinte originário

1.9 - Poder Constituinte Derivado: a reforma da constituição; Poder Constituinte Decorrente: a Constituição no âmbito Estadual

UNIDADE II - Normas Constitucionais

2.1 - Regras e princípios constitucionais

2.2 - Eficácia das normas constitucionais; classificações das normas Constitucionais segundo sua eficácia;

2.3 Os tratados internacionais na Constituição brasileira

2.4 - Normas Constitucionais no Tempo: Revogação, Recepção, Desconstitucionalização

2.5 - Antecedentes históricos. Normatividade e realidade fática: possibilidades e limites do direito constitucional

2.6 - Conceito de efetividade. Os direitos subjetivos constitucionais e suas garantias jurídicas
2.7 - A inconstitucionalidade por omissão. Consagração da doutrina da efetividade e novos desenvolvimentos teóricos

UNIDADE III - O novo direito constitucional brasileiro: mudanças de paradigmas e a construção do modelo contemporâneo
3.1 - Antecedentes teóricos e filosóficos.
3.2 - A teoria jurídica tradicional. A teoria crítica do direito
3.3 - Ascensão e decadência do jusnaturalismo. Ascensão e decadência do positivismo jurídico.
3.4 - A formação do estado constitucional de direito
3.5 - Marco histórico: pós-guerra e redemocratização
3.6 - Marco filosófico: a construção do pós-positivismo
3.7 - Aspectos da constitucionalização do direito: Direito civil, administrativo e penal
3.8 - Constitucionalização e judicialização das relações sociais
3.9 - Controlando os riscos da constitucionalização excessiva
UNIDADE IV – Teoria geral dos direitos fundamentais
4.1 – Generalidades e origem.
4.2 - Evolução e conceito.
4.3 - Os direitos humanos e a dignidade humana.
4.4 – Classificação dos direitos fundamentais
4.2 – Direitos individuais
4.3 – Direitos sociais e direitos políticos
4.4 - Direitos difusos e outras classificações

UNIDADE V – Regime jurídico diferenciado dos direitos fundamentais
5.1 – Oponibilidade dos direitos fundamentais às maiorias políticas
5.2 – Aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais
5.3 – Abertura do catálogo de direitos fundamentais previstos na Constituição

UNIDADE VI - Estrutura, conteúdo e limites imanentes dos direitos fundamentais
6.1 – Direitos fundamentais como regras e princípios
6.2 – Aspectos intrínsecos
6.3 – Limites imanentes.
6.4 – Restrições a direitos fundamentais
6.5 – A existência de limites externos
6.6 - A teoria interna
6.7 – A teoria externa
6.8 – Limites às restrições a direitos fundamentais
6.9 – A ponderação.
6.10 - Razoabilidade e proporcionalidade
6.11 - Núcleo essencial do direito.

UNIDADE VII – Dimensão subjetiva, objetiva e privada dos direitos fundamentais.

7.1 - A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais

7.2 - A dimensão objetiva dos direitos fundamentais

7.3 - A eficácia privada dos direitos fundamentais.

7.4 - Das Liberdades: Manifestação de pensamento, consciência, crença e culto, comunicação pessoal, intimidade, vida privada, honra e imagem, informação, exercício da profissão, reunião, associação, locomoção, inviolabilidade de domicílio

7.5 - Igualdade: Princípio da igualdade jurídica formal e material. Ações Afirmativas, Justiça Social e Inclusão

7.6 – Segurança, Propriedade e suas restrições (usucapião, desapropriação, confisco) o princípio da função social da propriedade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621132. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621132/. Acesso em: 21 ago. 2024.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 28. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621958. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621958/. Acesso em: 21 ago. 2024.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786555593952. (Série IDP). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593952/. Acesso em: 21 ago. 2024.

BBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 40. ed. Atualizado até a EC 128, de 22.12.2022. Barueri: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559776375. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776375/. Acesso em: 21 ago. 2024.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786559775958. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775958/. Acesso em: 21 ago. 2024.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. ISBN 9786559644599. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644599/. Acesso em: 21 ago. 2024.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621248. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621248/. Acesso em: 21 ago. 2024.

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621163. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621163/. Acesso em: 21 ago. 2024.

PINHO, Rodrigo César R. **Direito constitucional**: teoria geral da constituição e direitos fundamentais. 19. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786553623682.

(Sinopses jurídicas). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623682/. Acesso em: 21 ago. 2024.

Direito Civil – Parte Geral - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Noções introdutórias e históricas do direito civil. DAS PESSOAS: Das pessoas naturais: da personalidade e capacidade, direitos da personalidade, da ausência. Das pessoas jurídicas: disposições gerais, associações, fundações. Do domicílio. DOS BENS: Das diferentes classes de bens: dos bens considerados em si mesmo, dos bens reciprocamente considerados, dos bens públicos. DOS FATOS JURÍDICOS: Do negócio jurídico: disposições gerais, da representação, da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico, da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos; Prescrição e da decadência. Da prova.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Verificar o desenvolvimento histórico e teórico do Direito Civil e sua atual esfera de regulação social.
- Construir a consciência crítica, mediante a reflexão sobre a essência dos princípios e institutos fundamentais do Direito Civil.
- Discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência e os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Introdução ao Direito Civil
1.1 - A Codificação no Direito Civil e os novos paradigmas
1.2 - O Direito Civil Constitucional
1.3 - A eficácia horizontal dos direitos fundamentais

UNIDADE II - Das Pessoas Naturais
2.1 - Início da personalidade jurídica. Situação do nascituro. Da Capacidade: Estatuto da Pessoa com Deficiência e Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Emancipação e classificação correlata. Interdição
2.2 - Fim da personalidade natural. Morte e seus efeitos. Comoriência. Da Ausência e seus efeitos
2.3 - Do estado civil e domicílio civil

UNIDADE III - Dos Direitos da Personalidade
3.1 - A Dignidade da pessoa humana como valor fundamental do ordenamento jurídico
3.2 - Classificação dos direitos da personalidade
3.3 - Do nome civil: características e elementos do nome civil

UNIDADE IV - Da Pessoa Jurídica

4.1 - Conceito e modalidades de pessoa jurídica de direito privado
4.2 - Extinção da pessoa jurídica e a teoria da desconsideração
4.3 - Domicílio da pessoa jurídica

UNIDADE V - Dos Bens
5.1 - Considerações gerais - o objeto da relação jurídica
5.2 - Principais classificações: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados e bens considerados em relação ao titular do domínio
5.3 - Bem de família. Teoria do patrimônio mínimo

UNIDADE VI - Teoria dos Fatos e Atos Jurídicos
6.1 - Definição
6.2 - Classificação dos fatos jurídicos: aquisição e modificação
6.3 - Extinção dos direitos

UNIDADE VII - Dos Negócios Jurídicos
7.1 - Definição. Planos de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos
7.2 - Dos defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo, fraude contra credores. Da Representação.
7.3 - Nulidade absoluta, relativa e Simulação. Do Abuso de Direito. Da Prova do Negócio Jurídico

UNIDADE VIII - Da Prescrição e Decadência
8.1 - Da prescrição. Generalidades. Prazos prescricionais
8.2 - Da Decadência. Generalidades. Prazos decadenciais
8.3 - Diferença entre prescrição e decadência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Novo curso de direito civil**: parte geral, v.1. 26. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786553629806. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629806/. Acesso em: 20 ago. 2024.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro**: parte geral, v.1. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553622542. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622542/. Acesso em: 20 ago. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: lei de introdução e parte geral, v.1. 20. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786559649709. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649709/. Acesso em: 20 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, vol. 1**: parte geral. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788530979645. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979645/. Acesso em: 20 ago. 2024.

BUENO, Cassio S. **Curso sistematizado de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil; parte do código de processo civil, v.1. 14. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553620791. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620791/. Acesso em: 20 ago. 2024.

PELUSO, Cezar. **Código civil comentado**: doutrina e jurisprudência: lei n. 10.406 de 10.01.2002. Barueri: Editora Manole, 2024. E-book. ISBN 9788520461921. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461921/. Acesso em: 20 ago. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de direito civil, volume I**: introdução ao direito civil: teoria geral de direito civil. 35. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786559649105. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649105/. Acesso em: 20 ago. 2024.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito civil**: parte geral, v.1. 24. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786559775750. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775750/. Acesso em: 20 ago. 2024.

Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão - CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 4

Fundamentos e construção histórica dos direitos humanos. Respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade. A liberdade e a igualdade como direitos fundamentais à realização da cidadania. Estudo da Antropologia Jurídica. Estudo das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africanas, indígenas e minorias (ações afirmativas e estudo de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista).

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Identificar os direitos humanos frente ao direito natural e positivo.
- Compreender o processo de afirmação histórica dos direitos humanos;
- classificar os direitos humanos a partir de suas dicotomias estruturantes.
- Criticar a efetividade dos direitos humanos em seus temas emergentes.
- Investigar a relevância do estudo das questões ético-raciais, das minorias e grupos vulneráveis.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – DIREITOS HUMANOS: DEFINIÇÃO, NOMENCLATURA, CARACTERÍSTICAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

1.1 Definição: Conceito Preliminar e Distinção entre Direitos Humanos Universais e Positivos

1.2 Nomenclatura: Relação e Distinção entre Direito Natural, Direitos do Homem, Direitos Individuais, Liberdades Públicas, Direitos Públicos Subjetivos, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais.

1.3 Características

UNIDADE II – AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO PRÉ-MODERNO
2.1 Fase Pré-Estado Constitucional: Antiguidade Oriental, Hebreus, Gregos e Romanos
2.2 Fase Feudalismo e Antecedentes do Constitucionalismo (Fontes Históricas)
2.3 Fase Formação do Direito Moderno: Racionalização e Positivação do Direito

UNIDADE III – AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO MODERNO
3.1 Estado de Direito Liberal e os Direitos Humanos
3.2 Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) e os Direitos Humanos
3.3 Estado Neoliberal, Constitucionalismo Democrático e os Direitos Humanos

UNIDADE IV – EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
4.1 Separação dos Poderes: Definição e Complexificação
4.2 Efetividade dos Direitos Humanos, Judicialização da Política e Ativismo Judicial
4.3 Política Nacional e Planos Nacionais de Direitos Humanos

UNIDADE V – DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS E DIREITOS HUMANOS POSITIVOS
5.1 Dignidade da Pessoa Humana Definição, Características e Dicotomia Mínimo Existencial / Reserva do Possível.
5.2 Dimensões ou Gerações de Direitos Humanos
5.3 Críticas às Dimensões ou Gerações de Direitos Humanos

UNIDADE VI – EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E TEMAS EMERGENTES
6.1 A efetividade dos direitos humanos
6.2 Universalismo e Multiculturalismo
6.3 Temas Emergentes dos Direitos Humanos

UNIDADE VII – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
7.1 Relações étnico-raciais no Brasil
7.2 A história e cultura afro-brasileira
7.3 A história e cultura indígena

UNIDADE VIII – MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS
8.1 Mulheres e crianças
8.2 Pessoas com transtorno do espectro autista
8.3 LGBTQI+

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMPARATO, Fábio K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. E-book. ISBN 9788553607884. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607884/. Acesso em: 24 ago. 2024.

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos**. 8. ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553628496. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628496/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 12. ed. São

Paulo: Atlas, 2020. E-book. ISBN 9788597026825. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Fabiano Melo G. Direitos Humanos. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca) MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. E-book. ISBN 9788582178157. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178157/. Acesso em: 24 ago. 2024.

RAYO, José T. **Educação em direitos humanos**: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2003. E-book. ISBN 9788536317779. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536317779/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SCARANO, Renan Costa, V. *et al.* **Direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595028012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028012/. Acesso em: 24 ago. 2024.

VALENÇA, Ferraz, C. e Leite, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788522496532. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496532/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito Criminal – Penal I - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Noções de história e Filosofia do Direito penal; princípios gerais contidos na Parte Geral do Código Penal. Lei penal: conceitos; fontes; classificações; lei penal no tempo; lei penal no espaço; crime e contravenção penal; elementos e circunstâncias da norma penal. Conceito analítico de crime. Teoria do fato típico: elementos e causas de exclusão. Erro de tipo. Inter criminis: consumação e tentativa. Ilicitude: causas de exclusão de antijuridicidade. Teoria da culpabilidade: elementos e causas de exclusão.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Proporcionar a compreensão do desenvolvimento do sistema penal como controle social formal e sua subsunção aos preceitos constitucionais de um Estado Democrático de Direito.
- Demonstrar a contextualização do Direito Penal como saber penal;
- verificar os limites de atuação do poder punitivo estatal face à caracterização do princípio da dignidade da pessoa humana enquanto suporte axiológico da Constituição e, consequente, análise da Teoria Garantista.
- Identificar os princípios constitucionalizados e não constitucionalizados garantidores do Direito Penal, através da leitura interdisciplinar (Fundamentos de antropologia e sociologia, Introdução do Estudo do Direto, Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional e demais ciências criminais);
- Compreender o contexto dos princípios garantidores constitucionalizados e não constitucionalizados do Direito Penal, buscando sua efetividade.

- Aplicar os institutos previstos na parte geral do Código Penal aos crimes em espécie de modo a diferenciar os tipos penais dolosos e culposos; comissivos e omissivos.
- Aplicar os institutos previstos no iter criminis aos crimes em espécie de modo a analisar a responsabilidade penal do agente. Abordar sobre o conceito e as consequências do crime impossível;
- analisar a Teoria do Erro, diferenciando o erro de tipo e proibição sob o enfoque da exclusão da tipicidade e culpabilidade do agente

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - A Ciência Penal
1.1 - O Direito Penal: - Evolução histórica
1.2 - Conceito, características, funções, fontes, relações com outras ciências jurídicas
1.3 - As missões do Direito Penal em um Estado Democrático de Direito

UNIDADE II - Princípios norteadores e limitadores do Direito Penal
2.1 - Princípios da legalidade;
2.2 - Princípios intervenção mínima, da adequação social e da fragmentariedade
2.3 - Princípios da insignificância, da lesividade, da culpabilidade

UNIDADE III - Teoria da Norma
3.1 - Conceito, características
3.2 - Espécies, interpretação, norma penal do mandato em branco e analogia
3.3 - Conflito ou concurso aparente de normas

UNIDADE IV - Aplicação da lei penal no tempo e no espaço
4.1 - Princípios norteadores, lugar e tempo do crime
4.2 - Pena cumprida no estrangeiro e eficácia de sentença estrangeira
4.3 - Contagem de prazo

UNIDADE V - Teoria do crime
5.1 - Conceitos, distinção dos demais ilícitos
5.2 - Elementos do conceito analítico do crime
5.3 - Do fato típico: conduta, resultado jurídico e naturalístico, nexo causal e tipicidade formal, material e conglobante

UNIDADE VI - Ilicitude
6.1 - Conceito
6.2 - Causa supralegal de exclusão: consentimento do ofendido
6.3 - Causas legais de exclusão: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito

UNIDADE VII - Culpabilidade
7.1 - Conceito

7.2 - Elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta diversa
7.3 - Causas excludentes

UNIDADE VIII - Teoria do erro
8.1 - Do erro de tipo: espécies
8.2 - Do erro de direito e do erro de proibição
8.3 - Distinção entre erro de tipo, erro de proibição

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar R. Tratado de direito penal: parte especial, volume 3: parte especial: arts. 155 a 212: crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622436. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622436/. Acesso em: 27 ago. 2024.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal, volume 4**: parte especial: arts. 213 a 311-A: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9786553629295. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629295/. Acesso em: 27 ago. 2024.

ESTEFAM, André. **Direito penal, volume 2**: parte especial. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620685. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620685/. Acesso em: 22 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do código penal. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649228. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649228/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120. 28. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553622696. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622696/. Acesso em: 22 ago. 2024.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano D.; FIGUEIREDO, Maria Patrícia V. **Manual de direito penal**: parte geral. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620111. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620111/. Acesso em: 22 ago. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Curso de direito penal**: parte geral, arts. 1º a 120. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621002/. Acesso em: 22 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de direito penal**: volume único. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649303. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649303/. Acesso em: 22 ago. 2024.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530991609. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/. Acesso em: 22 ago. 2024.

Teoria Geral do Processo - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Introdução à Teoria Geral do Processo. Conceitos Gerais: Necessidade, Bem, Utilidade, Interesse, Pretensão, Resistência e Lide. Solução dos Conflitos de Interesse: autodefesa, autocomposição, métodos alternativos de solução de conflitos. Poder Judiciário e as Funções Essenciais à Justiça. Ação, Jurisdição, Competência. Conceitos Gerais de Processo: Valores e Normas Fundamentais. Princípios, Natureza do Processo. A Dinâmica do Processo. Prova. Sentença. Recurso. Coisa Julgada. Execução.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Diferenciar o direito processual do direito material e o papel do processo como forma de solução dos conflitos de interesses; conhecer os princípios processuais e entender a posição dos mesmos como justificação do processo; Compreender a Jurisdição como um poder essencial do Estado e o processo como instrumento de atuação da Jurisdição; Compreender o modo de atuação da Jurisdição, através da organização judiciária constitucionalmente definida e do estudo da competência;

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Fontes do Direito Processual
1.1 - Fontes em direito em geral
1.2 - Interpretação da norma processual
1.3 - Aplicação da lei no espaço e no tempo

UNIDADE II - Princípios do Direito
2.1 - Princípio como norma processual
2.2 - Princípios constitucionais do processo
2.3 - Princípios infraconstitucionais

UNIDADE III - Jurisdição
3.1 - Características
3.2 - Princípios
3.3 - Espécies de Jurisdição e Organização Política do Estado

UNIDADE IV - Processo
4.1 - Diferenciação entre processo e procedimento
4.2 - Relação Jurídica Processual
4.3 - Características

UNIDADE V - Pressupostos processuais
5.1 - Pressupostos processuais subjetivos
5.2 - Pressupostos processuais objetivos
5.3 - Demanda

UNIDADE VI - Ação
6.1 - Teorias da Ação
6.2 - Condições da Ação
6.3 - Elementos da Ação

UNIDADE VII - Litisconsórcio
7.1 - Classificação
7.2 - Dinâmica entre os litisconsortes
7.3 - Prazo para os litisconsortes

UNIDADE VIII - Competência
8.1 - Classificação, Prevenção e Prorrogação
8.2 - Critérios para fixação da competência e Perpetuatio Jurisdicionis
8.3 - Conflito de Competência e Procedimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, J. E. Careira. **Teoria geral do processo**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530994433. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994433/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manu**al de direito processual civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620081. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620081/. Acesso em: 22 ago. 2024.

PRIETO, Renata B.; BARBERINO, Liliane S.; ANTUNES, Rosana M. M. S. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024946. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024946/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Sergio P. **Teoria geral do processo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553623358. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623358/. Acesso em: 21 ago. 2024.

GAJARDONI, Fernando da F. *et al*. **Comentários ao código de processo civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559644995. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644995/. Acesso em: 21 ago. 2024.

MANCUSO, Rodolfo de C. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. ISBN 9788530980788. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980788/. Acesso em: 22 ago. 2024.

RODRIGUES, Horácio W.; LAMY, Eduardo de A. **Teoria geral do processo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774555. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774555/. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOUZA, André Pagani de *et al*. **Teoria geral do processo contemporâneo**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559776276. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776276/. Acesso em: 22 ago. 2024.

Projeto de Extensão I - CARGA HORÁRIA: 78H - CRÉDITOS: 5

A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Almeja-se discutir o significado da extensão universitária em uma perspectiva articuladora entre ensino e iniciação científica/pesquisa, sempre pautado pelo norte de integração universidade- comunidade. Além de apresentar ao estudante os contornos teóricos, busca-se demonstrar na prática esse conhecimento via elaboração de projeto de extensão com a turma para atuar em demanda local.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Surgimento da extensão universitária no Brasil
1.1 Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade.
1.2 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão
1.3 Tipologia das ações de extensão

UNIDADE II - Contornos gerais da extensão universitária
2.1. Metodologias utilizadas em um projeto de extensão
2.2.Legislação da extensão universitária
2.3 Política nacional de extensão universitária

UNIDADE III - A construção de um projeto de extensão

3.1 Identificação de demandas sociais
3.2 Escolha do tema e definição do objeto
3.3 Delimitação da atuação e elaboração de cronograma

UNIDADE IV - Problemas técnicos para elaboração de um projeto de extensão
4.1 Recorte do projeto de extensão
4.2 Redação do projeto de extensão
4.3 Implementação e materialização do projeto de extensão

UNIDADE V - Fases iniciais da implantação do projeto
5.1 Análise dos requisitos normativos para materialização do projeto
5.2 Elaboração de declarações e termos necessários para realização do projeto
5.3 Busca de fomento/bolsos de financiamento do projeto

UNIDADE VI - Atuação em campo.
6.1 Competências, habilidades e atitudes necessárias para atuação em campo.
6.2 Organização das equipes e times.
6.3 Ida à campo.
UNIDADE VII – Elaboração e divulgação de materiais
7.1 Produção de cartilhas, canvas, vídeos, cartazes, dentre outros
7.2 Divulgação dos materiais
7.3 Análise do impacto na comunidade dos materiais divulgados

UNIDADE VIII - Encerramento do projeto de extensão
8.1 Elaboração de relatórios e conclusões finais
8.2 Exame dos pontos positivos e negativos da implementação do projeto
8.3 Análise dos impactos das ações na comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502133297. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa do direito**. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622320. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622320/. Acesso em: 24 ago. 2024.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia científica da pesquisa jurídica.** 9 ed. rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848138. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del. Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/. Acesso em: 24 ago. 2024.

3º Período

Direito Constitucional - Organização do Estado e seus Poderes - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil. Da União. Dos Estados. Do Distrito Federal. Dos Territórios. Dos Municípios. Dos Bens. Repartição de Competências. Dos Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário. Dos Crimes Comuns e de Responsabilidade. Controle Externo e Tribunais de Contas. Funções Essenciais à Justiça. ADCT. Noções sobre a Constituição Estadual e Leis Orgânicas Municipais. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

- Conhecer as atividades relacionadas ao Poder Judiciário e sua estrutura;
- Analisar as atividades ligadas às Funções essenciais à Justiça;
- Promover uma visão mais ampla sobre a organização, estrutura e funcionamento do Estado. Estudar a Ordem Social na Constituição e refletir sobre questões sociais atuais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Organização do Estado

1.1 - Conceito

1.2 - Estrutura

1.3 - Atividades e competências constitucionais

UNIDADE II – Federação

2.1 - Origem, aspectos gerais, tipologia Entes federativos e suas autonomias

2.2 - A União e sua posição na federação brasileira. Distrito Federal e Territórios

2.3 - Estados e Municípios: organização político-adminsitrativa. Incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados e municípios. Criação de Municípios. Capital Federal Repartição de Competências dos entes federativos.

UNIDADE III - Defesa do Estado e das instituições democráticas
3.1 - Intervenção Federal
3.2 - Estado de Defesa e Estado de Sítio
3.3 - Forças Armadas e Segurança Pública

UNIDADE IV - Organização do Poder Legislativo
4.1 – Conceito. Organização e estrutura do Poder Legislativo. Processo Legislativo e suas espécies. Tribunal de Contas.
4.2 – Perda do mandato: Hipóteses de Cassação e Extinção
4.3 - Competências e processo legislativo. - Imunidade Material e Imunidade Formal. Princípios e garantias.

UNIDADE V – Poder Executivo
5.1 - Posse, Mandato, Competências. Substituição e sucessão presidencial.
5.2 - Da Responsabilidade do Presidente da República: Crimes Comuns X Crimes de Responsabilidade. Imunidade à prisão. Irresponsabilidade penal relativa
5.3 - Do processo de Impeachment. Da responsabilidade do executivo no âmbito estadual e municipal.

UNIDADE VI – Poder Judiciário Parte I
6.1 - Aspectos Gerais, Funções típicas e atípicas
6.2 - Estrutura organizacional. Conselho Nacional de Justiça: composição e competências
6.3 - Òrgão especial. O quinto Constitucional.

UNIDADE VII – Funções Essenciais à Justiça
7.1 - As funções previstas na Constituição Federal de 88
7.2 - A Advocacia Pública e a Advocacia. A Defensoria Pública.
7.3 – O Ministério Público. Estrutura orgânica. Princípios Institucionais, Garantias e vedações. Funções Institucionais.

UNIDADE VIII – Da Ordem Social
8.1 - Seguridade Social
8.2 - Educação, Família, Cultura e Desporto
8.3 - Meio Ambiente, Educação Ambiental e Indígenas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621132. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621132/. Acesso em: 22 ago. 2024.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. (Coleção esquematizado®). 28. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621958. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621958/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9786553629417. (Série IDP). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629417/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 40. ed., rev., atual. e ampl. 40. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559776375. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776375/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed., rev. e atual. Barueri: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559775958. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775958/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. ISBN 9786559644599. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644599/. Acesso em: 24 ago. 2024.

TAVARES, André R. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553621248. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621248/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PINHO, Rodrigo César R. **Direito constitucional:** teoria geral da constituição e direitos fundamentais. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9786553623682. (Sinopses jurídicas). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623682/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito Civil – Obrigações e Responsabilidade Civil - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Analisa as relações jurídicas de ordem patrimonial entre pessoas, diante da existência de um sujeito que tem o direito de exigir um crédito e o outro que tem o compromisso de pagar o crédito, com abordagem: Noção, conceito, elementos essenciais, obrigações pessoais e reais. Fontes. Modalidades das obrigações: Obrigações Civis e naturais, obrigação de dar, restituir, pecuniária, fazer e de não fazer, alternativas, cumulativas e facultativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias. Outras formas de classificação das obrigações: Obrigações de Meio e Resultado, instantânea, diferida e continuada, líquidas e ilíquidas. Pagamento. Consignação. Sub-rogação. Imputação no pagamento. Novação. Dação em Pagamento. Compensação. Transação e compromisso. Confusão. Remissão das dívidas. Pagamento indevido. Mora. Inexecução das obrigações: Da Mora, das Perdas e Danos, Clausula Penal e das Arras. Transferência das obrigações: Cessão de crédito, débito e contrato. Espécies de responsabilidade. Excludentes da responsabilidade. Responsabilidade por fato de terceiro, responsabilidade por fato da coisa. Responsabilidade decorrente de atividade profissional. Liquidação do dano

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Desenvolver o conhecimento dos institutos do Direito das Obrigações. Interpretar a Teoria das Obrigações; Verificar as principais espécies de obrigações e as sanções aplicáveis em caso de inexecução da obrigação.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Teoria das Obrigações

1.1 - Conceito de obrigação e seus elementos constitutivos: subjetivo, objetivo e espiritual da obrigação

1.2 - Principais diferenças: direitos obrigacionais e Direitos reais. Situações híbridas. Obrigação, dever, sujeição e ônus

1.3 - Distinção entre obrigação e responsabilidade

1.4 - Introdução

1.5 - Dos atos unilaterais como fonte do direito obrigacional: promessa de recompensa, gestão de negócios, do pagamento indevido e do enriquecimento sem causa

1.6 - Da Obrigação complexa a obrigação como um processo

UNIDADE II - Principais Modalidades de Obrigações

2.1 - Classificação quanto ao objeto: obrigação de dar e restituir, de fazer e não fazer. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer

2.2 - Classificação quanto aos elementos: simples, complexa, alternativa, facultativa, cumulativa. Da solidariedade e indivisibilidade

2.3 - Classificação quanto à exigibilidade e conteúdo: obrigação civil e natural, obrigação de meio e resultado

UNIDADE III - Do Adimplemento Obrigacional - Teoria do Pagamento

3.1 - Introdução

3.2 - Requisitos subjetivos do pagamento: o solvens e o accipiens

3.3 - Requisitos objetivos do pagamento: objeto, prova, local e tempo do pagamento

UNIDADE IV - Do Adimplemento das Obrigações - Modalidades Especiais de Pagamento

4.1 - Do pagamento em consignação, do pagamento com sub-rogação. Imputação do pagamento e dação em pagamento

4.2 - Novação, compensação, confusão, remissão

4.3 - Os novos tratamentos legais da transação e do compromisso (arbitragem)

UNIDADE V - Do Inadimplemento das Obrigações

5.1 - Do inadimplemento como gênero

5.2 - Espécies de inadimplemento:absoluto e a mora

5.3 - Violação positiva do contrato

5.4 - Perdas e Danos. Dano emergente e Lucro cessante. Teoria da perda de uma chance

5.5 - Juros e Cláusula penal

5.6 - Das arras

UNIDADE VI - Transmissão das Obrigações
6.1 - Cessão de crédito
6.2 - Assunção de dívida
6.3 - Cessão de contrato

UNIDADE VII - Elementos da Responsabilidade Civil
7.1 - Ato ilícito em sentido estrito e amplo
7.2 - Abuso do direito como ato ilícito.
7.3 - Conduta: ação e omissão e nexo da causalidade

UNIDADE VIII - Dano (Patrimonial Ou Extrapatrimonial -Moral)
8.1 - Dano patrimonial: dano emergente e lucro cessante.
8.2 - Dano moral: configuração, prova, arbitramento; Modalidades: Dano estético. Dano à imagem. Dano à imagem da pessoa falecida. Dano reflexo. Danos por perda de uma chance. Danos Morais coletivos. Danos Sociais Difusos
8.3 - Fixação do Dano

UNIDADE IX - Responsabilidade Civil Objetiva e Subjetiva
9.1 - Responsabilidade Civil Subjetiva (Conduta comissiva e omissiva); Responsabilidade Civil Objetiva e Teoria do risco
9.2 - Responsabilidade Contratual e Extracontratual (AQUILIANA)
9.3 Excludentes de Responsabilidade Civil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. **Novo curso de direito civil:** obrigações, v.2. 25. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9786553629776. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629776/. Acesso em: 22 ago. 2024.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro**: teoria geral das obrigações, v. 2. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553622528. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622528/. Acesso em: 22 ago. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito das obrigações e responsabilidade civil, v.2. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649747. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649747/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIRAGEM, Bruno. **Direito civil**: direito das obrigações. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9788530994259. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994259/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PELUSO, Cezar (coord.). **Código civil comentado**: doutrina e jurisprudência: lei n. 10.406 de 10.01.2002. 18. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. E-book. ISBN 9788520461921. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461921/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de direito civil**: volume II: teoria geral das obrigações. 35. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786559649143. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649143/. Acesso em: 24 ago. 2024.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos das obrigações.** 9. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. ISBN 9788530980825. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980825/. Acesso em: 24 ago. 2024.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito civil**: obrigações e responsabilidade civil, vol.2. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559775736. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775736/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito Processual Civil - Parte Geral Tutela - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Abrange o estudo do processo de conhecimento e o desenvolvimento dos atos processuais, abordando as normas processuais aplicáveis aos procedimentos, destacando as características comuns e peculiares a cada tipo de processo e de procedimento e a análise do papel desempenhado pelos órgãos estatais destinados à solução dos conflitos existentes, através da utilização de aulas expositivas, dialogadas e o estudo da literatura especializada atinente à matéria.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Estudar os de conceitos essenciais da ação: condições, elementos, litispendência; identificar e classificar, segundo os critérios processuais como os institutos do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, com seus princípios informativos; Compreender as fases processuais desde a formação até a extinção do processo; Elaborar a petição inicial e peças de defesa, através das fases de desenvolvimento dos procedimentos processuais; Identificar o conceito e requisitos da antecipação de tutela.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Intervenção de Terceiros
1.1 - Classificação
1.2 - Espécies
1.3 - Intervenção de terceiros no sistema consumerista

UNIDADE II - Atos Processuais

2.1 - Conceito e Classificação
2.2 - Forma e espécies de atos
2.3 - Comunicação dos atos processuais

UNIDADE III - Prazos Processuais
3.1 - Conceito e Classificação de prazos processuais
3.2 - Contagem e curso dos prazos
3.3 - Preclusão

UNIDADE IV - Nulidades
4.1 - Espécies

4.2 - Arguição e Decretação de Nulidades
4.3 - Instrumentalidade do processo

UNIDADE V - Formação do Processo
5.1 - Início da relação jurídico processual
5.2 - Formação e estabilização do processo
5.3 - Alteração dos elementos da ação

UNIDADE VI - Petição Inicial
6.1 - Forma e conteúdo
6.2 - Requisitos da petição inicial
6.3 - Elaboração da petição inicial

UNIDADE VII - Resposta do Réu
7.1 - Espécies de resposta
7.2 - Encerramento da atividade cognitiva com apreciação de mérito
7.3 - Revelia

UNIDADE VIII - Desenvolvimento do Processo
8.1 - Suspensão do processo
8.2 - Réplica
8.3 - Extinção do processo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 10. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620081. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620081/. Acesso em: 24 ago. 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito processual civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553622665. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622665/. Acesso em: 24 ago. 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de direito processual civil, volume 2**: processo de conhecimento e procedimentos especiais. 20. ed. São Paulo: SAraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553623204. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623204/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, José Eduardo C. **Teoria geral do processo**. 25. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530994433. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994433/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559648474. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559640133. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620104. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620104/. Acesso em: 24 ago. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 65. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649389. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649389/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito Criminal – Penal II - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Sanções penais e medidas de segurança. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Substituição e conversão de penas. Detração penal. Dosimetria da pena. Circunstâncias judiciais, atenuantes e agravantes. Causas de diminuição e de aumento de pena. Reincidência. Concurso de crimes. Crime continuado. Crime complexo. Unificação das penas. A suspensão condicional da pena e o livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Extinção da punibilidade. Prescrição penal.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Promover uma visão mais ampla sobre o crime e o comportamento desviante, de modo que o discente possa manejar com certo rigor científico os conceitos que fundamentam as teorias criminológicas e os métodos utilizados em sua prática científica. Permitir que os formandos, enquanto entes jurídicos em preparação, possam atuar com maior reserva de conhecimentos na aplicação do Direito, enquanto método formal de controle social normativo.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Concurso de Pessoas

1.1 - Conceito

1.2 - Requisitos. Autoria e participação

1.3 - Teorias e comunicabilidade das circunstâncias e elementares do crime

UNIDADE II - Concurso de crimes

2.1 - Espécies

2.2 - Consequências

2.3 – Aplicabilidade

UNIDADE III - Teoria das sanções penais

3.1 - Princípios norteadores e sua função

3.2 - Penas: espécies, regimes de progressão de pena, regressão e progressão de regime, dosimetria

3.3 - Medidas de segurança: espécies, prazo e aplicabilidade

UNIDADE IV - Livramento Condicional

4.1 - Natureza Jurídica
4.2 - Requisitos e espécies
4.3 - Revogação e seus efeitos
UNIDADE V - Suspensão Condicional da Pena
5.1 - Natureza Jurídica
5.2 - Requisitos
5.3 - Revogação e seus efeitos

UNIDADE VI - Reabilitação e efeitos da condenação
6.1 - Requisitos
6.2 - Espécies
6.3 – Consequências

UNIDADE VII - Ação Penal
7.1 - Espécies
7.2 - Legitimidade
7.3 - Princípios norteadores

UNIDADE VIII - Extinção da Punibilidade
8.1 - Causas Genéricas
8.2 - Efeitos
8.3 - Prescrição

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal**: parte especial, v.3 e v.4. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553622436. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622436/. Acesso em: 24 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de direito penal**: volume único. 20. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649303. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649303/. Acesso em: 24 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do código penal. 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649228. (Curso de direito penal; 1). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649228/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120. 28. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553622696. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622696/. Acesso em: 22 ago. 2024.

ANDREUCCI, Ricardo. **Manual de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620142. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620142/. Acesso em: 23 ago. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Curso de direito penal, volume 1**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621002/. Acesso em: 24 ago. 2024.

RAIZMAN, Daniel A. **Manual de direito penal:** parte geral. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. E-book. ISBN 9788553611379. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611379/. Acesso em: 24 ago. 2024.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. rev., atual e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530991609. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/. Acesso em: 23 ago. 2024.

Conceitos Básicos da Prática Forense e Habilidades Profissionais - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 2

Introdução à prática forense. A advocacia digital: programas e aplicativos para processamento forense (PJE, E-Proc, etc.). A triagem processual: elementos de identificação da causa. A construção do processo: documentos, provas, elementos imprescindíveis à petição inicial. A diligência forense: rotina de despacho com autoridade policial, autoridade judiciária e ministério público. A audiência de conciliação, instrução e julgamento: aspectos comportamentais, limites e prerrogativas do advogado. Oratória Forense.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Apresentar aos alunos o procedimento pré-processual e processual na busca da prestação jurisdicional, bem como analisar o impacto dos novos paradigmas do direito digital e da tecnologia no ajuizamento das ações e processamento nos Tribunais, de forma a desenvolver uma visão crítica, prática e analítica do fenômeno jurídico seguida da habilidade de argumentação.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Sistema judicial e acesso à justiça

1.1 Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública
1.2 Noções de limites e prerrogativas do Advogado. Lei nº 8.906/94
1.3 Possibilidades de atuação na advocacia

UNIDADE II - Oratória Forense

2.1. Ocupação e postura na tribuna
2.2. Ênfase e ritmo na voz
2.3. Lógica linear do raciocínio jurídico

UNIDADE III - Processo e Direito

3.1 Estado, Solução de Conflitos e Significado do Direito Processual

3.2. Formas de acompanhamento processual
3.3 Advogado 5.0 e Processo

UNIDADE IV – Processo e Ramos Jurídicos
4.1 Noções introdutórias de processo civil
4.2 Noções introdutórias de processo penal
4.3 Noções introdutórios de processo trabalhista

UNIDADE V - Triagem Processual
5.1 Elementos de identificação da causa.
5.2 Fase probatória: documentos e provas.
5.3 Elementos imprescindíveis da petição inicial.

UNIDADE VI - Diligência Processual
6.1 Rotina de despacho com autoridade policial, autoridade judiciária e ministério público.
6.2 Cartórios e medidas extrajudiciais
6.3 Balcão virtual

UNIDADE VII - Processo Eletrônico
7.1 Tecnologia e processo judicial

7.2 Contornos gerais da Lei nº 14.219/06 e outras normas referentes ao processo eletrônico.
7.3 Programas e aplicativos para processamento forense (PJE, E-Proc, etc)

UNIDADE VIII - Processo Simulado
8.1 Análise do caso
8.2 Estruturação do processo
8.3. Audiência de Instrução e Julgamento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio. **Prática civil.** 3. ed. São Paulo: SaraivaJur,, 2022. E-book. ISBN 9786553623408. (Coleção Prática Forense). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623408/. Acesso em: 24 ago. 2024.

CONDE, Maria E. *et al*. **Prática trabalhista**. 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553624832. (Coleção Prática Forense). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624832/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHACON, Luis Fernando R. **Manual de prática forense civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786553629936. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629936/. Acesso em: 21 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Prática forense penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788530994976. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994976/. Acesso em: 21 ago. 2024.

BARROSO, Darlan; JR., Marco Antonio A. **Prática empresarial.** 5. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553622122. (Coleção prática forense). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622122/. Acesso em: 21 ago. 2024.

SPILBORGHS, Alessandro; BARROSO, Darlan; OLIVEIRA, Marcos. **Prática tributária**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786553625747. (Coleção Prática Forense) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625747/. Acesso em: 21 ago. 2024.

VICTALINO, Ana C.; LAMOUNIER, Daniel; OLIVEIRA, Marcos. **Prática administrativa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786553626034. (Coleção Prática Forense). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626034/. Acesso em: 21 ago. 2024.

Projeto de Extensão II - CARGA HORÁRIA: 78H - CRÉDITOS: 5

A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Almeja-se discutir o significado da extensão universitária em uma perspectiva articuladora entre ensino e iniciação científica/pesquisa, sempre pautado pelo norte de integração universidade- comunidade. Além de apresentar ao estudante os contornos teóricos, busca-se demonstrar na prática esse conhecimento via elaboração de projeto de extensão com a turma para atuar em demanda local.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Surgimento da extensão universitária no Brasil
1.1 Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade.
1.2 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão
1.3 Tipologia das ações de extensão

UNIDADE II - Contornos gerais da extensão universitária
2.1 Metodologias utilizadas em um projeto de extensão
2.2 Legislação da extensão universitária
2.3 Política nacional de extensão universitária

UNIDADE III - A construção de um projeto de extensão

3.1 Identificação de demandas sociais
3.2 Escolha do tema e definição do objeto
3.3 Delimitação da atuação e elaboração de cronograma

UNIDADE IV - Problemas técnicos para elaboração de um projeto de extensão
4.1 Recorte do projeto de extensão
4.2 Redação do projeto de extensão
4.3 Implementação e materialização do projeto de extensão

UNIDADE V - Fases iniciais da implantação do projeto
5.1 Análise dos requisitos normativos para materialização do projeto
5.2 Elaboração de declarações e termos necessários para realização do projeto
5.3 Busca de fomento/bolsos de financiamento do projeto

UNIDADE VI - Atuação em campo.
6.1 Competências, habilidades e atitudes necessárias para atuação em campo.
6.2 Organização das equipes e times.
6.3 Ida à campo.

UNIDADE VII – Elaboração e divulgação de materiais
7.1 Produção de cartilhas, canvas, vídeos, cartazes, dentre outros
7.2 Divulgação dos materiais
7.3 Análise do impacto na comunidade dos materiais divulgados

UNIDADE VIII - Encerramento do projeto de extensão
8.1 Elaboração de relatórios e conclusões finais
8.2 Exame dos pontos positivos e negativos da implementação do projeto
8.3 Análise dos impactos das ações na comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502133297. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa do direito**. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622320. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622320/. Acesso em: 24 ago. 2024.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia científica da pesquisa jurídica.** 9 ed. rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848138. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del. Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/. Acesso em: 24 ago. 2024.

4º Período

Direito Civil – Direito dos Contratos e Relações de Consumo - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Dos Contratos. Definição e princípios fundamentais. Da formação dos contratos. Classificação, exteriorização e objeto do Contrato. Teorias relativas à relação contratual. Extinção dos contratos. Atos unilaterais. Fundamentos do Direito do Consumidor. Direitos Básicos do Consumidor. Dos Serviços e Serviços Públicos - A Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Das Garantias e Prazos no Código de Defesa do Consumidor. Da Execução do Contrato de Consumo. Do Direito Processual do Consumidor. Da Proteção Administrativa do Consumidor. Da Repressão aos Crimes nas Relações de Consumo.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Estimular a compreensão das relações contratuais privadas e relacioná-las com os princípios da função social e a boa-fé objetiva. Transmitir as normas e os princípios que regulamentam os contratos em geral, suas diversas fases, desde a formação do vínculo contratual até sua extinção. Desenvolver o estudo das noções fundamentais do Código de Defesa do Consumidor. Verificar os novos paradigmas das relações de consumo, considerando os princípios do Código de Defesa do Consumidor face à Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Civil.

Analisar casos práticos no âmbito das relações de consumo, proporcionando fundamentos aos alunos para a análise das relações civis.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Teoria Geral dos Contratos

1.1 - Conceito de contrato e seus elementos constitutivos
1.2 - Capacidade dos contratantes
1.3 - Objeto e forma dos contratos
1.4 - Princípio da autonomia privada e da força obrigatória dos contratos,
1.5 - Princípio da função social
1.6 - Princípio da boa-fé objetiva e seus desdobramentos
1.7 - Classificação dos contratos
1.8 - Contrato típicos e atípicos, consensual, formal e real
1.9 - Contrato gratuito ou oneroso
1.10 - Contrato comutativo, preestimado e aleatório,de execução continuada ou diferida

UNIDADE II - Da Formação e dos Efeitos dos Contratos e estipulações contratuais em relação a terceiros

2.1 - Negociações preliminares ou puntuação
2.2 - Proposta
2.3 - Contrato preliminar e contrato definitivo.
3.4 - Estipulação em favor de terceiro,
3.5 - Da promessa de fato de terceiro
3.6 - Contrato com pessoa a declarar

UNIDADE III - Dos vícios redibitórios e Da evicção

3.1 - Ações edilícias e direitos decorrentes dos vícios redibitórios
3.2 - Evicção
3.3 - Responsabilidade pela Evicção

UNIDDE IV - Da Extinção dos Contratos e Dos Atos Unilaterais

4.1 - Extinção normal dos contratos
4.2 - Extinção anormal dos contratos: causas anteriores e supervenientes à formação do contrato
4.3 - Exceção do contrato não cumprido e a teoria da imprevisão e resolução por onerosidade excessiva
4.4 - Promessa de recompensa
4.5 - Gestão de Negócios
4.6 - Enriquecimento sem causa e pagamento indevido

UNIDADE V - Fundamentos do Direito do Consumidor e dos Direitos Básicos do Consumidor

5.1 - O Fundamento Constitucional do Direito do Consumidor

5.2 - Princípios Gerais do Direito do Consumidor
5.3 - Da Relação Jurídica de Consumo
5.4 - A Relação Jurídica de Consumo
5.5 - A Proteção Contratual do Consumidor
5.6 - A Responsabilidade Civil de Consumo

UNIDADE VI - Da Incidência do Código de Defesa do Consumidor nos serviços públicos
6.1 - O serviço como objeto da relação de consumo
6.2 - Distinções entre Consumidor e Usuário de serviços públicos
6.3 - Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos

UNIDADE VII - Das Garantias e Prazos no Código de Defesa do Consumidor
7.4 - A Garantia no Código de Defesa do Consumidor
7.5 - Do prazo Decadencial
7.6 - Do prazo Prescricional

UNIDADE VIII - Da Execução do Contrato de Consumo
8.1 - Proteção do Consumidor contra Práticas Abusivas
8.2 - Proteção do Consumidor e a Cobrança de Dívidas
8.3 - A Extinção do Contrato de Consumo e seus efeitos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro, volume 3**: contratos e atos unilaterais. 21. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622474. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622474/. Acesso em: 24 ago. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 19. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649723. (Direito civil; 3). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649723/. Acesso em: 24 ago. 2024.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito civil**: obrigações e responsabilidade civil. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559775736. (Direito civil; 2). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775736/. Acesso em: 24 ago. 2024.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor**. 6. ed. Barueri: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772766. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772766/. Acesso em: 24 ago. 2024.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim A. **Manual de direito do consumidor**: direito material e processual, volume único. 12. ed. - Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. ISBN 9786559648054. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648054/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: contratos: volume 4. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553626614.

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626614/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**: volume 3: contratos e obrigações comerciais. 9. ed. rev., atual. e ampl., 2019. E-book. ISBN 9788530986421. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986421/. Acesso em: 24 ago. 2024.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, volume 3**: contratos. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. ISBN 9788530979621. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979621/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de direito civil**: contratos. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649167. (Instituições de direito civil; 3). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649167/. Acesso em: 24 ago. 2024.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos.** 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559648153. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648153/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito Processual Civil - Instrução Processual e Recursos - CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

Das providências preliminares e do saneamento; da fase instrutória do procedimento comum; provas; sentença, coisa julgada e a Ação Rescisória. Estuda também os processos nos tribunais, analisando a teoria geral dos recursos e os recursos em espécie.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Demonstrar o sistema probatório, inclusive no tocante a repartição do ônus da prova, assim como a adequação de cada meio probatório; Demonstrar o processo de realização de audiência, manejar, inclusive no tocante a elaboração da sentença, a coisa julgada, mormente no que diz respeito aos limites subjetivos e objetivos; Aprender o cabimento da ação rescisória, e o sistema recursal, este, tanto em sua parte geral quanto aos recursos em espécie.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Direito probatório

1.1 - Teoria geral do direito probatório
1.2 - Demandas autônomas probatórias
1.3 - Provas em espécie

UNIDADE II - Audiência

2.1 - Audiências do CPC
2.2 - Fases da audiência
2.3 - Adiamento e Antecipação da audiência

UNIDADE III - Sentença

3.1 - Classificações
3.2 - Elementos e efeitos da sentença
3.3 - Remessa necessária

UNIDADE IV - Estabilização do ato processual
4.1 - Decisão de Saneamento e organização do processo
4.2 - Preclusão e Coisa Julgada: conceitos e espécies
4.3 - Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada

UNIDADE V - Processo nos Tribunais
5.1 - Precedentes Judiciais
5.2 - Incidente de Assunção de Competência e IRDR
5.3 - Ação Rescisória

UNIDADE VI - Teoria Geral dos Recursos
6.1 - Classificação
6.2 - Juízo de admissibilidade e de mérito
6.3 - Pressupostos de admissibilidade recursal

UNIDADE VII - Recursos em Espécie
7.1 - Apelação
7.2 - Agravo de instrumento e Agravo interno
7.3 - Embargos de Declaração

UNIDADE VIII - Recursos para o STF e STJ
8.1 - Recurso Ordinário
8.2 - Recurso Extraordinário e Recurso Especial
8.3 - Agravo em REsp e RExt e Embargos de Divergência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 10. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620081. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620081/. Acesso em: 24 ago. 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito processual civil**. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622665. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622665/. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559640133. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, José Eduardo C. **Teoria geral do processo**. 25. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530994433. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994433/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559648474. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/. Acesso em: 24 ago. 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de direito processual civil**: volume 2: processo de conhecimento e procedimentos especiais. 20. ed. São Paulo: SaraivaJur,, 2024. E-book. ISBN 9788553623204. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623204/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553620104. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620104/. Acesso em: 24 ago. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** volume I. 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649389. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649389/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito do Trabalho - **CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4**

Relações individuais de trabalho. Abordagem histórica e sociológica. Sistemas e paradigmas de regulação. Autonomia e fontes. Principiologia. OIT. Relações de trabalho. Relação de emprego e elementos constitutivos. Jornada de trabalho. Períodos de descanso. Salário e Remuneração. O empregado. O avulso. Trabalho rural. O empregador. Empresa e grupo econômico. O contrato de trabalho: elementos. Nulidades. Trabalho temporário. As novas modalidades de relação de trabalho com a reforma trabalhista.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Demonstrar a evolução do Direito do Trabalho proporcionando ao aluno conhecimento para avaliar as transformações no mundo do trabalho. Proporcionar ao estudante noções doutrinárias e informações técnicas e legislativas contribuindo para o desenvolvimento do seu raciocínio jurídico e pensamento crítico, habilitando-o profissionalmente a aplicar o conhecimento teórico na análise de casos concretos de forma crítica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - O DIREITO DO TRABALHO

1.1 - História do direito do trabalho no Brasil
1.2 - Conceito, natureza jurídica, autonomia e divisão
1.3 - Flexibilização e desregulamentação

UNIDADE II - FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

2.1 - Classificação e hierarquia das normas trabalhistas

2.2 - Princípios constitucionais trabalhistas
2.3 - Princípios específicos de direito do trabalho

UNIDADE III - SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO
3.1 - Requisitos da relação de empregado
3.2 - Empregado e empregador
3.3 - Grupo econômico, sucessão e terceirização

UNIDADE IV - DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
4.1 – Contrato de Trabalho e Jornada de Trabalho
4.2 - Tipos, prazo, prorrogação e sucessão
4.3 - Extinção no termo, antecipada e verbas devidas

UNIDADE V - ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO
5.1 - Requisitos para validade do contrato de trabalho: capacidade, forma prescrita ou não defesa em lei, objeto lícito e formação não proibida
5.2 - Trabalho do menor, trabalho ilícito e proibido
5.3 - Alterações prejudiciais, contrato nulo, efeitos e verbas devidas e consequências

UNIDADE VI – Remuneração e Salário
6.1 - Salário e remuneração
6.2 – Elementos do salário e do pagamento: gratificações, diárias de viagem e ajuda de custo; adicionais: insalubridade, periculosidade, transferência, noturno e extra.
6.3 - Jus variandi e Jus resistentiae

UNIDADE VII - INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
7.1 - Teoria geral e diferenças
7.2 - Estabilidade e garantia de emprego: conceitos e tipos
8.3 - Suspensão do contrato de trabalho

UNIDADE VIII - EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E PRESCRIÇÃO
8.1 - Modalidades de extinção do contrato de trabalho e verbas devidas
8.2 - Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço: conceito e hipóteses de cabimento
8.3 - Prescrição e prazos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621156. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621156/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621125. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621125/. Acesso em: 24 ago. 2024.

RENZETTI, Rogério. **Manual de direito do trabalho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021. E-book. ISBN 9786559641079. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641079/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOMFIM, Vólia; PINHEIRO, Iuri; LIMA, Fabrício. **CLT organizada**: consolidação das leis do trabalho. 11. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. ISBN 9786559647095. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647095/. Acesso em: 24 ago. 2024.

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553624566. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624566/. Acesso em: 24 ago. 2024.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. 9. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559648719. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648719/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MACHADO, Costa; ZAINAGHI, Domingos S. (org.). **CLT interpretada**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 15. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2024. E-book. ISBN 9788520461907. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461907/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SCARPA, Rita de Cássia Nogueira de M. **Reforma trabalhista, flexibilização e crise no direito do trabalho**. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. ISBN 9786556278308. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556278308/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Direito Criminal - Penal III - **CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4**

Teoria Geral da Parte Especial. Dos Crimes contra a pessoa. Dos Crimes contra a Liberdade Individual. Dos Crimes Contra o Patrimônio. Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial. Dos Crimes contra a Organização do Trabalho.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Compreender a relevância da subsunção das normas penais aos preceitos constitucionais. Aplicar os institutos previstos na parte geral do Código Penal aos crimes em espécie de modo a diferenciar concurso necessário de concurso eventual de pessoas, bem como, autoria de participação e seus consectários para fins de aplicação de pena. Solucionar os casos concretos apresentados de modo a diferenciar os institutos da autoria e participação em consonância com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, bem como tipificar corretamente as condutas em conformidade com os princípios constitucionais e infraconstitucionais para fins de responsabilização penal. Solucionar os casos concretos apresentados de modo a tipificar corretamente as condutas em conformidade com os princípios constitucionais e infraconstitucionais para fins de responsabilização penal no caso de concurso de crimes.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Crimes contra a Vida
1.1 - Homicídio
1.2 - Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio e Infanticídio
1.3 - Aborto

UNIDADE II – Lesão Corporal
2.1 - Bem jurídico
2.2 - Espécies
2.3 - Ação Pena

UNIDADE III – Da Periclitação da Vida e da Saúde
3.1 - Perigo de contágio venéreo, Perigo de contágio de moléstia grave
3.2 - Perigo para a saúde de outrem. Abandono de incapaz e exposição e abandono de recém- nascido
3.3 - Omissão de Socorro e Maus tratos

UNIDADE IV - Crimes contra a honra
4.1 - Espécies e diferenças. Exceção da verdade Ação Penal
4.2 – Rixa. Bem jurídico. Espécies.
4.3 - Princípio do non bis in idem

UNIDADE V – Dos crimes contra a Liberdade Individual
5.1 - Constrangimento ilegal e ameaça
5.2 - Sequestro e redução à condição análoga à de escravo e tráfico de pessoas
5.3 - Violação de domicílio, violação de correspondência, violação de segredo e violação da intimidade

UNIDADE VI – Crimes contra o Patrimônio
6.1 - O princípio da insignificância e os delitos contra o patrimônio. Escusas absolutórias.
6.2 - Furto. Roubo. Extorsão. Extorsão mediante seqüestro. Extorsão indireta. Usurpação. Dano. Apropriação Indébita. Apropriação previdenciária. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.
6.3 - Apropriação de coisa achada. Estelionato e outras fraudes. Receptação.

UNIDADE VII – Dos crimes contra a propriedade intelectual
7.1 - Violação de direito autoral. Objetividade jurídica. Tipo objetivo. Exclusão de crime.
7.2 - Sujeito ativo. Sujeito passivo.
7.3 - Consumação. Tentativa. Ação Penal.

UNIDADE VIII – Crimes contra a organização do trabalho
8.1 – Atentado contra a liberdade do trabalho. Sujeito ativo e passivo. Tipo objetivo. Consumação. Tentativa. Concurso. Ação Penal.

8.2 – Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho ou boicotagem violenta. Sujeito ativo e passivo. Tipo objetivo. Consumação. Tentativa. Concurso. Ação Penal.
8.3 – Atentado contra a liberdade de associação. Sujeito ativo e passivo. Tipo objetivo. Consumação. Tentativa. Concurso. Ação Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Curso de direito penal**: volume 2. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620982. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620982/. Acesso em: 24 ago. 2024.
JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito penal 2**: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183). 36. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book. ISBN 9788553619863. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619863/. Acesso em: 24 ago. 2024.
NUCCI, Guilherme de S. **Curso de direito penal**: parte especial: arts. 213 a 361 do código penal. v.3. 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649266. (Curso de direito penal; 3). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649266/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 16. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553620142. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620142/. Acesso em: 24 ago. 2024.
CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: volume 2: parte especial: arts. 121 a 212. 24. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622672. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622672/. Acesso em: 24 ago. 2024.
NUCCI, Guilherme de S. **Manual de processo penal**: volume único. 5. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649587. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649587/. Acesso em: 24 ago. 2024.
OLIVÉ, Juan Carlos Ferré *et al*. **Direito penal brasileiro**: parte geral: princípios fundamentais e sistema 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547215231. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215231/. Acesso em: 24 ago. 2024.
REALE JÚNIOR., Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530991609. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Projeto de Extensão III - **CARGA HORÁRIA: 78H - CRÉDITOS: 5**

A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Almeja-se discutir o significado da extensão universitária em uma perspectiva articuladora entre ensino e iniciação científica/pesquisa, sempre pautado pelo norte de integração universidade- comunidade. Além de apresentar ao estudante os contornos teóricos, busca-se demonstrar na prática esse conhecimento via elaboração de projeto de extensão com a turma para atuar em demanda local.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Surgimento da extensão universitária no Brasil

1.1 Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade.
1.2 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão
1.3 Tipologia das ações de extensão

UNIDADE II - Contornos gerais da extensão universitária

2.1. Metodologias utilizadas em um projeto de extensão
2.2. Legislação da extensão universitária
2.3 Política nacional de extensão universitária

UNIDADE III - A construção de um projeto de extensão

3.1 Identificação de demandas sociais
3.2 Escolha do tema e definição do objeto
3.3 Delimitação da atuação e elaboração de cronograma

UNIDADE IV - Problemas técnicos para elaboração de um projeto de extensão

4.1 Recorte do projeto de extensão
4.2 Redação do projeto de extensão
4.3 Implementação e materialização do projeto de extensão

UNIDADE V - Fases iniciais da implantação do projeto

5.1 Análise dos requisitos normativos para materialização do projeto
5.2 Elaboração de declarações e termos necessários para realização do projeto
5.3 Busca de fomento/bolsos de financiamento do projeto

UNIDADE VI - Atuação em campo.

6.1 Competências, habilidades e atitudes necessárias para atuação em campo.
6.2 Organização das equipes e times.
6.3 Ida à campo.

UNIDADE VII – Elaboração e divulgação de materiais

7.1 Produção de cartilhas, canvas, vídeos, cartazes, dentre outros
7.2 Divulgação dos materiais
7.3 Análise do impacto na comunidade dos materiais divulgados

UNIDADE VIII - Encerramento do projeto de extensão
8.1 Elaboração de relatórios e conclusões finais
8.2 Exame dos pontos positivos e negativos da implementação do projeto
8.3 Análise dos impactos das ações na comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502133297. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/. Acesso em: 24 ago. 2024.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/. Acesso em: 24 ago. 2024.
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa do direito**. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622320. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622320/. Acesso em: 24 ago. 2024.
HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia científica da pesquisa jurídica.** 9 ed. rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/. Acesso em: 24 ago. 2024.
FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848138. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/. Acesso em: 24 ago. 2024.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 24 ago. 2024.
SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del. Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/. Acesso em: 24 ago. 2024.

5º Período

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Cumprimento de sentença e execução. Teoria geral da execução. Responsabilidade patrimonial na execução. Execução provisória e execução definitiva; execução de título judicial e extrajudicial. Sujeitos na execução. Competência para execução. Requisitos para a realização da execução. Liquidação de sentença. Penhora, avaliação e expropriação de bens. Remição. Defesa do executado: Impugnação e Embargos do devedor; Embargos à Arrematação e à adjudicação; embargos de retenção. Execuções especiais. Insolvência Civil. Suspensão e extinção do processo de execução. Disciplina em que se estuda o as tutelas provisórias previstas no Código de Processo Civil e sua aplicação nos mais diversos tipos de procedimento e Jurisdição, bem como, procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Demonstrar a diferença entre a execução e o cumprimento de sentença e as diversas formas de resistência do devedor e de terceiros ao processo de execução e no cumprimento de sentença; as diferentes formas de embargos, suas características, pressupostos e procedimentos; as formas especiais de execução. Estudar o processo cautelar, suas características, diferenciação da tutela antecipada, o procedimento genérico e os específicos. Apreciar os procedimentos especiais, em especial a ação de consignação em pagamento, a ação de prestação de contas, as ações possessórias e a ação monitória. Compreender em sua principiologia e aspectos processuais o sistema dos Juizados Especiais, através de exame detalhado da Lei 9.099/95. Apresentar o sistema das ações coletivas, com especial ênfase à questão da coisa julgada. Apresentar o sistema da jurisprudência valorizada no sistema processual brasileiro, e apreciar a questão da súmula vinculante.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Efetivação dos Direitos e Processo de Execução

1.1 - Princípios comuns à execução e ao cumprimento de sentença
1.2 - Fraude contra credores e à execução
1.3 - Desconsideração da personalidade jurídica
1.4 - Processo de Execução
1.5 - Legitimidade e procedimento
1.6 - Desistência, remissão, remição, suspensão e extinção da execução

UNIDADE II - Espécies de Processo de Execução e Cumprimento de Sentença

2.1 - Execução quanto ao tipo de obrigação
2.2 - Penhora e Avaliação
2.3 - Fase expropriatória
2.4 - Títulos executivos judiciais
2.5 - Legitimidade e procedimento
2.6 - Liquidação de sentença

UNIDADE III - Espécies de Cumprimento de Sentença e Cumprimento de Sentença Condenatória de Dívida de Valor

3.1 - Efetivação de condenação em obrigação de fazer e não fazer

3.2 - Efetivação de condenação em entrega de coisa
3.3 - Efetivação de condenação em emissão de declaração de vontade
3.4 - Prazo para cumprimento e multa
3.5 - Mandado de penhora e avaliação
3.6 - Fase expropriatória

UNIDADE IV - Resistência do Devedor e de Terceiros e Execuções Específicas
4.1 - Impugnação
4.2 - Embargos à execução
4.3 - Embargos de terceiro
4.4 - Execução da prestação de alimentos
4.5 - Execução contra a Fazenda Pública
4.6 - Noções do executivo fiscal

UNIDADE V - Das Tutelas Provisórias e da Ação de Consignação em Pagamento
5.1 - Tutela provisória de urgência: Cautelar e Satisfativa
5.2 - Tutela provisória da evidência
5.3 - Procedimentos das Tutelas provisórias de urgência e da evidência
5.4 - Conceito da Ação de Consignação em Pagamento
5.5 - Razões da especialidade procedimental
5.6 - Inter procedimental

UNIDADE VI - Ação de exigir contas e Ações possessórias como gênero
6.1 - Conceito da Ação de exigir contas
6.2 - Razão(ões) da especialidade da Ação de exigir contas
6.3 - Inter procedimental da Ação de exigir contas
6.4 - Espécies e razões da especialidade das Ações possessórias como gênero
6.5 - Diferenças entre as espécies de ações possessórias
6.6 - Inter procedimental das espécies de ações possessórias

UNIDADE VII - Ação Monitória e Embargos de Terceiros
7.1 - Conceito da Ação Monitória
7.2 - Razões da especialidade da Ação Monitória
7.3 - Defesa do réu na da Ação Monitória
7.4 - Conceito e espécies dos Embargos de Terceiros
7.5 - Diferenças entre os Embargos de Terceiro
7.6 - Inter procedimental dos Embargos de Terceiro

UNIDADE VIII - Ações Coletivas e Procedimentos Sumaríssimos: Juizados Especiais
8.1 - Conceito e características das Ações Coletivas
8.2 - Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos
8.3 - Ação coletiva
8.4 - Inter procedimental lei 9.0900/95

8.5 - Inter procedimental lei 12.153/09
8.6 - Inter procedimental lei 10.259/01

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 10. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620081. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620081/. Acesso em: 24 ago. 2024.
GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de direito processual civil**: volume 3: execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões. 17. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553623181. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623181/. Acesso em: 24 ago. 2024.
GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito processual civil**. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622665. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622665/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 8.ed., rev. e atual. Barueri: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772575. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/. Acesso em: 24 ago. 2024.
LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559640133. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/. Acesso em: 24 ago. 2024.
RIBEIRO, Marcelo. **Processo civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. ISBN 9786559646166. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646166/. Acesso em: 24 ago. 2024.
SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553620104. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620104/. Acesso em: 24 ago. 2024.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: volume II. 58. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649402. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649402/. Acesso em: 24 ago. 2024.

DIREITO CRIMINAL - PENAL IV

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Lei de Abuso de autoridade (4.898/65); A Lei de Prisão Temporária (7.960/89); A Lei dos Juizados Especiais Criminais (9.099/95); A Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90) e suas alterações; A Lei que tipifica os delitos de Tortura (9.455/97); A Lei de Drogas (11.343/06); A Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037/09) e suas alterações pela Lei 12.654/12; A Lei do Crime Organizado (12.850/13); A Lei dos delitos de Lavagem de Dinheiro (9.613/98), alterada

pela Lei 12.683/98; A Lei das Interceptações Telefônicas (9.296/96); Crimes do Estatuto do Desarmamento (10.826/03); Aspectos penais da Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98). Lei Maria da Penha (11.340/06); Crimes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (8.069/90). A Lei de Execução Penal (7.210/84). Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (9.503/97).

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Introduzir os alunos às principais questões relativas à interpretação do Direito, tomando a mesma como uma atividade indispensável ao operador jurídico, sem a qual tornar-se-ia impossível a superação do hiato que separa a norma em sua generalidade do caso concreto.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS — LEI N. 8.072/90

1.1.Fundamento constitucional. Crimes equiparados a hediondos. Rol de crimes hediondos. Anistia, graça, indulto e fiança.

1.2 .Regime inicial fechado. Regras para a progressão de regime. Direito de apelar em liberdade. Prisão temporária, estabelecimentos prisionais, livramento condicional

1.3. Delação eficaz. Associação criminosa qualificada. Traição benéfica. Causas de aumento de pena. Prazo em dobro para o tráfico de entorpecentes.

UNIDADE II - DROGAS — LEI N. 11.343/2006

2.1. Dos crimes e das penas. Porte e cultivo para consumo próprio. Principais aspectos do crime de porte de droga para consumo próprio. Tráfico ilícito de drogas. Tráfico privilegiado e figuras equiparadas.

2.2. Condutas relacionadas a matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas e a plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas.

2.3 Induzimento, instigação ou auxílio ao uso de droga. Oferta eventual e gratuita para consumo conjunto. Maquinismos e objetos destinados ao tráfico. Associação para o tráfico e seu financiamento. Informante colaborador. O tratamento dos dependentes

UNIDADE III - TORTURA — LEI N. 9.455/97

3.1. Dos crimes em espécie. Principais aspectos dos crimes de tortura.

3.2. Formas qualificadas. Causas de aumento de pena. Efeitos da sentença condenatória

3.3. Vedações processuais e penais. Regime inicial de cumprimento de pena. Extraterritorialidade da lei.

UNIDADE IV - CRIMES DE TRÂNSITO — LEI N. 9.503/97.

4.1. Procedimento nos crimes de trânsito. Suspensão e proibição da habilitação ou permissão para dirigir veículo. Suspensão ou proibição cautelar. Comunicação da suspensão ou proibição da permissão ou habilitação.

4.2. Reincidência específica e suspensão ou proibição da permissão ou habilitação. Prisão em flagrante e fiança. Penas restritivas de direitos específicas. Dos crimes em espécie

4.3. Crimes do Estatuto do Desarmamento (10.826/03)

UNIDADE V -. ABUSO DE AUTORIDADE — LEI N. 13.869/2019

5.1. Bem jurídico. Sujeitos. Privação de liberdade. Condução coercitiva. Omissão na comunicação de prisão. Omissão na entrega de nota de culpa. Exibição ou constrangimento indevido. Ameaça de prisão a detentor de sigilo. Interrogatório indevido. Falta de identificação ou identificação falsa do condutor ou executor da prisão.

5.2. A Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037/09) e suas alterações pela Lei 12.654/12

5.3. A Lei dos Juizados Especiais Criminais (9.099/95)

UNIDADE VI – CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE — LEI N. 9.605/98.

6.1. Bem jurídico. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Prescrição. Penas. Princípio da insignificância. Crimes em espécie.

6.2. Lei Maria da Penha (11.340/06).

6.3. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (8.069/90)

UNIDADE VII - LAVAGEM DE DINHEIRO — LEI N. 9.613/98

7.1. Sujeitos. Bem jurídico. Fases. Extraterritorialidade. Tentativa e consumação. Superfaturamento ou subfaturamento em importação ou exportação. Integração ou utilização de valores suspeitos em atividade econômica ou financeira. Cooperação jurídica internacional.

7.2. Organização criminosa — Lei n. 12.850/2013 – Vigência. Conceito. Pluralidade de agentes. Relevância. Associação estruturalmente ordenada. Crime transnacional previsto em tratado. Embaraço de investigação. Revelação da identidade ou imagem do colaborador. Violação de sigilo de ação controlada ou infiltração. Investigação e meios de obtenção de prova. Gravação ambiental. Infiltração de agentes.

7.3. A Lei das Interceptações Telefônicas (9.296/96)

UNIDADE VIII – Lei de Execução Penal (7.210/84).

8.1. Objeto e aplicação da lei de execução penal. Do condenado e do internado.

8.2. Órgãos de execução penal. Estabelecimentos penais.

8.3. Execução das penas e medidas de segurança em espécie. Incidente de execução. Procedimento judicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação penal especial**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. E-book. ISBN 9786555594645. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594645/. Acesso em: 24 ago. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Legislação penal especial**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621644. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621644/. Acesso em: 24 ago. 2024.

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur,, 2024. E-book. ISBN 9788553620388. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620388/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Legislação penal especial**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9786553623552. (Sinopses jurídicas). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623552/. Acesso em: 24 ago. 2024.

CALLEGARI, Andre; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília. **Temas atuais de direito penal econômico.** São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9786555597257. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597257/. Acesso em: 24 ago. 2024.

CURY, Rogério (coord.); FRANCISCO, Mariana Beda (org.). **Direito penal econômico**. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. ISBN 9786556270531. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270531/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARCÃO, Renato F. **Lei de execução penal anotada**. 6. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547203870. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547203870/. Acesso em: 24 ago. 2024.

ESTEFAM, André. **Direito penal**: volume 2: parte especial: arts. 121 a 234-C. 11. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553620685. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620685/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PROCESSO CONSTITUCIONAL

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Constituição, Jurisdição e Democracia. Jurisdição Constitucional. Ações do Controle de Constitucionalidade Abstrato. Efeitos das Decisões no Controle de Constitucionalidade. Ações do Controle de Constitucionalidade Difuso. Tutela dos Interesses difusos e coletivos. Recursos

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer a estrutura e amplitude da jurisdição constitucional brasileira; Analisar a evolução da fiscalização da constitucionalidade das leis e atos normativos no sistema brasileiro; Estudar o controle de constitucionalidade, remédios constitucionais e ações coletivas com profundidade. Entender a dinâmica das ações constitucionais na prática

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Constituição, Jurisdição e Democracia

1.1 - A reestruturação do processo no marco neoconstitucionalista
1.2 - Supremacia da Constituição e a Jurisdição Constitucional
1.3 - Supremo Tribunal Federa e Ativismo Judicial

UNIDADE II - Jurisdição Constitucional

2.1 - Controle de Constitucionalidade Difuso
2.2 - Controle de Constitucionalidade Abstrato
2.3 - Súmula Vinculante

UNIDADE III - Ações do Controle de Constitucionalidade Abstrato Aspectos Procedimentais

3.1 - Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade. O princípio da fungibilidade.
3.2 - Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
3.3 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

UNIDADE IV - Efeitos das Decisões no controle de constitucionalidade;
4.1 - Eficácia Erga Omnes e coisa julgada. Efeito Vinculante. Modulação de Efeitos. Efeitos das decisões no controle difuso
4.2 - A Interpretação conforme a constituição e a Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.
4.3 - A abertura à participação da sociedade: audiências públicas e amicus curiae.

UNIDADE V - Ações do Controle de Constitucionalidade Difuso Aspectos Procedimentais
5.1 - A questão da constitucionalidade na questão incidental. A Cláusula de Reserva de Plenário
5.2 - Repercussão Geral e efeito vinculante: a abstrativisação do controle difuso
5.3 - Habeas Data

UNIDADE VI - Remédios Constitucionais
6.1 - Habeas Corpus
6.2 - Mandado de Segurança e Mandado de Injunção
6.3 - Habeas Data
UNIDADE VII - Remédios Constitucionais- Parte II e Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos
7.1 - Mandado de Segurança Coletivo
7.2 - Ação Popular
7.3 - Ação Civil Pública

UNIDADE VIII - Recursos
8.1 - Reclamação
8.2 - Recurso Ordinário
8.3 - Ação de Impugnação de Mandato Eletivo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621132. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621132/. Acesso em: 21 ago. 2024.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 28. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621958. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621958/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9786553629417. (Série IDP). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629417/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 40. ed. Atualizado até a EC 128, de 22.12.2022. Barueri: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559776375. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776375/. Acesso em: Acesso em: 24 ago. 2024.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed., rev. e atual. Barueri: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559775958. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775958/. Acesso em: 24 ago. 2024.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. ISBN 9786559644599. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644599/. Acesso em: 24 ago. 2024.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621248. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621248/. Acesso em: 21 ago. 2024.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553621163. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621163/. Acesso em: 24 ago. 2024.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Estudo introdutório do processo penal brasileiro à luz da Constituição Federal de 1988. Abordagem dos princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem o processo penal. Ação penal, jurisdição, competência, sujeitos processuais, estrutura acusatória e sistemas processuais. A fase pré-processual e a investigação criminal. Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar. Análise crítica do sistema penal e seus impactos sociais, com enfoque garantista e no respeito aos direitos fundamentais.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Capacitar o estudante para compreender os fundamentos teóricos, constitucionais e legais do processo penal, com foco na estrutura acusatória, nos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, promovendo a formação de um jurista apto a atuar com responsabilidade, ética e compromisso com os direitos e garantias fundamentais. Aplicar a legislação processual penal de forma crítica, técnica e ética. Atuar na defesa dos direitos fundamentais no contexto do processo penal. Compreender o processo penal como instrumento de proteção e não de violação de garantias. Interpretar e aplicar corretamente os princípios constitucionais do processo penal. Identificar vícios e nulidades no âmbito da fase investigativa e da ação penal. Analisar criticamente as decisões e condutas processuais com base na

legalidade e na dignidade da pessoa humana. Atuar com ética e técnica na avaliação dos atos da autoridade policial, do Ministério Público e do Judiciário.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Fundamentos Constitucionais e Teóricos do Processo Penal
1.1 Noções introdutórias: conceito, objeto e função do processo penal
1.2 Fontes do processo penal: Constituição, leis, tratados internacionais
1.3 Sistemas processuais: inquisitivo, acusatório e misto
1.4 Princípios constitucionais do processo penal: devido processo legal, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, publicidade, legalidade

Unidade II – Ação Penal e Jurisdição Penal
2.1 Conceito, natureza e condições da ação penal
2.2 Espécies de ação penal: pública (incondicionada e condicionada) e privada (exclusiva, subsidiária e personalíssima)
2.3 Titularidade da ação penal: Ministério Público e ofendido
2.4 Jurisdição penal: conceito, características, espécies
2.5 Competência penal: critérios determinativos (ratione loci, personae, materiae, temporis e funcional)

Unidade III – Sujeitos Processuais e Atos Processuais
3.1 Juiz: imparcialidade, suspeição e impedimentos
3.2 Ministério Público: funções, autonomia e limitações
3.3 Acusado: direitos e garantias no processo penal
3.4 Defensor: assistência judiciária e atuação da Defensoria Pública
3.5 Assistente de acusação, querelante e ofendido
3.6 Atos processuais: espécies, forma, tempo, lugar, comunicação dos atos

Unidade IV – Investigação Preliminar e Inquérito Policial
4.1 Fase pré-processual: natureza jurídica e finalidades
4.2 Inquérito policial: conceito, características e espécies
4.3 Instauração, condução e encerramento do inquérito policial
4.4 Outras formas de investigação preliminar: CPI, investigação do MP, investigação defensiva
4.5 Controle judicial da investigação e garantias fundamentais na fase investigativa
4.6 Provas ilícitas e ilegítimas: teoria dos frutos da árvore envenenada

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 28. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Minha Biblioteca)
RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 28. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
JR., Aury L. Fundamentos do Processo Penal - 10ª Edição 2024. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620494. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620494/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. Processo penal. 13. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 20. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
JUNIOR, Aury Celso Lima Lopes. Fundamentos do processo penal. 7. ed. São Paulo. Sariva, 2021 (Minha biblioteca).

DIREITO CIVIL - DIREITO DAS COISAS

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Direitos das Coisas. Da posse: Objeto; natureza; modalidades; modos aquisitivos; perda e efeitos da posse. Função social da posse e da propriedade. Da propriedade: Fundamento jurídico do domínio; Propriedade Imóvel; Propriedade móvel. Formas de aquisição e perda da propriedade; usucapião; Direitos de vizinhança; Condomínio: geral e edilício; direitos reais de fruição, garantia (hipoteca, penhor e anticrese) e aquisição; direitos reais sobre coisas alheias: superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Analisar dos princípios gerais do Direito Civil referentes às coisas, distinguir direitos reais de direitos pessoais, conceituar direito de propriedade e perceber as inovações introduzidas a partir do princípio da função social da propriedade, compreender o instituto da posse de maneira inconfundível com relação ao direito de propriedade, conhecer e analisar criticamente a jurisprudência dominante a respeito da posse e da propriedade em geral.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Direitos das coisas
1.1 - Conceito, noções fundamentais. Direitos reais e pessoais
1.2 - Classificação.
1.3 - Figuras híbridas

UNIDADE II - Da Posse
2.1 - Conceito e teorias da posse.

2.2 - Classificação: posse direta e indireta; posse justa e injusta; boa-fé e ma-fé, posse ad interdicta e ad usucapionem
2.3 - Efeitos da materiais da posse- frutos, responsabilidade civil do possuidor, indenização das benfeitorias

UNIDADE III - Da Tutela da Posse
3.1 - Autotutela legítima defesa da posse
3.2 - Efeitos processuais da posse- Ações possessórias: interdito proibitório, manutenção de posse e reintegração de posse. Outras ações para proteção possessória
3.3 - Da Composse

UNIDADE IV - Da Propriedade
4.1 - Conceito. Função social da propriedade
4.2 - Extensão e limites ao direito de propriedade
4.3 - Propriedade resolúvel; propriedade aparente

UNIDADE V - Modos de Aquisição de Propriedade móvel
5.1 - Noção geral. Tradiçao;
5.2 - Ocupação, achado do tesouro, especificação;
5.3 - Comistão, confusão e adjunção.

UNIDADE VI - Modos de aquisição de Propriedade Imóvel
6.1 - Do Regisro Público- noção geral. Princípios
6.2 - Usucapião- Modalidades: judicial e extrajudicial.
6.3 - Da acessão- natural e artificial

UNIDADE VII - Do condomínio
7.1 - Introdução, conceito e modalidades;
7.2 - Do condomínio voluntário ou convencional
7.3 - Do condomínio legal ou necessário

UNIDADE VIII - Dos Direitos de Vizinhança
8.1 - Fundamento. Natureza jurídica
8.2 - Do uso anormal da propriedade
8.3 - Árvores limítrofes, Passagem forçada, Águas, Limites entre prédios e direito de tapagem. Direito de construir

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro, volume 5**: direito das coisas. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622405. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622405/. Acesso em: 24 ago. 2024.
GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário V. **Novo curso de direito civil**: volume 5: direitos reais. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9786553629684.

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629684/. Acesso em: 24 ago. 2024.
TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: volume 4: direito das coisas. 16. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649648. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649648/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 9. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9788530990886. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990886/. Acesso em: 24 ago. 2024.
VENOSA, Sílvio de S. **Direito civil, volume 4**: reais. 24. ed., rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Atlas. 2024 E-book. ISBN 9786559775859. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775859/. Acesso em: 24 ago. 2024.
PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de direito civil:** volume IV: direitos reais: posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. 29. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530994457. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994457/. Acesso em: 24 ago. 2024.
NADER, Paulo. **Curso de direito civil, volume 4**: direito das coisas. 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. E-book. ISBN 9788530968700. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968700/. Acesso em: 24 ago. 2024.

PROJETO DE EXTENSÃO IV

CARGA HORÁRIA: 78H - CRÉDITOS: 5

EMENTA DA DISCIPLINA

A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Almeja-se discutir o significado da extensão universitária em uma perspectiva articuladora entre ensino e iniciação científica/pesquisa, sempre pautado pelo norte de integração universidade- comunidade. Além de apresentar ao estudante os contornos teóricos, busca-se demonstrar na prática esse conhecimento via elaboração de projeto de extensão com a turma para atuar em demanda local.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Surgimento da extensão universitária no Brasil

1.1 Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade.
1.2 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

1.3 Tipologia das ações de extensão

UNIDADE II - Contornos gerais da extensão universitária
2.1. Metodologias utilizadas em um projeto de extensão
2.2. Legislação da extensão universitária

2.3 Política nacional de extensão universitária

UNIDADE III - A construção de um projeto de extensão
3.1 Identificação de demandas sociais
3.2 Escolha do tema e definição do objeto
3.3 Delimitação da atuação e elaboração de cronograma

UNIDADE IV - Problemas técnicos para elaboração de um projeto de extensão
4.1 Recorte do projeto de extensão
4.2 Redação do projeto de extensão
4.3 Implementação e materialização do projeto de extensão

UNIDADE V - Fases iniciais da implantação do projeto
5.1 Análise dos requisitos normativos para materialização do projeto
5.2 Elaboração de declarações e termos necessários para realização do projeto
5.3 Busca de fomento/bolsos de financiamento do projeto

UNIDADE VI - Atuação em campo.
6.1 Competências, habilidades e atitudes necessárias para atuação em campo.
6.2 Organização das equipes e times.
6.3 Ida à campo.

UNIDADE VII – Elaboração e divulgação de materiais
7.1 Produção de cartilhas, canvas, vídeos, cartazes, dentre outros
7.2 Divulgação dos materiais
7.3 Análise do impacto na comunidade dos materiais divulgados

UNIDADE VIII - Encerramento do projeto de extensão
8.1 Elaboração de relatórios e conclusões finais
8.2 Exame dos pontos positivos e negativos da implementação do projeto
8.3 Análise dos impactos das ações na comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502133297. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado,

trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/. Acesso em: 24 ago. 2024.
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa do direito**. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. E-book. ISBN 9788553622320. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622320/. Acesso em: 24 ago. 2024.
HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia científica da pesquisa jurídica.** 9 ed. rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/. Acesso em: 24 ago. 2024.
FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848138. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/. Acesso em: 24 ago. 2024.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 24 ago. 2024.
SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del. Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/. Acesso em: 24 ago. 2024.

6º Período

DIREITO CIVIL – DIREITO DE FAMÍLIA

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Concubinato. Regras de ordem pessoal e patrimonial. Regime patrimonial do casamento. Dissolução do vínculo conjugal e da sociedade conjugal. A filiação dentro e fora do casamento. Poder Familiar e Autoridade Parental. Tutela. Curatela. Ausência. Alimentos e Alimentos gravídicos.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Discutir e examinar as formalidades legais relacionadas à constituição da família. Conhecer os direitos, deveres, efeitos e dissolução do casamento, união estável, parentesco consanguíneo e civil e outras formas de relações familiares, com vistas ao adequado aparelhamento profissional do aluno. Compreender a família no contexto civil- constitucional.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - O Direito de Família
1.1 - Características, espécies e princípios
1.2 - A família: conceito, origem e evolução histórica até os dias atuais
1.3 - A constitucionalização do Direito de Família

UNIDADE II - Casamento
2.1 - Conceito, natureza jurídica, caracteres, finalidades, requisitos e pressupostos
2.2 - Direito pessoais decorrentes do casamento
2.3 - Direitos patrimoniais decorrentes do casamento: Regime de Bens e Alimentos

UNIDADE III - Dissolução da sociedade conjugal
3.1 - Evolução histórica e conceito
3.2 - Espécies e efeitos
3.3 - Inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais
UNIDADE IV - Direito parental
4.1 - Conceito e reconhecimento: presumido, espontâneo e judicial
4.2 - Parentesco consanguíneo, por afinidade, civil e filiação sócioafetiva
4.3 - Adoção e seus efeitos

UNIDADE V - Poder familiar
5.1 - Evolução e conceito
5.2 - Quanto à pessoa e quanto aos bens do filho
5.3 - Cessação, suspensão e perda

UNIDADE VI - Direito Assistencial
6.1 - Tutela
6.2 - Curatela
6.3 - Guarda

UNIDADE VII - Alimentos
7.1 - Alimentos.
7.2 - Aspecto materiais do instituto
7.3 - Aspectos processuais do Instituto: Ação de Alimentos, Sentença, execução, revisão e cessação

UNIDADE VIII - Bens de Família

8.1 - Conceito, natureza e espécies e modalidades contemporâneas
8.2 - Uma perspectiva civil-constitucional
8.3 - Inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. v. 6. (Minha Biblioteca)
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. v. 6. (Minha Biblioteca)
TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito da família. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 5. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LÔBO, Paulo. Direito civil: famílias. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)
MADALENO, Rolf. Manual de direito de família. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
v. 5. (Minha Biblioteca)
TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: direito de família e sucessões. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020. v. 5. (Minha Biblioteca)

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Estudo do procedimento penal em juízo. Fases da ação penal: recebimento da denúncia, audiência de instrução e julgamento. Provas no processo penal: princípios, sistemas e valor probatório. Sentença penal: espécies, estrutura e efeitos. Teoria geral dos recursos e espécies recursais no processo penal. Medidas cautelares pessoais e reais. Prisões cautelares, liberdade provisória e suas alternativas. Execução penal: princípios, regimes e incidentes. Ênfase na proteção das garantias constitucionais, na atuação do defensor e no controle de legalidade da atividade jurisdicional penal.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Capacitar o estudante a compreender, analisar e aplicar as normas que regulam o procedimento penal em juízo, os meios de prova, os recursos e a execução penal, promovendo uma atuação crítica, ética e técnica voltada à realização da justiça penal e à defesa dos direitos fundamentais. Compreender o processo penal como instrumento de garantia e não de arbítrio. Aplicar criticamente a legislação processual penal à luz dos princípios constitucionais. Atuar com compromisso ético e responsabilidade social no campo do Direito Penal e Processual Penal. Dominar as etapas do procedimento penal, desde a denúncia até o trânsito em julgado. Avaliar criticamente a licitude e legitimidade das provas. Elaborar peças processuais com argumentação jurídica sólida e técnica. Atuar de forma proativa na execução penal com foco na ressocialização e no respeito à dignidade humana.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Procedimento Penal em Juízo
1.1 Denúncia e queixa: requisitos, aditamento e rejeição
1.2 Recebimento da denúncia e citação do réu
1.3 Resposta à acusação e absolvição sumária
1.4 Instrução, debates e sentença
1.5 Rito ordinário, sumário e sumaríssimo
1.6 Procedimentos especiais: Lei Maria da Penha, Lei de Drogas, Tribunal do Júri (introdução)

Unidade II – Provas no Processo Penal
2.1 Princípios e sistemas de avaliação da prova
2.2 Meios de prova: prova testemunhal, documental, pericial, interrogatório, reconhecimento, busca e apreensão
2.3 Prova ilícita e teoria dos frutos da árvore envenenada
2.4 Ônus da prova e presunção de inocência
2.5 Cadeia de custódia da prova penal

Unidade III – Sentença Penal e Recursos
3.1 Espécies de sentença penal: absolutória, condenatória e desclassificatória
3.2 Estrutura da sentença: relatório, fundamentos e dispositivo
3.3 Efeitos da condenação penal e possibilidade de substituição da pena
3.4 Teoria geral dos recursos: conceito, princípios, efeitos
3.5 Recursos no processo penal: apelação, embargos, RESE, HC, revisão criminal, recurso especial e extraordinário

Unidade IV – Medidas Cautelares e Execução Penal
4.1 Prisões cautelares: flagrante, preventiva, temporária
4.2 Liberdade provisória com ou sem fiança

4.3 Medidas cautelares diversas da prisão: monitoração, recolhimento domiciliar etc.
4.4 Execução penal: princípios, regime de cumprimento de pena, progressão e regressão
4.5 Incidentes da execução: falta grave, remição, indulto, livramento condicional
4.6 Papel do Ministério Público, juiz da execução e defensor público

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 28. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Minha Biblioteca)

JR., Aury L. Fundamentos do Processo Penal - 10ª Edição 2024. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620494. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620494/. Acesso em: 16 mai. 2025.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 28. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. Processo penal. 13. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 20. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
JUNIOR, Aury Celso Lima Lopes. Fundamentos do processo penal. 7. ed. São Paulo. Sariva, 2021 (Minha biblioteca).

DIREITO ADMINISTRATIVO GERAL

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Estuda a origem histórica, os fundamentos e métodos do Direito Administrativo. Analisa as relações jurídicas em que a Administração é parte, bem como os sujeitos, objeto e conceito do Direito Administrativo, apontando e analisando seus Princípios normativos e ferindo as questões pertinentes à sua interpretação. Cuida das matérias atinentes à Administração Pública e o Estado democrático de Direito, explicitando o alcance conceitual de função e serviço público, agentes administrativos e políticos, bem como de poder de polícia e outros poderes da Administração. Faz o contraponto entre a liberdade do cidadão e o controle da Administração, desdobrando-se pelo processo e ato administrativos. Focaliza a Administração direta e indireta, prerrogativas e verticalidade, além de bens públicos. Conceitua e analisa a Administração Pública, o ato administrativo, os poderes da Administração, os servidores, cargos, concursos e serviços públicos, bem como as questões próprias da execução destes, tais como ser centralizada ou descentralizada, direta ou indireta etc.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Introduzir os alunos às principais questões relativas ao Direito Administrativo, sua organização, estrutura, divisão e função. Conhecer os elementos fundamentais da atividade estatal e seus princípios de atuação e funcionamento.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Direito Administrativo e a Ordem Jurídica
1.1 - Considerações Gerais: Formação, Objeto e Conceito
1.2 - Sistema Administrativo Brasileiro: Sistema Misto Administrativo-Judicial. Codificação do Direito Administrativo
1.3 - Estado e Administração-governo

UNIDADE II - Administração Pública
2.1 - Considerações gerais: objeto e conceito
2.2 - Administração Pública
2.3 - Princípios da Administração Pública e Órgão Público

UNIDADE III - Da Administração Pública Indireta
3.1 - Autarquias e Fundações Públicas
3.2 - Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas
3.3 - Parcerias Públicas-Privadas

UNIDADE IV - Poderes e Deveres Administrativos
4.1 - Poder-Dever do administrador público
4.2 – Elementos e atributos dos poderes administrativos
4.3 - Poderes Administrativos

UNIDADE V - Ato Administrativo
5.1 - Conceito, Características, Requisitos e Atributos
5.2 - Classificação e Espécies
5.3 - Extinção do Ato Administrativo

UNIDADE VI - Processo Administrativo
6.1 - Processo e procedimento. Processo Administrativo e suas espécies
6.2 - Princípios e Fases do Processo Administrativo
6.3 - Modalidades do Processo Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar

UNIDADE VII - Agentes Públicos
7.1 - Organização do Agente Público
7.2 - Agentes públicos: conceito e classificação
7.3 - Investidura dos Agentes Públicos

UNIDADE VIII - Servidores Públicos
8.1 - Conceito e classificação
8.2 - Normas constitucionais pertinentes
8.3 - Acessibilidade aos cargos. Concurso Público. Direito de Greve e de Livre Associação Sindical. Aposentadoria. Deveres dos Servidores. Responsabilidade dos Servidores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo.34. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33.ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Maecus. Lei de responsabilidade fiscal comentada. 3. ed. rev.atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)

COUTO, Reinaldo. Curso de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende de. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática.

9. ed. rev., atual e reform. São Paulo: Método, 2020. (Minha Biblioteca)

SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo esquematizado. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.(Minha Biblioteca)

MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Teoria Geral dos Conflitos; Métodos adequados de resolução de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem; Sistema Multiportas; Plataformas digitais para resolução de conflitos e outros mecanismos de solução de controvérsias.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Proporcionar ao discente a compreensão do conceito de conflito e princípios relacionados à discussão da cultura da paz e dos métodos de resolução consensuada de conflitos, discutindo o acesso à justiça e o papel da mediação, conciliação e arbitragem como um dos meios de solução de controvérsias judiciais habilitados para a promoção da pacificação social. Analisar a crise do Judiciário e os impactos destes métodos na sociedade bem como a busca de novos meios de solução adequada de conflitos e as inovações trazidas pela era digital.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Teoria Geral dos Conflitos

1.1 Conceito e tipos

1.2 Métodos autocompositivos e heterocompositivos de resolução de conflitos

1.3 Prevenção, solução e resolução

UNIDADE II - Processo e métodos de resolução consensuada de conflitos

2.1 Jurisdição e o monopólio da jurisdição

2.2 Ampliação do acesso à justiça

2.3 Tribunal multiportas e a legislação brasileira (Resolução CNJ nº 125/10, CPC/2015 e Lei 13.140/2015)

UNIDADE III - Negociação

3.1 Conceito e Técnicas de negociação
3.2 Método de Harvard
3.3 Etapas da negociação

UNIDADE IV - Conciliação
4.1 Conceito, histórico e características
4.2 Papel do conciliador
4.3 Aplicabilidade e conciliação judicial e extrajudicial

UNIDADE V - Mediação
5.1 Noções gerais e características. Histórico
5.2 Princípios, técnicas, função do mediador e etapas da mediação
5.3 Mediação judicial e extrajudicial. Tipos de mediação

UNIDADE VI – Arbitragem
4.1 Conceito, natureza jurídica e características
4.2 Convenção arbitral: cláusula compromissória e compromisso arbitral
4.3 Sentença arbitral e meios de cumprimento

UNIDADE VII - Justiça Restaurativa
7.1 Diferenças entre justiça retributiva e restaurativa
7.2 Metodologia e círculos restaurativos
7.3 Justiça restaurativa no Brasil. Resolução CNJ nº 225/2016

UNIDADE VIII - Solução de conflitos na era digital e outros mecanismos de solução de controvérsias
8.1 Conflitos na era digital e on line disput resolution - ODR
8.2 Novas tecnologias na resolução de conflitos. Plataformas de solução de conflitos
8.3 Dispute board

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHO, Humberto Dalla Bernardina D. Manual de Mediação e Arbitragem. 3. ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)
TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método,2021. SCAVONE Jr., Luiz Antonio. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação.
10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
VASCONCELOS, Carlos Eduardo. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALLES, Carlos Alberto de. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. 4. ed. Forense; São Paulo: GEN, 2021. (Minha Biblioteca)

SCAVONE Jr., Luiz Antonio. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NETO, Caetano Lagrasta. Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2013. (Minha Biblioteca) GUILHERME, Luiz Fernando A. Manual de arbitragem e mediação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)
ROCHA, SCHMIDT, Gustavo D. Comentários à Lei de Arbitragem. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, MÉTODO, 2021. (Minha Biblioteca)

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Promover a formação acadêmica integrada às múltiplas demandas sociais, e de novas formas organizativas do exercício profissional, bem como da efetivação do acesso à justiça. Estimular uma formação humanista, comprometida com a sociedade e a consciência jurídica crítica. Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes às atividades e fomentar a humanização do Direito, instigando a busca de métodos inovadores para a solução dos problemas jurídicos.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Com base em uma metodologia pautada pela articulação entre teoria e prática e pela lógica extensionista, a clínica de direitos humanos objetiva fomentar no estudante as competências, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da advocacia de direitos humanos, consolidando conteúdos importantes em sua formação ao mesmo tempo em que atua para mitigar ou solucionar as principais violações em matéria de direitos humanos da região.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Direitos humanos no Brasil
1.1 História das conquistas em matéria de direitos humanos no Brasil
1.2 Internalização de direitos humanos na ordem jurídica brasileira
1.3 Principais temas de direitos humanos na jurisprudência do STF

UNIDADE II - O direito como motor de mudanças
2.1. Advocacia de direitos humanos
2.2. Litigância estratégia e ações coletivas
2.2 Tutela de direitos humanos via mecanismos extrajudiciais

UNIDADE III - Acesso à justiça
3.1 Evolução do conceito teórico de acesso à justiça

3.2 O significado de um direito efetivo de acesso à justiça
3.3 Obstáculos e soluções em matéria de acesso à justiça

UNIDADE IV - Advocacia de direitos humanos no mundo globalizado
4.1 O papel das ONGs na governança global
4.2 Sistema interamericano de direitos humanos
4.3 Jurisdição extraterritorial de cortes estrangeiras em hipóteses de violação de direitos humanos com contornos transfronteiriços

UNIDADE V - As clínicas de direitos humanos no Brasil e no mundo
5.1 Experiência norte-americana
5.2 Experiência latino-americana
5.3 Experiência brasileira

UNIDADE VI – Identificação de demanda.
6.1 Mapeamento de dados e demandas de direitos humanos na região.
6.2 Identificação dos instrumentos jurídicos e soluções cabíveis.
6.3 Elaboração de mapa estratégico da atuação da clínica de direitos humanos.

UNIDADE VII - Elaboração de relatórios
7.1 Técnica e metodologia para elaboração de relatórios
7.2 Elaboração de relatórios sobre os problemas e demandas encontrados
7.3 Elaboração de relatórios e mapas estratégicos necessários para a atuação da clínica de direitos humanos

UNIDADE VIII - Meios judiciais e extrajudiciais de atuação
8.1 Elaboração de petição para ajuizamento de ações
8.2 Elaboração de documentos extrajudiciais para cientificar o poder público dos problemas encontrados
8.3. Análise das ações realizadas e resultados obtidos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Cláudio (coord.). Direitos humanos fundamentais em perspectiva. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca)
MONDAINI, Marco. Direitos humanos: uma breve história de uma grande utopia. São Paulo: Edições 70, 2020. (Minha Biblioteca)
SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
GUERRA, Sidney. Curso de direitos humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de direitos humanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca)
WEILER, Ana Luísa D.; CASTRO, André Giovane de; SCHNEIDER, Eliete V.; et al. Direito público e direito privado: reflexões acadêmicas sobre cidadania, democracia e direitos humanos. Ijuí: Unijuí, 2021. E-book. ISBN 9786586074529
WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca).

PROJETO DE EXTENSÃO V

CARGA HORÁRIA: 78H - CRÉDITOS: 5

EMENTA DA DISCIPLINA

A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Almeja-se discutir o significado da extensão universitária em uma perspectiva articuladora entre ensino e iniciação científica/pesquisa, sempre pautado pelo norte de integração universidade- comunidade. Além de apresentar ao estudante os contornos teóricos, busca-se demonstrar na prática esse conhecimento via elaboração de projeto de extensão com a turma para atuar em demanda local.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Surgimento da extensão universitária no Brasil
1.1 Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade.
1.2 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão
1.3 Tipologia das ações de extensão

UNIDADE II - Contornos gerais da extensão universitária
2.1 Metodologias utilizadas em um projeto de extensão
2.2 Legislação da extensão universitária
2.3 Política nacional de extensão universitária

UNIDADE III - A construção de um projeto de extensão
3.1 Identificação de demandas sociais
3.2 Escolha do tema e definição do objeto
3.3 Delimitação da atuação e elaboração de cronograma
UNIDADE IV - Problemas técnicos para elaboração de um projeto de extensão
4.1 Recorte do projeto de extensão
4.2 Redação do projeto de extensão

4.3 Implementação e materialização do projeto de extensão

UNIDADE V - Fases iniciais da implantação do projeto
5.1 Análise dos requisitos normativos para materialização do projeto
5.2 Elaboração de declarações e termos necessários para realização do projeto
5.3 Busca de fomento/bolsos de financiamento do projeto

UNIDADE VI - Atuação em campo.
6.1 Competências, habilidades e atitudes necessárias para atuação em campo.
6.2 Organização das equipes e times.
6.3 Ida à campo.

UNIDADE VII – Elaboração e divulgação de materiais
7.1 Produção de cartilhas, canvas, vídeos, cartazes, dentre outros
7.2 Divulgação dos materiais
7.3 Análise do impacto na comunidade dos materiais divulgados

UNIDADE VIII - Encerramento do projeto de extensão
8.1 Elaboração de relatórios e conclusões finais
8.2 Exame dos pontos positivos e negativos da implementação do projeto
8.3 Análise dos impactos das ações na comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos. São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca)
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
SERVILHA, Claudia; MEZAROB, Orides. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para concursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca)
HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)
FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 8.ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca)
SAMPIERI, Roberto, H. et al. Metodologia de Pesquisa. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

7º Período

DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTRATOS E PROCESSOS

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Disciplina que cuida dos processos e contratos da Administração em espécie, com especial enfoque para as licitações, bem como para as parcerias público-privadas e outros institutos jurídicos. Cuida de analisar as limitações da propriedade privada, a intervenção na propriedade e a atuação no domínio econômico pelo Estado. Trata de questões fundamentais pertinentes ao Estatuto da Cidade e à Lei de Responsabilidade Fiscal. Fere as matérias relativas à responsabilidade civil do Estado e ao controle da Administração Pública, especialmente o papel dos Tribunais de Contas, do Poder Legislativo, os remédios constitucionais e os privilégios da Administração Pública em juízo. Expõe a organização administrativa brasileira e tece análise crítica sobre o novo modelo de administração gerencial, caracterizado pelas Agências Reguladoras. Cuida do Municipalismo. Analisa a Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle orçamentário.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Introduzir os alunos às principais questões relativas à interpretação do Direito Administrativo e sua incidência. Conhecer a forma de atuação e controle da administração pública como atividade indispensável para o interesse público.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Serviços Públicos

1.1. A classificação dos serviços públicos. Evolução e conceito.

1.2. Os princípios norteadores dos serviços. As concessões e permissões do serviço público. Os encargos do poder concedente e do concessionário. A celebração do contrato de concessão e suas formas de extinção. Procedimentos.

1.3. A Parceria Público Privada

2.1. Conceito

2.2. Princípios e fases. Procedimento.

2.2 Objeto da licitação. Formas de execução. Contratação direta. Modalidades.

UNIDADE III - Contratos Administrativos

3.1 Conceito e classificação.

3.2. Sujeitos e formalização.

3.3. Prerrogativas da administração pública. Cláusulas exorbitantes. Alteração unilateral. Penalidades aplicáveis em razão de seu descumprimento.

UNIDADE IV - Intervenção do Estado na ordem econômica

4.1. Estado e ordem econômica no plano constitucional.
4.2. Princípios informadores da ordem econômica e a atuação estatal.
4.3. Fundamentos estatais. O papel das agências reguladoras.

UNIDADE V – Intervenção do Estado na propriedade.
5.1. Os fundamentos de intervenção estatal. Modalidades restritiva e supressiva
5.2. As diversas modalidades de intervenção e seus aspectos. Limitação administrativa, servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e desapropriação. Desapropriação indireta e confiscatória
5.3. As intervenções estatais com fundamento na função social da propriedade urbana e rural. O papel do Município na função social da cidade e o plano diretor.

UNIDADE VI – Bens públicos. 6.1.Fundamento constitucional.
6.2. Conceito e classificação. Afetação e desafetação.
6.3. Regime jurídico aplicável aos bens públicos

UNIDADE VII – Responsabilidade Civil da Administração Pública
7.1. Evolução história. Conceito. Fundamentos e pressupostos.
7.2. A ação de regresso em razão dos danos causados pelo agente público.
7.3. O dano a ser indenizado.

UNIDADE VIII – Controle da administração pública
8.1. Controle interno e externo. O controle exercido pelos poderes judiciário e legislativo. A ação civil pública. A ação popular. O mandado de segurança. A improbidade administrativa
8.2. O Tribunal de Contas. Sua composição e atribuições.
8.3. A responsabilidade fiscal dos agentes públicos e o controle financeiro e orçamentário na Constituição da República.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo.34. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
COUTO, Reinaldo. Curso de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
NOHARA, Irene. Direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo esquematizado. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)

ABRAHAM, Maecus. Lei de responsabilidade fiscal comentada. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.(Minha Biblioteca)

PRÁTICA EM TÉCNICAS DE AUDIÊNCIA

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Estudo prático das técnicas e estratégias utilizadas na condução e participação em audiências judiciais e extrajudiciais. Simulação de audiências cíveis, penais, trabalhistas e de conciliação/mediação, com base no Código de Processo Civil, Código de Processo Penal e legislação complementar. Princípios do contraditório, ampla defesa, oralidade, publicidade e concentração dos atos processuais. Noções de oratória forense, postura profissional, controle emocional e argumentação jurídica. Ética na prática processual e atuação responsável em juízo.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Desenvolver habilidades práticas e comportamentais para a atuação em audiências judiciais, por meio da simulação orientada de atos processuais, promovendo o domínio técnico, a postura ética e a segurança profissional do estudante de Direito em contextos reais. Aplicar técnicas jurídicas com domínio procedimental nas audiências. Atuar com postura ética, empática e profissional em ambientes forenses. Compreender a audiência como instrumento garantidor do contraditório, da defesa e da justiça. Dominar a sequência e os atos de uma audiência em diferentes ritos processuais. Realizar sustentações orais, interrogatórios, reperguntas e impugnações de forma clara e técnica. Utilizar linguagem jurídica adequada e postura profissional em simulações. Atuar em contextos de conciliação e mediação com escuta ativa e linguagem conciliadora. Avaliar e refletir sobre a ética na prática forense.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Fundamentos e Estrutura das Audiências Judiciais

1.1 Conceitos e espécies de audiência: cível, penal, trabalhista, de custódia, de instrução e julgamento

1.2 Princípios aplicáveis às audiências: contraditório, oralidade, publicidade, ampla defesa

1.3 Fases das audiências conforme os Códigos de Processo (CPC, CPP, CLT)

1.4 Papel dos sujeitos da audiência: juiz, partes, advogados, membros do MP, testemunhas e auxiliares da justiça

1.5 Postura ética e preparação prévia para a audiência

Unidade II – Técnicas de Interrogatório, Oitiva de Testemunhas e Sustentação Oral

2.1 Interrogatório do réu e oitiva de testemunhas: técnicas, estratégias e limites legais

2.2 Técnicas de perguntas: objetivas, subjetivas, sugestivas, diretas e indiretas

2.3 Objeções e impugnações durante a audiência

2.4 Elaboração e realização de sustentações orais: lógica, clareza, argumentação e tempo

2.5 Treinamento da linguagem corporal e do tom de voz na audiência

Unidade III – Simulação de Audiências Cíveis e Penais
3.1 Simulação de audiências com base no CPC (ex: audiência de conciliação, instrução e julgamento)
3.2 Simulação de audiências com base no CPP (ex: audiência de custódia, audiência de instrução penal)
3.3 Elaboração de roteiros e minutas processuais: atas, petições orais, requerimentos
3.4 Registro, gravação e análise crítica das simulações

Unidade IV – Audiência Trabalhista e Práticas Autocompositivas
4.1 Estrutura da audiência na Justiça do Trabalho: fases e peculiaridades
4.2 Simulação de audiência trabalhista completa
4.3 Práticas de mediação e conciliação judicial: linguagem não-violenta, escuta ativa e negociação
4.4 Atuação do advogado em Câmaras de Conciliação e Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ)
4.5 Ética nas audiências: sigilo, respeito à parte contrária, limites da atuação profissional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PÜSCHEL, Flavia P. **Direito e Desenvolvimento na prática:** Novas perspectivas para a reflexão jurídica. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. E-book. ISBN 9786556271583. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556271583/. Acesso em: 16 mai. 2025.

LUZ, Valdemar P da. **Manual do advogado:** advocacia prática civil, trabalhista e criminal. 35. ed. Barueri: Manole, 2024. E-book. ISBN 9786555769173. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769173/. Acesso em: 16 mai. 2025.

LAGE, Fernanda de C. **Escritórios Online e Prática Jurídica Digital.** Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. ISBN 9786553628182. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628182/. Acesso em: 16 mai. 2025.

CHACON, Luís Fernando R.; SODERO, Luiza Helena Lellis Andrade de S. **Prática Forense para estagiários.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502146457. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502146457/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme de S. **Prática Forense Penal**. 15ª Edição 2024. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530994976. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994976/. Acesso em: 16 mai. 2025.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito tributário:** o direito tributário na prática dos tribunais superiores: Sistema Tributário Nacional e Código Tributário Nacional em debate, 1ª Edição.

Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502188037. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502188037/. Acesso em: 16 mai. 2025.
HINZ, Henrique M. **Audiência trabalhista na prática.** 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. E-book. ISBN 9788553172702. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553172702/. Acesso em: 16 mai. 2025.
VIDO, Elisabete. **Prática Jurídica Empresarial**. 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624539. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624539/. Acesso em: 16 mai. 2025.
VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. **Prática Civil.** (Coleção Prática Forense). 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553626164. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626164/. Acesso em: 16 mai. 2025.
CONDE, Maria E.; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata; et al. **Prática Trabalhista.** (Coleção Prática Forense). 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553624832. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624832/. Acesso em: 16 mai. 2025.

PROCESSO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Introdução ao Direito Processual do Trabalho. A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Fontes e Princípios do Processo do Trabalho. Competências. Atos Processuais e Prazos. Partes e Terceiros. A Ação Trabalhista. Procedimento. Petição inicial. Defesa. Provas. Audiência e conciliação. Sentença e coisa julgada. Recursos. Execução.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer a instrumentalização do Direito Processual do Trabalho e analisar a aplicação do processo do Trabalho nos litígios resolvidos perante a Justiça Especializada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - O DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E SEU DESENVOLVIMENTO
1.1 - O desenvolvimento do direito processual
1.2 - Formas de resolução dos conflitos
1.3 - A autonomia do Direito Processual do Trabalho

UNIDADE II - ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO
2.1 - Organização e competência interna da Justiça do Trabalho
2.2 - Composição e funcionamento, jurisdição e competência

2.3 - A Justiça do Trabalho no contexto do Judiciário brasileiro

UNIDADE III - FONTES E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO
3.1 - Fontes do direito processual do trabalho
3.2 - Aplicação subsidiária das normas processuais
3.3 - Princípios

UNIDADE IV - COMPETÊNCIA
4.1 - Da divisão da competência
4.2 - A competência da Justiça do Trabalho
4.3 - A competência constitucional e infraconstitucional da Justiça do Trabalho

UNIDADE V - SUJEITOS DO PROCESSO
5.1 - Os sujeitos do processo
5.2 - O juiz
5.3 - Partes e capacidade

UNIDADE VI - AÇÕES, PROCEDIMENTOS E AUDIÊNCIA
6.1 - Petição Inicial
6.2 - Da resposta do réu.
6.3 - Do Processo Judicial Eletrônico

UNIDADE VI - A PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO
7.1 - Princípios
7.2 - Ônus da prova
7.3 - Das provas em espécie

UNIDADE VIII - DOS RECURSOS, SUCEDÂNEOS RECURSAIS E EXECUÇÃO
8.1 - Dos recursos em espécies
8.2 - Dos sucedâneos recursais
8.3 - Disposições gerais e peculiaridades da execução no Processo do Trabalho

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho esquematizado. 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
SANTOS, Enoque Ribeiro dos. Curso de direito processual do trabalho. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual de direito e processo do trabalho. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (Minha Biblioteca)

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. Curso de direito processual do trabalho. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
PINHEIRO, Paulo S. Curso Direito Processual do Trabalho. Grupo Almedina, 2020. (Minha Biblioteca)
SANDES, Fagner. Direito e Processo do Trabalho. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)
ZAINAGHI, Domingos S. Curso de legislação social: direito do trabalho. Editora Manole, 2020. (Minha Biblioteca)

PRÁTICA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI

CARGA HORÁRIA: 83H - CRÉDITOS: 6

EMENTA DA DISCIPLINA

Direito Penal e Processo Penal. Organização do Tribunal de Justiça. Análise de situações práticas e elaboração de peças processuais simuladas na área penal. Petição Inicial; Resposta à Acusação; Alegações Finais; Prisão e Liberdade; Procedimento do Tribunal do Júri; Recursos; Ações Autônomas de Impugnação; Execução Penal; Procedimentos em Leis especiais.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes ao Direito Penal e ao Processo Penal a partir da análise de casos concretos identificados com a práxis jurídico-criminal. Identificar as teses jurídicas pertinentes ao caso concreto, aprender as formalidades legais e de conteúdo na elaboração de peças processuais no âmbito criminal. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tal como: cibercrimes; Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Petição Inicial
1.1 Espécies de ações penais
1.2 Queixa Crime
1.3 Competência

UNIDADE II - Procedimentos Comum Sumário e Comum Ordinário.
2.1. Rito e Cabimento
2.2 Resposta Preliminar Obrigatória do réu (Resposta à Acusação)
2.3 Alegações Finais por memoriais

UNIDADE III - Procedimento do Tribunal do Juri

3.1 Primeira Fase: Diferenças entre absolvição sumária, pronúncia, impronúncia e desclassificação
3.2 Alegações Finais por memoriais
3.3 Segunda Fase: Plenário

UNIDADE IV - Recursos das Decisões de 1ª Instância
4.1 Recurso em sentido estrito
4.2 Apelação
4.3 Embargos de Declaração

UNIDADE V - Recursos das Decisões de 2ª Instância.
5.1 Embargos de Declaração
5.2 Embargos Infringentes e de Nulidade
5.3 Recurso Especial e Recurso Extraordinário

UNIDADE VI – Ações Autônomas de Impugnação
6.1 Habeas Corpus
6.2 Revisão Criminal
6.3 Mandado de Segurança

UNIDADE VII - Execução Penal - Agravo em Execução
7.1 Competência
7.2 Cabimento
7.3 Pressupostos

UNIDADE VIII - Procedimento em Leis Especiais
8.1 Lei 11.343/06 - Lei de Drogas
8.2 Lei 11.340/06 - Violência Doméstica
8.3 Lei 9.099/95 - Juizados Especial Criminal (JECRIM)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. Prática penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
KNIPPEL, Edson Luz. Prática penal. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019. (Minha Biblioteca)
MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB: modelos com base no exame da OAB. São Paulo: Saraiva, 2013-2019. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. Processo penal. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019. (Minha Biblioteca)
NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. Manual de prática penal. 5. ed. São Paulo: Método, 2018. (Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)
SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de prática penal: teoria e prática. 6. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.
LOPES JUNIOR, Aury, Fundamentos do processo penal: introdução crítica 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

ELETIVA I

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2
Vd. Lista de ofertas da Eletiva I

DIREITO CIVIL – DIREITO DAS SUCESSÕES

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA
Direito das sucessões: noções gerais. Abertura da sucessão. Herança jacente e herança vacante. Herança necessária. Deserdação. Indignidade. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Sucessão por cabeça e por estirpe. Representação testamentária. Testamento. Legado. Codicilo.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA
Discutir o direito sucessório e o destino do patrimônio das pessoas físicas após sua morte; analisar as espécies de sucessões causa mortis, a prevalência da vontade do autor da herança nos limites legais; conhecer o processo de inventário.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - A Sucessão
1.1 - O fenômeno sucessório
1.2 - A sucessão causa mortis como fenômeno específico
1.3 - A herança quanto garantia constitucional

UNIDADE II - O Direito das Sucessões
2.1 - Noções conceituais, fundamento, evolução histórica
2.2 - Conteúdo, terminologia e objeto
2.3 - Exceções à incidência da norma sucessória

UNIDADE III - A sucessão em geral
3.1 - A abertura da sucessão (droi de saisine), a comoriência e o lugar da sucessão
3.2 - Espécies de sucessores e de sucessões
3.3 - A aceitação, renúncia, cessão de direitos hereditários, capacidade e incapacidade sucessória, a indignidade e a deserdação

UNIDADE IV - A transmissão da herança
4.1 - Noções fundamentais e processuais
4.2 - A petição de herança
4.3 - O herdeiro aparente

UNIDADE V - A sucessão legítima
5.1 - Noções conceituais sobre a sucessão legítima e a ordem de vocação hereditária
5.2 - Direito de representação e direito próprio, sucessão no casamento e na união estável
5.3 - O direito real de habitação e Herança jacente e vacante

UNIDADE VI - A sucessão testamentária
6.1 - Noções gerais, O testamento como negócio jurídico e os seus elementos, Os testamentos, em geral
6.2 - Formas ordinárias e formas especiais, os legados e direito de acrescer, Redução das disposições testamentárias, Substituições, Revogação dos testamentos
6.3 - Nulidade do testamento e o testamenteiro

UNIDADE VII - Inventário e a partilha I
7.1 - Os bens sujeitos ao inventário
7.2 - O procedimento especial
7.3 - O inventariante
UNIDADE VIII - O Inventário e a partilha II
8.1 - Colação, os sonegados e Habilitação de créditos
8.2 - As fases do procedimento
8.3 - A partilha, espécies de Bens sonegados e Sobrepartilha

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. 15. ed. São Paulo:
Saraiva Jur, 2021. v. 7. (Minha Biblioteca)
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito das sucessões. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur,2021. v. 7.(Minha Biblioteca)
TARTUCE, Flávio. Direito civil. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 5. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. Direito das sucessões. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca)
NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito das sucessões. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
v. 6. (Minha Biblioteca)
PEREIRA, Caio Mário da Silva; MOREIRA, Carlos Roberto Barbosa. Instituições de direito civil:
direito das sucessões. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 6. (Minha Biblioteca)

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das sucessões. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: sucessões. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. 6. (Minha Biblioteca)

8º Período

DIREITO EMPRESARIAL GERAL

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Disciplina que cuida de analisar a evolução do Direito Empresarial e de seus institutos básicos, focalizando a empresa e os empresários. Analisa as empresas que giram sob os diversos tipos de sociedade e o empresário unipessoal, no que se refere a suas características, funcionamento, obrigações, responsabilidades, relacionamentos, formas de constituição, metamorfoses e dissolução. Operações societárias. Analisa ainda a escrituração e os registros públicos pertinentes aos seus interesses segundo disposições legais, bem como o estabelecimento comercial, aspectos fundamentais da propriedade intelectual e industrial, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, os prepostos. Títulos de Créditos: Aspectos Gerais, Título ao Portador, Título Nominal, Título Nominativo, Letra de Cambio, Nota Promissória, Duplicata e Cheque e os principais títulos impróprios. Protesto. Ações de cobrança do crédito e meios de defesa do devedor.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Capacitar o aluno de modo que possa avaliar os casos práticos permitindo-o utilizar o material teórico doutrinário para avaliar, enfrentar e solucionar os problemas relativos à atividade empresarial.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - ATIVIDADE EMPRESARIAL
1.1 - Evolução histórica do Direito Comercial
1.2 - O Empresário: o Empresário Individual e o Microempreendedor Individual MEI
1.3 - Capacidade do empresário individual e os proibidos de exercer a empresa

UNIDADE II – DAS SOCIEDADES
2.1 - Sociedades personificadas e não personificadas
2.2 - Sociedades empresariais e não empresariais
2.3 – Sociedades unipessoais e pluripessoais; desconsideração da personalidade jurídica

UNIDADE III - SOCIEDADES CONTRATUAIS

3.1 - Ato constitutivo da sociedade contratual, alteração e arquivamento do contrato social

3.2 - Responsabilidade, deliberações dos sócios, administração e o conselho fiscal

3.3 - Combinação de Negócios: transformação, Incorporação, fusão e cisão

UNIDADE IV - SOCIEDADE POR AÇÕES

4.1 - Sociedade anônima e sociedade em comandita simples

4.2 - Característica da sociedade anônima e composição do capital social

4.3 - Sociedades abertas e fechada; Valores mobiliários, debêntures, partes beneficiárias e ações

UNIDADE V - TÍTULOS DE CRÉDITO

5.1 - Aspectos gerais, características e princípios

5.2 – Declarações cambiais

5.3 – Protesto

UNIDADE VI – TÍTULO ATÍPICOS E TÍPICOS

6.3 - Cobrança do crédito e meios de defesa do devedor.

UNIDADE VII - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

7.1 - Introdução à Propriedade Intelectual.

7.2 - Direitos Autorais: objeto do direito autoral. Titularidade. Registro.

7.3 - Direitos morais e patrimoniais do autor. Direitos conexos

UNIDADE VIII - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

7.1 - Objeto da propriedade industrial. Registro. INPI.

7.2 - Patentes

7.3 - Marcas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEGRÃO, Ricardo. Curso de Direito Comercial e de Empresa V 2 - Títulos de crédito e Contratos Empresariais. 10 ed. Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)

CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: direito de empresa. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

MAMEDE, Glastone. Manual de direito empresarial. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)

CHAGAS, Edilson Enedino. D. Esquematizado - Direito Empresarial. 8 ed. Editora Saraiva, 2021. SACRAMONE, Marcelo B. Manual de D. Empresarial. 2 ed. Editora Saraiva, 2021.. (Minha Biblioteca)
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CARGA HORÁRIA: 49H - CRÉDITOS: 3

EMENTA DA DISCIPLINA

Componente curricular eminentemente prático, destinado a aprofundar a compreensão das técnicas e normas empregadas no desenvolvimento de projetos de pesquisa. Destina-se a capacitar os estudantes a elaborarem seus projetos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e outros, estando atrelada à Disciplina Trabalho de Curso II, fase de execução acadêmica do projeto aqui desenvolvido.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do discente. Fortalecer e valorizar a pesquisa individual, assim como as habilitações para a pesquisa jurídica e as repercussões no exercício profissional.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Trabalho de Curso
1.1 - Conceito e definições
1.2 - Classificações de TC
1.3 - O que é o Projeto de TC

UNIDADE II - Construção do Projeto
2.1 - A Escolha do Tema
2.2 - Delimitação do tema
2.3 - Levantamento bibliográfico Inicial sobre o tema

UNIDADE III - A estrutura do projeto
3.1 - Justificativa
3.2 - Problematização, Definição de Hipóteses
3.3 – Objetivos

UNIDADE IV - Realização de Pesquisa
4.1 - Métodos
4.2 - Técnicas
4.3 - Fontes e instrumentos de coleta de dados

UNIDADE V - Problemas Técnicos da Realização da Pesquisa
5.1 - A Redação da pesquisa
5.2 - Técnicas de elaboração da pesquisa
5.3 - Regras da ABNT para a apresentação de Trabalhos Científicos

UNIDADE VI - Realização da Pesquisa
6.1 - Aplicação dos métodos e técnicas de pesquisas no projeto de TC
6.2 - Síntese dos dados coletados
6.3 - Organização em forma de texto

UNIDADE VII - Elaboração do Projeto de TC
7.1 - Revisão ortográfica
7.2 - Revisão textual
7.3 – Formatação

UNIDADE VIII - Orientação acadêmica
8.1 - Identificação de professor orientador por área de conhecimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia científica na pesquisa jurídica. 9.
ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica.
9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
GIL, Antonio Carlos. Como fazer pesquisa qualitativa. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e pratica da monografia para os cursos de direito. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca)
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca).
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)
MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca)
QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Monografia jurídica: passo a passo. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Atividade financeira do Estado. Orçamento público. Receita Pública. Despesa Pública. Estudo das relações jurídicas entre os entes dotados de competência impositiva e/ou administrativa-arrecadatória e aqueles que são compelidos às prestações, positivas ou negativas, relativas à exigência, fiscalização e arrecadação dos tributos. Conceituação do Direito Tributário e delineamento de sua relação com as Ciências Econômicas e das Finanças. Sistema Tributário Nacional e legislação tributária. Obrigação tributária. Lançamento Tributário. Responsabilidade Tributária. Crédito tributário: suspensão, extinção e exclusão. Dívida Ativa. Garantias e privilégios do crédito tributário. O poder de tributar e suas limitações: isenções, imunidades e capacidade contributiva; a questão do mínimo existencial. Dos conflitos de competência tributária, dentre outras matérias em desdobramentos fundamentais das temáticas elencadas.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Compreender a sistemática da Atividade Financeira do Estado. Saber diferenciar Receita Pública Originária de Receita Pública Derivada; conceituar tributos, suas espécies e competência tributária; analisar e interpretar as limitações constitucionais ao poder de tributar à luz da jurisprudência.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

1.1 - Direito financeiro e direito tributário: conceito e campo de atuação

1.2 - Atividade Financeira do Estado: elementos e finalidades

1.3 - Orçamento Público: Despesa e investimento Público

UNIDADE II - RECEITA PÚBLICA E TRIBUTO

2.1 - Receita pública: conceito e espécies

2.2 - Diferenças entre receita pública originária e derivada

2.3 - Tributos: conceito, espécies e classificação

UNIDADE III - FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

3.1 - As fontes formais e materiais

3.2 - Vigência e aplicação

3.3 - Interpretação e integração

UNIDADE IV - SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

4.1 - Poder tributário e competência tributária

4.2 - Repartição de competência tributária

4.3 - Princípios gerais do sistema tributário nacional

UNIDADE V - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR
5.1 - Princípios
5.2 - Imunidades
5.3 - Diferenciação entre Imunidade, Isenção, Incidência e Não-Incidência

UNIDADE VI - RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA
6.1 - Fato Gerador
6.2 - Obrigação Tributária: Sujeito Ativo e Passivo
6.3 - Domicílio Tributário

UNIDADE VII - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
7.1 - Responsabilidade dos devedores solidários e sucessores
7.2 - Responsabilidade dos terceiros devedores e responsabilidade por infrações
7.3 - Denúncia espontânea

UNIDADE VIII – SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
8.1 - Suspensão do Crédito Tributário
8.2 - Exclusão do Crédito Tributário
8.3 - Extinção do Crédito Tributário

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
SABBAG, Eduardo de Moraes. Direito tributário. 8. ed. São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)
PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro. 6 ed. Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca)
PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro. 7 ed. Grupo GEN, 2021. (Minha Biblioteca)
SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito tributário. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário brasileiro: CTN comentado. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Histórico da previdência social. A previdência social no brasil. Beneficiários. Financiamento da seguridade social. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. Repercussões no contrato de trabalho. Noções de segurança e medicina no trabalho. Direito à assistência social. Direito à saúde. Os benefícios de prestação continuada. Previdência Privada.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

A disciplina tem como objetivo o estudo e sistematização do sistema de seguridade especial com foco no regime geral de previdência social brasileira e na análise do custeio/financiamento, de forma a capacitar o estudante para atuar nesse mercado após formado. Será feita uma análise geral da seguridade social no país para, ato contínuo, adentrar no exame técnico dos institutos jurídicos do direito previdenciário brasileiro.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Seguridade Social no Brasil

1.1 Evolução histórica da seguridade social e seguridade social na Constituição Federal de 1988

1.2 Princípios da Seguridade Social.

1.3 Financiamento da Seguridade Social

UNIDADE II - Direito à saúde e medicina do trabalho no Brasil

2.1 Direito Fundamental à Saúde no Brasil e Sistema Único de Saúde (SUS) 2.2.Noções de segurança, medicina do trabalho e acidentes de trabalho

2.3 Repercussões no contrato de trabalho.

UNIDADE III - Assistência Social

3.1 Conceito, Princípios e Diretrizes da Assistência Social

3.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefícios eventuais, serviços, programas sociais e projetos de enfrentamento da pobreza.

3.3 Política de Assistência Social no contexto da pandemia de COVID-19

UNIDADE IV - Regime Geral de Previdência Social.

4.1 Conceito e Disciplina Constitucional.

4.2 Plano de Benefícios da Previdência Social.

4.3 Plano de Custeio da Previdência Social.

UNIDADE V – Relação jurídica previdenciária.

5.1 Os beneficiários: segurados e dependentes

5.2. Inscrição e a qualidade de segurado.

5.3 Carência.

UNIDADE VI - Cálculo e revisão do benefício.
6.1 Cálculo do valor do benefício.
6.2 Salário de benefício.
6.3 Salário de contribuição.

UNIDADE VII - Prestações previdenciárias em espécie
7.1 Benefícios e serviços
7.2 Impactos da pandemia do COVID-19 no regime previdenciário.
7.3. Prescrição e decadência em matéria previdenciária.

UNIDADE VIII - Outros regimes de previdência
8.1 Regime previdenciário dos servidores públicos civil
8.2 Regime previdenciário dos militares
8.3. Regime privado de previdência complementar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, LAZZARI, J. Direito Previdenciário. 2 ed. Grupo GEN, 2021. (Minha Biblioteca)
de, CASTRO, Carlos Alberto P. Manual de Direito Previdenciário. 24 ed. Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca)
GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário. 16 ed. Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Marisa Ferreira D. Esquematizado - Direito Previdenciário. 11 ed. Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)
AGOSTINHO, Theodoro. Manual de Direito Previdenciário. Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)
ZAINAGHI, Domingos S. Curso de legislação social: direito do trabalho. Editora Manole, 2020. (Minha Biblioteca)
LAZZARI, João B.; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2021 (Minha Biblioteca)
SANTOS, Marisa Ferreira D. Sinopses Jurídicas v 25 - Direito previdenciário - verificado. 15 ed. Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)

ÉTICA, DEONTOLOGIA E GESTÃO DA ADVOCACIA

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Ética do profissional do Direito. Estudo do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e seu Regulamento Geral. Da Ordem dos Advogados do Brasil: origem, composição, fins, organização e eleições. O dever ético profissional e as relações com o cliente. Ética do advogado. Processo Disciplinar. Deontologia nas demais carreiras jurídicas: Magistratura,

Ministério Público e Defensoria Pública. Da gestão na Advocacia. Aspectos Gerais da Gestão na Advocacia: gestão financeira e gestão de pessoas. Marketing e publicidade na Advocacia: limites e possibilidades. Negociação e precificação. A importância da cultura do Empreendedorismo Jurídico.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Capacitar o profissional para atuar em consonância com as regras dispostas no Estatuto da OAB. Conhecer os compromissos sócio profissionais do advogado perante o Código de Ética e Disciplina da OAB. Analisar as relações profissionais que se operam entre o advogado e os demais operadores do direito. Compreender a importância do empreendorismo jurídico e uso das ferramentas básicas de gestão e marketing.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Ética e Profissão
1.1-Noções de Filosofia, Deontologia, Ética e Moral 1.2- Da profissão do advogado
1.3- O Papel da deontologia no sistema jurídico

UNIDADE II - Ordem dos Advogados do Brasil e a Advocacia
2.1 - Características do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Regulamento Geral do EAOAB e Provimentos do Conselho Federal
2.2 - Da estrutura da OAB
2.3 Da atividade da advocacia e os atos privativos da profissão

UNIDADE III – Da Advocacia
3.1 Da inscrição de advogado e estagiário. Da advocacia liberal, advocacia pública, advogado empregado, das sociedades de advogados.
3.2. Do mandado judicial, instrumento público e particular, dos poderes, da Renúncia e da Revogação.
3.3 dos direitos e prerrogativas do advogado. Incompatibilidade e Impedimento para o exercício da profissão

UNIDADE IV Código de Ética e Disciplina da Advocacia
4.1 - Das Regras Deontológicas Fundamentais. Das Relações Com o Cliente. Do Sigilo Profissional. Do Dever de Urbanidade
4.2 Da Publicidade
4.3 Dos Honorários Profissionais

UNIDADE V - Do Regime Disciplinar
5.1 - Das Infrações e sanções disciplinares. Das condutas puníveis. Das penas. Das infrações criminais típicas
5.2 - Violação de Sigilo. Patrocínio Infiel. Tergiversação
5.3 - Do processo disciplinar

UNIDADE VI - Deontologia da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública
6.1 A ética profissional: normas pertinentes.
6.2. Do ingresso, das garantias e deveres
6.3. Das vedações

UNIDADE VII – Gestão na Advocacia
7.1 Aspectos Gerais da Gestão na Advocacia: gestão financeira e gestão de pessoas.
7.2 Marketing e publicidade na Advocacia: limites e possibilidades.
7.3 Negociação e precificação.
UNIDADE VIII - Empreendedorismo Jurídico.
8.1 Perfil do empreendedor jurídico.
8.2 Jornada do advogado empreendedor
8.3 Mercado jurídico: oportunidades, concorrência, advocacia digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo Carlos B. Curso de ética geral e profissional. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9788553608058. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608058/. Acesso em: 02 ago. 2023.
COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Minha Biblioteca).
LÔBO, Paulo. Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHACON, Luis Fernando R. Gestão para advogados: gestão de carreira + gestão de escritórios - métodos simples para alcançar sucesso profissional. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca) CRISSOSTOMO, Alessandro, L. et al. Ética. São Paulo: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca) GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Ética profissional - Sintetizado. 2.ed. São Paulo: Método, 2019. (Minha Biblioteca)
MAMEDE, Gladston. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca)
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca)

PRÁTICA CÍVEL E CONSUMEIRISTA

CARGA HORÁRIA: 99H - CRÉDITOS: 6

EMENTA DA DISCIPLINA

Direito Civil e Consumerista e Processo Civil; Análise de situações práticas e elaboração de peças processuais; Petição Inicial; Meios Consensuais de Solução de Conflitos; Resposta do Réu; Execução de títulos; Recursos; Recursos para Tribunais Superiores; Juizado Especial Cível; Tutela Coletiva nas Relações de Consumo.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes a áreas do Direito e Processo Civil a partir da análise de casos concretos identificados com a práxis jurídica. Identificar as teses jurídicas pertinentes aos casos concretos, aprender as formalidades legais e de conteúdo na elaboração de peças processuais. Reconhecer os meios alternativos de solução de litígios: Mediação, Conciliação e Arbitragem. Conhecer o Processo Eletrônico e a efetividade da prestação jurisdicional, reconhecendo as tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas jurídicas e judiciárias. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tais como: aplicação da LGPD; comércio eletrônico; teletrabalho; entre outros. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Petição Inicial
1.1 Requisitos da Petição Inicial
1.2 Contrato de honorários advocatícios e procuração
1.3 Tutelas de Urgência e Procedimentos Especiais

UNIDADE II - Da Petição Inicial nas Ações de Família
2.1. Violência Doméstica e familiar
2.2 Ação de Alimentos
2.3 Ação de Divórcio

UNIDADE III - Resposta do Réu

UNIDADE IV - Recursos
4.1 Agravo
4.2 Apelação
4.3 Recurso nos Juizados Especiais Cíveis - Lei 9.099/95

UNIDADE V - Embargos
5.1 Embargos de Declaração
5.2 Prequestionadores
5.3 Embargos de Terceiros

UNIDADE VI – Execução de Títulos
6.1 Cumprimento de Sentença
6.2 Execução de Título Extrajudicial
6.3 Defesas do Executado

UNIDADE VII - Recursos para Tribunais Superiores
7.1 Recurso Ordinário

7.2 Recurso Especial
7.3 Recurso Extraordinário

UNIDADE VIII - Tutela Coletiva nas Relações de Consumo
8.1 Tutela coletiva. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos
8.2 legitimidade e competência
8.3 Estrutura da peça processual

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Código de processo civil anotado. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca)
CHACON, Luiz Fernando Rabelo. Manual de prática forense civil. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
VALLES, Edgar. Prática Processual Civil. Coimbraa: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. ISBN 9789724084381. (Minha Biblioteca)
VICTALINO, Ana Carolina et al. Prática forense: prática civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE, João Ricardo Brandão; SÁ, Renato Montans de. Prática civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana Francisca. Prática no processo civil. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. (Minha Biblioteca)
SÁ, Renaro Montans de; AGUIRRE, João. Prática civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses. 3. ed. Barueri: Manole, 2019. (Minha Biblioteca)
TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de prática civil. 16. ed. São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)

9º PERÍODO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Componente curricular no qual se realiza formalmente a integração entre os conhecimentos auferidos no Trabalho de Curso I. Nesta disciplina, as principais questões metodológicas, cujo conhecimento é necessário à elaboração de um TC, são revisadas e retiradas as dúvidas individualmente. Além disto, são realizadas as orientações individuais e/ou em grupo, quando possível, a fim de que bem se desenvolva o projeto de pesquisa elaborado no período anterior.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Fortalecer e valorizar a pesquisa individual, assim como as habilitações para a pesquisa jurídica e as repercussões no exercício profissional. Elaborar o trabalho de conclusão de curso. Qualificar o aluno para defesa junto a banca avaliadora.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

1 - Redação Parcial do TCC

2 - Discussão da bibliografia indicada 3 - Elaboração dos elementos textuais 4 - Finalização da Pesquisa

5 - Revisão geral de conteúdo pelo orientador

6 - Revisão geral da apresentação para fins de adequação às normas técnicas 7 - Revisão ortográfica

8 - Encaminhamento da versão final do TCC para defesa perante banca examinadora e Defesa oral e pública perante banca examinadora

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia científica na pesquisa jurídica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica.
9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)

LEHFELD, Lucas de Souza. Monografia jurídica: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 2. ed. ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e pratica da monografia para os cursos de direito. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca)

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: práticas de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca)

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca)

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Monografia jurídica: passo a passo. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

DIREITO TRIBUTÁRIO - NORMAS ESPECÍFICAS

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Disciplina que estuda a matriz constitucional dos tributos, tecendo breve histórico de seu desenvolvimento. Analisa seus fundamentos normativos, bem como aspectos materiais, formais, territoriais, quantitativos e subjetivos, focalizando os tributos em espécie e outros

institutos: taxas; impostos; contribuições de melhoria; contribuições especiais; empréstimos compulsórios. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Descreve as formas de classificação possíveis e de lançamento, tratando ainda das questões pertinentes à repartição de receita tributária. Cuida do Processo administrativo fiscal e do processo judicial de cobrança de tributos, focalizando seus principais institutos e pontos fundamentais à sua compreensão e domínio.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Apreender os principais aspectos da sujeição tributária passiva; adentrar o estudo do Direito Tributário formal, mediante a análise do lançamento tributário e dos incidentes do crédito tributário. Compreender as garantias e os privilégios do crédito tributário, a dívida ativa e os mecanismos da administração tributária. Conhecer os aspectos da Execução Fiscal e das Ações Tributárias.

PROGRAMA

UNIDADE I - DOS IMPOSTOS

1.1 - Dos impostos federais
1.2 - Dos impostos estaduais
1.3 - Dos impostos municipais

UNIDADE II - DAS TAXAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO E CONTRIBUIÇÃO ESPECIAIS

2.1 - Histórico e conceito
2.2 - Matriz constitucional
2.3 - Matriz legal

UNIDADE III - DISTRIBUIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA

3.1 - Distribuição de Receita Tributária
3.2 - Da participação direta dos entes federados
3.3 - Da participação indireta dos entes federados

UNIDADE IV - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

4.1 - Lançamento: conceito, espécies e revisão
4.2 - Crédito tributário e decadência
4.3 - Crédito tributário e prescrição

UNIDADE V - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

5.1 Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão Negativa
5.2 - Garantias
5.3 - Privilégios

UNIDADE VII - COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

6.1 - Cobrança amigável pela Receita

6.2 - Cobrança amigável da dívida ativa pela Procuradoria da Fazenda Nacional
6.3 - Comunicação do débito aos serviços de proteção ao crédito e Protesto extrajudicial

UNIDADE VII - EXECUÇÃO FISCAL E NOÇÕES E PROCESSO TRIBUTÁRIO
7.1 - Execução Fiscal
7.2 - Embargos à Execução Fiscal e Exceção de Pré-Executividade
7.3 – Prescrição e Prescrição Intercorrente

UNIDADE VIII - AÇÕES TRIBUTÁRIAS
8.1 - Mandado de segurança e ação de repetição de indébito
8.2 - Ação de consignação em pagamento e ação declaratória
8.3 - Ação anulatória

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
SABBAG, Eduardo de Moraes. Direito tributário. 8. ed. São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)
PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito tributário. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário brasileiro: CTN comentado. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)
COSTA, Regina Helena. Código tributário nacional comentado em sua moldura constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
NUNES, Cléucio S. Curso completo de direito processual tributário. 4 ed. Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)

DIREITO FINANCEIRO

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Atividade financeiro do Estado; Normas Gerais do Direito Financeiro; Princípios do Direito Financeiro; Orçamento Público; Receitas Públicas; Despesas Públicas; Endividamento Público.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer a estrutura e funcionamento da atividade financeira do Estado brasileiro, as concepções e objeto do Direito Financeiro, a obtenção de receitas e realização dos gastos

públicos, bem como as responsabilidades decorrentes de tais atividades. Ao final do semestre, o aluno / a aluna será capaz de compreender as formas e condições de dispêndio dos recursos públicos arrecadados pelo Estado

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Introdução ao Direito Financeiro.

1.1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado.

1.2. O Conceito constitucional de atividade financeira do Estado. Ciências das Finanças e Direito Financeiro. Sistema de Direito Financeiro. Direito Positivo e Ciência do Direito Financeiro. Origem e evolução da Ciência do Direito Financeiro.

1.3. Direito Financeiro na Constituição e seus princípios. Definição, autonomia, metodologia e objeto do Direito Financeiro. A constitucionalização do Direito Financeiro – do estado patrimonial ao estado fiscal. Competências e princípios do Direito Financeiro na Constituição.

UNIDADE II- Normas Gerais do Direito Financeiro

2.1. Normas gerais de Direito Financeiro: modalidades, funções e limites.

2.2. A Lei n. 4.320/1964. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n. 101/2000).

2.3. Outras fontes. A interpretação e aplicação das normas de Direito Financeiro.

UNIDADE III – Federalismo.

3.1. Conceito. Características. Constituição Federal de 1988. Cláusula pétrea.

3.2. Federalismo fiscal e pacto federativo. Repartição de fontes de receita: a discriminação da competência tributária. Repartição do produto da arrecadação: as transferências intergovernamentais. As transferências de recursos e os fundos constitucionais. Fundo de Participação dos Estados - FPE. Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Outros fundos constitucionais.

3.3. A redução das desigualdades regionais. A autonomia financeira dos entes federados e dos poderes constituídos.

UNIDADE IV - Receitas

4.1. Evolução das receitas públicas. Conceito. Classificações das receitas públicas. Receitas tributárias: impostos, taxas e contribuições.

4.2.O conceito de sistema tributário. Receitas não tributárias. Receitas patrimoniais e preços públicos. Os Royalties e compensações financeiras.

4.3. A Lei de Responsabilidade Fiscal e as receitas públicas: previsão, arrecadação e renúncia de receitas. Limites para renúncias de receitas ou gastos fiscais: subsídios, benefícios fiscais, isenções, subvenções e outros.

UNIDADE V –Despesa Pública

5.1. Conceito, características, princípios e classificações. A descentralização administrativa e financeira.

5.2. Destinação de recursos para o setor privado. Subvenções sociais e econômicas. A atuação do terceiro setor.
5.3. Qualidade do gasto público. Modernização e eficiência da gestão pública. Gasto público e as políticas públicas. Democratização do gasto público.

UNIDADE VI - Regime Jurídico de execução de despesa
6.1. Regime jurídico e a execução da despesa pública. O ordenador de despesas e procedimentos para realização das despesas.
6.2. As despesas decorrentes de contratos. Os precatórios judiciais.
6.3. Limitação das despesas com pessoal e a LRF.

UNIDADE VII - Orçamento
7.1. Conceito, natureza jurídica e funções. Origem e evolução. Espécies.

7.2. Regime jurídico do orçamento público. A Lei n. 4320/64 e a LRF. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
7.3. Ciclo orçamentário. Fase administrativa: elaboração do orçamento. Orçamento participativo. Fase legislativa: processo legislativo orçamentário - discussão e aprovação. Execução orçamentária. O princípio da flexibilidade orçamentária. O orçamento impositivo.

UNIDADE VIII – Fiscalização orçamentária e financeira
7.1. Conceito de fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Controle social do orçamento.
7.2. Princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade e moralidade no gasto público. O princípio da transparência fiscal.
7.3. Os Tribunais de Contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro**. 9. ed. rev., atual e ampl. Barueri: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559775231. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775231/. Acesso em: 23 ago. 2024.
HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770038. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770038/. Acesso em: 23 ago. 2024.
CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788553615872. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615872/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito financeiro e econômico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621804. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621804/. Acesso em: 23 ago. 2024.

JARDIM, Eduardo Marcial F. **Manual de direito financeiro e tributário**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book. ISBN 9786555591460. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591460/. Acesso em: 23 ago. 2024.
PASCOAL, Valdecir. **Direito financeiro e controle externo**. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. ISBN 9788530986568. (Série Provas & Concursos). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986568/. Acesso em: 23 ago. 2024.
BOECHAT, Stephan R. **Orçamento por resultados e direito financeiro**. São Paulo: Blucher, 2018. E-book. ISBN 9788580393392. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393392/. Acesso em: 23 ago. 2024.
CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário. Saraiva. 2020. (Minha Biblioteca)

ELETIVA II

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2
Vd. Lista de ofertas da Eletiva II

PRÁTICA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

CARGA HORÁRIA: 83H - CRÉDITOS: 6

EMENTA DA DISCIPLINA
Direito Processual do Trabalho e Previdenciário, Organização da Justiça do Trabalho e Competência da Justiça do Trabalho; Análise de situações práticas e elaboração da petição inicial trabalhista diante dos Ritos Comum e Sumaríssimo; Audiência Trabalhista; Elaboração da defesa trabalhista (Resposta do Reclamado); Práticas de Mediação Trabalhista; Meios de Impugnação das Decisões Judiciais; Execução Trabalhista; Análise de situações práticas de direito previdenciário e ações cabíveis.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA
Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes a áreas do Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário a partir da análise de casos concretos identificados com a práxis jurídica. Identificar as teses jurídicas pertinentes aos casos concretos, aprender as formalidades legais e de conteúdo na elaboração de peças processuais. Reconhecer os meios alternativos de solução de litígios: Mediação, Conciliação e Arbitragem. Conhecer o Processo Eletrônico e a efetividade da prestação jurisdicional, reconhecendo as tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas jurídicas e judiciárias. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tais como: aplicação da LGPD; comércio eletrônico; teletrabalho; entre outros. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Organização Judiciária
1.1 Organização Judiciária da Justiça do Trabalho
1.2 Competência.
1.3 Assistência judiciária e gratuidade de justiça

UNIDADE II - Petição Inicial - Reclamação Trabalhista
2.1 Articulação teoria e prática
2.1 Estrutura da reclamação trabalhista
2.1 Elaboração de reclamação trabalhista

UNIDADE III - Petição Inicial Trabalhista - Procedimentos especiais
3.1. Elaboração de Ação de Consignação em pagamento
3.2 Elaboração de Inquérito para apuração de falta grave
3.3 Elaboração de Ação Rescisória

UNIDADE IV - Contestação Trabalhista
4.1 Estrutura da Contestação Trabalhista
4.2 Elaboração de Contestação Trabalhista
4.3 Elaboração de Contestação Trabalhista com Reconvenção

UNIDADE V - Práticas de Mediação Trabalhista
5.1 Autocomposição e heterocomposição nos conflitos trabalhistas
5.2 Elaboração de Termo de compromisso arbitral nas questões trabalhistas
5.3 Mediação e elaboração de acordo trabalhista

UNIDADE VI – Recursos Trabalhistas
6.1 Articulação teoria e prática
6.2. Estrutura dos Recursos
6.3 Elaboração dos principais recursos trabalhistas: Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Recurso de Agravo de Petição

UNIDADE VII - Execução Trabalhista
7.1 Articulação teoria e prática
7.2 Estrutura da execução
7.3 Elaboração de embargos à execução, embargos de terceiro

UNIDADE VIII - Direito e Prática Previdenciária
8.1 Noções gerais e práticas
8.2 Contribuições e benefícios previdenciários
8.3. Peças processuais e procedimento no Juizado Especial Federal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

STUCHI, Victor Hugo Nazário. Prática trabalhista. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca).
MARTINS, Sergio Pinto. Prática trabalhista. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca).
de, CASTRO, Carlos Alberto P. Manual de Direito Previdenciário. 24 ed. Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ORSI, Renata, et al. Coleção Prática Forense Trabalhista. 2 ed. Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)
FALCÃO, Susana Ferreira dos Santos D. Casos Práticos - Direito do Trabalho - 4 Ed. Grupo Almedina 2020. (Minha Biblioteca)
LAZZARI, João Batista et al. Comentários à reforma da previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca).
MARTINEZ, Luciano. Reforma da previdência: emenda constitucional n.103, de 12 de novembro de 2019: entenda o que mudou. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca).
ZAINAGHI, Domingos S. Curso de legislação social: direito do trabalho. Editora Manole, 2020.(Minha Biblioteca)

DIREITO DIGITAL

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Trata das relações de informação e suas novas tecnologias. Estuda os mecanismos de governança na internet no Brasil e no Mundo. Analisa as legislações em vigor que atuam na regulação dos espaços digitais. Inovação tecnológica. Cibercrimes e Responsabilidade Civil. Lei Geral de Proteção de Dados, Acessibilidade e Conectividade. Inclusão Digital.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer as novas tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas jurídicas e judiciárias. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Cibernético. Reconhecer e solucionar novos conflitos decorrentes dos meios e ambientes digitais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Sociedade informacional: as novas tecnologias de informação e comunicação;

1.1 Histórico e Disposições gerais
1.2 O Direito Humano Fundamental de acesso à informação
1.3 Sociedade Informacional e aspectos Constitucionais.

UNIDADE II - Ciberativismo e Democracia

2.1 Estado, Cidadania e tecnologia

2.2 Liberdade de Informação e Princípios Constitucionais
2.3 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

UNIDADE I III - Direito à Privacidade e a intimidade em ambiente digital
3.1 Direito constitucional à privacidade e a intimidade
3.2 Tratamento eletrônico de dados e tutela da privacidade
3.3 Direito à privacidade e a intimidade e os Direitos da Personalidade

UNIDADE IV - Proteção de Dados Pessoais
4.1 Proteção de Dados: história e evolução (Marco Civil da Internet e GDPR).
4.2 LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados: Direitos básicos dos titulares de dados pessoais
4.3 ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados): funções e conselhos

UNIDADE V -Empresas digitais.
5.1 Aspectos legais da inovação.
5.2 Fintechs, Startups e empresas digitais.
5.3 Mercado online de ações.

UNIDADE VI - Relações Privadas em ambiente digital

UNIDADE VII - Crimes Digitais (Cibercrimes)
7.1 Tipos de delitos possíveis e tentativas de controle
7.2 Delitos e responsabilidade penal no ambiente digital
7.3 A criminalidade informática e a tutela internacional.

UNIDADE VIII - A Responsabilidade Civil em ambiente digital
8.1 A responsabilidade civil em ambiente virtual
8.2 A aplicação do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor
8.3 Responsabilidade dos provedores de acesso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, Patrícia P. **Direito digital**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786555598438. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598438/. Acesso em: 20 ago. 2024.

WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria geral do direito digital**: transformação digital: desafios para o direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559642267. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642267/. Acesso em: 20 ago. 2024.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553622344. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622344/. Acesso em: 20 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESPO, Marcelo Xavier de F. **Crimes digitais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 9788502136663. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136663/. Acesso em: 20 ago. 2024.
FIORILLO, Celso Antônio P. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação**: a tutela jurídica do meio ambiente digital. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788502230644. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230644/. Acesso em: 20 ago. 2024.
GARRIDO, Patricia P. **Proteção de dados pessoais**: comentários à lei n. 13.709/2018 (LGPD). 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786555599480. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599480/. Acesso em: 20 ago. 2024.
JESUS, Damásio de; MILAGRE, José A. **Manual de crimes informáticos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788502627246. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502627246/. Acesso em: 20 ago. 2024.
TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan M. (coord.). **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2020. E-book. ISBN 9788520461976. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461976/. Acesso em: 20 ago. 2024.

10º PERÍODO

DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Estuda a relação Direito Agrário/Direito Ambiental com ênfase no uso da propriedade balizado pelos princípios fundamentais do Direito Ambiental e proteção ao ambiente, tomando como referencial a legislação brasileira aplicável. Analisa os meios jurídicos de proteção ambiental na esfera nacional e internacional. Bens ambientais. Tutela jurídica dos bens ambientais. Sujeito e objeto do Direito ambiental. Obrigações ambientais. Licenciamento ambiental. Tutela jurídica do Direito Ambiental. Aspectos das ações ambientais. Sob a perspectiva do Direito Agrário, estuda temas relevantes, tais como princípios e fontes do Direito Agrário, imóvel rural, função social da propriedade rural, legitimação da posse agrária, regularização de terras, áreas de preservação permanente, de uso restrito e de destinações especiais, reforma agrária, empresa rural e tributos e obrigações ambientais associados à propriedade rural.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Ministrar princípios básicos e conceitos acerca do Direito Ambiental e Agrário, desenvolvendo o raciocínio jurídico ambiental para solução dos problemas ambientais e agrários atuais; promover a conscientização em torno do desenvolvimento sustentável, tendo em vista o comando constitucional referente à garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – O direito ambiental e o direito agrário

1.1 Conceito e caracterização
1.2 Similitudes e diferenças
1.3 Objeto e características

UNIDADE II – O movimento de proteção internacional sobre os recursos naturais
2.1 A crise ambiental na sociedade de risco
2.2 A proteção internacional do meio ambiente
2.3 As grandes conferências internacionais

UNIDADE III – A Tutela Constitucional do Meio Ambiente
3.1 Classificação das Normas Constitucionais
3.2 A Norma Constitucional Ambiental: regras e princípios
3.3 Princípios do direito ambiental

UNIDADE IV – A Política Nacional do Meio Ambiente
4.1 Os princípios, Objetivos e Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)
4.2 O Sisnama
4.3 Os instrumentos

UNIDADE V – A questão agrária no Brasil e o meio ambiente
5.1 – O direito de propriedade
5.2 – A reforma agrária
5.3 – A proteção ambiental
UNIDADE VI – Competência em Matéria Ambiental
6.1 - Competência legislativa
6.2 - Competência executiva
6.3 - A competência ambiental e os tribunais

UNIDADE VII – Licenciamento Ambiental
7.3 - O EIA/RIMA

UNIDADE VIII – As áreas protegidas
8.1 - A intervenção do Estado nas áreas protegidas 8.2 - A Lei 12651/2012
8.3 - A Lei 9985/2000

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 21. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Direito ambiental. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
BURANELLO, Renato. Manual do direito do agronegócio. 2.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) SARLET, Ingo Wolfgang: FRENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
PRADO, Luis Regis. Direito penal do ambiente: crimes ambientais. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)
RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito ambiental esquematizado. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
TRENNEPOHL, Terence. Manual de direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 60H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Disciplina voltada para o estudo e interpretação do procedimento falimentar, desde suas origens e evolução, até sua atual composição baseada na Lei no 11.101/2005. Cuida de compreender de forma prática e objetiva, todos os elementos que embasam uma ação falimentar, bem como o procedimento processual envolvido, tais como a legitimidade passiva e ativa, requisitos essenciais, normas específicas, entre outros. Analisa o procedimento da Recuperação Judicial e Extrajudicial das empresas, esmiuçando seu procedimento e seus requisitos essenciais, bem como as disposições penais contidas na Lei de Falências, para que se obtenha uma real compreensão de todo o tema debatido.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Apresentar o regime jurídico da insolvência empresarial, com vistas à compreensão das razões da sua criação e os princípios que inspiraram o legislador na elaboração da Lei n° 11.101/2005 e respectivas alterações. Estudar o procedimento de recuperação judicial, desde a fase postulatória até a execução do plano de recuperação judicial, além de abordar as demais espécies de recuperação.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E A PREVENÇÃO À CRISE DA EMPRESA.

1.1 - Introdução à Lei n° 11.101/2005
1.2 - Princípios informadores do sistema
1.3 - Preservação da empresa viável

UNIDADE II – O CRÉDITO NA FALÊNCIA E NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

2.1 - Legitimidade ativa para o requerimento de falência; Juízo competente
2.2 - Pressupostos falimentares
2.3 - O Crédito Fiscal na Falência e na Recuperação Judicial.

UNIDADE II – FALÊNCIA

2.1 - Legitimidade ativa para o requerimento de falência; Juízo competente
2.2 - Pressupostos falimentares
2.3 - Rito processual da fase pré-falencial

UNIDADE III – EFEITOS DA FALÊNCIA
3.1 - Administração na falência
3.2 - Indivisibilidade do juízo falimentar
3.3 - Efeitos da falência em relação aos bens e aos contratos do falido
UNIDADE IV – PROCEDIMENTO NA FALÊNCIA
4.1 - Classificação de créditos
4.2 - Procedimento para apuração de Créditos na falência;
4.3 - O Quadro Geral de Credores na falência e pedido de restituição

UNIDADE V – ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA
5.1 – Verificação dos créditos
5.2 – Realização do ativo
5.3 - Encerramento da falência e ação de extinção das obrigações

UNIDADE VI – RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
6.1 - Legitimidade ativa e requisitos da petição inicial do requerimento de recuperação judicial
6.2 - Créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial
6.3 - Rito processual da recuperação judicial

UNIDADE VII – PLANO DE RECUPERAÇAO
7.1 - Deferimento do processamento do pedido e efeitos
7.2 - Apresentação do plano: aprovação ou rejeição do plano de recuperação
7.3 - Supervisão judicial da execução do plano.

UNIDADE VIII - MEDIAÇÃO E OUTRAS ESPÉCIES DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
8.1 - Aspectos gerais do plano especial
8.2 - Aspectos processuais do plano especial de recuperação das microempresas e empresas de pequeno porte
8.3 - Aspectos gerais da recuperação extrajudicial e mediação nos processos de insolvência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: falência e recuperação de empresa. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
MAMEDE, Gladstone. Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021. v. 4. (Minha Biblioteca)
CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: direito de empresa. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas, falência e procedimentos concursais administrativos. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. v. 3. (Minha Biblioteca)

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)

AYOUB, Roberto, L. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 4 ed. Grupo GEN, 2021. (Minha Biblioteca)

BONIOLO, Eduardo. Perícias em falência e recuperação judicial. São Paulo: Trevisan Editora, 2015. (Minha Biblioteca)

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Sociedade Internacional. Norma Internacional. Relações do direito interno e o direito internacional público. Fundamentos e Fontes do Direito internacional público. O Estado na ordem jurídica internacional. Direitos e deveres. Responsabilidade Internacional. Teoria Geral das Organizações Internacionais. A Organização das Nações Unidas. Proteção internacional do indivíduo. Solução de controvérsias no direito internacional público. Disciplina que cuida do estudo introdutório do Direito Internacional Privado (DIPr): princípios, objetivos, delimitação e denominação. Fontes do Direito Internacional Privado. Evolução histórica e doutrina do Direito Internacional Privado. Elementos de conexão. Nacionalidade. Direito Civil Internacional e Contratos Internacionais; Contratos Internacionais; Direito Processual Internacional. Ordem Pública. Aplicação da lei estrangeira no Direito Internacional Privado brasileiro. A fraude à lei. Retorno e devolução. Qualificação em Direito Internacional Privado. Condição jurídica do estrangeiro: princípios gerais, vistos, concessão e espécie; normas coercitivas.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer e compreender os princípios informadores das normas internacionais e o funcionamento das Organizações internacionais e, em especial, da ONU. Identificar o papel do Estado como pessoa jurídica de direito internacional. Proporcionar a compreensão do objetivo do Direito Internacional Público. Compreender os modos de solução de controvérsias no direito internacional público. Interpretar os principais temas relacionados ao Direito Internacional Privado na atualidade; Compreender as questões relacionadas à nacionalidade. Analisar a aplicação da lei estrangeira no Direito Internacional Privado. Reconhecer a condição jurídica dos estrangeiros.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Sociedade Internacional e a juridicidade do Direito Internacional

1.1 - Antecedentes históricos
1.2 - Conceito e Características
1.3 - Os atores na Ordem Jurídica Internacional
1.4 - Classificações das Normas Internacionais
1.5 - Conceito
1.6 - Relação entre o direito interno e o direito internacional

UNIDADE II – Fontes do Direito Internacional e o Estado na Ordem Internacional
2.1 - Tratados
2.2 - Costume Internacional
2.3 - Princípios gerais do direito
2.4 - Conceito e classificação
2.5 - Origem, extinção e sucessão de Estados
2.6 - Direitos e deveres

UNIDADE III – Organização Internacional e a Organização Das Nações Unidas
3.1 - Conceito
3.2 - Antecedentes
3.3 - Características
3.4 - Antecedentes
3.5 - Princípios
3.6 - Órgãos e organismos especializados

UNIDADE IV – A Proteção Internacional do Indivíduo e os Modos de solução de controvérsias
4.1 - Antecedentes
4.2 - Os direitos humanos no plano global
4.3 - Os direitos humanos no plano regional
4.4 – Meios diplomáticos
4.5 – Meios políticos
4.6 – Meios jurídicos

UNIDADE V – Introdução ao Direito Internacional Privado Desenvolvimento Histórico e o Direito Interno e Direito Internacional
5.1 - Desenvolvimento histórico e importância da disciplina no contexto atual
5.2 - Conceito, fontes, objeto
5.3 - Sistemas Jurídicos Distintos (Civil Law, Common Law e Sistema Islâmico)
5.4 - Monismo
5.5 - Dualismo
5.6 - Sistema adotado no Brasil

UNIDADE VI – Elementos de Conexão e Nacionalidade
6.1 - Conceito

6.2 - Metodologia
6.3 - Conectores
6.4 - Nacionalidade originária e derivada
6.5 - Perda da nacionalidade e reaquisição

UNIDADE VII – Direito Civil Internacional e Contratos Internacionais
7.1 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
7.2 - Estatuto pessoal, coisas, obrigações e sucessões
7.3 - Reconhecimento de casamentos celebrados no estrangeiro
7.4 - Noções introdutórias dos Contratos Internacionais
7.5 - Negociação, elaboração e Princípios
7.6 - Arbitragem Internacional

UNIDADE VIII – Direito Processual Internacional e Situação Jurídica do Estrangeiro
8.1 - Competência jurisdicional
8.2 - Cartas Rogatórias e Homologação de sentenças estrangeiras
8.3 - Validade de atos perante ordenamento jurídico brasileiro
8.4 - Vistos
8.5 - Documentos de viagem
8.6 - Saída compulsória do Estrangeiro

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo E. do Nascimento e. **Manual de direito internacional público**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
REZEK, José Francisco. **Direito internacional público:** curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. (Minha Biblioteca)
DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. **Direito internacional privado.** 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional privado.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática.** 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso direito internacional público.** 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. **Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book (Minha Biblioteca)
LESSA, Antonio C. **História das Relações Internacionais do Brasil** (Coleção Temas Essenciais em RI). 2 ed. Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)

TEIXEIRA, Carla N. **Manual de Direito Internacional Público e Privado.** 5 ed. Editora Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)
RECHSTEINER, Beat W. **Direito Internacional Privado:** Teoria e Prática. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553623217. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623217/. Acesso em: 02 ago. 2023.
BASSO, Maristela. **Curso de direito internacional privado.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado.** 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
MOTA, Helena. **Casamento e Património nas Relações Privadas.** Internacionais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina, 2020. (Minha Biblioteca)
GRILLO, Marcelo G. Franco. **Instituições de Direito Público e Privado.** Grupo GEN, 2019. (Minha Biblioteca)

TÓPICOS ESPECIAIS

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Estuda as startups jurídicas como elemento de inovação empresarial a serviço da advocacia e dos serviços jurídicos. Compreensão geral de startup, instrumentos regulatórios, acessos à financiamentos. Aspectos cíveis, criminais, trabalhistas e tributários em startups.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Examinar diversos institutos jurídicos à luz da realidade das startups no Brasil, buscando incentivar e capacitar os estudantes não só para empreender, mas também para oferecer a assessoria jurídica exigida por esse setor. Além do aprofundamento nas questões jurídicas, a disciplina tem por objetivo também trabalhar aspectos práticos ilustrando-os com iniciativas reais do mercado de trabalho contemporâneo das startups.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

1.1. Noções introdutórias e perfil do empreendedor brasileiro
1.2. Empreendedorismo digital
1.3. Advocacia 4.0 e startups

UNIDADE II - Direito das Startups
2.1. Concepção de startups
2.2. Startups e inovação
2.2. Proteção da inovação: propriedade intelectual

UNIDADE III - Marco legal das startups
3.1 Histórico das iniciativas

3.2 Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.
3.3 Compras públicas e contratação de soluções inovadoras pela administração.

UNIDADE IV - Direito empresarial e startups
3.1 Aspectos jurídicos para a constituição de startups. Arranjos societários: vantagens e desvantagens.
3.2 Impactos da tecnologia em modelos tradicionais de negócios.
3.3. Responsabilidade do empreendedor e desconsideração da personalidade jurídica.

UNIDADE V - Direito Trabalhista e startups
5.1 Pejotização da pessoa física e aspectos trabalhistas na startup.
5.2 Noções de terceirização (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017).
5.3 Soluções para startups: stock options

UNIDADE VI – Acesso à capital e investimentos.
6.1 Acesso à capital. Seed capital.
6.2 Investidor anjo.
6.3 Processos de investimento e desinvestimento.

UNIDADE VII - Tecnologia e startups
7.1 Law techs e Legal techs
7.2 Privacidade e Proteção de Dados
7.3 Normas da LGPD aplicáveis à startup (Lei nº 13.809, de 14 de agosto de 2018)

UNIDADE VIII - Estruturação de startups
8.1 Formação de Equipe
8.2 Modelo de negócios. Canvas.
8.3. Exemplos inovadores no mercado de startups

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Gustavo, F.; CARMINHA, Lucas. Captação de Recursos por Startups. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2020. (Minha Biblioteca)
TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. Startups e inovação: direito no empreendedorismo. 2 ed. Editora Manole, 2020. (Minha Biblioteca)
ANDRADE FILHO, Edmar de Oliveira. Fundamentos de Direito para Negócios - Instituições de Direito Público e Direito Privado. Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROQUE, Pamela R. Estudos Aplicados de Direito empresarial - LLC em Direito Empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2019. (Minha Biblioteca) CARVALHO, André Castro. Manual de Compliance. 3 ed. Grupo GEN, 2021. (Minha Biblioteca) IBGC. Governança Corporativa e Integridade Empresarial. 1 ed. 2017. Saint Paul Publishing, 2017. (Minha Biblioteca)

CHAGAS, Edilson Enedino. D. Esquematizado - D. Empresarial. 8 ed. Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)
SILVEIRA, Renato de Mello J. Compliance, direito penal e lei anticorrupção. 1 ed. Editora Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca)

PRÁTICAS DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

CARGA HORÁRIA: 66H - CRÉDITOS: 4

EMENTA DA DISCIPLINA

Teoria Geral dos Conflitos; Métodos adequados de resolução de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem; Sistema Multiportas; Plataformas digitais para resolução de conflitos e outros mecanismos de solução de controvérsias.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Proporcionar ao discente a compreensão do conceito de conflito e princípios relacionados à discussão da cultura da paz e dos métodos de resolução consensuada de conflitos, discutindo o acesso à justiça e o papel da mediação, conciliação e arbitragem como um dos meios de solução de controvérsias judiciais habilitados para a promoção da pacificação social. Analisar a crise do Judiciário e os impactos destes métodos na sociedade bem como a busca de novos meios de solução adequada de conflitos e as inovações trazidas pela era digital.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Teoria Geral dos Conflitos
1.1 Conceito e tipos
1.2 Métodos autocompositivos e heterocompositivos de resolução de conflitos
1.3 Prevenção, solução e resolução

UNIDADE II - Processo e métodos de resolução consensuada de conflitos
2.1 Jurisdição e o monopólio da jurisdição
2.2 Ampliação do acesso à justiça
2.3 Tribunal multiportas e a legislação brasileira (Resolução CNJ nº 125/10, CPC/2015 e Lei 13.140/2015)

UNIDADE III - Negociação
3.1 Conceito e Técnicas de negociação
3.2 Método de Harvard
3.3 Etapas da negociação

UNIDADE IV - Conciliação
4.1 Conceito, histórico e características
4.2 Papel do conciliador
4.3 Aplicabilidade e conciliação judicial e extrajudicial

UNIDADE V - Mediação
5.1 Noções gerais e características. Histórico
5.2 Princípios, técnicas, função do mediador e etapas da mediação
5.3 Mediação judicial e extrajudicial. Tipos de mediação

UNIDADE VI – Arbitragem
4.1 Conceito, natureza jurídica e características
4.2 Convenção arbitral: cláusula compromissória e compromisso arbitral
4.3 Sentença arbitral e meios de cumprimento

UNIDADE VII - Justiça Restaurativa
7.1 Diferenças entre justiça retributiva e restaurativa

7.2 Metodologia e círculos restaurativos
7.3 Justiça restaurativa no Brasil. Resolução CNJ nº 225/2016

UNIDADE VIII - Solução de conflitos na era digital e outros mecanismos de solução de controvérsias
8.1 Conflitos na era digital e on line disput resolution - ODR
8.2 Novas tecnologias na resolução de conflitos. Plataformas de solução de conflitos
8.3 Dispute board

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NETO, Caetano Lagrasta. Mediação e
gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional : guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2013. (Minha Biblioteca) GUILHERME, Luiz Fernando A. Manual de arbitragem e mediação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)
ROCHA, SCHMIDT, Gustavo D. Comentários à Lei de Arbitragem. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, MÉTODO, 2021. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINHO, Humberto Dalla Bernardina D. Manual de Mediação e Arbitragem. 3. ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2021.(Minha Biblioteca)
SALLES, Carlos Alberto de. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. 4. ed. Forense; São Paulo: GEN, 2021. (Minha Biblioteca)
SCAVONE Jr., Luiz Antonio. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método,2021. SCAVONE Jr., Luiz Antonio. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação.
10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)

VASCONCELOS, Carlos Eduardo. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. (Minha Biblioteca

DISCIPLINAS ELETIVAS I

BIOÉTICA E BIODIREITO

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA

A Bioética como campo de estudo transdisciplinar apto a reconstruir a dogmática jurídica. Apresentação geral da Bioética e suas relações com o Direito. Os problemas bioéticos à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Demonstrar a importância da Bioética como disciplina imprescindível para as questões ligadas ao progresso das ciências da vida e da saúde. Discutir a Bioética a partir de uma perspectiva jurídica, a fim de buscar critérios éticos para a solução de questões jurídicas relacionadas à vida.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Definições preliminares de Filosofia Moral.

1.1 Moral.
1.2 Ética.
1.3 Deontologia Profissional.

UNIDADE II- Fundamentos de Bioética

2.1 Definição e histórico.
2.2 Obras fundantes. Os centros de estudo e pesquisa.
2.3 A Bioética no Brasil.

UNIDADE III -As interfaces entre Bioética e Direito.

3.1 Definição de conteúdos transversais.
3.2 Biodireito e limites da dogmática jurídica.
3.3 O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana como valor fonte da relação entre Bioética e Direito.

UNIDADE IV - Bioética Clínica e Direito Privado

4.1 Definição. Relação médico-paciente.
4.2 Consentimento Informado.
4.3 Vulnerabilidade do ponto de vista do Direito do Consumidor e da Bioética.

UNIDADE V - Direito Penal Médico.

5.1 Responsabilidade Penal dos profissionais de saúde.

5.2 Proteção da vida e da integridade física – proteção da saúde – drogas no contexto do direito penal brasileiro – crimes específicos relacionados à integridade corporal: vida, integridade física, maus tratos, estupro, aborto, abusos - crimes contra a saúde pública

5.3 Exercício ilegal de profissão na área da saúde – lei de biossegurança

UNIDADE VI - Código de Ética Médica

6.1 Código de Processo Ético-Profissional. Especialidades médicas e suas interfaces com o Direito Médico. Marketing médico

6.2 O médico e a relação com a imprensa. Documentos médicos. Prontuário médico do paciente.

6.3 Autonomia do Paciente – aspectos jurídicos e éticos – casos específicos: aborto, anencefalia, objeção de consciência (testemunha de Jeová).

UNIDADE VII - Início da vida humana. Tutela jurídica do embrião

7.1 Aborto. Pesquisa com células-tronco embrionárias.

7.2 Os princípios constitucionais da paternidade responsável e do planejamento familiar.

7.3 A reprodução assistida.

UNIDADE VIII – Final da vida humana. Alcance e limites da autonomia em final de vida.

8.1 Eutanásia.

8.2 Distanásia.

8.3 Ortotanásia. Diretivas Antecipadas de Vontade do Paciente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAIAD, Carlos Eduardo A. **Ortotanásia**: limites da responsabilidade criminal do médico. Barueri: Manole, 2020. E-book. ISBN 9786555760378. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555760378/. Acesso em: 23 ago. 2024.

FRANCA, Genival Veloso de. **Direito médico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530992316. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992316/. Acesso em: 23 ago. 2024.

PRATA, Henrique M. **Cuidados paliativos e direitos do paciente terminal**. Barueri: Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520453513. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520453513/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGSTEIN, Gilberto. **A informação na relação médico-paciente**. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502203082. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502203082/. Acesso em: 23 ago. 2024.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 16. ed. Barueri: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559775217. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775217/. Acesso em: 23 ago. 2024.

COHEN, Claudio; OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de (ed.). **Bioética, direito e medicina**. Barueri: Manole, 2020. E-book. ISBN 9788520458587. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520458587/. Acesso em: 23 ago. 2024.

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson R. (org.). **Bioética e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502163126. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502163126/. Acesso em: 23 ago. 2024.
MORAES, Maria Celina Bodin de; GUEDES, Gisela Sampaio da C. (coord.). **Responsabilidade civil de profissionais liberais**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. E-book. ISBN 9788530972394. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972394/. Acesso em: 23 ago. 2024.

DIREITO, LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Perspectivas da lógica formal: princípios e conteúdo básico – termo, proposição e argumentação. Argumentação jurídica e a nova retórica. Argumentação e discurso jurídico. Análise do discurso: historicidade, atravessamento, discursivo e assujeitamento. Efeitos de sentido e condições de produção do discurso jurídico. Vocabulário jurídico. Redação jurídica: o tipo descritivo e o tipo narrativo. Estratégias de leitura, interpretação e produção textual. Recursos retóricos. Hermenêutica jurídica.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Introduzir os alunos às principais questões relativas à interpretação do Direito, tomando a mesma como uma atividade indispensável ao operador jurídico, sem a qual tornar-se-ia impossível a superação do hiato que separa a norma em sua generalidade do caso concreto.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Perspectivas da lógica formal
1.1 - Conceitos de lógica: proposições e argumento
1.2 - Raciocínio lógico e silogismos
1.3 - Retórica e dialética

UNIDADE II - Argumentação e discurso jurídico.
2.1. Lógica jurídica
2.2. Tópica e jurisprudência
2.2 Argumentação jurídica e a nova retórica

UNIDADE III - Análise do discurso
3.1 Discurso e sentido
3.2. Modalidades discursivas
3.3 Efeitos de sentido e condições de produção do discurso jurídico.

UNIDADE IV - Vocabulário e Redação jurídica
4.1 Elementos estruturais da narrativa.
4.2 Denotação e conotação: principais figuras de linguagem (teoria e prática).
4.3 Redação jurídica: o tipo descritivo e o tipo argumentativo.

UNIDADE V - Estratégias de leitura e interpretação textual.
5.1 Interpretação jurídica: métodos de interpretação.

5.2 Tipos de interpretação textual jurídica
5.3 Funções básicas da linguagem e limites da interpretação

6.1 Especificidades e conceito da hermenêutica jurídica.
6.2. Principais escolas hermenêuticas.
6.3 Os modos de produção do Direito e os instrumentos hermenêuticos: Hermenêutica jurídica e jurisprudência.

UNIDADE VII - Hermenêutica e argumentação
7.1 As espécies de argumentação jurídica
7.2 O fato, a prova e a lei no processo interpretativo
7.3 A decisão jurídica: Interpretação e discricionariedade

UNIDADE VIII - Hermenêutica constitucional e concretização do Direito
8.1 Insuficiência dos métodos clássicos para a interpretação da Constituição
8.2 Especificidades inerentes ao texto constitucional
8.3. Intérpretes da Constituição e Democracia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELTZ, Magnum K. F.; TEIXEIRA, Juliana K M.; DUARTE, Melissa F. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024090. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024090/. Acesso em: 23 ago. 2024.

PETRI, Maria Jose C. **Manual de linguagem jurídica.** 4. ed. São Paulo: ExpressaJur, 2023. E-book. ISBN 9786553627451. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627451/. Acesso em: 23 ago. 2024.

VALVERDE, Alda da Graça M.; TAVARES JUNIOR, Nelson Carlos; FETZNER, Néli C. **Linguagem e argumentação jurídica**: peças processuais: estrutura e argumentação. 6. ed. rev., atual., e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530991487. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991487/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Leda (org.). **Direito e argumentação**. Barueri: Manole, 2008. E-book. ISBN 9788520446492. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446492/. Acesso em: 23 ago. 2024.

IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e hermenêutica jurídica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788547218065. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218065/. Acesso em: 23 ago. 2024.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Argumentação jurídica**. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2016. E-book. ISBN 9788520451267. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520451267/. Acesso em: 23 ago. 2024.

MAXIMILIANO, Carlos; MARCARO, Alysson. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 23. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559642151. (Coleção Fora de Série). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642151/. Acesso em: 23 ago. 2024.

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem jurídica e argumentação**: teoria e prática. 7. ed. rev. e atual. Barueri: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770366. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770366/. Acesso em: 23 ago. 2024.

LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Aspectos legais da inclusão no contexto escolar brasileiro. Visão contemporânea dos aspectos socioantropológicos, clínicos e educacionais da surdez. Língua brasileira de sinais (LIBRAS): critérios diferenciados da língua portuguesa para surdos. LIBRAS e noções básicas de: léxico, morfologia e sintaxe. Expressão visual-espacial como recurso facilitador da aprendizagem. Dinâmicas e técnicas para interpretação.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Avaliar o processo evolutivo da educação de surdos, considerando os contextos socioantropológicos que influenciam o cenário atual da educação. Reconhecer os indicadores linguístico, fonológico e morfológico na LIBRAS, compreendendo-os como fatores presentes na aprendizagem de sujeitos em diferentes modalidades e níveis de ensino. Articular os conhecimentos e os processos investigativos do campo da educação, da docência e da inclusão, promovendo a ressigfinicação de saberes e práticas. Utilizar nos processos didático-pedagógicos diferentes linguagens e recursos de comunicação, adequando-os às diferentes faixas etárias e modalidades de ensino. Compreender os processos legais que a educação dos surdos passou, analisando as leis, decretos e convenções sancionadas e/ou ratificadas no Brasil.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Introdução a Língua Brasileira de Sinais
1.1 - A história da educação dos surdos no Brasil.
1.2 - Alfabeto Manual e o Uso da Datilologia.
1.3 - Tipos Numéricos em LIBRAS.

UNIDADE II- Conceito de Comunicação e Linguagem.
2.1 - Os parâmetros da LIBRAS e as Expressões não manuais.
2.2 – Saudações.
2.3 - Formas de Tratamento.

UNIDADE III - 3 - Expressões.
3.1 - Horários e Tempo de Duração.
3.2 - Advérbios de Frequência e Modo. 3.3- Advérbios de Tempo.

UNIDADE IV - Uso dos Pronomes na Língua de Sinais.
4.1 - Pronomes: Pessoais/ Demonstrativos.
4.2 - Possessivos Indefinidos e quantificadores/ Interrogativos.
4.3 - Expressões importantes para Comunicação em LIBRAS.

UNIDADE V - Tipos de verbos em LIBRAS.
5.1 - Com concordância: número-pessoal, localização e verbos classificadores.
5.2 - Verbos que não possuem marca de concordância.
5.3 – Verbos direcionais.

UNIDADE VI - Tipos de Frases na LIBRAS.
6.1 – Afirmativa.
6.2 – Negativa.
6.3 - Exclamativa e Interrogativa.

UNIDADE VII - Sinais do dia a dia: Vocabulário.
7.1 - Cores e Alimentos.
7.2 – Família.
7.3 - Profissões.

UNIDADE VIII – Legislação e direito da pessoa surda e/ou com deficiência auditiva.
8.1 - Lei 10.436/02 e Decreto 5.626/05
8.2 - Lei 10.098/00
8.3 - LDB e Convenção da ONU.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PLINSKI, Rejane R. K.; MORAIS, Carlos E. L.; ALENCASTRO, Mariana I. **Libras**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024595. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024595/. Acesso em: 23 ago. 2024.

QUADROS, Ronice M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. E-book. ISBN 9788536316581. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536316581/. Acesso em: 23 ago. 2024.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira**. Porto Alegre: Artmed, 2003. E-book. ISBN 9788536311746. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311746/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Mariângela E. **ELiS**: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015. E-book. ISBN 9788584290529. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290529/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. E-book. ISBN 9788582179314. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179314/. Acesso em: 23 ago. 2024.

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. (org.). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. E-book. ISBN 9788584291687. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291687/. Acesso em: 23 ago. 2024.

QUADROS, Ronice M. **Língua de herança**: língua brasileira de sinais. Porto Alegre: Penso, 2017. E-book. ISBN 9788584291113. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291113/. Acesso em: 23 ago. 2024.

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. E-book. ISBN 9788536325200. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325200/. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOCIEDADE EM REDE E RELAÇÕES CONSUMEIRISTAS

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Diversidade e Identidade Cultural dos povos. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Globalização, Democracia e Cidadania. Multiculturalismo, Ética e responsabilidade social. Comprometimento social e profissões. Direitos Básicos do Consumidor. Dos Serviços e Serviços Públicos - A Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Das Garantias e Prazos no Código de Defesa do Consumidor. Da Proteção Administrativa do Consumidor.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Expressar democraticamente opiniões com alteridade, ética, de forma humana e igualitária em situações do cotidiano profissional, analisando situações referentes à sociodiversidade, ao multiculturalismo, às relações de gênero, relações étnico raciais (raça), pluralidade religiosa - credo e etnia. Trabalhar em equipe expressando conduta pautada em princípios consumeristas. Analisar casos práticos no âmbito das relações de consumo, proporcionando fundamentos aos alunos para a análise das relações civis.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Sociodiversidade e formação da identidade cultural dos povos
1.1 - Relações étnico-raciais
1.2 - Relações de gênero e sexualidade
1.3 - Cidadania

UNIDADE II- 2 - Direitos Humanos, Inclusão do público-alvo da educação especial e acessibilidade
2.1 - Inclusão do público-alvo da educação especial
2.2 - Direitos Humanos
2.3 – Acessibilidade

UNIDADE III - Multiculturalismo e Globalização.
3.1 - Diversidade cultural e Globalização
3.2 - Cultura do consumo
3.3 – As relações de consumo

UNIDADE IV - Políticas Públicas
4.1 - Políticas Públicas: educação e a legislação para pessoas autista
4.2 - Políticas públicas: habitação, saneamento, transporte e saúde
4.3 - Políticas públicas: segurança e defesa

UNIDADE V - Democracia e Ética profissional
5.1 - Democracia
5.2 - Ética
5.3 - Desempenho profissional e empreendedorismo

UNIDADE VI - Direitos Básicos do Consumidor
6.1 - A Relação Jurídica de Consumo

6.2 - A Proteção Contratual do Consumidor
6.3 - A Responsabilidade Civil de Consumo

UNIDADE VII - Da Execução do Contrato de Consumo
7.1 - Proteção do Consumidor contra Práticas Abusivas
7.2 - Proteção do Consumidor e a Cobrança de Dívidas
7.3 - A Extinção do Contrato de Consumo e seus efeitos

UNIDADE VIII – Da Proteção Administrativa do Consumidor
8.1 - As Sanções Administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor
8.2 - Da Cumulatividade de Sanções
8.3 - Da Graduação de Pena de Multa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direito do consumidor. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)
SCARANO, Renan Costa Valle et al. **Direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595028012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028012/. Acesso em: 24 ago. 2024.
BES, Pablo *et al*. **Sociedade, cultura e cidadania**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. ISBN 9788595028395. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028395/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim A. **Manual de direito do consumidor**: direito material e processual, vol. único. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. ISBN 9786559649990. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649990/. Acesso em: 24 ago. 2024.
ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do consumidor**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553621866. (Coleção esquematizado®). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621866/. Acesso em: 24 ago. 2024.
LINHARES Emanuel Andrade. MACHADO SEGUNDO Hugo de Brito (org.). **Democracia e direitos fundamentais**: uma homenagem aos 90 anos do professor Paulo Bonavides. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597006575. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006575/. Acesso em: 24 ago. 2024.
CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos S. *et al* (org.). **Autismo:** vivências e caminhos. São Paulo: Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788580391329. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391329/. Acesso em: 24 ago. 2024.

ESG

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Introdução ao estudo das ciências do ambiente. Ecologia e biodiversidade. Organização dos ecossistemas. Ciclos biogeoquímicos. Recursos naturais. Saúde coletiva e meio ambiente. Poluição e impacto ambiental. Caracterização ambiental regional. Políticas de educação ambiental. Legislação ambiental.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Compreender os princípios básicos e conceitos ambientais. Desenvolver o raciocínio jurídico ambiental para solução dos problemas ambientais atuais. Relacionar a relevância da conscientização em torno do desenvolvimento sustentável.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Introdução ao estudo das ciências do ambiente
1.1. Inter-relação entre Educação, Sociedade e Ambiente
1.2 Ecologia
1.3 Biodiversidade

UNIDADE II – A Educação Ambiental
2.1 O surgimento dos movimentos ambientais
2.2 Abordagem histórica da educação ambiental
2.3 Desenvolvimento conceitual da Educação ambiental

UNIDADE III – A educação ambiental no Brasil
3.1 A Política Nacional de Educação Ambiental
3.2 A educação Ambiental na Educação Formal e Não-formal;
3.3 A Educação ambiental no cenário escolar e extraescolar;

UNIDADE IV – Desafios da Educação Ambiental na formação da cidadania
4.1 O papel da Educação ambiental na formação do cidadão
4.2 A atuação do cidadão na defesa do ambiente
4.3 Justiça ambiental

UNIDADE V – Perspectivas atuais da educação ambiental
5.1 Considerações sobre interdisciplinaridade e transversalidade
5.2 Desafios políticos para a Educação Ambiental
5.3 A Política Nacional para a Educação Ambiental

UNIDADE VI – Possibilidades de Projetos de Educação Ambiental na formação do profissional da área ambiental
6.1 Estratégias de abordagem comunitária
6.2 Experiências em Educação Ambiental nos diversos setores da sociedade.
6.3. Educação ambiental e sustentabilidade

UNIDADE VII – O campo da Educação Ambiental
7 1. Políticas Públicas em Educação Ambiental;
7.2. Concepções de Educação Ambiental na produção teórico-prática;
7.3. A formação da prática docente em Educação Ambiental

UNIDADE VIII – Sustentabilidade e ambiente
8.1. Aspectos sociais
8.2. Aspectos econômicos
8.3. Aspectos ecológicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MILLER, G., T.; SCOTT, E. Spoolman. Ciência Ambiental. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. Trad. 16ª edição norte-americana. (Minha Biblioteca).
SARLET, Wolfgang, I.; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
VESILIND, P., A. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. Trad. 3ª edição norte-americana. (Minha Biblioteca).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
BARSANO, Paulo, R.; BARBOSA. Rildo Pereira. Meio ambiente - guia prático e didático. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)
ODUM, Eugene, P.; BARRET, Gary W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. Trad. 5ª edição norte-americana. (Minha Biblioteca)
SANTOS, Ana Silvia P.; OHNUMA JR., Alfredo A. Engenharia e meio ambiente: aspectos conceituais e práticos. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)
GRILLO, Marcelo G. Franco. Instituições de Direito Público e Privado. Grupo GEN, 2019. (Minha Biblioteca)

GESTÃO E EMPREENDEDORISMO

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Contexto histórico do empreendedorismo. Do empreendedor. Características do empreendedor. Perfil empreendedor e tipos de empreendedor. Reconhecimentos de ideias e oportunidades. Empreendedorismo e o Desenvolvimento Econômico. Planejamento e análise financeira do negócio. Globalização e inovação tecnológica.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Reconhecer o ser empreendedor e as características do empreendedor. Demonstrar as práticas empreendedoras diante do contexto do desenvolvimento socioeconômico. Compreender às atividades do mundo dos negócios por meio de uma visão empreendedora.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Origem e evolução histórica do empreendedor

1.1 Conceito e contexto histórico
1.2 Características, valores e virtudes do empreendedor
1.3 Perfil do empreendedor

UNIDADE II – Do empreendedor

2.1. Mindset
2.2. Motivadores e inibidores do empreendedorismo
2.3 Tipos de Empreendedorismo

UNIDADE III – Empreendedorismo e o Desenvolvimento Econômico

3.1 O impacto da atividade empreendedora no desenvolvimento econômico
3.2 O ensino do empreendedorismo
3.3 A importância do empreendedorismo social

UNIDADE IV – Ideias e Oportunidades
4.1 Criatividade e a Ideia na visão empreendedora
4.2 Valor das ideias para o empreendedorismo
4.3 Identificação e análise de oportunidades

UNIDADE V - Projeto
5.1 Elementos fundamentais para construção de um projeto
5.2 Planejamento de projetos
5.3 Aplicação de projeto na vida profissional do empreendedor

UNIDADE VI – Planejar o negócio
6.1 Atribuição de valor.
6.2 Potencial do negócio.
6.3 Estratégia competitiva: análise de mercado, análise de processo e plano de marketing (noções).

UNIDADE VII – Análise financeira do negócio
7.1 Plano e Projeções Financeiras
7.2 Capital de Giro e Fluxo de Caixa
7.3 Viabilidade econômica do Negócio.

UNIDADE VIII – Notas sobre a Globalização e evolução tecnológica
8.1 Trabalho e emprego
8.2 A inovação tecnológica
8.3 Perspectivas do empreendedorismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597028089. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/. Acesso em: 24 ago. 2024.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. E-book. ISBN 9788580553338. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553338/. Acesso em: 24 ago. 2024.

SALIM, Cesar. **Introdução ao empreendedorismo**: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. E-book. ISBN 9788595154414. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154414/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. E-book. ISBN 9788582605189. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BORGES, Cândido (org.); NAJBERG, Estela *et al*. **Empreendedorismo sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502221741. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502221741/. Acesso em: 24 ago. 2024.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 8. ed. São Paulo: Empreende, 2021. E-book. ISBN 9786587052083. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052083/. Acesso em: 24 ago. 2024.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. ISBN 9788522486748. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486748/. Acesso em: 24 ago. 2024.
TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan M. **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo. 2. ed. Barueri: Manole, 2020. E-book. ISBN 9788520461976. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461976/. Acesso em: 24 ago. 2024.

DISCIPLINAS ELETIVAS II

DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Introdução à PI. Direitos Autorais. Marcas. Indicações Geográficas. Desenho Industrial. Patentes. Tratados Internacionais. Concorrência Desleal. Proteção de Novas Variedades de Plantas. Informação Tecnológica. Contratos de Tecnologia.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

A disciplina visa fornecer ao pós-graduando uma base conceitual interdisciplinar que o habilite a entender os diversos aspectos e campos de proteção da Propriedade Industrial. Pretende-se, também, proporcionar uma reflexão sobre o papel da Propriedade Industrial no desenvolvimento econômico através do fornecimento de um arcabouço teórico e prático de conceitos e de gestão associados à proteção das criações intelectuais dentro do contexto de Propriedade Intelectual no Brasil e exterior.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Introdução à Propriedade Intelectual.
1.1 O conceito de propriedade intelectual e suas dimensões.
1.2 Os instrumentos da propriedade intelectual e suas classificações.
1.3 As finalidades da propriedade intelectual.

UNIDADE II- Direitos Autorais
2.1 Objeto do direito do autor e a proteção da obra e do direito do autor.
2.2 Os direitos morais e patrimoniais.
2.3 O direito de reprodução e a transferência dos direitos do autor.

UNIDADE III – Marcas e Indicações Geográficas.
3.1 O conceito de marca e a sua natureza jurídica. O que pode ser registrado como marca.

3.2 Diferenças entre marca e indicação geográfica. Marcas coletivas e de certificação. Proteção das indicações geográficas.
3.3 O Registro das Indicações Geográficas no Brasil e a proteção Internacional das Indicações Geográficas.

UNIDADE IV - Desenho Industrial e Patentes
4.1 O que pode ser protegido pelo registro de Desenho Industrial e os requisitos de proteção para o registro de Desenho Industrial.
4.2 Finalidades de uma patente. O que pode ser patenteado. Os requisitos e exceções ao que pode ser patenteado.
4.3 Acordos Internacionais em Matéria de Patentes. Tratado de Cooperação em Matéria de Patente (PCT). Procedimento para a obtenção de uma patente no Brasil.

UNIDADE V -Tratados Internacionais.
5.1 Tratados Internacionais e suas motivações.
5.2 Sistemas de Registro.
5.3 O Sistema de Madri.

UNIDADE VI - Concorrência Desleal
6.1 Atos da Concorrência Desleal e a Propriedade Intelectual.
6.2 O segredo industrial e comercial.
6.3 A vantagem indevida das realizações de terceiro - “parasitismo”.

UNIDADE VII - Informação Tecnológica
7.1 A Classificação Internacional de Patentes – IPC.
7.2 Vantagens do Uso da Informação de Patentes.
7.3 A Classificação Internacional de Patentes – IPC.

UNIDADE VIII – Contratos de Tecnologia

8.1 Contratos envolvendo direitos de Propriedade Industrial. O objeto dos contratos de licenciamento dos direitos de propriedade industrial.
8.2 O prazo de vigência dos contratos de Propriedade Industrial. A remuneração pelo uso dos direitos de Propriedade Industrial
8.3 Os contratos de cessão de Direitos de Propriedade Industrial. A análise de contratos do INPI para efeito de averbação e registro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAZZONETTO, Nathalia. **Arbitragem e propriedade intelectual**: aspectos estratégicos e polêmicos. São Paulo: Saraivap 2017. E-book. ISBN 9788547219437. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219437/. Acesso em: 23 ago. 2024.
SANTOS, Manoel J. Pereira dos; SCHAAL, Flavia Mansur M.; GOULART, Rubeny (org.). **Propriedade intelectual e inteligência artificial**. São Paulo: Almedina, 2024. E-book. ISBN

9786556279534. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556279534/. Acesso em: 24 ago. 2024.
VICENTE, Dário M. **A tutela internacional da propriedade intelectual**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. ISBN 9788584936205. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584936205/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Manoel J. Pereira dos; JABUS, Wilson P.; ASCENSÃO, José de O. **Direito autoral**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book. ISBN 9786555591521. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591521/. Acesso em: 23 ago. 2024.
RODRIGUES, David F.; KAC, Larissa Andréa C.; ARRUDA, Vinicius Cervantes G. (coord.). **Propriedade intelectual e revolução tecnológica**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. ISBN 9786556274973. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274973/. Acesso em: 23 ago. 2024.
SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual**: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. 6. ed. Barueri: Manole, 2018. E-book. ISBN 9788520457535. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520457535/. Acesso em: 23 ago. 2024.
DUARTE, Melissa F.; BRAGA, Prestes C. **Propriedade intelectual**. Porto Alegre: Grupo SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595023239. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023239/. Acesso em: 23 ago. 2024.
UNGARETTI, Débora *et al* (ed.). **Propriedades em transformação**: abordagens multidisciplinares sobre a propriedade no Brasil. São Paulo: Editora Blucher, 2018. E-book. ISBN 9788580393279. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393279/. Acesso em: 23 ago. 2024.

DIREITO ECONÔMICO

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Teoria da Justiça. Teoria da Norma. Teoria do Estado. Direito do Desenvolvimento. Direito Econômico. Escola Europeia. Escola Norte americana. Sistemas Econômicos. Evolução da Ordem Econômica. Direito Constitucional Econômico. Intervenção do Estado na Ordem Econômica. Proteção à Concorrência. Agências Reguladoras. Sistema Financeiro Nacional. Ordem Econômica Internacional. Comércio Exterior. Defesa Comercial.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Desenvolver no aluno a capacidade de interpretar os fatos históricos e econômicos que marcaram a evolução da disciplina jurídica da economia. Proporcionar ao aluno o manejo do

conhecimento sobre o Direito Econômico enquanto ramo da ciência jurídica, os elementos da Ordem Econômica Constitucional e principais institutos do Direito Econômico.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Teoria da justiça econômica

1.1 - O pensamento helênico de Platão e Aristóteles.

1.2 - O pensamento de Agostinho e Tomás de Aquino.

1.3 - O pensamento econômico liberal.

UNIDADE II- A doutrina social canônica

2.1 - O socialismo materialista. O pensamento econômico contemporâneo.

2.2 - O pensamento e as críticas a John Rawls.

2.3 - A influência de Amartya Sen sobre a Justiça Econômica.

UNIDADE III - Teoria da norma

3.1 - O conceito do Direito Econômico. A escola europeia: Direito Público Econômico. A escola norte americana: Análise Econômica do Direito. As características do Direito Econômico. Teoria da Norma: evolução doutrinária

3.2 - Os princípios do Direito Econômico. A autonomia do Direito Econômico;

3.3 - Relação com outros ramos do Direito.

UNIDADE IV – Teoria do Estado

4.1 - Evolução da Ordem Econômica. Estruturação filosófico política do Estado Democrático de Direito.

4.2 - Sistemas econômicos. Do posicionamento econômico do Estado.

4.3 - O Estado Liberal. O Estado Intervencionista Econômico. O Estado Intervencionista Social. O Estado Intervencionista Socialista. O Estado Regulador.

UNIDADE V - Da ordem econômica constitucional

5.1 - Evolução histórica da Ordem Econômica. Evolução jurídica da Ordem Econômica Constitucional.

5.2 - Da Ordem Econômica na Constituição da República.

5.3 - Dos valores, fundamentos e Princípios da Ordem Econômica Constitucional.

UNIDADE VI - Intervenção do Estado na ordem econômica

6.1 - Intervenção indireta do Estado na Ordem Econômica: regulação e planejamento.

6.2 - Intervenção direta do Estado na Ordem Econômica: atividades econômicas, monopólios e serviços públicos. Da exploração dos Recursos Naturais;

6.3 - Dos transportes, turismo e investimentos estrangeiros.

UNIDADE VII - Do direito econômico administrativo

7.1 - Da Proteção à Concorrência. Agências Reguladoras.

7.2 - O Sistema Financeiro Nacional. O mercado financeiro.

7.3 - O mercado securitário. O mercado de capitais.

UNIDADE VIII – Da ordem econômica internacional

8.1 - Da configuração da Ordem Econômica Internacional. Do Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Da Organização Mundial do Comércio.

8.2 - Da integração econômica. Da União Européia. Do Mercosul. NAFTA, CAFTA-DR e ALCA.

8.3 - Do Sistema Brasileiro de Comércio Exterior. Do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUILLAR, Fernando H. **Direito econômico**: do direito nacional ao direito supranacional. 6. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021974. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021974/. Acesso em: 23 ago. 2024.

FIGUEIREDO, Leonardo V. **Direito econômico**. 11. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9788530993290. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993290/. Acesso em: 23 ago. 2024.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 9. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. E-book. ISBN 9788530974497. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530974497/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. ISBN 978-85-309-4882-5. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4882-5/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BAGNOLI, Vicente. **Direito econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. ISBN 9788522484331. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484331/. Acesso em: 23 ago. 2024.

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502201286. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201286/. Acesso em: 23 ago. 2024.

FIGUEIREDO, Leonardo V. **Direito econômico internacional**: análise jurídica do projeto das Nações Unidas para desenvolvimento do milênio e da crise financeira. Rio de Janeiro: Forense, 2011. E-book. ISBN 978-85-309-3802-4. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-3802-4/. Acesso em: 23 ago. 2024.

MELLO, Ana Frazão Vieira de. **Direito da concorrência**: pressupostos e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547219611. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219611/. Acesso em: 23 ago. 2024.

DIREITO URBANÍSTICO

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Estudo do Direito Urbanístico como ramo do Direito Público destinado à regulação do uso e ocupação do solo urbano. Análise dos fundamentos constitucionais da política urbana e da função social da propriedade. Plano Diretor, zoneamento, parcelamento do solo, estatuto da cidade, regularização fundiária, direito à moradia e gestão democrática da cidade. Instrumentos urbanísticos, ambientais e tributários de ordenação urbana. Intervenções urbanas e seus reflexos nos direitos fundamentais. Direito à cidade e justiça socioespacial.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Capacitar o estudante para compreender e aplicar os princípios, normas e instrumentos do Direito Urbanístico, desenvolvendo uma visão crítica e interdisciplinar sobre a política urbana e a efetivação do direito à cidade justa, democrática, ambientalmente equilibrada e socialmente inclusiva. Compreender o papel do Direito Urbanístico na regulação das cidades e na promoção do bem comum. Estudar os instrumentos jurídicos de planejamento urbano e de regularização fundiária. Analisar os conflitos urbanos à luz da função social da propriedade e do direito à moradia. Desenvolver postura crítica frente às desigualdades espaciais e aos processos de exclusão urbana. Articular o conhecimento jurídico às políticas públicas urbanas, ambientais e habitacionais. Compreender o espaço urbano como objeto de regulação jurídica e de efetivação de direitos fundamentais. Avaliar criticamente o papel das políticas públicas urbanas na concretização da justiça social. Atuar com responsabilidade e visão interdisciplinar em questões relativas à cidade, moradia e ordenamento territorial. Interpretar e aplicar normas constitucionais, legais e infralegais sobre Direito Urbanístico. Analisar planos diretores, legislações de uso do solo e regularização fundiária. Compreender o papel dos instrumentos urbanísticos, ambientais e tributários na gestão urbana. Propor soluções jurídicas em conflitos fundiários, ambientais e habitacionais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Fundamentos do Direito Urbanístico e Função Social da Cidade
1.1 Conceito, objeto e natureza jurídica do Direito Urbanístico
1.2 Fundamentos constitucionais: arts. 182 e 183 da CF/88
1.3 Função social da propriedade urbana e da cidade
1.4 Direito à cidade, direito à moradia e dignidade da pessoa humana
1.5 Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001): diretrizes gerais da política urbana

Unidade II – Planejamento Urbano e Instrumentos Jurídicos
2.1 Plano Diretor: conceito, obrigatoriedade, conteúdo e eficácia jurídica
2.2 Zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano
2.3 Licenciamento urbanístico e controle de edificações
2.4 Estudo de impacto de vizinhança e outros instrumentos de planejamento
2.5 Desapropriação urbanística e servidões administrativas

Unidade III – Regularização Fundiária e Políticas Habitacionais

3.1 Conceito e modalidades de regularização fundiária: REURB-S e REURB-E (Lei nº 13.465/2017)
3.2 Usucapião urbana individual e coletiva
3.3 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e urbanização de assentamentos precários
3.4 Política habitacional e acesso à moradia digna
3.5 Papel do poder público municipal na gestão do solo urbano

Unidade IV – Justiça Socioespacial e Controle da Ordem Urbanística
4.1 Gentrificação, segregação socioespacial e exclusão urbana
4.2 Controle social da política urbana: conselhos, audiências públicas e participação popular
4.3 Instrumentos tributários e financeiros de ordenamento urbano: IPTU progressivo, outorga onerosa, direito de preempção
4.4 Responsabilidade civil e administrativa por danos à ordem urbanística
4.5 Acesso à justiça e atuação do Ministério Público e Defensoria Pública em conflitos urbanos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORDALO, Rodrigo. **Coleção Método Essencial - Direito Urbanístico** - 2ª Edição 2022. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786559644667. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644667/. Acesso em: 16 mai. 2025.

CONDESSO, Fernando dos R. **Direito do Urbanismo e do Ambiente.** São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084701. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084701/. Acesso em: 16 mai. 2025.

FERREIRA, Renata M. **Estatuto da Cidade Comentado** - 7ª Edição 2019. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553613052. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553613052/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria H.; SANTIAGO, Mariana R. **Função social e solidária da posse.** Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786555599091. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599091/. Acesso em: 16 mai. 2025.

STRUCHEL, Andrea Cristina de O. **Licenciamento Ambiental Municipal.** Porto Alegre: Oficina de Texto, 2025. E-book. ISBN 9788579752285. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788579752285/. Acesso em: 16 mai. 2025.

PIRES, Felipe Chiarello, Lilian Regina Gabriel M. **Novos Paradigmas da Regularização Fundiária Urbana.** São Paulo: Almedina Brasil, 2019. E-book. ISBN 9788584935505. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935505/. Acesso em: 16 mai. 2025.

MARQUES, Carolina C R.; GEIA, Maíra L.; SOUZA, Dulce A.; et al. Legislação urbanística aplicada. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024489. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024489/. Acesso em: 16 mai. 2025.
HARADA, Kiyoshi. **Desapropriação**. 11ª Edição 2015. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788522499663. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499663/. Acesso em: 16 mai. 2025.

CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Continuidade do estudo da Parte Especial do Código Penal em conjunto com a legislação extravagante pertinente. Contra o sentimento religioso. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Os crimes hediondos e os equiparados a hediondo.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Solucionar os casos concretos apresentados de modo a tipificar corretamente as condutas em conformidade com os princípios constitucionais e infraconstitucionais. Aplicar os institutos previstos na parte geral do Código Penal aos crimes em espécie. Solucionar casos concretos de modo confrontar as figuras típicas previstas na Parte Especial do Código Penal e na Legislação Extravagante para fins de aplicação dos institutos do conflito aparente de normas e concurso de crimes. Solucionar os casos concretos apresentados de modo a tipificar corretamente as condutas, em conformidade com os princípios norteadores de Direito Penal para fins de responsabilização penal nos casos de interpretação analógica e analogia. Compreender a incidência do princípio da proporcionalidade como forma de controle de constitucionalidade para fins de valoração dos bens jurídicos tutelados e respectivas sanções penais nos crimes contra a Administração Pública.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I – Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos

1.1 - Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

1.2 - Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária

1.3 - Violação de sepultura, destruição, subtração ou ocultação de cadáver e vilipêndio a cadáver

UNIDADE II – Crimes contra a dignidade sexual.

2.1 - Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável

2.2 - Lenocínio e da promoção de migração ilegal

2.3 - Ultraje público ao pudor

UNIDADE III – Dos crimes contra a família
3.1 – Crimes contra o casamento. Bigamia. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Simulação de casamento.
3.2 - Dos crimes contra o estado de filiação. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido. Sonegação de estado de filiação.
3.3 - Dos crimes contra a assistência familiar. Abandono material. Entrega de filho menor a pessoa inidônea. Abandono intelectual. Abandono moral.

UNIDADE IV – Dos crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela
4.1 - Induzimento a fuga.
4.2 - Entrega arbitrária ou sonegação de incapazes
4.3 - Subtração de incapazes

UNIDADE V – Crimes contra a incolumidade Pública
5.1 - Crimes de perigo comum
5.2 - Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos;
5.3 - Crimes contra a saúde pública

UNIDADE VI - Crimes contra a Paz Pública
6.1 - Incitação ao crime
6.2 - Apologia de crime ou criminoso
6.3 - Associação Criminosa e Constituição de milícia privada

UNIDADE VII – Crimes contra a Fe Pública
7.1 - Moeda falsa; Falsidade de títulos e outros papéis públicos
7.2 - Falsidade documento: material ou ideológica. Outras falsidades
7.3 - Fraudes em certames de interesse público
UNIDADE VIII – Crimes contra a Administração Pública
8.1 - Praticados por funcionários públicos contra a administração em geral; Praticados por particular contra a administração em geral
8.2 - Praticados por particular contra a administração pública estrangeira
8.3 - Crimes contra a Administração da Justiça e crimes contra as finanças públicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Curso de direito penal, v. 2**: parte especial: arts. 121 a 183. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620982. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620982/. Acesso em: 23 ago. 2024.
JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal, v. 2**: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183). 36. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Saraiva Educação, 2020. E-book. ISBN 9788553619863.

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619863/. Acesso em: 23 ago. 2024.
NUCCI, Guilherme de S. **Manual de direito penal**: volume único. 20. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9786559649303. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649303/. Acesso em: 23 ago. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial: arts. 121 a 212, v. 2. 24. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553622672. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622672/. Acesso em: 23 ago. 2024.
OBEID, Rafael I. **Religião e estado no Brasil**: análise histórico-constitucional. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. ISBN 9786556277738. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556277738/. Acesso em: 24 ago. 2024.
ANDREUCCI, Ricardo. **Manual de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620142. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620142/. Acesso em: 23 ago. 2024.
GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Curso de direito penal, v. 2**: parte especial: arts. 121 a 183. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553620982. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620982/. Acesso em: 23 ago. 2024.
REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. rev., atual e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530991609. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/. Acesso em: 23 ago. 2024.

DECISÕES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho – Histórico e Atualidade. Possibilidade de aborto de feto anencefálico – ADPF 54. Estado de coisas inconstitucionais e o sistema carcerário – ADPF 347. Limites da responsabilidade contratual e trabalhista da Administração Pública – ADC 16. Aplicação da lei de greve dos trabalhadores privados aos servidores públicos – MI 670, 708 e RE 693.456. Citação por hora certa prevista no Código de Processo Penal – RE 635.145. (Im)possibilidade de extradição de brasileiro nato, diante da aquisição de nova nacionalidade – EXT 1462. Inconstitucionalidade do prazo de 30 anos para cobrança de valores referentes ao FGTS, fixando- se o prazo de cinco anos - ARE 709.212. Diferença de classes no SUS – RE 581.488. Tatuagem e concurso público – RE 898.450. Vaquejada e reação legislativa – ADI 4983. Cobrança de curso de especialização por Universidades públicas – RE 597.854. Direito à concessão de benefício assistencial para estrangeiro – RE 587.970. Organismos internacionais e imunidade de jurisdição – RE 1.034.840. Sistema de cotas em Universidades Públicas – RE 597.285. Análise pelo Poder Judiciário de critérios fixados em concursos públicos – RE 632.853. Lei de cotas no serviço público federal – ADC 41. Requerimento administrativo prévio e benefício previdenciário – RE 631.240. Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato

de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados – RE 650.898.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Conhecer a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Entender os fundamentos jurídicos que justificam as decisões judiciais. Analisar os julgamentos recentes dos Tribunais Superiores.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE I - Poder Judiciário Brasileiro
1.1 - Organização e Estrutura do Poder Judiciário
1.2- Judicialização da Política e Politização da Justiça
1.3 - Regras processuais

UNIDADE II- Decisões com ênfase em Direito Constitucional Material
2.1 - Estado das Coisas Inconstitucionais/Controle das Leis Municipais
2.2 - Aborto de feto anecefálo/Concurso Público e a análise pelo Poder Judiciário
2.3 - Vaquejada e a Reação Legislativa/Inadmissão da Teoria da Transcedência

UNIDADE III - Decisões com ênfase em Direito Administrativo
3.1 - Cobrança de Cursos de Especialização por Universidade Pública
3.2 - Greve de Servidor Público/Lei de Cotas nos Serviços Públicos/ Sistema de Cotas nas Universidade Públicas
3.3 - Tatuagem e Concursos Públicos/Limites da Responsabilidade da Administração Pública

UNIDADE IV - Decisões com ênfase em Direito Internacional
4.1 - Extradição de Brasileiro Nato
4.2 - Imunidade de Jurisdição e Organismos Internacionais
4.3 – Migrações e conflitos armados.

UNIDADE V - Decisões com ênfase em Direito Previdenciário
5.1 - Requerimento Administrativo Prévio e o Benefício Administrativo
5.2 - Diferenças de Classes no Sistema Único de Saúde
5.3 - Estrangeiro e a Assistência Social

UNIDADE VI - Decisões com ênfase em Direito Penal
6.1 - Citação por Hora Certa no Processo Penal
6.2 - Princípio da Insignificância e os Crimes contra a Administração Pública.
6.3 – Prisão em segunda instância

UNIDADE VII - Decisões com ênfase em Direito do Trabalho
7.1 - Prazo para Cobrança de FGTS
7.2 - Extinção da Teoria da Ultratividade

7.3 – Trabalho da gestante. Contrato de trabalho intermitente

UNIDADE VIII – Decisões com ênfase em Direito Tributário
8.1 - Dados Bancários
8.2 - Denúncia Espontânea e o Tributo Sujeito a Homologação
8.3 - Lei Complementar 157 e a Improbidade Administrativa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. (Minha Biblioteca)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)
JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca)
MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo tributário. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)
PADILHA, Rodrigo Corrêa. Manual de prática constitucional. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. (Minha Biblioteca)

REGULAÇÃO NO SETOR DA SAÚDE

CARGA HORÁRIA: 33H - CRÉDITOS: 2

EMENTA DA DISCIPLINA

Estudo da atuação regulatória do Estado no setor da saúde. Fundamentos constitucionais do direito à saúde. Organização e regulação do Sistema Único de Saúde (SUS). Competências normativas e executivas da União, estados e municípios. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulação dos planos privados de assistência à saúde. Judicialização da saúde e limites da intervenção judicial em políticas públicas. Contratualização, financiamento, controle e responsabilidade sanitária. Relação entre direito à saúde, regulação e dignidade da pessoa humana.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Capacitar o estudante a compreender os instrumentos jurídicos e institucionais de regulação do setor da saúde, com ênfase na garantia do direito fundamental à saúde, na atuação do SUS, na

fiscalização dos planos de saúde e na análise crítica dos limites e possibilidades da judicialização da saúde. Compreender os fundamentos constitucionais e legais do direito à saúde. Estudar o modelo regulatório do SUS e o papel das entidades federativas. Analisar a atuação da ANS na regulação da saúde suplementar. Avaliar os impactos e desafios da judicialização da saúde pública e privada. Desenvolver visão crítica sobre o equilíbrio entre regulação, eficiência administrativa e proteção do usuário. Compreender o papel do Estado como garantidor do direito à saúde por meio da regulação. Atuar de forma ética e crítica na mediação de interesses públicos e privados na saúde. Interpretar normas sanitárias em articulação com o direito administrativo, constitucional e do consumidor. Identificar e aplicar normas regulatórias relativas ao SUS e à saúde suplementar. Analisar contratos e práticas de planos de saúde à luz da legislação e da jurisprudência. Compreender o papel das agências reguladoras e dos tribunais no controle do setor. Avaliar a razoabilidade de decisões judiciais envolvendo políticas públicas de saúde.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade I – Direito à Saúde e Fundamentos Constitucionais
1.1 A saúde como direito fundamental e dever do Estado (art. 6º e art. 196 da CF)
1.2 Princípios e diretrizes do SUS (universalidade, equidade, integralidade, regionalização)
1.3 Competências da União, estados e municípios em matéria de saúde
1.4 Controle social: conselhos e conferências de saúde
1.5 Normas do Direito Sanitário brasileiro (Lei Orgânica da Saúde – Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990)

Unidade II – Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS)
2.1 Política pública de saúde: organização, planejamento e execução
2.2 Contratualização com prestadores de serviços: filantropia, OSs, OSCIPs, parcerias
2.3 Financiamento da saúde pública e responsabilidade fiscal
2.4 Agências reguladoras, vigilância sanitária e Anvisa
2.5 Controle, fiscalização e responsabilidade sanitária dos entes públicos

Unidade III – Regulação da Saúde Suplementar
3.1 Marco legal da saúde privada: Lei nº 9.656/1998
3.2 Atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
3.3 Coberturas obrigatórias, reajustes, carências, negativa de procedimentos
3.4 Contratos de plano de saúde: relação de consumo e cláusulas abusivas
3.5 Responsabilidade civil das operadoras de saúde e judicialização da negativa de cobertura

Unidade IV – Judicialização da Saúde e Controle Jurisdicional
4.1 Judicialização da saúde: causas estruturais e impactos para o SUS
4.2 Atuação do Judiciário em políticas públicas de saúde: limites da discricionariedade administrativa
4.3 Requisições de medicamentos, tratamentos e internações
4.4 Precedentes e posições dos Tribunais Superiores (STF e STJ)

4.5 Soluções extrajudiciais e mecanismos de racionalização do conflito: NATs, comitês, mediação sanitária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. **Política Nacional de Saúde** - Contextualização, Programas e Estratégias Públicas Sociais. Rio de Janeiro: Érica, 2015. E-book. ISBN 9788536521220. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536521220/. Acesso em: 16 mai. 2025.

CIARLINI, Alvaro Luis de A S. **Direito à saúde** – paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502197732. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502197732/. Acesso em: 16 mai. 2025.

NASCIMENTO, Luane S. **Direito à Saúde:** a limitação do intervencionismo judicial. (Coleção Universidade Católica de Brasília). São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. ISBN 9786556277127. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277127/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Fernando Rister de S. **Decisões do STF em direito à saúde.** (Coleção teses em doutoramento). São Paulo: Almedina, 2020. E-book. ISBN 9788584936212. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936212/. Acesso em: 16 mai. 2025.

NOVAIS, Alinne Arquette L.; MOREIRA, Raquel V.; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco B. **Direito médico e da saúde.** São Paulo: Almedina, 2024. E-book. ISBN 9788584936908. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936908/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BRUM, Camilla Japiassu D. **Direito a Saúde** - 1ª Edição 2021. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. ISBN 9786555598278. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598278/. Acesso em: 16 mai. 2025.

BUCCI, Maria Paula D.; SEIXAS, Duarte C. **Judicialização da saúde** - DIG. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. E-book. ISBN 9788547211295. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547211295/. Acesso em: 16 mai. 2025.

FIGUEIREDO, Alexandre V. **Curso de Direito de Saúde Suplementar** - 2ª Edição 2012. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. ISBN 978-85-309-4305-9. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4305-9/. Acesso em: 16 mai. 2025.

3.19. Estágio Supervisionado

No contexto didático-pedagógico dos cursos de graduação, é fundamental o estabelecimento de relações teórico-práticas que permitam o desenvolvimento das competências necessárias para as áreas de sua atuação. Nesse sentido, a estruturação curricular do Curso de Direito da FACIMPA prevê atividades práticas, na integralização da carga horária da matriz curricular, principalmente com o objetivo de inserir a reflexão sobre os conceitos teóricos das respectivas disciplinas e sua contribuição ou aplicabilidade na futura profissão.

As atividades práticas do Curso de Direito da FACIMPA serão desenvolvidas de acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso, garantindo que as práticas ocorram em diferentes contextos, a exemplo de espaços comunitários, associações de defesa de direitos, poder executivo, poder legislativo, poder judiciário, escritórios de advocacia, permitindo ao estudante conhecer e vivenciar a realidade profissional, bem como a organização do trabalho e as práticas profissionais, garantindo a integração do ensino com o mercado de trabalho, desde muito precocemente ao início do curso.

3.19.1. *Concepção*

A integralização do Estágio Curricular Supervisionado, segue o disposto na legislação, sendo certo que, do ponto de vista conceitual, privilegia a prática profissional a partir de uma concepção pedagógica crítica, na qual a teoria e a prática representam uma unidade indissociável, evitando-se a concepção dualista cujo pressuposto é que a teoria prepara para a prática, sob o risco de se ter uma teoria que não explica nem esclarece a prática que, frequentemente, pode vir aparente ou efetivamente contradizê-la.

Como se percebe, a concepção particular de que deve haver um diálogo constante entre teoria e prática permite estabelecer um Projeto Pedagógico do Curso caracterizada por levar à construção e reconstrução do conhecimento pelos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a cada momento, fortalecendo-se a autonomia e a criatividade técnico-científica dos estudantes, bem como sua formação ética e humanística, vez que a prática implica balizamento deontológico das condutas profissionais e domínio das humanidades visando o desenvolvimento integral do homem para a sociedade. (PDE 2023-2027)

Nesse sentido, o Estágio Curricular Supervisionado busca levar seus estudantes de Direito a sociedade, de modo que possam prestar sua contribuição no processo de transformação social e de desenvolvimento dos ideais democráticos e de cidadania. Os caminhos e instrumentos institucionais mais adequados para fazê-lo são, sem dúvida, o NPJ e

a CoPPExI, órgãos acadêmicos voltados para a realização desta tarefa, os quais funcionam em parceria.

O Estágio Curricular Supervisionado devidamente normatizado através de regulamentação própria é desenvolvido nos seguintes períodos da matriz do curso do 6º ao 10.º período e implica na participação do discente em práticas reais constantes dos componentes curriculares executado no NPJ, podendo, em parte, ser realizado através de convênios com outras entidades ou instituições públicas ou privadas, em escritórios de advocacia, em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, supervisionados e avaliados através da elaboração de relatórios encaminhados à Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas. Permitindo, dessa forma, que o aluno experimente o "direito vivo" aplicado na realidade dos tribunais de justiça e a preparação para inclusão no mercado de trabalho.

O Núcleo de Práticas Jurídicas será um agente facilitador da realização de atividades práticas e estágios, usando estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o ambiente de estágio, diante dos insumos que geram análise e atualização das práticas do estágio.

3.19.2. *Carga horária*

De acordo com a matriz curricular vigente, o Estágio Curricular obrigatório é nos últimos cinco períodos (6º ao 10º), de modo que realize atividades simuladas e reais. Em assim sendo, elegeu-se os seguintes componentes curriculares: Conceitos Básicos da Prática Forense e Habilidades Profissionais, Clínica de Direitos Humanos, Prática Criminal e Tribunal do Júri, Prática Cível e Consumerista, Prática Trabalhista e Previdenciária e Prática dos Métodos Adequados de Solução de Conflitos, distribuído, conforme a seguir:

Carga Horária e Conteúdos do Estágio Curricular Supervisionado

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO RELACIONADO

Clínica de Direitos Humanos	6º	66	Promover a formação acadêmica integrada às múltiplas demandas sociais, e de novas formas organizativas do exercício profissional, bem como da efetivação do acesso à justiça. Estimular uma formação humanista, comprometida com a sociedade e a consciência jurídica crítica. Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes às atividades e fomentar a humanização do Direito, instigando a busca de métodos inovadores para a solução dos problemas jurídicos.
Prática Criminal e Tribunal do Júri	7º	83	Direito Penal e Processo Penal. Organização do Tribunal de Justiça. Análise de situações práticas e elaboração de peças processuais simuladas na área penal. Petição Inicial; Resposta à Acusação; Alegações Finais; Prisão e Liberdade; Procedimento do Tribunal do Júri; Recursos; Ações Autônomas de Impugnação; Execução Penal; Procedimentos em Leis especiais.
Prática Civel e Consumeirista	8º	99	Direito Civil e Consumerista e Processo Civil; Análise de situações práticas e elaboração de peças processuais; Petição Inicial; Meios Consensuais de Solução de Conflitos; Resposta do Réu; Execução de títulos; Recursos; Recursos para Tribunais Superiores; Juizado Especial Cível; Tutela Coletiva nas Relações de Consumo.
Prática Trabalhista e Previdenciária	9º	83	Direito Processual do Trabalho e Previdenciário, Organização da Justiça do Trabalho e Competência da Justiça do Trabalho; Análise de situações práticas e elaboração da petição inicial trabalhista diante dos Ritos Comum e Sumaríssimo; Audiência Trabalhista; Elaboração da defesa trabalhista (Resposta do Reclamado); Práticas de Mediação Trabalhista; Meios de Impugnação das Decisões Judiciais; Execução Trabalhista; Análise de situações práticas de direito previdenciário e ações cabíveis.
Práticas dos Métodos Adequados de Soluções de Conflitos	10º	66	Teoria Geral dos Conflitos; Métodos adequados de resolução de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem; Sistema Multiportas; Plataformas digitais para resolução de conflitos e outros mecanismos de solução de controvérsias.

3.19.3. Existência de Convênios

A realização do estágio curricular do Curso de Direito da FACIMPA será feita mediante a celebração de convênios com instituições públicas e/ou privadas, governamentais e não governamentais, filantrópicas ou com fins lucrativos, que possam prover ao aluno as condições

necessárias para o pleno desenvolvimento da prática de estágio, em um ambiente estimulante e formativo.

Nesse sentido, a FACIMPA reconhece e dispensará atenção especial à relação entre alunos estagiários, comunidade e organizações, de forma a oportunizar um ambiente colaborativo, de forte interação interpessoal e que permita a aplicação da bagagem conceitual a ser adquirida pelo aluno em diferentes contextos da prática profissional, resgatando a premissa do modelo acadêmico sobre o saber, o fazer, o ser e o conviver.

A gestão da integração entre ensino e mundo de trabalho será realizado pela coordenação do curso em conjunto com ambientes profissionalizantes diretamente conveniados ou em processo de intenção para o estabelecimento do convenio, permitindo estabelecer o diálogo entre mercado de trabalho e a FACIMPA além de fomentar outras estratégias como a realização de eventos na Instituição que propiciem o diálogo e interação entre profissionais de sucesso na região e os alunos e que tragam o destaque para o desenvolvimento de competências necessárias para o perfil profissional do egresso.

Ademais, por meio do diálogo entre a FACIMPA / Curso e os Locais de Estágios com protocolo de intenção firmado serão extraídos pesquisas que oportunizarão informações atualizadas para o desenvolvimento de práticas de estágio seja no âmbito da inovação como também na simples atualização.

3.19.4. Formas de Apresentação

As atividades inerentes à prática curricular, para fins didáticos, serão realizadas por meio da utilização de prática jurídica simulada, bem como, prática jurídica real.

As atividades reais serão realizadas por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas através de Assistência Jurídica que atenderá de maneira integral e gratuita as pessoas economicamente necessitadas no município e localidades adjacentes que pertençam à Comarca de Marabá/PA, o que proporciona às pessoas carentes o acesso à justiça, ou seja, à efetividade ao direito humano fundamental do acesso à Justiça.

As atividades práticas jurídicas serão realizadas sempre sob orientação de advogadosorientadores em número compatível com as atividades, bem como coordenação e supervisão. Seu espaço físico contará com a seguinte estrutura: secretaria/ recepção; sala de triagem; salas de atendimento dos assistidos (escritórios modelos); sala de conciliação, mediação e arbitragem; laboratório de informática; sala da coordenação; auditório para simulação de audiências e tribunal de júri; corredor avaliativo com espelho espião;

Deste modo, o Curso de Direito da FACIMPA entende que esse modelo de prática oportuniza ao discente o conhecimento técnico-jurídico, de modo crítico-reflexivo contextualizado com a realidade social, e ainda, permite que a IES venha cumprir sua função social por meio das atividades de assistência jurídica.

Ressalte-se, portanto, que as atividades do estágio curricular serão desenvolvidas sob orientação de advogados-orientadores de modo a garantir que as atividades práticas sejam realizadas de forma adequada, e sempre sob orientação. Os próprios alunos participam dos atendimentos e confeccionarão as peças processuais pertinentes.

Ademais, os andamentos processuais também serão realizados pelos próprios estagiários, tudo desenvolvido sob a orientação dos profissionais devidamente habilitados e qualificados.

Outrossim, as atividades práticas, desenvolvidas no interior da IES serão registradas e formulários e fichas de atendimento próprios, aferidas por meio de relatórios próprios, individualizados por atividades, e posteriormente arquivados junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas em portifólio individual por aluno, em conformidade com o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ.

Frise-de que o Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Saliente-se que o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Anote-se que a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso e ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar, para os discentes da FACIMPA, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Para o cumprimento do Estágio Curricular, a FACIMPA contará com os caminhos e instrumentos institucionais mais adequados somando a desenvoltura das atividades junto ao NPJ, que é composto por:

- Escritório de Prática Jurídica
- Estágio Externo
- Núcleo de Mediação de Conflitos em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no momento oportuno
- Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem, a ser criada em momento oportuno.

3.19.4.1. *Estágio Externo*

O Estágio Externo, por sua vez, pressupõe a celebração de convênios com escritórios de advocacia, empresas e órgãos públicos e privados, organizações não-governamentais e outros, permitindo multiplicar os pontos de inserção e atuação junto à sociedade por parte da IES, devendo ser supervisionados e avaliados por meio da elaboração de relatórios encaminhados à Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas e, sendo não obrigatório, ou seja, não fazendo parte de componente curricular obrigatório, será computado apenas como atividade complementar.

Destaque-se que a jornada a ser estabelecida não deverá conflitar com o horário escolar. Para possibilitar que o estudante tenha tempo para o autodesenvolvimento, através das atividades extraclasse referentes as disciplinas cursadas no período.

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário/pessoa com deficiência. As férias do estagiário são asseguradas, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente durante suas férias escolares. O período de férias deverá ser remunerado, quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

Os dias de recesso, relativos às férias do estagiário, serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano. Na hipótese de estágio não obrigatório é obrigatória a concessão, pela cedente, ao estagiário do auxílio-transporte.

3.19.4.2. *Estágio e o Vínculo de Emprego*

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, quando observados os seguintes requisitos:

I. Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do

ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II. Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III. compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O descumprimento de qualquer preceito contido na Lei de Estágio, ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso, descaracteriza o contrato de estágio e caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Diferentemente da CLT, a Legislação do Estágio não estabelece um piso mínimo para a Bolsa Estágio, o valor é definido, de comum acordo, entre as partes pactuantes no Contrato de Estágio. A Bolsa do estágio é compulsória, exceto nos casos de estágios obrigatórios. O valor da Bolsa pressupõe o cumprimento das atividades práticas previstas no Contrato de Estágio. Faltas e atrasos no cumprimento destas obrigações ensejam o desconto correspondente ao período não estagiado.

3.19.4.3. Estágio Obrigatório

O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. O estágio não obrigatório é desenvolvido livremente como atividade opcional e, neste caso, as horas de estágio serão acrescidas à carga horária regular e obrigatória, quando tal previsão integrar o currículo acadêmico do curso. Na ocorrência de fraude na entrega do relatório de estágio, o estagiário será submetido às regras disciplinares da Instituição, além de sua reprovação na disciplina.

Por fim, destacamos que todos os modelos de formulários, por modalidades, são de preenchimento obrigatório pelo discente e podem ser obtidos, no formato de texto, junto à Coordenação do Curso e/ou Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas, site institucional e ainda fazem constar no Regulamento do Estágio externo.

3.19.4.4. Atividades de Arbitragem, Negociação e Mediação

As atividades de arbitragem, negociação e mediação compõem um dos pilares do Núcleo de Práticas Jurídicas. É sabido que o Poder Judiciário se encontra assoberbado de uma gama de processos em tramitação, o que torna impossível a assistência jurisdicional esperada

por todo e qualquer cidadão. Não se tendo outra saída, que não seja o uso de uma alternativa à judicialização de demandas, através da valorização de uma justiça restaurativa.

Uma alternativa para essa situação é o estímulo e a conscientização da sociedade a respeito da possibilidade de se resolver os conflitos originados no cotidiano de modo extrajudicial. Essa opção é mais célere e econômica tanto para as pessoas diretamente envolvidas no conflito, como para a sociedade como um todo.

Por meio das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas Supervisionada os alunos desenvolverão atividades de conciliação, mediação, arbitragem e negociação, envolvendo-se com atividades jurídicas reais de forma a melhor valia-lo para a atuação profissional.

As atividades desenvolvidas com os discentes, no estágio de mediação de conflitos, obedecem ao que dispõe a Resolução 125 do CNJ, Código de Processo Civil, bem como, no que dispõe o Termo de Cooperação Técnica, devendo ser celebrado pela FACIMPA e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, além das disposições da Lei de Mediação, lei nº 13.140/2015.

3.19.5. **Estrutura de Gestão**

A FACIMPA compreende que os estágios deverão propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, sendo planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de que se constituam em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

É função da coordenação de estágio supervisionado, que será assumida pelo Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas realizar a análise, a convalidação de estágios realizados em Instituições conveniadas, realizar os contatos com as instituições conveniadas, definir os professores e pactuar os profissionais da área nos diferentes cenários de desenvolvimento das atividades, realizando o acompanhamento destes e dos seus respectivos estagiários.

3.19.6. **Núcleo de Práticas Jurídicas**

Ressalte-se que o Núcleo de Práticas Jurídicas privilegia as atividades forenses, associadas às atividades de mediação, negociação, conciliação e arbitragem que serão ofertadas pelo Curso de Direito.

Outrossim, as práticas extensionistas já desenvolvidas junto ao entorno social do Município de Marabá, pela IES, caracteriza-se, eminentemente pela vulnerabilidade nos direitos humanos e fundamentais, especialmente no que toca ao meio ambiente, proteção dos povos originários e comunidades tradicionais, ao direito à moradia, a violência, dentre outros. Como é óbvio, tais práticas fomentam, também, as atividades de pesquisa.

Neste sentido, a finalidade da FACIMPA e do Curso de Direito é a oferta inter-relacionada do ensino, da pesquisa e da extensão, o que se pretende fortalecer com a autorização do curso por meio do início das atividades a serem desenvolvidas no NPJ.

Ou seja, trata-se de ofertar atividades sistêmicas, por meio da integração do ensino, da pesquisa e da extensão, conceito que se garante desde o ingresso do corpo discente nesse Curso.

As atividades ofertadas pela FACIMPA na forma da extensão constituem fonte de pesquisa que, por sua vez, irá retroalimentar o ensino. Portanto, compreendemos que o ensino e a extensão são geradores de novas pesquisas, na medida em que identificam necessidades, anseios, aspirações e o saber que lhes é próprio.

Assim, a fim de garantir a vivência e ambiência do corpo discente às Instituições Democráticas e outras Instituições o NPJ, através de suas atividades de práticas jurídicas, fomentará as visitas técnicas nas atividades desenvolvidas pelos componentes curriculares – prática jurídica simulada e real, nos termos previstos no regulamento do NPJ.

Denote-se que as atividades práticas, coordenadas pelo NPJ, fomentará atividades realizadas na forma conveniada com os diversos órgãos jurisdicionais locais, quais sejam, Tribunal de Justica,

Ministério Público Estadual e Federal, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Prefeitura Municipal, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal, ICMbio, OAB, Defensoria Pública, Associação de Proteção de Direitos, Escritórios de advocacia, Empresas Públicas e Privadas, dentre outros.

Observa-se que as atividades do NPJ, entendido como agregador de todas as práticas do Curso de Direito, podem ser visualizadas da forma abaixo.

O Curso de Direito por meio do NPJ ofertará:

- o estágio supervisionado;
- atividades práticas via regulamento próprio;
- atividades práticas jurídicas simuladas e reais ofertadas pela própria
- IES, mas também via realização de convênios;
- atividades práticas de arbitragem, negociação, conciliação e mediação e, realização das atividades dos componentes curriculares, via convênio com o CEJUSC, realização de palestras jurídicas e outros;
- atividades de visitas orientadas a instituições jurídicas e outras;

- controle das atividades práticas, via atividades organizadas por formulários e sistematizadas em portfólios individualizados por aluno;
- atividades de práticas jurídicas conveniadas;
- atividades práticas associadas ao ensino e à pesquisa; e
- atividades práticas jurídicas realizadas sempre sob orientação de professores-orientadores em número compatível com as atividades.

O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cumprido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) e/ou em instituições públicas ou privadas conveniadas, contribuindo para a ampliação e consolidação dos conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis à qualificação do perfil do profissional de Direito que pretende formar, conforme as DCNs do Curso e alterações posteriores.

Frise-se que as atividades realizadas externamente, desta natureza, integram este componente curricular até a proporção legal e regulamentar admitida, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados, redigidos em formulário próprio e assinados pelo acadêmico, pelo responsável pelo estágio e por Professor Supervisor, todos devidamente qualificados.

3.20. Trabalho de Conclusão de Curso

Os atos legais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso estão definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para o Curso de Direito, Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, de cada curso de graduação e são avaliados pelos instrumentos de avaliação de curso, com base na Lei do SINAES. Internamente, são regulamentados por diretrizes institucionais e regulamentos de Curso, garantindo o seu cumprimento e suas especificidades.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para o Curso de Direito, Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, consta a obrigatoriedade da realização de Trabalho de Conclusão de Curso, componente esta prevista na matriz curricular do Curso de Direito da FACIMPA.

O Trabalho de Conclusão de Curso possui regulamentação própria, contemplando os aspectos gerais da FACIMPA, bem como, as peculiaridades do curso.

No Curso de Direito da FACIMPA o Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido sob a orientação docente, centrado na formação do bacharel em direito e atendendo aos objetivos do núcleo comum ou das ênfases do curso e ao interesse do formando

Sem embargo, o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso possibilita o aprofundamento dos conhecimentos inerentes à área de formação, o exercício das competências adquiridas ao longo do curso e ainda, contribui para:

- da vocação científica
- desenvolver aptidões e gosto para a pesquisa
- estimular a produção científica em coautoria docente/discente
- desenvolver a capacidade de correlação entre conhecimento científico e social
- reforçar a integração entre a graduação e a pós-graduação
- contribuir para a formação pessoal, profissional e cidadã

3.20.1. Objetivos

O Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Direito da FACIMPA terá como objetivos:

- Estimular a produção intelectual dos alunos à luz de preceitos metodológicos e da interlocução com a prática profissional.
- Demonstrar a capacidade do aluno de aplicar competências sintetizando conhecimentos, habilidades e aspectos atitudinais adquiridos durante o seu percurso formativo.

3.20.2. Carga Horária, Estrutura, Orientação e Coordenação

O aluno do Curso de Direito da FACIMPA cursará o Trabalho de Conclusão de Curso do Curso, conforme previsto na estrutura curricular do curso e o que preconiza o regulamento específico da atividade. O regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso está institucionalizado na FACIMPA.

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso observa exigências metodológicas específicas e segue os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem a eles aplicáveis em relação aos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Para uma melhor elaboração dos trabalhos, os alunos contam com o apoio de manual atualizado, que é divulgado no curso.

Caberá ao aluno escolher o tema, formular o problema, a justificativa, os objetivos gerais e específicos, elaborar a fundamentação teórica, escolher a metodologia, preparar o cronograma de realização do trabalho e referenciar a bibliografia básica consultada.

As instruções referentes à estrutura, as orientações e a coordenação para o desenvolvimento do trabalho encontram-se no Manual do TCC e no seu regulamento.

3.20.3. Avaliação

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Direito da FACIMPA será contínua e cumulativa, atendendo ao cronograma definido, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, focalizando a aquisição de competências, habilidades e atitudes necessárias ao bom desempenho da prática profissional. Para ser considerado aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso do Curso, o aluno deverá obter nota final igual ou superior à média da instituição.

Ressalta-se que a FACIMPA conta com o Repositório Institucional, denominado Repositório de TCC, espaço para publicação e consulta da produção intelectual de docentes e alunos em formato digital.

3.21. Atividades Complementares

As atividades complementares são as ações realizadas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão como forma de aprofundamento em aspectos acadêmicos e culturais do aluno, adicionando à sua formação regular informações e vivências que dão suporte à consecução dos objetivos previstos para o curso e à formação de um perfil de egresso desejado.

O Curso de Direito da FACIMPA desenvolve e gerencia as atividades complementares em consonância com o regulamento aprovado pelo CONSUP – Conselho Superior, após as deliberações cabíveis, e implementado pelos Colegiados de Cursos e Coordenações de Curso.

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação do Colegiado de Curso e da Coordenação, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da FACIMPA, incluindo cursos de formação, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de pesquisa e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

As Atividades Complementares, cuja realização é indispensável à colação de grau, são planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação do Curso as realizem no decorrer dos semestres letivos de integralização do curso, conforme carga horária mínima estabelecida na matriz curricular.

Estas atividades têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional. As cargas horárias obtidas pelos alunos devem ter relação direta com os princípios fundamentais do Curso

e serão computadas semestralmente no Histórico Escolar do aluno, desde que devidamente comprovadas e observando-se as diretrizes do Regulamento específico.

As Atividades Complementares desdobram-se em três níveis, isto é, sob a forma de ensino, pesquisa e extensão, a se realizar nas instituições próprias e conveniadas da FACIMPA, bem como em outras instituições de notória reputação.

Para efeito de contagem da carga horária de Atividades Complementares para cada aluno, levando-se em conta o objetivo da inserção do discente em eventos pluridiversificados, será considerada a relação apresentada entre o tipo de atividade e a carga horária máxima computada respectivamente para a mesma, conforme o regulamento aprovado.

Em consonância com o Regulamento de Atividades Complementares da FACIMPA, as atividades complementares têm como principal objetivo enriquecer os currículos dos cursos de graduação e estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para a sua formação profissional.

Tais atividades aumentam o espaço de participação do aluno no processo didático-pedagógico, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas aptidões.

A FACIMPA objetivando um curso mais dinâmico, com ênfase especial no estímulo da capacidade criativa e da corresponsabilidade do aluno no processo de sua formação definiu, em regulamento próprio, que, para a integralização curricular, o aluno deve cumprir a carga horária de Atividades Complementares previstas na estrutura curricular, que prevê um total de 191 horas (cento e noventa e uma horas).

Destaque-se que na FACIMPA as Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, envolvendo temas que estão de acordo com as unidades curriculares do curso.

Por isso, a FACIMPA estimula a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão junto à comunidade, estabelecidas ao longo do curso, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, a temas relativos à Educação das Relações Étnico-raciais, História e

Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos e Educação Ambiental, Sustentabilidade e Acessibilidade.

A possibilidade de frequentar cursos, seminários, palestras, oficinas, workshops e outros eventos viabiliza, ao aluno, perceber a comunicação entre outros campos do conhecimento, favorecem o diálogo permanente, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de apreensão e/ou compreensão de novos conhecimentos. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à necessidade de diversificação do conhecimento, no tempo disponível para a conclusão do curso.

3.22. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) No Processo Ensino: Aprendizagem e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O uso de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem se tornado bastante comum no processo de ensino e aprendizagem. A escola moderna não pode mais prescindir da utilização desses recursos, até mesmo pela melhoria que acrescenta aos processos educacionais. Os estudantes do curso de Direito terão a sua disposição recursos multimídia e documentos digitais que incrementem e facilitem a construção do conhecimento. A Instituição conta, atualmente, com dois laboratórios de informática descritos no item infraestrutura. Já é uma prática da FACIMPA estimular e apoiar seus cursos na incorporação de recursos tecnológicos na oferta educacional, o que se estenderá ao curso de Direito, permeando várias áreas do conhecimento. Como exemplo desta prática tem-se, dentre outros:

- ***Utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):*** A IES ofertará disciplinas (parcial ou integralmente) na modalidade à distância no curso de Direito. A equipe do Núcleo de Educação a Distância - NEAD da IES utilizará o Canvas como Ambiente Virtual de Aprendizagem. O Canvas permitirá a realização de atividades acadêmicas à distância, via internet, e estará integrado com o sistema acadêmico de Direito. Foi concebido repensando as metodologias de ensino utilizadas diariamente e prezando pela qualidade do ensino proporcionado uma interface de dialogicidade entre professores e alunos e tutores.
- ***Infraestrutura tecnológica nas salas de aula, auditórios e outros:*** Todas as salas de aula, laboratórios de ensino, biblioteca e auditórios são equipados com Internet e recursos multimídia modernos e proporcionais à sua dimensão e à finalidade a que se destinam ao curso de Direito.
- ***Tecnologia para apoio ao aluno com deficiência visual e/ou auditiva.*** A Biblioteca e os Laboratórios de Informática estão equipados com computadores

que dispõem de softwares de acessibilidade, tais como: ledor de textos através do **NVDA – *Non Visual Desktop Acess;* VLibras** que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas; e o ***Microsoft* Cortana** que é um assitente digital que auxilia nas tarefas do windons.

- ***Plataforma TEAMS***: Uma ferramenta de videoconferência voltada para ambientes corporativos e educacionais. A solução se destaca pela estabilidade da conexão em qualquer dispositivo. O serviço funciona via navegador e em aplicativos para Windows, macOS, Linux, iPhone (iOS) e Android. O TEAMS é integrado ao Canvas (AVA), para agendamentos de aulas pelos professores e disponibilização das gravações. Será utilizado o TEAMS como ferramenta para transmissão de encontros virtuais síncronos no curso de Direito.
- ***Biblioteca Virtual – Minha Biblioteca:*** A Minha Biblioteca é uma plataforma virtual de livrosdigitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais dediferentes áreas de conhecimento. Trata-se de é um consórcio formado pelas quatro principais editoras delivros acadêmicos do Brasil - Grupo A (Artmed, Artes Médicas, Bookman, Penso; McGraw-Hill); Grupo Gen (Atlas, LTC, Guanabara Koogan, Santos, Roca, Forense, Saraiva, Manole) e editoras convidadas: Cengage, Cortez, Grupo Autêntica e Zahar. Com estas editoras o aluno terá acesso a cerca de 12 mil títulos. O acervo, em português, atende à bibliografia de mais de 400 cursos de graduação. Tudo isso em uma plataforma prática e inovadora que poderá ser usada em computadores, tablets e smartphones da comunidade académica de Direito. Além de poder interagir em grupo e propor discussões no ambiente virtual da plataforma a biblioteca digital possui acesso ilimitado para todos os alunos e professores da FAHESP. Seu acesso é disponibilizado pelo Portal do aluno ou Portal do professor (Sistema Online).

A FACIMPA mantém ainda assinatura das seguintes bases de dados:

a) EBSCOhost (tendo dentro desta, Fonte Acadêmica, World Politics Review, Academic SearchPremier);
b) BIOATLAS
c) PLATAFORMA LT
d) Dynamed
e) Academia de Idiomas Afya

Denote-se, assim que a Biblioteca Digital se constitui por um espaço que visa promover o acesso à informação científica e cultural. É referencial de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, já quepromove a difusão intelectual e acadêmica. Essa ferramenta é composta por bases de dados, e-books,periódicos de acesso livre, teses, monografias, artigos, Regulamento, serviços de referência virtual e, inclusive, orientações quanto ao acesso às bases

de dados e à orientação na elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Atualmente, a Biblioteca Digital disponibiliza aos seus alunos, professores e colaboradores de forma geral títulos de e-books, jornais e periódicos científicos, nas diversas áreas de conhecimento oferecidaspela instituição, com acesso livre e de forma remota. Desta forma, auxilia na aprendizagem, permite o acesso simultâneo a vários usuários e amplia a coleção bibliográfica do acervo de forma significativa ecom atualização diária. Destaque-se, ainda, que a instituição possui, hoje, na Biblioteca Digital, um acervo para suportar toda a bibliografia básica e complementar, ofertando aos seus usuários acesso simultâneo, de forma remotaatravés de qualquer dispositivo móvel, atendendo a todos os alunos e professores da FACIMPA.

Acrescente-se, ainda, que a Biblioteca Digital possui, ainda, com conteúdo que os alunos podem imprimir 100%, caso o desejem, como no caso dos periódicos científicos, jornais e revistas; e 10% dos conteúdos disponíveis em e-books, conforme prevê a legislação brasileira relacionada aos direitos autorais. Além de acesso aos conteúdos produzidos pela própria IES. Para o portador de deficiência visual, a Biblioteca Digital possui o software DOSVOX, que transforma o texto em áudio e efetua a tradução, se for necessário.

EBSCOhost: É uma provedora de bases de dados de pesquisa, revistas eletrônicas, e-books e serviço de descoberta para bibliotecas de todos os tipos. A grande coleção de bases de dados de pesquisa da EBSCO traz conteúdo de texto completo para usuários detodos os interesses e níveis de habilidade. Está disponível para todos os professores e estudantes de todos os cursos, incluindo o curso de Direito, após sua implantação. O acesso à EBSCO é feito por meio do Portal doAluno/Professor.

Academia de Idiomas Afya: É uma plataforma com 25 idiomas disponíveis para aumentar ainda mais o domínio de línguas estrangeiras. Disponível gratuitamente e virtualmente, pelo CANVAS, a todos os professores, estudantes e colaboradores administrativos, possibilita o aprendizado simultâneo de uma plataforma online, acessível, intuitiva e organizada, para ajudar no desenvolvimento da competência linguística. Está disponível a todos os professores, estudantes e colaboradores administrativos da IES.

Portal do aluno: Trata-se de uma ferramenta online que possibilita a visualização e acompanhamento de notas e frequência, acesso a matriz curricular, calendário acadêmico,horário de aula, e materiais postados pelos professores e tutores. Acesso à biblioteca virtual da Minha Biblioteca, bases de dados periódicos da EBSCO, pesquisa ao acervo bibliográficoe renovação de empréstimos. Ou seja, um conjunto de interações que favorecerão o processo e ao

acompanhamento da avaliação da aprendizagem dos alunos, além de uma série de outras facilidades que fazem parte do cotidiano acadêmico.

Esses recursos tecnológicos proporcionam aos acadêmicos uma formação completa e inovadora, aliando teoria e prática, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho na área da saúde.

Consonante à prerrogativa legal do Ministério da Educação para ofertar carga horária a distância nos cursos de graduação presencial até o limite de 40% da carga horária total, expressana Portaria n. º 2.117 de 6 de dezembro de 2019, a FACIMPA adotará esta modalidade com ferramenta de flexibilização e inovação no Curso de Direito.

A oferta observará todos os aspectos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A FACIMPA disponibilizará modernas ferramentas tecnológicas e processos de ponta para sua implementação deste projeto, garantido toda estrutura necessária para atingir os objetivos pedagógicos do curso, tais como: material didático específico, tutores e profissionais qualificados para o apoio logístico do curso, bem como acompanhamento pedagógico dos professores.

3.22.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

A FACIMPA buscará agregar maior conhecimento e tornará o dia a dia das aulas mais dinâmicas, além de proporcionar uma quebra do paradigma professor-aluno, uma vez que a velocidade da construção do conhecimento favorecerá a complementação destes personagens, que, cada vez mais, aprendem juntos.

O AVA será uma ferramenta que auxiliará no gerenciamento de conteúdos ofertados na modalidade à distância, e permitirá acompanhar constantemente o progresso dos estudantes. Nesse ambiente será disponibilizado todo o conteúdo eletrônico necessário para cursar as disciplinas ofertadas na modalidade à distância e híbridas, assim como todas asatividades que devem ser desenvolvidas.

A FACIMPA contará com a gestão do aprendizado à distância que será realizada pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD), por meio da Plataforma de Gestão de Aprendizado CANVAS (no *Learning Management System* – LMS). O NEAD será a área responsável por mobilizar avaliações periódicas, discussão e proposição de melhorias com os demais atores envolvidos neste processo, inclusive a equipe de Tecnologias Educacionais da AFYA.

O CANVAS é uma plataforma tecnológica para a aprendizagem colaborativa no desenvolvimento de atividades acadêmicas on-line, a partir do material instrucional produzido

pelos professores, disponibilizados, orientados e geridos por docentes no Ambiente Virtual. Terá o objetivo de estimular o aluno de Direito a construir seu conhecimento pormeio da avaliação da informação disponível, sendo os tutores os responsáveis pela orientação, pelo acompanhamento e pelo estímulo constante pelo aprendizado de qualidade.

O CANVAS foi estruturado de forma a proporcionar ao estudante autonomia e responsabilidade. Autonomia para decidir qual o melhor momento para estudar – uma vez que se trata de um ambiente online, que pode ser acessado de qualquer lugar e a qualquer momento, o que implica em liberdade, mas também em responsabilidade. Liberdade para escolher o melhor horário e responsabilidade para escolher este horário eaproveitá-lo produtivamente.
Nesse sentido, a estrutura do AVA oferecerá:

- Material didático: textos e vídeos preparados por professores específicos de cada conteúdo disponibilizado no ambiente virtual.
- Fóruns de discussão: espaço em que os alunos poderão interagir para discutir sobre um tema específico. Os alunos emitem suas opiniões e formam argumentos, e os tutores online fazem considerações a respeito das discussões, tendo como objetivo direcionar e contribuir com as discussões dos alunos.
- Fóruns de dúvidas: espaço dedicado a postagem de dúvidas dos alunos, sendo o tutor online o responsável em responder as dúvidas e prestar esclarecimentos. Como as dúvidas podem ser comuns a vários alunos, as mensagens postadas ficarão disponíveis para visualização de todos, assim como nos fóruns de discussão. A diferença entre esses fóruns, é que um terá tema específico para discussão e o outro permitirá postagens de dúvidas e revisão de conceitos.
- Atividades: espaço para envio de atividades avaliativas, sendo permitido o envio de arquivos e campo específico para inserção de comentários. Este espaço poderá ser configurado com datas para envio das atividades, sendo desabilitado automaticamente após o prazo definido para envio.
- Simulados: questões de múltipla escolha, nas quais os alunos poderão testar os conhecimentos adquiridos em cada unidade de estudo.
- Mensagens: permite o envio de mensagens individuais para tutor, coordenador ou para um aluno da sua turma.
- Biblioteca virtual: espaço virtual no qual estão disponibilizados mais de 6.700 títulos em várias áreas do conhecimento.
- Suporte: espaço para envio de mensagens contendo dúvidas referentes ao AVA, como

funcionalidades, indicação de erro, dificuldade de acesso, crítica oualguma sugestão.

Ressalta-se que o CANVAS disponibilizará a estrutura acima mencionada para cada disciplina ofertada nas modalidades à distância e híbridas. Os Ambientes Virtuais de aprendizagem possuírão uma posição de destaque como ferramentas potencializadoras do processo de aprendizagem. Nesse contexto, torna-se de suma importância a realização de avaliações periódicas sobre seu funcionamento, assim como dos conteúdos nele disponibilizados. Tais avaliações produzirão insumos para que ações sejam tomadas, visando à melhoria tanto do ambiente virtual quanto dos conteúdos de cada disciplina. Além disso, os insumos produzidos pelas avaliações poderão resultar em direcionamentos para novas capacitações de professores e tutores. O AVA também será estruturado de modo que os conteúdosestejam acessíveis para todos os envolvidos no processo, tanto para os alunos quanto para professores, tutores e demais agentes.

3.22.2. Atividades de Tutoria

A oferta da Educação a Distância na FACIMPA acontecerá com respaldo legal da Portaria n. º 2.117 de 6 de dezembro de 2019, que permite a oferta de carga horária a distância nos cursos de graduação presencial até o limite de 40% da carga horária total. Assim, serão ofertadas disciplinas integralmente à distância, bem como as híbridas – quando a oferta será de apenas parte do conteúdo na modalidade EaD. Para esses conteúdos, e prezando pela qualidade do ensino proporcionado aos discentes, serão disponibilizados dois tipos de atividades de tutoria: Online e Presencial.

Os tutores online serão responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontecerá no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Entre suas responsabilidades, estará a moderação dos Fóruns de Discussão, esclarecimento de dúvidas e realizar considerações a respeito das discussões. Caberá à tutoria online mediar o processo pedagógico junto aos estudantes, assim como o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, e esclarecendo dúvidas em relação aos conteúdos específicos. Este tutor participará do processo de avaliação do material didático, acada final de disciplina, objetivando contribuir com o aperfeiçoamento de todo o material.

O tutor presencial será o representante da FACIMPA perante os alunos. Ele insere a presença humana no processo de aprendizagem, tornando o EAD um processo menos solitário

e mais comunitário, aumentando, assim, a adesão do estudante ao sistema. Será função da tutoria presencial estimular e promover a formação de grupos de estudo na unidade, incentivar e ensinar o uso de todos os recursos de aprendizagem oferecidos pela FACIMPA. O principal objetivo dos tutores presenciais será promover a interação presencial entre os alunos e coordenar as atividades previstas para os encontros presenciais, conforme planejamento de cada disciplina. Caberá à tutoria presencial, além de atender aos estudantes, orientar quanto a procedimentos de secretaria acadêmica, setor financeiro, acesso ao material bibliográfico, distribuição de material didático e supervisão e aplicação das provas presenciais obrigatórias, exigindo de cada aluno, em todas as etapas, a identificação com documento de valor legal e foto atualizada.

Além da tutoria online, profissionais alocados no departamento de Tecnologia da Informação (TI), estarão à disposição dos alunos na Instituição para auxílio e orientação sobre acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e uso das tecnologias disponíveis. As atividades de tutoria, online e presencial, serão avaliadas periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica do curso. Essa avaliação acontece enquanto a disciplina estará em andamento e ao ser finalizada, o que embasa para a coordenação do curso a tomada de decisões. As tomadas de decisões englobarão, entre outras, adaptações e mudanças na forma de condução das disciplinas, atualizações do material didático e do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas medidas, corretivas e de aperfeiçoamento, poderão acarretar alterações tanto em disciplinas em andamento quanto no planejamento de atividades futuras.

3.22.3. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

O tutor terá um papel extremamente importante no ensino semipresencial e a distância. As funções devem ser pedagógicas, sociais, administrativas e técnicas. Isso se deve ao fato de o ensino em um espaço virtual ter características específicas, como as variações do espaço de ensino, que pode ser em qualquer lugar. Tutor e aluno se encontrarão em condições de igualdade na comunicação, tendo o aluno um atendimento individual, tempo para entrar em sala de aula a qualquer momento, maior uso de multimídia e tecnologia na construção do conhecimento.

Nesse contexto, o papel do tutor deverá ser de um integrador, colega, facilitador, inspirador de confiança e uma pessoa que ajudará o aluno na construção do conhecimento. O tutor deverá, portanto, ter habilidade para interagir com os estudantes com disponibilidade para ouvir e atendê-los nas suas dúvidas e problemas, de modo que o estudante veja nele um aliado em quem possa confiar. Além disso, será fundamental que haja inteira sintonia entre o professor

da disciplinae o tutor. Para tanto, serão requisitos de titulação e experiência profissional para atuação no corpode tutores:

- Requisitos de Titulação: ter formação na área específica da disciplina. Alguns casos de formação em áreas correlatas poderão ser analisados em conjunto entre coordenação de curso eDiretoria Acadêmica;
- Experiência profissional: experiência de, no mínimo, 1 ano em educação a distância como técnico, tutor ou professor. Os tutores passam por capacitações que os habilitam a atuarem nas atividades de tutoria.

As capacitações, com o objetivo de preparar os tutores, proporcionarão o aperfeiçoamentodos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais necessários para atuação no ensino a distância e no ambiente virtual de aprendizagem. Periodicamente, discentes e equipe pedagógica do curso avaliarão os tutores para detecção da necessidade de novas capacitações. A FACIMPA, ao final de cada semestre letivo, oferecerá capacitações com temáticas direcionadasàs metodologias ativas de aprendizagem, na qual os docentes e tutores terão a possibilidade de aperfeiçoarem suas práticas pedagógicas. Esse aperfeiçoamento pedagógico possibilitará a elaboração de aulas mais práticas, criativas e inovadoras, que priorizarão a pró-atividade, colaboração e cooperação entre discentes, auxiliando diretamente no processo ensino-aprendizagem, resultando em permanência e êxito nos conteúdos curriculares do curso.

3.23. Procedimentos De Acompanhamento e Avaliação Dos Processos De Ensino-Aprendizagem

No processo de ensino-aprendizagem, a avaliação é fundamental, pois diagnostica lacunas, mede resultados e permite ajustes necessários no percurso educacional. Ela não apenas verifica os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, mas também como eles mobilizam esses recursos para resolver problemas, reais ou simulados, relacionados ao exercício profissional. Há um crescente interesse por propostas de avaliação continuada, utilizando diferentes instrumentos ao longo do semestre. Como processo contínuo de coleta e análise de dados, a avaliação será realizada por meio de diversas técnicas e instrumentos, dependendo dos objetivos. A avaliação no Curso de Direito da FACIMPA seguirá as normas institucionais, abrangendo atividades teóricas, práticas, de laboratório e estágio, e focando no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

O Sistema de Avaliação da FACIMPA incluirá a avaliação dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos em suas atividades, com todas as informações sobre avaliação, metodologias e conteúdos previstas nos planos de ensino. A avaliação interdisciplinar promoverá maior integração entre disciplinas e professores, oferecendo aos alunos uma visão mais conectada com o mercado de trabalho e os problemas cotidianos. A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, com base na frequência e aproveitamento. O aproveitamento será medido por instrumentos que respeitam o Regimento Interno, exigindo um mínimo de 70% de aprovação e 75% de frequência em cada componente curricular obrigatório. A avaliação será tanto formativa quanto somativa, combinando acompanhamento diagnóstico, contínuo e processual com resultados de provas, projetos, seminários, pesquisas e outras atividades programadas.

Nas metodologias ativas, será realizada uma avaliação atitudinal, considerando aspectos como presença, comportamento ético, cooperação, uso de fontes variadas e participação colaborativa. Além disso, o curso institucionalizará uma avaliação interdisciplinar semestral, composta por questões reflexivas personalizadas para cada aluno, abrangendo as disciplinas cursadas. Independente do tipo de avaliação, o professor sempre fornecerá feedback, permitindo que os estudantes identifiquem suas fraquezas e fortalezas de forma objetiva. Serão garantidos ao aluno recursos e pedidos de revisão de provas e avaliações, conforme as normas do Regimento Interno da FACIMPA. Para aprovação, o aluno deverá obter uma nota mínima de 70 pontos e 75% de frequência. Se a pontuação for entre 40 e 69, o aluno poderá realizar o Exame Final. A média entre a nota semestral e a do Exame Final deverá ser igual ou superior a 60 para aprovação na disciplina.

3.24. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem em Disciplinas Ofertadas na Modalidade a Distância

As disciplinas que serão ofertadas na modalidade a distância, a partir do 5° semestre, pela FACIMPA seguirão um regime diferenciado da disciplina presencial, uma vez que a disciplina online possuirá atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem. A avaliação se dará por instrumentos de verificação da construção de conteúdos conceituais e procedimentais em razão dos objetivos definidos no Plano de Ensino e Aprendizagem, em número de, pelo menos, três instrumentos por período letivo. De acordo com a unidade curricular, as avaliações poderão ser estudos de caso, portfólios, provas escritas, apresentação

de trabalhos e discussão dos conteúdos (leitura e interpretação de textos e artigos científicos, estudos dirigidos e exercícios).

Figura 4: Sistema de Avaliações Disciplinas EaD



Fonte: Dados Institucionais

Os resultados dos processos avaliativos do Curso de Direito da FACIMPA, nas disciplinas ofertadas na modalidade a distância da FACIMPA, serão computados pelo controle acadêmico em 2 (duas) notas parciais (N1 e N2), cumulativas e fixadas em calendário acadêmico, compostas da seguinte forma:

- As etapas de N1 e N2 visam acompanhar o desenvolvimento do estudante ao longo do semestre, visto os objetivos de aprendizagem previstos, bem como a construção das habilidades e competências definidas no plano de ensino aprendizagem do componente curricular.
- A etapa de AS (Avaliação Sincrona) trata-se de um momento cumulativo e somativo, cuja aplicação de uma prova presencial tem por objetivo avaliar de forma global o desenvolvimento do estudante dentro de cada componente curricular.

Figura 5: Detalhamento do Sistema de Avaliação das Disciplinas EaD

Avaliação	Instrumento	Nota	Onde Realiza	Cálculo
N1	Atividade 1	0 a 25 pontos	AVA (CANVAS)	Atividade 1 + Atividade 2
	Atividade 2	0 a 25 pontos	AVA (CANVAS)	
N2	Simulado	0 a 10 pontos	Remoto	Simulado + Prova
	Prova	0 a 40 pontos	Presencial mediante agendamento prévio	
Exame Final	Exame Final	0 a 100 pontos	Presencial mediante agendamento prévio	Exame Final

Média = N1 + N2

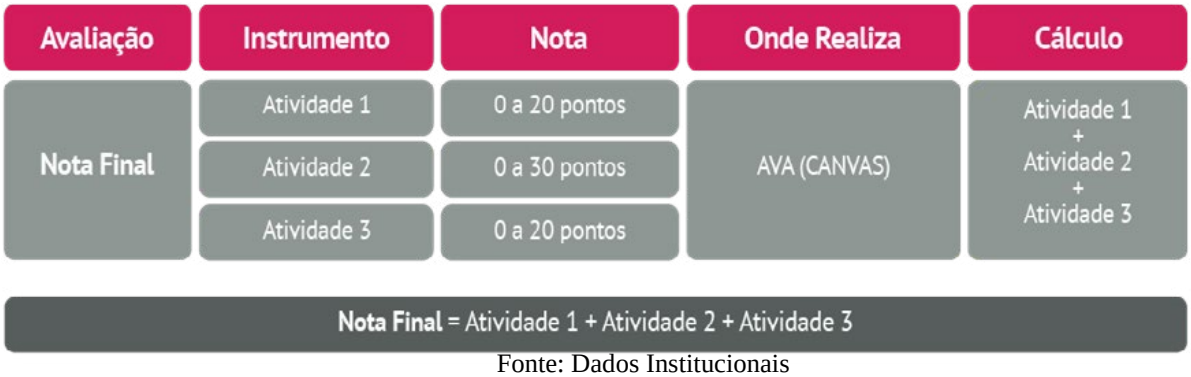
Fonte: Dados Institucionais

Nota Final obtida nas duas etapas avaliativas deve ser maior ou igual a 70 para que o estudante seja considerado aprovado na disciplina, conforme demonstrado a seguir:

- Nota Final = (N1 + N2) >=70

Os estudantes que obtiverem Nota Final inferior a 40 pontos estarão reprovados na disciplina.

Figura 6 - Detalhamento da Nota Final do Sistema de Avaliação das Disciplinas EaD



Fonte: Dados Institucionais

Os estudantes que obtiverem Nota Final superior a 40 e inferior a 70 pontos, poderão fazer uma prova de exame especial, que tem um total de 100 pontos, com todo o conteúdo do semestre letivo. Após a realização do exame especial, a nota final será a média da nota final do semestre somada à nota do exame especial, conforme demonstrado a seguir:

Nota Final = Nota do Exame Especial + Nota Final do Semestre/2

Após o exame especial, apenas os estudantes que obtiverem nota final maior ou igual a 60 pontos, estarão aprovados. Para as disciplinas de nota única, identificadas como Projetos Integradores, Trabalho Final de Curso, Práticas ou Estágios, não se aplica o exame especial, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver nota maior ou igual a 60 (sessenta) pontos.

3.24.1. Mecanismos de Familiarização com a Modalidade de Ensino à Distância

A FACIMPA desenvolve soluções de aprendizagem que criam articulações entre professores, alunos e conhecimento, aplicando novas linguagens, metodologias e meios para se comunicar com os alunos que hoje são “navegadores”. Esses alunos circulam por uma ampla gama de informações, utilizam diversos meios de comunicação e interagem por meio das redes sociais, potencializando assim o acesso ao conhecimento. É esse contexto que inspira a FACIMPA a utilizar o proposto pela Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que

autoriza as instituições de ensino superior a introduzirem, na organização pedagógica de seus cursos presenciais, regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade de Educação a Distância (EaD), integral ou parcialmente.

Importante destacar que a legislação vigente no país concebe a educação a distância como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

A Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que regula a oferta de disciplinas integrantes do currículo com utilização da modalidade a distância, tem base no Art. 81 da Lei nº 9.394/96. O art.1º da referida Portaria postula: "As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância" e ainda legisla sobre a oferta e percentual, com "poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso" e garante que "as avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais".

Amparada pela legislação e mediante a possibilidade de atender às exigências da sociedade contemporânea, a FACIMPA, por meio do seu ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Canvas), possibilita a seus cursos a oferta da carga horária EaD por meio de um design instrucional aberto que supõe uma produção flexível, permitindo alterações nas atividades e conteúdos durante a execução, de acordo com os objetivos propostos e garantindo personalização e concentração na eficácia dos processos de aprendizagem.

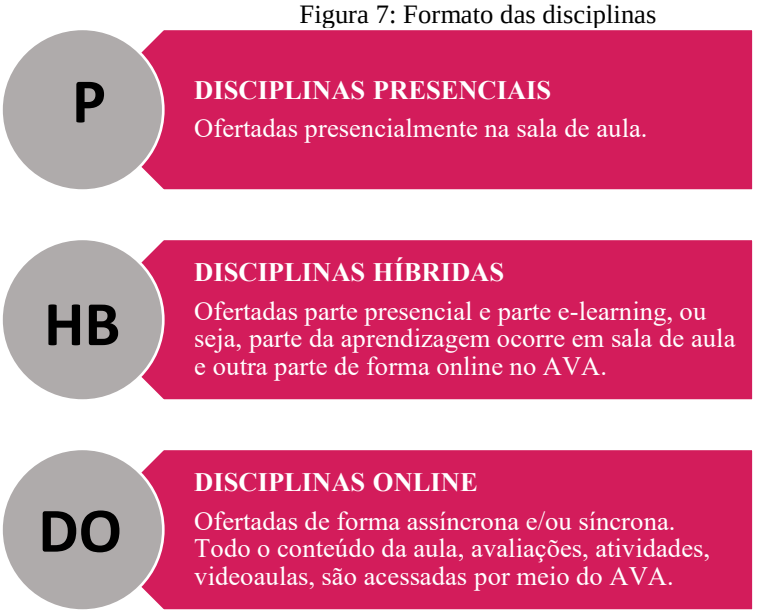
Nesse design, os docentes farão uso das metodologias ativas preconizadas pela FACIMPA, visando instigar o aluno a pensar, estudar, pesquisar, colaborar e participar de situações desafiadoras nos encontros presenciais. Nesses encontros, o tempo será empregado na discussão e debate sobre os conteúdos, na resolução de problemas por meio da aplicação de metodologias ativas de aprendizagem e na garantia do desenvolvimento das habilidades e competências cabíveis.

Deste modo, sob uma perspectiva tecnológica, a FACIMPA concebe a oferta do Curso de Direito, implantando disciplinas na modalidade Educação a Distância a partir do 5° semestre do curso. Assim, essa modalidade de ensino é definida pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80º da LDB, definindo no seu Art. 1º que a modalidade de Educação a distância (EaD): "Considera-se educação a distância a modalidade educacional na

qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos."

Registre-se que o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FACIMPA foi construído seguindo a legislação pertinente, implantando a oferta de disciplinas na modalidade a distância, organizadas segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, como estabelecido pela Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Nesse sentido, o curso de Direito ofertará carga horária na modalidade EaD, com previsão de momentos síncronos e assíncronos, a partir do 5° semestre, totalizando 225 horas, o que corresponde a 5,49% da carga horária total do curso. Assim, serão três os tipos de disciplinas que comporão a estrutura curricular do curso de Direito. Elas estarão organizadas e identificadas no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) da seguinte forma:

Figura 7: Formato das disciplinas



Fonte: elaboração própria.

Com uso de metodologias dinâmicas e com docentes altamente capacitados, o trabalho presencial e em espaços virtuais de aprendizagem procurará fornecer ao discente a condição de se tornar um indivíduo ativo, motivado, habilitado e comprometido com sua vida profissional. A metodologia do EaD, organizada e sistematizada de forma coerente pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD), permitirá um atendimento mais individualizado, oferecendo aos discentes

mecanismos para que estes possam se manifestar, principalmente com os recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e atendimento de monitoria presencial e remota.

No que concerne à carga horária total do curso, ela é condizente com toda a bagagem de conhecimentos que o(a) profissional precisa desenvolver com vistas à sua inserção no mercado de trabalho. O currículo proposto para o curso de Direito da FACIMPA possuirá carga horária total e integralização que atendem à legislação pertinente. Neste contexto, as ementas, programas e bibliografias dos componentes curriculares estão atualizados e direcionados para proporcionar a formação do egresso consonante com o perfil desejado.

Objetivamente, as atividades serão desenvolvidas no curso, valorizando metodologias inovadoras e ativas que não se restrinjam a aulas expositivas, e que efetivamente permitirá o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação, bem como atenderá à acessibilidade pedagógica e atitudinal e promovem a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática e a flexibilidade curricular.

Nesse sentido, através do estudo de situações-problema, empregando ferramentas de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, garantirá o contato dos alunos com os problemas sociais, regionais e locais, permitindo que o egresso possa contribuir com o desenvolvimento do meio em que está inserido. Através do ensino inovador proposto pela Instituição, com utilização de metodologias e tecnologias que permitirão o aprendizado por meio de competências, atrelado à infraestrutura de laboratórios de ponta, o egresso do curso de Direito será capaz de atuar considerando os conhecimentos globais adquiridos e aplicando-os na realidade local, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população.

3.24.2. Material Didático

A produção de materiais didáticos e instrumentos avaliativos do Curso de Direito da FACIMPA será conduzida pela Equipe Multidisciplinar da Afya, em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), além das políticas institucionais presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas especificidades deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Também seguirá as diretrizes estabelecidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD) e os planos de ensino das disciplinas.

O modelo de ensino do NEaD integrará pessoas, processos e tecnologias, formando um Campus Virtual operacionalizado pelo Portal e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem

(AVA). Este modelo combinará diferentes linguagens, formas de interação e suportes midiáticos, oferecendo várias possibilidades de aprendizagem e garantindo o desenvolvimento das competências específicas de cada curso.

A administração do processo de produção do material didático será realizada, quando passível a partir do 5° semestre, pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD), que além da gestão da produção, realizará a atualização dos materiais didáticos e dos instrumentos de avaliação. Seu objetivo é fomentar práticas pedagógicas que incentivem a autoaprendizagem, o ensino mediado e a aprendizagem colaborativa. Para isso, adotará estratégias para desenvolver materiais dialogais, objetivos, contextualizados e interativos, além de criar instrumentos avaliativos alinhados às competências esperadas para cada disciplina.

Para assegurar a excelência no trabalho dos responsáveis pela aprendizagem dos alunos, a Gerência Acadêmica Nacional de EaD da Afya suportará as atividades da Equipe Multidisciplinar que fará parte do NEaD, produzindo diversos materiais educacionais, como tutoriais, vídeos, guias e manuais. Esses recursos orientarão os professores conteudistas e validadores na organização das unidades curriculares, metodologia, sistema de avaliação e outras informações relevantes.

O NEaD dedicará especial atenção aos alunos com necessidades específicas de aprendizagem. Para promover a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico, identifica esses alunos e disponibilizará materiais didáticos adaptados. Assim, os materiais audiovisuais serão legendados e os materiais escritos serão adaptados para audiodescrição pela equipe de designers instrucionais, permitindo a leitura por meio de sintetizadores de voz (como VLibras e DOSVOX). Outras necessidades específicas serão atendidas conforme necessário.

O NEaD valorizará a criação de materiais didáticos e instrumentos avaliativos que promovam uma didática acessível, de qualidade e dialogal, contribuindo para o processo de aprendizagem e incentivando a autonomia na construção de novos conhecimentos. A atualização contínua desses materiais será essencial para garantir a qualidade do ensino-aprendizagem.

3.24.3. Processo de Controle de Produção e Distribuição do Material Didático

Destaque-se que o material didático possuirá processos de controle e de distribuição definidos, os quais atendam às demandas da FACIMPA, bem como um plano de contingência para a garantia de funcionamento. A produção e distribuição do material didático seguirá um fluxo sistematizado, com o estabelecimento de áreas envolvidas, cronogramas e etapas.

Indicadores serão mensurados durante a produção e distribuição, utilizando uma ferramenta tecnológica que possibilita a análise desses indicadores, permitindo o planejamento e a gestão de diversos processos. Esse acompanhamento oferecerá inúmeros painéis para análise, planejamento e gestão dos processos.

O processo de elaboração do material didático envolverá a colaboração de diversos atores, coordenados pela equipe multidisciplinar descrita neste PPC. Para cada material didático elaborado pelo consultor acadêmico, a instituição assina um contrato de direito autoral/uso de imagem que estabelece o início da escrita do material. O consultor considerará a ementa da disciplina, as bibliografias básica e complementar, e as orientações para o desenvolvimento do conteúdo, seguindo o fluxo de criação e produção do material didático e suas respectivas etapas. Ademais, o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da FACIMPA assumirá um papel relevante no processo de controle, produção e distribuição dos recursos didáticos, bem como dos instrumentos avaliativos para as disciplinas na modalidade a distância do Curso de Direito da FACIMPA, a partir do 5° semestre do curso. Isso será feito levando-se em consideração as seguintes diretrizes:

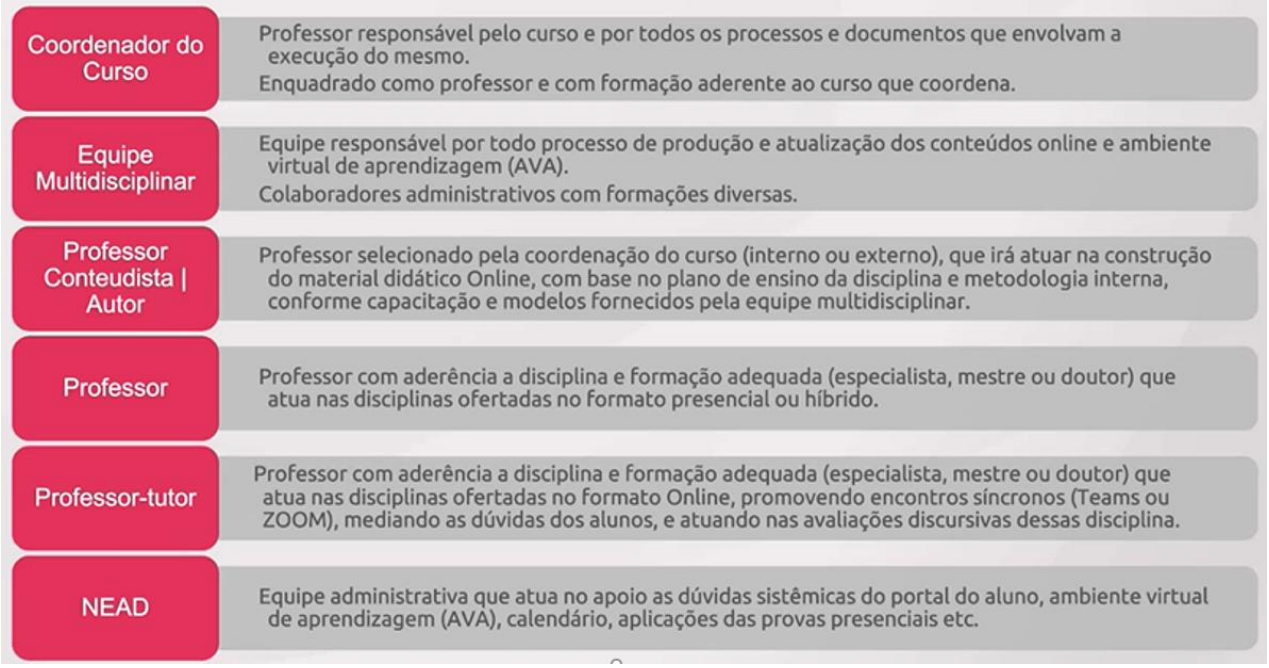
1. **Elaboração:** Baseada nas DCNs dos cursos, alinhada às especificidades institucionais definidas no PDI, no PPI e PPCs, além das diretrizes do NEaD e dos planos de ensino das disciplinas.
2. **Planejamento e Desenvolvimento:** Conduzido por uma equipe multidisciplinar de profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento, sob a supervisão da Direção de EaD, responsável pelo planejamento e elaboração de recursos didáticos e instrumentos avaliativos.
3. **Produção:** Considerando o perfil do egresso, a linguagem inclusiva, a coerência teórica e a acessibilidade metodológica e comunicacional.
4. **Disponibilização:** Em diferentes mídias e linguagens, garantindo estratégias de interação e acesso digital que viabilizem o desenvolvimento do PPC.
5. **Acesso Permanente:** Garantindo acesso aos recursos didáticos 24 horas por dia, 7 dias por semana.
6. **Centralização:** Distribuição de todas as disciplinas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
7. **Materiais Autorais e Complementares:** Produção de materiais didáticos autorais e indicação de materiais complementares, oferecendo ao estudante a possibilidade de ampliação de conhecimentos.
8. **Atualização Contínua:** Considerando mudanças nos planos de ensino, novas estratégias de desenho educacional e atualização do projeto gráfico.

Desta forma, a FACIMPA assegurará que os materiais didáticos e instrumentos avaliativos produzidos para o Curso de Direito sejam de alta qualidade, atualizados e acessíveis, promovendo uma educação inclusiva e eficaz, alinhada com as necessidades contemporâneas dos alunos e as exigências do mercado de trabalho.

3.24.3.1. Atores do Processo

Os atores do processo de controle de produção e distribuição do material didático desempenharão papéis essenciais na criação de recursos educacionais eficazes e de alta qualidade. Conforme figura 6, esse processo envolve uma colaboração multidisciplinar que assegura que o material didático atenda às necessidades pedagógicas e tecnológicas dos alunos, professores e tutores do Curso de Direito da FACIMPA.

Figura 8: Atores envolvidos no processo de produção do material didático



Fonte: elaboração própria.

A seguir, descrevem-se os atores envolvidos nesse processo, que trabalharão de maneira integrada e colaborativa para garantir que o material didático seja informativo, e didaticamente eficiente, visualmente atraente e tecnicamente acessível, proporcionando uma experiência de aprendizagem completa e enriquecedora.

Coordenação do Curso: Responsável pelo curso e encarregado de presidir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que elabora o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os planos de ensino das disciplinas, desenvolvidos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e alinhados às políticas institucionais definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este profissional também supervisionará a execução de todas as atividades previstas e participará ativamente de ações específicas de formação continuada voltadas para a Educação a Distância (EaD).

Núcleo de Educação à Distância (NEaD): Responsável por viabilizar a elaboração de materiais didáticos e instrumentos avaliativos, bem como organizar, implementar, acompanhar e atualizar esses recursos didáticos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Disseminará inovações tecnológicas em parceria com a Coordenação Acadêmica e com a Equipe de Desenho Educacional da Afya, visando proporcionar experiências de aprendizagem significativas para os estudantes, garantindo que os materiais e ferramentas disponibilizados sejam contemporâneos, eficazes e alinhados com as melhores práticas educacionais.

Equipe Multidisciplinar (EM): Composta por profissionais com variadas formações e atuações, que integram as diversas equipes do Núcleo de Educação a Distância (NEaD). O objetivo da equipe é discutir a aplicação e o aprimoramento das tecnologias educacionais, inovação de produtos e processos, acessibilidade e metodologias, sempre com foco no aluno e na aprendizagem. Realizará reuniões regulares para discutir e atualizar temas relacionados aos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas, elaborando planos de ação documentados para orientar a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais.

Conteudista: Profissional vinculado a diretoria de ensino, responsável pela seleção, produção e atualização de materiais didáticos e instrumentos avaliativos. Deve possuir profundo conhecimento do plano de ensino da disciplina e dos conteúdos a serem desenvolvidos. Este profissional articula-se estreitamente com o Núcleo de Educação à Distância (NEaD) da Afya para garantir que todos os materiais produzidos reflitam a concepção pedagógica da instituição e atendam às necessidades específicas dos alunos.

Equipe de Desenho Educacional da Afya: A Equipe de Desenho Educacional da Afya é composta por Designers Educacionais, Designers Gráficos, Webdesigners, Revisores e Editores de Vídeo, responsáveis pela produção do material didático das disciplinas ofertadas a distância. Funciona como um espaço colaborativo para a construção de soluções educacionais, transformando o material didático em parceria com o NEaD da FACIMPA, a Equipe Multidisciplinar, os conteudistas e professores/tutores, utilizando-se das melhores práticas e tecnologias disponíveis para enriquecer a experiência de aprendizagem.

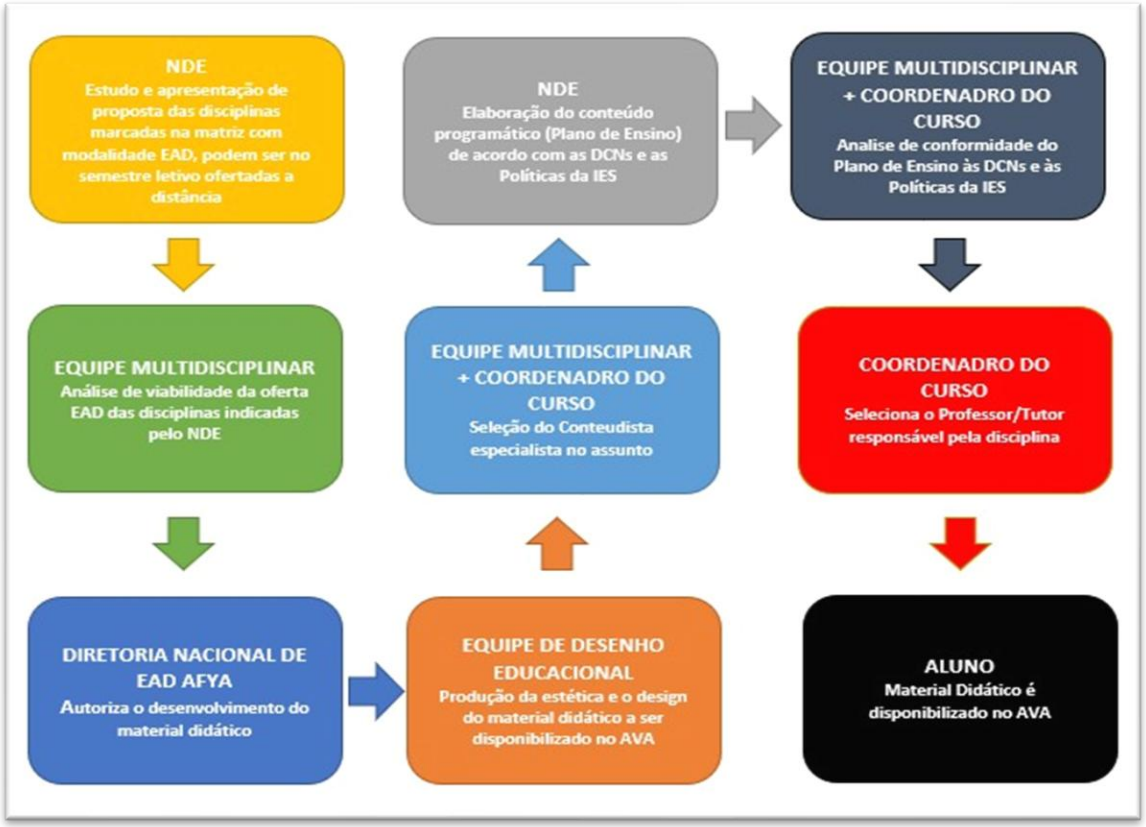
Através de uma colaboração multidisciplinar e integrada, a FACIMPA assegurará, em acordo com a proposta de matriz, que os materiais didáticos e instrumentos avaliativos produzidos para o Curso de Direito, a partir do 5° semestre, sejam de alta qualidade, atualizados e acessíveis, promovendo uma educação inclusiva e eficaz, alinhada com as necessidades contemporâneas dos alunos e as exigências do mercado de trabalho. Os materiais didáticos serão produzidos pelos professores e demais profissionais da Equipe da Diretoria de Ensino do

grupo Afya, contando com o suporte da equipe de desenho educacional da Afya para entregar um produto de excelência. Esse processo inclui rigor metodológico, uso de tecnologias de ponta e constantes avaliações e feedback, garantindo que o material seja didaticamente eficiente, visualmente atraente e tecnicamente acessível, proporcionando uma experiência de aprendizagem completa e enriquecedora.

3.24.3.2. Fluxo do Processo

O gráfico a seguir descreve o fluxo do processo de criação e produção do material didático das disciplinas do Curso de Direito, a partir do 5° semestre letivo, que serão ofertadas na modalidade de Educação a Distância (EaD), destacando os papéis dos diferentes atores envolvidos.

Figura 9: Fluxo de produção do material didático



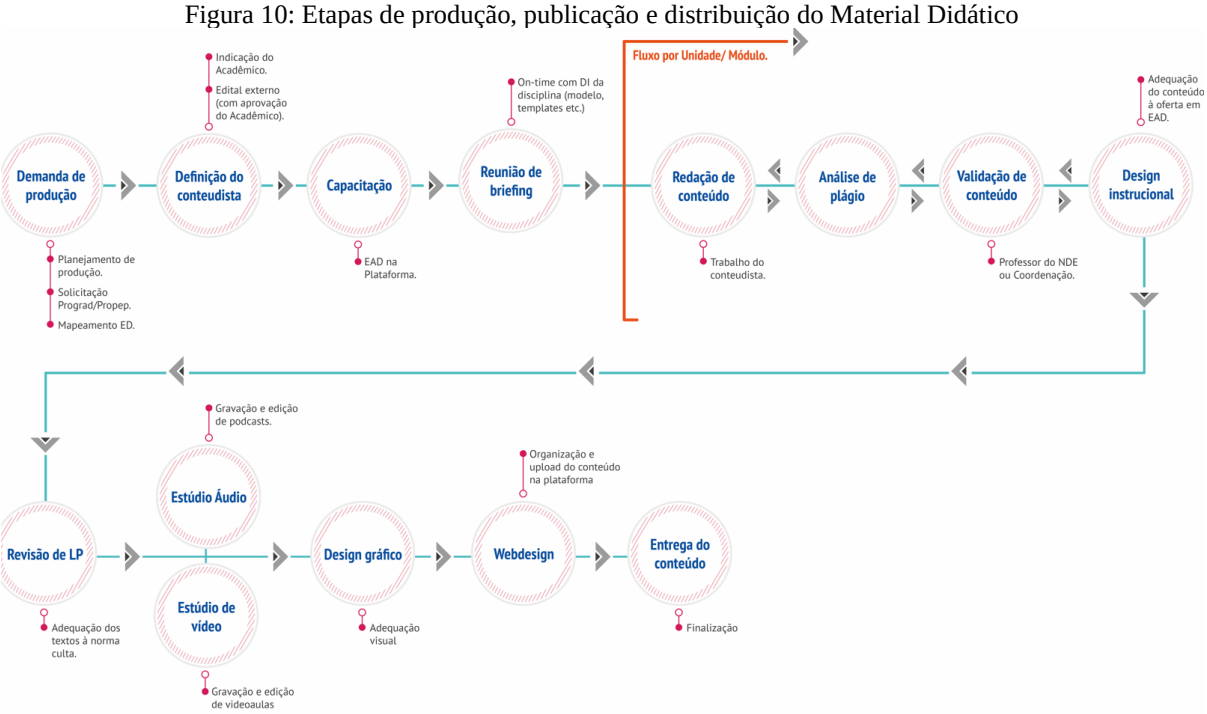
Fonte: informações institucionais.

Esse fluxo detalhado de etapas garantirá a qualidade e a eficácia do material didático utilizado na EaD, evidenciando a colaboração entre as diversas equipes e profissionais para proporcionar uma experiência de aprendizado completa e enriquecedora. Após a disponibilização do material didático no AVA, a Equipe Multidisciplinar ficará responsável por monitorar a sua adequação à realidade de sala de aula e a necessidade de eventuais correções e adaptações, ficando responsável por abrir processo de revisão do material, quando necessário.

3.24.3.3. Etapas do Processo

No gráfico a seguir ilustrará todo o processo de controle de produção e distribuição do material didático, que envolve diversos atores e recursos, distribuídos ao longo de 13 etapas.

Figura 10: Etapas de produção, publicação e distribuição do Material Didático



Fonte: Dados Institucionais

3.24.3.4. Distribuição do Material Didático

A proposta pedagógica estabelece a disponibilização de materiais didáticos exclusivamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA. Os alunos têm acesso a esses materiais por meio das salas de aula virtuais integradas ao AVA. A distribuição física de materiais não está prevista, salvo em situações excepcionais que serão cuidadosamente avaliadas pela Diretoria de EaD.

A disponibilização dos materiais didáticos é conduzida com base nas diretrizes de uma equipe multidisciplinar, garantindo conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e os documentos específicos de cada disciplina. Esta abordagem assegura que todos os recursos educacionais estejam alinhados com os objetivos pedagógicos da instituição.

Além disso, a proposta contempla o atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas, oferecendo suporte personalizado para assegurar que essas necessidades sejam plenamente atendidas. O objetivo é criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e propício ao desenvolvimento acadêmico de todos os estudantes, promovendo experiências educacionais significativas e de alta qualidade.

Observe-se que a política de controle de produção de material didático apresentada pela FACIMPA tem como objetivo garantir a excelência na criação, distribuição e atualização contínua dos recursos educacionais destinados aos cursos de Graduação e Pós-graduação com ofertas de disciplinas a distância.

O comprometimento com a qualidade e a acessibilidade dos materiais didáticos é evidente ao longo de todas as etapas descritas, desde a identificação das necessidades de novos conteúdos até a entrega final no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA. Este processo minucioso, supervisionado pela Diretoria Acadêmica Nacional de EaD da Afya, assegura que os materiais estejam em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, o Plano de Desenvolvimento

Institucional - PDI, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs.

Ressalte-se que a colaboração entre a Equipe Multidisciplinar, Equipe de Desenho Educacional, a Diretoria Acadêmica Nacional de EaD da Afya e a Coordenação Acadêmica da FACIMPA é essencial para a produção de materiais didáticos que não apenas atendam às necessidades educacionais dos alunos, mas também incorporem inovações tecnológicas e metodológicas. Esta sinergia garante que os conteúdos sejam contemporâneos, interativos e

adaptados às diferentes modalidades de ensino, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo.

Outossim, o Núcleo de Educação a Distância - NEaD e o Núcleo de Experiência Discente - NED desempenham papéis fundamentais no apoio pedagógico e psicopedagógico, contribuindo para a superação de dificuldades de aprendizagem e a promoção de um clima institucional saudável. A atenção especial aos alunos com necessidades educacionais específicas, através da adaptação de materiais e do uso de tecnologias assistivas, reforça o compromisso da FACIMPA com a inclusão e a equidade no ensino.

Nesse contexnto, o material didático disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, tanto das disciplinas na modalidade a distância quanto das disciplinas híbridas, será pensado e construído para permitir, além de interação, o enriquecimento do aprendizado dos discentes. Para isso, a FACIMPA optou por convidar professores específicos de cada disciplina para a elaboração do material. Nesse sentido, o material didático foi produzido de acordo com as ementas e planos de ensino dos cursos presenciais, prezando pela qualidade e aprofundamento do conteúdo disponibilizado.

Todo o material desenhado e produzido pelos professores conteudistas conta com apoio de atividades extras que visam aprimorar e aprofundar a qualidade de formação do egresso, a saber: Roteiros, Vídeos, Textos (AVA), Tutoriais, Material de Apoio (Impresso), Sugestões de leituras, Listas de exercícios, Quiz, Fóruns, Chats e outros.

Todos os conteudistas trabalham tendo em vista vencer o grande desafio da EaD nos nossos tempos: elaborar material capaz de provocar e garantir a necessária interatividade do processo de ensino-aprendizagem, com planejamento de conteúdos de apoio desenvolvidos com vista a atender de forma plena o contido nos planos de ensino das disciplinas. O material didático da IES é uma ferramenta verdadeira para o aprendizado e por princípio necessariamente é:

- Autoexplicativo: permitindo a autoaprendizagem;
- Motivador: incentivando e estimulando o estudo;
- Variado: adequado aos vários estilos de aprendizagem.
- Interativo: permitindo ao aprendiz um papel ativo e proporcionando-lhe uma construção do seu aprendizado em nível de sensibilização diferenciado;
- Prático: possibilitando-lhe encontrar as informações para entender qualquer ponto que não tenha compreendido;

- Autônomo: permite que o aprendiz “navegue” livremente pelo material proposto implicando estruturação própria do seu conhecimento.

Em sua primeira etapa, o designer instrucional juntamente com o professor responsável pela disciplina intermedia o planejamento do material considerando interação entre o plano de ensino da disciplina, definindo junto ao professor conteudista quais são as metas de aprendizagem, quais atividades deverão constar no material, quais recursos didáticos serão empregados, quais referências serão usadas e desenha informações adicionais para videoaulas.

Em uma segunda etapa, as diretrizes traçadas pelo designer instrucional são repassadas aos professores conteudistas que iniciam a produção do material didático com as características já mencionadas, dialógico e com elementos gráficos. Esta etapa conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar e profissionais ligados à área de Tecnologia de Informação.

Terminada a elaboração, o material é então revisado. Professores revisores selecionados fazem a revisão de conteúdo, outros a revisão gramatical, e o designer instrucional cuida da revisão de forma adequada para o uso na EaD, considerando a dialogicidade necessária. Só então este material é enviado para a distribuição, seja impresso para o aluno ou no AVA.

São atores da etapa de elaboração e produção de materiais os a seguir descritos:

- Professor responsável pela disciplina: responsáveis por traçar as diretrizes dos materiais a serem desenvolvidos em consonância com os planos de ensino das disciplinas;
- Professor Conteudista/Professor de Disciplina: responsáveis por desenvolver o conteúdo dos materiais a serem disponibilizados e/ou responsáveis pela condução das disciplinas durante o desenvolvimento do curso;
- Revisor: responsável pela revisão de conteúdo, gramatical e/ou de forma;
- Equipe de TI: responsáveis pela elaboração de infográficos, pela formatação, pela diagramação e outros.

As disciplinas ofertadas na modalidade a distância possuem estrutura, conforme ilustra a figura a seguir, organizadas em 04 módulos que foram pensados e planejados em 20 semanas de estudo. Cada módulo foi desenhado com 5 aulas e um fórum de discussão temático para interação entre os alunos.

Assim, cada aula é composta por 3 diferentes objetos de aprendizagem, sendo eles: um arquivo em PDF com o conteúdo da aula, um vídeo e um simulado (04 exercícios de

autocorreção). Ainda na disciplina, os alunos realizam 01 atividade dissertativa e 01 simulado para prova (referente aos 2 primeiros módulos) e 01 prova no final do semestre letivo. Os encontros síncronos semanais com os alunos possibilitam que o conteúdo da disciplina seja enriquecido semanalmente, a partir da disponibilização da gravação desses encontros e materiais novos utilizados pelos tutores.

3.25. Política de Apoio aos Discentes

A FACIMPA promove atenção integral ao aluno, garantindo condições favoráveis à sua permanência na instituição, independentemente de sua condição física ou socioeconômica, e proporcionará a interface entre conhecimento teórico e prática para o curso de Direito. O ensino será centrado no aluno, e, para isso, a FACIMPA aprimorará suas ações e interligará setores e programas, oferecendo ao discente múltiplas oportunidades de complementar sua formação com práticas que irão além do currículo.

O PPC do Curso de Direito se alinha com a política institucional de atendimento ao aluno, promovendo um ambiente inclusivo. Todas as etapas dessa política serão cumpridas pela coordenação do curso, corpo docente e colaboradores. O Núcleo de Experiência Discente (NED) acolherá o acadêmico, promovendo bem-estar, qualidade na aprendizagem e preparação para o mercado de trabalho. O apoio psicossocial e acadêmico intervirá nos processos cognitivos, emocionais e pedagógicos que possam interferir no sucesso acadêmico e profissional do estudante, além de garantir sua persistência nos estudos.

Entre os serviços oferecidos, o NED realizará escuta e orientação para alunos com baixo desempenho acadêmico, que serão encaminhados pelos docentes. Após identificar as dificuldades do discente, o NED oferecerá acompanhamento psicológico, orientação aos professores e familiares, além de nivelamento com aulas de reforço para alunos que apresentarem fragilidades em conteúdos da educação básica. A monitoria também apoiará os alunos, oferecendo atividades complementares e auxílio para monitores selecionados, que receberão bolsa.

O Núcleo de Inovação, Carreira e Empregabilidade oferecerá oficinas, treinamentos e workshops para preparar alunos e egressos para o mercado de trabalho. A Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização disponibilizará programas de bolsas, como o PROBIC, PROBEX, e incentivos à participação em eventos científicos, agregando à formação dos discentes uma integração entre teoria e prática. Cabe ressaltar que está já é uma ação implementada pela FACIMPA que se estenderá para o curso de Direito.

A conclusão da graduação não encerrará o acompanhamento do egresso. A FACIMPA implementará o Projeto de Retenção, focado na captação e retenção de alunos, com ações como visitas dos coordenadores às salas de aula, atividades com egressos e acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico. Os setores e departamentos da FACIMPA, incluindo salas de aula e laboratórios, estarão à disposição dos alunos para reforço da aprendizagem prática. Além disso, a Sala de Apoio ao Discente e o Espaço de Convivência incentivarão a vivência universitária. A biblioteca funcionará durante os três turnos, incluindo sábados, para atender às necessidades dos alunos.

O NED, em conjunto com a Comissão de Inclusão e Acessibilidade, promoverá ações de acessibilidade arquitetônica, metodológica e instrumental, garantindo atendimento prioritário e seguro para o uso dos espaços e equipamentos acadêmicos, além de sistemas de comunicação e informação da instituição. Ademais, o NED em conjunto com a Comissão de Inclusão e Acessibilidade da FACIMPA, promove ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, ações de acessibilidade arquitetônica, verifica e garante o atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços e equipamentos acadêmicos, dos sistemas e meios de comunicação e informação da IES.

3.25.1. Programa de Bolsas e Incentivos

A FACIMPA oferece programa de bolsas voltado especificamente para a capacitação de recursos humanos e para o fomento à pesquisa e aplica-se a todos os seus cursos. O programa opera com base em um eficaz instrumento de estímulo aos agentes dos processos de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão. As concessões de bolsas, são concedidas seguindo critérios do mérito e de adequação ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

O objetivo principal do programa de bolsas é:

I. Apoiar a capacitação do corpo docente e discente, para a busca da excelência nos cursos de graduação e atendimento às disposições legais pertinentes;
II. Estimular a participação discente necessária à implantação e/ou desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão;
III. Viabilizar a implantação de programas de pós-graduação stricto sensu;
IV. Contribuir para a elevação e manutenção dos padrões institucionais de qualidade almejados pelos processos de autoavaliação e de avaliação externa;
V. Favorecer a dedicação dos discentes enquanto requisito importante para a qualidade do ensino e da pesquisa e condição para a formação continuada.

Em relação aos programas de apoio financeiro, a FACIMPA conforme objetivos e metas institucionais definidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, destinará parcela de seus recursos orçamentários para programas de bolsas e apoio financeiro a alunos, além de aderir e proporcionar a estrutura adequada de incentivo e apoio à participação dos alunos em programas oficiais de financiamento estudantil, tais como:

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): que concederá empréstimo para o Ensino superior junto à Caixa Econômica Federal/MEC, no qual o Governo Federal oferece, aos alunos matriculados sem cursos de graduação, financiamento de 30% a 70% das parcelas de semestralidade.

Programa Universidade para Todos (PROUNI) que beneficiará estudantes de baixa renda coma concessão de bolsas integrais ou parciais para ingresso em cursos de graduação, a partir da adesão da instituição ao Programa, podendo participar da seleção candidatos que terão cursado o Ensino Médio completo em escola pública ou em particular na condição de bolsista integral, ou que apresentem aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio referente ao ano de inscrição no PROUNI e comprovem carência socioeconômica, conforme critérios estabelecidos pelo Programa do Governo Federal.

Bolsa de Monitoria: os alunos poderão participar do Programa de Monitoria destinado a propiciar aos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, investigação científica e extensão. A seleção implicará a concessão de bolsa, conforme previsões internas.

Bolsa Extensão: os alunos terão a oportunidade de participar de projetos de extensão, com a possibilidade de obtenção de Bolsas de Extensão. Desta forma colaborará para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e cultural, promovendo ações sociais e prestação de serviços para as diferentes demandas. A seleção e a concessão de bolsa, seguirá os procedimentos e normas internas.

Modalidade Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC).

3.25.2. Programa de Acolhimento ao Aluno

O Programa de Acolhimento aos alunos é um evento de recepção aos alunos calouros que ingressam na FACIMPA, bem como, aos veteranos. Os calouros e os veteranos são recepcionados pela Direção Geral, Coordenação Acadêmica, Coordenação Administrativo-Financeiro, Coordenações de Curso, Professores e Gestores de setores administrativos, dando-

lhes as boas-vindas. Este programa destina-se à promoção, execução e acompanhamento de programas, projetos e ações que visam a formação dos alunos, proporcionando condições favoráveis à integração na vida universitária, assim como propõe adotar mecanismos de acolhimento e acompanhamento dos acadêmicos.

Destaque-se que os alunos veteranos são acolhidos a cada novo semestre letivo, acordando o contrato didático, bem como, recordando o método e esclarecendo o calendário e as atividades acadêmicas a serem realizadas ao longo do novo semestre letivo. No que tange ao acolhimento realizado aos alunos calouros, este tem o condão de acolher e facilitar a adaptação do aluno ingressante ao novo ambiente, buscando a integração entre aluno-aluno, aluno-professor, aluno-colaborador, aluno-coordenação. Este tipo de assistência possibilita aos estudantes a construção de identidades pessoais e coletivas, fundamentais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Registre-se que os cursos da FACIMPA têm autonomia para desenhar o cronograma de ações que serão desenvolvidas na Semana de Acolhimento, que se inicia com a Cerimônia de Abertura do Semestre Letivo, evento em que participam e se apresentam todos os gestores da IES, em especial a Direção, as Coordenações de Curso, o Corpo Docente, o PPC, o Calendário Acadêmico e os diversos cenários de aprendizagem. Ao longo de toda a semana de acolhimento aos alunos calouros, realizam-se palestras e rodas de conversa, nas quais se apresentam os setores da FACIMPA, os seus gestores e respectivas atribuições e funções, esclarece-se os programas de atendimento aos discentes, e todos os serviços oferecidos pela IES. Precipuamente este programa tem como objetivo apresentar a rotina acadêmica aos alunos ingressantes.

3.25.3. Programa de Estímulo à Permanência do Aluno

O Programa de Estímulo à Permanência do Aluno na FACIMPA desenvolve-se por meio de ações de gestão da permanência do aluno, conduzidas pela Direção, Coordenações de Cursos e NED. O programa centraliza-se em dois focos: estímulo à captação e consequentemente ações incisivas com vistas à retenção, tais como, visitas dos coordenadores de cursos em salas de aulas para conversas com os alunos, acompanhamento dos alunos quanto ao desempenho acadêmico, pensando junto com o colegiado do curso ações interventivas para melhorias contínuas. Neste sentido descrevem-se as seguintes ações:

a) Atendimentos individuais e coletivos aos alunos pelos coordenadores de cursos, garantindo-lhes acesso fácil e rápido para as situações acadêmicas que precisam ser resolvidas e/ou encaminhadas;

b) Atendimentos individuais realizados pelo NED, com foco em acolher, entender e acompanhar de alunos com intenção de trancamento e cancelamento, buscando entender os motivos geradores desta intenção, encaminhando, orientando e lançando mão dos recursos disponíveis para evitar à evasão;

c) Intervenções coletivas em sala de aula: as intervenções consistem no trabalho através do qual a equipe de colaboradores do NED busca fomentar momentos de interação entre os acadêmicos em sala de aula, bem como abordar os temas propostos pela coordenação, de forma a sensibilizar as turmas. O trabalho é realizado levando em consideração à significância do processo pessoal de escolhas e os compromissos assumidos na vida acadêmica, vislumbrando o impacto das consequências de tais atos num futuro próximo e na vida profissional de cada um.

d) Espaços de convivência e bem-estar - Anexo à cantina, os acadêmicos têm acesso a um espaço de descanso e convivência, disponíveis puffs, almofadas, tapetes, recursos destinados ao descanso e à convivência.

3.25.4. Programa de Atendimento ao Aluno

Desde já, frise-se que os determinantes da política educacional se articulam com o projeto de sociedade que se quer implantar ou que está em movimento, num determinado momento histórico ou em cada conjuntura. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira em dez anos a partir da definição de 20 metas. As metas do PNE objetivam a garantia do direito à educação com qualidade, assegurando o acesso à universalização do ensino obrigatório, à ampliação das oportunidades educacionais, à redução das desigualdades, à valorização da diversidade e dos profissionais da educação. Registre-se que as metas propostas no atual PNE seguem um modelo de visão sistêmica da educação, apresentando um conjunto de metas e estratégias que contempla todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a redução da desigualdade e inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

Neste sentido, a FACIMPA tem um histórico de atendimento, acolhimento e atenção às inúmeras e diversas necessidades dos alunos, bem como, dos alunos portadores de necessidades especiais. Este fato pode ser explicado pela preocupação sempre presente em proporcionar condições plenas de acessibilidade e inclusão ao seu corpo discente. Assim é que a Política de Acessibilidade e Inclusão reflete a concepção da FACIMPA, respeitando o sujeito em sua

totalidade e de que os aspectos físicos, sociais, históricos, culturais, éticos e psicointelectuais devem ser considerados ao se pensar a atuação pedagógica.

Como descrito neste PPC a respeito da Acessibilidade Metodológica e Instrumental a AFYA PAMAS desenvolve diferentes programas de atendimento aos estudantes, ao encontro das necessidades dos ingressantes e demais acadêmicos da IES. Nesta toada, a FACIMPA age efetivamente para a promoção do acolhimento, da acessibilidade e da permanência dos alunos nos cursos ofertados, por meio de diferentes setores, ações e estrutura de serviços de apoio que contemplam os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios e ações inovadoras.

Deste modo, a FACIMPA tem como compromisso promover a atenção integral ao aluno, visando oferecer e garantir condições favoráveis à sua permanência na IES, independentemente de sua condição física ou socioeconômica, oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de extensão universitária.

3.25.5. *Núcleo de Experiência Discente*

No Núcleo de Experiência Discente – NED da FACIMPA materializa-se o compromisso institucional em desenvolver a missão e a identidade institucional com vistas a aprimorar os processos de ensino e aprendizagem, bem como a realizar o trabalho com enfoque no conhecimento e na formação técnica e pessoal, através da valorização do indivíduo. Este setor presta atendimento especializado de orientação pedagógica, psicopedagógica e psicológica a alunos e também a colaboradores, além de executar as políticas de acessibilidade e inclusão. Tem por finalidade atuar nos processos básicos da aprendizagem e do ensino, bem como desenvolver ações voltadas à acolhida, adaptação, desenvolvimento de competências e permanência no ambiente universitário, através da realização de ações mais ágeis no diagnóstico das dificuldades encontradas pelos alunos de graduação e pós-graduação.

O NED dispõe de profissionais habilitados em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Intérprete de Libras. Os atendimentos podem acontecer das seguintes formas: encaminhamento do acadêmico pela coordenação do curso ou professor e agendamento através dos meios de comunicação feito diretamente pelo acadêmico. Neste quadro, encaixam-se também

agendamentos para professores e colaboradores. As solicitações procedentes dos funcionários deverão ser comunicadas ao coordenador do setor.

Além de prestar apoio ao corpo discente, também tem a função de, em parceria com a coordenação do curso, promover sugestões para melhorar/orientar as atividades pedagógicas e o desempenho didático da equipe de professores quanto à metodologia de ensino adotada, sugerindo o uso de diferentes técnicas didáticas e recursos pedagógicos disponíveis. Entre as formas de atendimento e estímulo à permanência adotadas pela instituição, incluem-se apoio psicológico e apoio psicopedagógico. O aluno poderá solicitar atendimento pelo NED, tendo sido encaminhado pelas Coordenações de Curso, por docentes, por qualquer outro setor da FACIMPA, ou mesmo por procura espontânea, quando identificada a necessidade de acolhimento especializado.

Registre-se que segundo a Constituição Brasileira de 1998, em seu Art. 5º, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Por isso, a FACIMPA compartilha desse princípio e busca, por meio de suas ações, a manutenção desse direito e garantia fundamental. Assim, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais não se concretiza apenas pelo dispositivo legal ou pela simples admissão do aluno na FACIMPA. A inclusão exige mudança de atitude, que vê no outro, para além de um sujeito de direitos, um par. Não se deve pensar em inclusão para o outro, mas com o outro, em um permanente exercício de respeito à diversidade.

Além dos serviços de apoio psicopedagógico, a FACIMPA conta com recursos especializados, capacitação de professores, atitudes de acolhimento e criatividade para lidar com as situações novas. Para as demandas de identificação simples, como os visuais, auditivas, motoras e de locomoção, os recursos didáticos e as formas de atendimento estão desenhadas e disponíveis para todos. Para outras de natureza mais complexa, a Instituição busca parcerias com serviços especializados, convênio com instituições da área da saúde e assistência social.

Outrossim, o NED também participa das atividades institucionais que envolvem alunos, professores e colaboradores, de modo a não só difundir suas ações e finalidades, como também romper com preconceitos no tocante a busca do apoio psicopedagógico e da acessibilidade.

Dentre as atividades nas quais o NED tem participado, destacam-se:

- Semanas de desenvolvimento docente, que ocorrem no início de cada semestre letivo;

- Reuniões com coordenadores e professores dos cursos;
- Reuniões de lideranças acadêmicas;
- Reuniões com alunos;
- Reuniões com colaboradores administrativos;
- Reuniões e treinamentos para empresas parceiras na IES.

O trabalho realizado pelo NED considera que a FACIMPA deve zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus alunos no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas. É função do NED, a partir de uma análise e discussão dos cenários e realidades, realizar o planejamento de mecanismos de acessibilidade e de acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

3.25.6. Programa de Internacionalização

Reconhecendo a importância da cooperação internacional no contexto educacional, econômico, social e político do século XXI, a FACIMPA destaca a internacionalização como de relevância para sua ação educacional e como uma importante oportunidade para a formação de seus discentes. A FACIMPA entende a cooperação internacional, fundamentada na solidariedade e na igualdade, como um instrumento de superação de assimetrias entre povos, sistemas e instituições, bem como de construção de uma sociedade melhor e mais justa, sendo fundamental para a consolidação e a expansão da Instituição e para o desenvolvimento sustentável do país no cenário global. Para alcançar esses propósitos, a IES possui uma Programa de Internacionalização, que concebe política, com vistas à contemporaneidade, reforçando e auxiliando a consolidação da qualidade acadêmica.

Neste sentido, a FACIMPA, assume como objetivos para a consolidação do Programa de Internacionalização:

a) Consolidar-se como uma IES de renome no ensino, na pesquisa e na extensão, inserindo- se em redes de colaboração com parceiros igualmente destacados, visando se tornar um centro de formação de referência.

b) Consolidar a internacionalização, incluindo o tema na elaboração dos documentos institucionais, nos programas e cursos, de maneira que exista, em todos os níveis, a orientação para os aspectos internacionais do trabalho acadêmico e de gestão.

c) Formar estudantes com capacidade de visão e ação em sua área de atuação profissional e na organização da sociedade, tendo em vista a mentalidade da cooperação com o diferente, a convivência pacífica entre os povos, pessoas e o estabelecimento de uma cultura da paz.

d) Institucionalizar instrumentos de colaboração internacional por meio da construção de convênios que possibilitem quadro efetivo para a realização de atividades acadêmicas, inclusive na atribuição de graus e diplomas.

e) Criar condições para uma democratização das possibilidades de internacionalização para estudantes, focando na meritocracia.

Para alcançar os objetivos propostos são definidas as seguintes ações para a internacionalização:

a) Consolidar e ampliar as parcerias internacionais.

b) Aumentar o número de discentes e docentes em mobilidade internacional, na graduação e na pós-graduação.

c) Expandir a oferta de programas internacionais para estudantes de graduação e pós-graduação, incluindo intercâmbios semestrais, duplos-diplomas, cursos conjuntos e de curta duração no exterior.

d) Estimular a internacionalização de projetos e grupos de pesquisa, motivando pesquisadores e grupos para trabalhos internacionais, incluindo publicações.

e) Ampliar a participação de estudantes da FACIMPA em programas governamentais de fomento à mobilidade internacional, na graduação.

f) Elevar as oportunidades, por meio de iniciativa da própria IES ou de programas de agências de fomento, de parcerias com instituições públicas e privadas, para alunos e docentes com desempenho acadêmico reconhecido.

g) Apoiar a formatação de projetos de internacionalização na educação continuada, inclusive com a presença de professores e/ou de monitores estrangeiros convidados.

h) Estabelecer e participar ativamente em redes de parceria e colaboração no ensino, na pesquisa e na gestão, de maneira a modernizar funcionamentos operacionais e transformar concorrentes em parceiros, agregando as expertises da FACIMPA as de outras instituições.

Deste modo a FACIMPA, oportuniza à comunidade acadêmica a consolidação de um Programa de Internacionalização com capacidades técnicas para atuar em um mundo que exige competências transdisciplinares e sensibilidade diante das diversas realidades culturais e sociais apresentadas na global sociedade contemporânea. Registre-se que o principal objetivo da FACIMPA ao conceber um programa de internacionalização desta natureza é fortalecer as ações de mobilidade acadêmica dos estudantes em instituições internacionais, permitindo aos mesmos vivenciarem uma realidade de aprendizado diferenciado em outros países. Por isso, a

FACIMPA entende que mobilidade acadêmica e internacionalização é o processo que possibilita ao discente matriculado em uma instituição de ensino estudar em outra e, após a conclusão dos estudos e a emissão de atestado de comprovante de estudos, obter o registro em sua instituição de origem. A FACIMPA entende como imprescindível o apoio ao aluno em Mobilidade Acadêmica e Internacionalização, quer no sentido de enviar alunos, quer no ato de receber.

3.25.7. Programa Nacional de Mobilidade Acadêmica

A Mobilidade Acadêmica é o processo pelo qual um estudante matriculado em uma instituição de ensino superior da AFYA pode realizar atividades acadêmicas curriculares e complementares em outra instituição do grupo e, após a conclusão dos estudos, obter atestado que lhe permite o aproveitamento, na instituição de origem, dos estudos realizados na instituição de destino.

É uma chance de vivenciar novas experiências e em diferentes contextos, que certamente contribuirão para o aperfeiçoamento acadêmico, profissional e pessoal. A FACIMPA consciente da tendência da sociedade atual para a globalização, além do trabalho para o reforço de projetos regionais, faz dos benefícios da mobilidade acadêmica nacional uma evidência para o compartilhamento de experiências e boas práticas. Neste sentido, entende as seguintes razões para promover a mobilidade acadêmica nacional:

a) Enriquecimento acadêmico: A mobilidade acadêmica permite que estudantes tenham acesso a cursos e professores de outras instituições, o que pode enriquecer sua experiência educacional.

b) Diversidade cultural: A interação com estudantes e professores de diferentes regiões do país promove a diversidade cultural e o entendimento intercultural.

c) Colaboração em pesquisa: Pesquisadores podem aproveitar a mobilidade acadêmica para colaborar em projetos de pesquisa, compartilhando conhecimentos e recursos.

d) Desenvolvimento regional: A mobilidade acadêmica também pode contribuir para o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, pois incentiva o intercâmbio de conhecimentos e a transferência de tecnologia.

Para facilitar a mobilidade acadêmica nacional, a FACIMPA colabora nacionalmente com as demais instituições do grupo, enviando e recebendo alunos interessados em participarem do programa.

3.25.8. Programa de Participação em Centros Acadêmicos, Associações Atléticas, Ligas Acadêmicas ou em Intercâmbios

O espaço aberto da universidade propicia uma mobilização responsável dos alunos na instituição de um canal democrático para o diálogo a respeito de ações, programas e projetos a serem implementadas com o propósito de melhorar a qualidade da FACIMPA e dos seus cursos.

Reconhecendo a importância do surgimento deste canal democrático com a criação de Centros Acadêmicos, Associações Atléticas, Ligas Acadêmicas ou até mesmo a implementação de Programas de Intercâmbios que a FACIMPA fomenta a participação dos alunos nestas atividades, apoiando de modo direto, seja com a disponibilização de suas instalações, apadrinhamento por docentes, suporte acadêmico e científico das coordenações dos cursos e até mesmo com incentivo financeiro, as ações desenvolvidas por estes diversos grupos de alunos.

Assim, na FACIMPA, encontram-se os seguintes programas:

3.25.8.1. Apoio aos Centros Acadêmicos

Os cursos da FACIMPA apresentam como princípios gerais o respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres, e o respeito às diversidades de pensamento e ideologias como possibilidades de crescimento individual e social. Na filosofia institucional, inclui-se, além da preparação de indivíduos para o mercado, a preocupação com a formação do indivíduo que busque reflexivamente e em ações a solução de problemas imediatos da sociedade, constituindo-se em um espaço privilegiado de transformação e conservação do saber, no qual se exercita a reflexão, o debate e a crítica, tendo como proposta explícita a liberdade, a igualdade, a autonomia de direitos, a democracia, a cidadania, a humanização e a sua existência social.

Nesse contexto, os alunos são incentivados, por meio das coordenações de curso, a participar do Diretório Acadêmico da FACIMPA e dos Centros Acadêmicos dos Cursos, a motivar os líderes de turma, eleitos a cada semestre letivo, a manterem essa atividade de forma contínua, dinâmica e renovável. Reuniões periódicas são agendadas pelo coordenador do curso com os líderes, quando são discutidas as diversas questões relacionadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas, científicas e culturais do curso. Além disso, periodicamente, a direção da instituição convida os alunos representantes de todos os cursos para discutirem questões institucionais de interesse da comunidade acadêmica.

3.25.8.2. Fomento às Associações Atléticas

A FACIMPA reconhecendo a importância das Associações Atléticas Acadêmicas como entidades universitárias promovedoras de esporte e lazer, busca suportar as diversas ações destes grupos de alunos, por meio de apoio na organização acadêmica e administrativa das suas ações, com a cessão das suas instalações para a prática de esportes, calouradas, eventos desportivos e festivos, bem como, de cunho de responsabilidade social.

Registre-se, também que a FACIMPA apoia as atividades das Associações Atléticas dos seus cursos, suportando a participação dos alunos nos jogos internos e externos. Ademais, como fomento às atividades destas associações a FACIMPA realiza periodicamente atualização dos dados cadastrais de todas as Associações Atléticas Acadêmicas, de modo a coletar os responsáveis por cada uma destas atividades, e colacionar os dados a respeito dos materiais que possuem e utilizam, os espaços que necessitam e os eventos que realizam.

Deste modo, a FACIMPA pretende suportar e apoiar o prosseguimento destas entidades, criando a cultura de gestão e de realização de atividades de responsabilidade social, por estes grupos de alunos.

3.25.8.3. Suporte às Ligas Acadêmicas

As Ligas Acadêmicas são difundidas no Brasil e fazem parte do cenário do ensino superior, especialmente do ensino médico. Desde que a primeira liga foi criada em 1920 na Universidade de São Paulo (HAMAMOTO FILHO, 2011), objetivando agir no Combate a Sífilis, estas ligas proliferaram substancialmente. A literatura brasileira a este respeito reforça a um só tempo os riscos e as oportunidades para o bom uso deste que pode ser um instrumento útil em cursos da área da saúde. Os últimos dez anos assistiram a publicação de trabalhos científicos desenvolvidos. Isto enfatiza, ainda mais, a importância, para os alunos e docentes, deste mecanismo de extensão universitária.

Destarte, as Ligas Acadêmicas se colocam, como uma oportunidade de socialização dos alunos, espaço para exercício de criatividade e de aprendizado, ação comunitária, definição de vocações, interação com colegas e profissionais, cujo acesso ao currículo formal não facilitaria entre tantas vantagens. Assim, a FACIMPA adotou desde o seu primeiro ano uma política clara a respeito das suas iniciativas de suporte às atividades destes grupos de alunos, já que leva em conta alguns princípios:

a) As Ligas Acadêmicas são de iniciativa totalmente livre dos alunos;

b) A liberdade inclui, também, a responsabilidade de prover todos os insumos sem a interveniência de qualquer instância acadêmica;

c) As Ligas Acadêmicas apoiadas pela FACIMPA podem funcionar no espaço físico da IES e contar com professores do corpo docente;

d) O apoio das Coordenações dos Cursos da FACIMPA à existência da Liga Acadêmica é condicional e de natureza discricionária dependendo da concordância entre projeto e atuação da Liga e o Projeto Pedagógico do Curso;

e) Sendo os recursos de qualquer IES limitados, pode tornar-se inviável apoiar tantas ligas quantas desejadas;

f) A negativa de apoio à liga, conquanto discricionária, terá sempre seus motivos explicitados.

Neste sentido, a FACIMPA privilegia a criação de ligas que:

a) Sejam consistentes com o perfil generalista da formação do médico;
b) Ofereçam mais vagas para alunos;
c) Tenham mais alunos inscritos;
d) Apresentem produção científica;
e) Desenvolvam projetos de interação com a comunidade;
f) Privilegiem metodologias ativas na sua prática pedagógica;
g) Tenham resultados educacionais relevantes;
h) Tenham resultados científicos relevantes;
i) Tenham resultados assistenciais relevantes.

Deste modo, a FACIMPA, demanda que as Ligas Acadêmicas:

a) Tenham um processo seletivo público, impessoal e transparente;
b) Tenham Estatuto;
c) Apresentem anualmente, no início do ano letivo, um projeto de ação;
d) Apresentem ao final do ano um relatório de ações executadas e resultados alcançados.

Para suporte às ações das Ligas Acadêmicas a FACIMPA, oferece:

a) Espaço físico;
b) Laboratórios da IES;
c) Carga horária de professores;
d) Acesso às plataformas digitais para as suas atividades.

Saliente-se que a organização das Ligas Acadêmicas da FACIMPA ocorreu, desde o seu início, e foi estruturada de forma a garantir a liberdade dos discentes com o apoio da Coordenações do Curso e da COPPEXII, apenas mediante ao atingimento de critérios adequados.

Por isso, os discentes que lideram as atividades das Ligas Acadêmicas são instados a participar das atividades de formação docente de forma a aprenderem a utilizar as metodologias pedagógicas adequadas, especialmente de serem qualificados para não prepararem apenas aulas teóricas, nas atividades didáticas das Ligas Acadêmicas.

3.25.8.4. Programa de Nivelamento

A FACIMPA, preocupada com a qualidade do ensino e a formação do seu alunado, executa uma política de ação sistemática voltada para a recuperação das deficiências de formação do ingressante dos diversos cursos da instituição, instituindo a Atividade de Nivelamento Básico, com atividades gratuitas de Português, Matemática, Biologia, Química e Física.

Tal iniciativa tem como maior objetivo dar oportunidade aos alunos de revisarem essas matérias. Espera-se que o nivelamento responda satisfatoriamente às expectativas dos alunos e da instituição, pois, além de serem revistos os conteúdos básicos, necessários ao adequado prosseguimento de seus estudos em nível superior, favorecerá seu desempenho acadêmico na fase inicial do curso superior escolhido.

Refira-se que as atividades de nivelamento serão disponibilizadas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) no CANVAS, que são acompanhadas por docente que irá promover encontros presenciais e apoiar os alunos em suas dificuldades. A relação atual de disciplinas disponíveis são as seguintes:

- Leitura, Escrita e Interpretação
- Raciocínio Lógico
- Vida, Matéria e Energia

As atividades de Nivelamento Básico concebem-se como atividades extensionistas com o propósito de reduzir os índices de evasão e de reprovação dos alunos matriculados no primeiro e segundo semestres dos cursos ofertados pela FACIMPA, que utilizará métodos pedagógicos destinados à reestruturação do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos básicos do Ensino Médio não assimilados por tais alunos. Ressalte-se que alunos matriculados em semestres distintos dos previsto no caput do presente artigo poderão, por orientação do atendimento psicopedagógico ou da coordenação de curso, serem autorizados a realizarem as atividades extensionistas de Nivelamento.

São objetivos das Atividades de Nivelamento Básico:

- Ofertar a recuperação e o adensamento de conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos no Ensino Superior;
- Facilitar o acompanhamento dos conteúdos do curso escolhido pelo aluno;
- Reduzir as dificuldades dos alunos, no processo de ensino-aprendizagem do curso de Ensino Superior, escolhido pelo aluno;
- Evitar e reduzir problemas de evasão e reprovação dos alunos já nos primeiros períodos do curso de Ensino Superior, escolhido pelo aluno;
- Fomentar o aprendizado de conhecimentos prévios, que são pré-requisitos para o prosseguimento no Ensino Superior;
- Oferecer a aquisição de competências básicas para o domínio dos conhecimentos em Português, Matemática, Física, Química e Biologia;
- Alertar o aluno para a mudança de atitude em face do processo de aprendizagem, fomentando a sua capacidade de autodidatismo;
- Promover um trabalho integrado e interdisciplinar entre as atividades de nivelamento e os Cursos de Ensino Superior ofertados;
- Facultar a interatividade entre os docentes e os alunos envolvidos nas atividades de nivelamento;
- Promover atividades que estimulem o raciocínio lógico.

3.25.8.5. Programa de Monitoria

A FACIMPA tem como interesse primordial gerar recursos humanos de qualidade intelectual e tecnológica para atuarem nas funções inerentes às suas formações profissionais. Para tanto, além da busca da excelência em suas atividades didáticas e laboratoriais, mantém, junto à comunidade acadêmica o Programa de Monitoria, gerido pela CoPPEXII. O Programa de Monitoria da FACIMPA tem como objetivo, oportunizar ao monitor experiência da vida acadêmica, promover a integração de alunos de séries ou períodos mais avançados com os demais, a participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas do curso, além de treinamento em atividades didáticas.

Ademais, o programa visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência. Assim, o aluno monitor desenvolverá suas atividades em contato direto com os colegas e com o professor orientador, adquirindo, através de suas experiências, habilidades diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. Levando-se em conta a melhoria da qualidade do ensino e a quantidade de atividades que o aluno deve realizar em que é natural o surgimento de dúvidas, a FACIMPA mantém o sistema de plantões de monitoria, em que o

monitor, de uma determinada disciplina, está disponível, semanalmente, para orientar os colegas na execução de trabalhos e auxiliá-los nas dúvidas.

Note-se que as monitorias são modalidades de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinadas aos alunos regularmente matriculados, podendo ser remunerada, por meio do pagamento de bolsa, ou voluntária. Registre-se que as atividades do Programa de Monitoria são praticadas em estreita colaboração entre monitor, alunos e professor, tendo sua organização no Curso de Direito da FACIMPA, e será realizada em horário extracurricular. Aponte-se, também, que as atividades do Programa de Monitoria obedecem a um plano de trabalho elaborado pelo professor responsável pela disciplina em que a monitoria está vinculada, sob a orientação das Coordenações de Curso.

3.25.8.6. Intermediação e Acompanhamento de Estágios não Obrigatórios Remunerados

No intuito de oportunizar a participação em atividades de estágios remunerados aos alunos da FACIMPA, os seus cursos realizarão a intermediação e o acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados. A intermediação e o acompanhamento serão realizados, por meio da assinatura de convênio entre e a IES e a empresa/organização pública que remunerará o aluno. Esta categoria de estágio não pode ser aproveitada como atividade de estágio obrigatório, devendo o aluno realizá-la de modo complementar, objetivando acrescentar conhecimentos práticos de modo suplementar aos conhecimentos adquiridos em seu curso, previsto nas diretrizes curriculares do curso.

3.25.9. *Ouvidoria*

A Ouvidoria é o órgão autônomo superior da FACIMPA, com caráter essencialmente administrativo e visa contribuir para a realização dos direitos dos alunos, docentes, colaboradores técnico-administrativos e comunidade externa no âmbito das ações e relacionamentos da FACIMPA, em todas as instâncias envolvidas.

Sem embargo, a Ouvidoria da FACIMPA configura-se no *locus* no qual sugestões, elogios, palavras e ideias transformam-se em ações tangíveis, moldando o ambiente acadêmico e de serviços que atende às necessidades de todos os atores da comunidade acadêmica.

Por isso, é possível afirmar que a Ouvidoria da FACIMPA é o ponto de encontro, no qual toda a comunidade acadêmica, alunos, docentes, colaboradores técnico-administrativos, comunidade externa, bem como, todos aqueles impactados pelos serviços, podem expressar

suas opiniões de maneira livre e aberta, seja para compartilhar preocupações, levantar questões importantes, elogiar uma experiência positiva ou contribuir com sugestões valiosas.

A FACIMPA acredita que cada palavra compartilhada é uma oportunidade de fazer a diferença. Por isso, quando a comunidade acadêmica se envolve com a Ouvidoria, se estabelece uma oportunidade de relacionamento sem igual, uma vez que é possível identificar preocupações, questões importantes, experiência positiva e sugestões valiosas, servindo a mesma de guião, ou seja, contribuindo de sobremaneira para a tomada de decisão de modo estratégico, sempre orientada pelos princípios de imparcialidade, legalidade e ética profissional.

Deste modo, o propósito da FACIMPA, neste domínio, é o desejo de aprimorar constantemente o ambiente acadêmico e os serviços que oferece. Oportunizando, à toda a sua comunidade acadêmica, alunos, docentes, colaboradores técnico-administrativos, comunidade externa, bem como, todos aqueles impactados pelos serviços, uma experiência de aprendizado e interação que não apenas enriqueça a sua jornada educacional, mas também deixe uma marca positiva por integrar e se relacionar com a FACIMPA.

Frise-se que a Ouvidoria tem como papel fazer a mediação entre alunos, professores, funcionários e comunidade externa em geral e as instâncias administrativas da FACIMPA, visando à agilização administrativa; melhorias nos serviços prestados; auxílio no planejamento das ações institucionais; atendimento às necessidades expressas, contribuindo para o bem-estar de toda a comunidade acadêmica.

Os serviços da Ouvidoria da FACIMPA são disponibilizados no seu site institucional, canal criado exclusivamente para registrar, processar e agilizar as solicitações. Nele, é possível ter acesso às informações necessárias e aos caminhos corretos através das perguntas frequentes para acessar os serviços e processos acadêmicos. As informações demandadas são tratadas com discrição e sigilo, havendo na FACIMPA uma pessoa que atua como focal deste serviço, a quem compete dar os encaminhamentos pertinentes.

3.26. Inclusão e Acessibilidade

A FACIMPA baseada em suas políticas de inclusão e acessibilidade, bem como em seus valores, constituiu uma Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA), com as seguintes competências:

a) Verificar e analisar, de forma permanente, as necessidades educacionais especiais para seus discentes, proporcionando uma visão inicial de quais ações serão necessárias para

a sua permanência na instituição, garantindo a acessibilidade e a aprendizagem no ensino superior;

b) Discutir, propor e implementar ações de aprimoramento das políticas referentes à infraestrutura acessível, à acessibilidade pedagógica e curricular, à acessibilidade na comunicação e ao incentivo à pesquisa e inovação em acessibilidade no âmbito da instituição;
c) Desenvolver atividades de sensibilização da comunidade acadêmica (técnica, docente e discente) para informações relevantes às PcDs (pessoas com deficiência) e para políticas de inclusão e acessibilidade no âmbito educacional na sociedade em geral, tais como:
    I. Oferta de conteúdo/disciplinas eletivas/optativas, e/ou cursos, e/ou seminários, e/ou mesas redondas na modalidade remota ou presencial, sobre Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade;
    II. Oferta da disciplina de Libras, para discentes de todos os cursos de graduação;
    III. Oferta do curso de Libras, na modalidade remota e/ou presencial, para discentes, docentes e técnicos administrativos.

A CIA será coordenada pelo Núcleo de Experiência Discente - NED, sendo constituída por uma equipe multidisciplinar, estando regulamentada por diretrizes próprias.

3.26.1. Atendimento às demandas de Acessibilidade e Inclusão dos Alunos com deficiência

A FACIMPA, adota a inclusão e acessibilidade como um valor para além da mera obrigação. A Agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas busca garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e promover oportunidade de aprendizagem permanente para todos (ONU, 2015). Muito além dos compromissos implementados por lei, a FACIMPA compreende a inclusão, a acessibilidade e a diversidade como um valor para a sociedade contemporânea, por isso guia-se pela consciência de que antes de tudo, todos são seres humanos, lutando pelos mesmos direitos e por uma educação de qualidade.

O intuito da FACIMPA é o estabelecimento de projetos educativos que viabilizem o exercício da cidadania e combatam a exclusão, preparando o ambiente acadêmico para receber pessoas com diferentes características, minimizando lacunas ainda presentes entre os direitos adquiridos e a efetivação do acesso e permanência dos discentes, provendo condições que visem à aprendizagem de qualidade. Esta política da FACIMPA aborda questões em relação às principais formas de inclusão e acessibilidade que devem estar presentes em todas as suas ações.

É uma política pautada na concepção de que a inclusão das pessoas com deficiência e neurodiversas no ensino superior deve ser aplicada a:

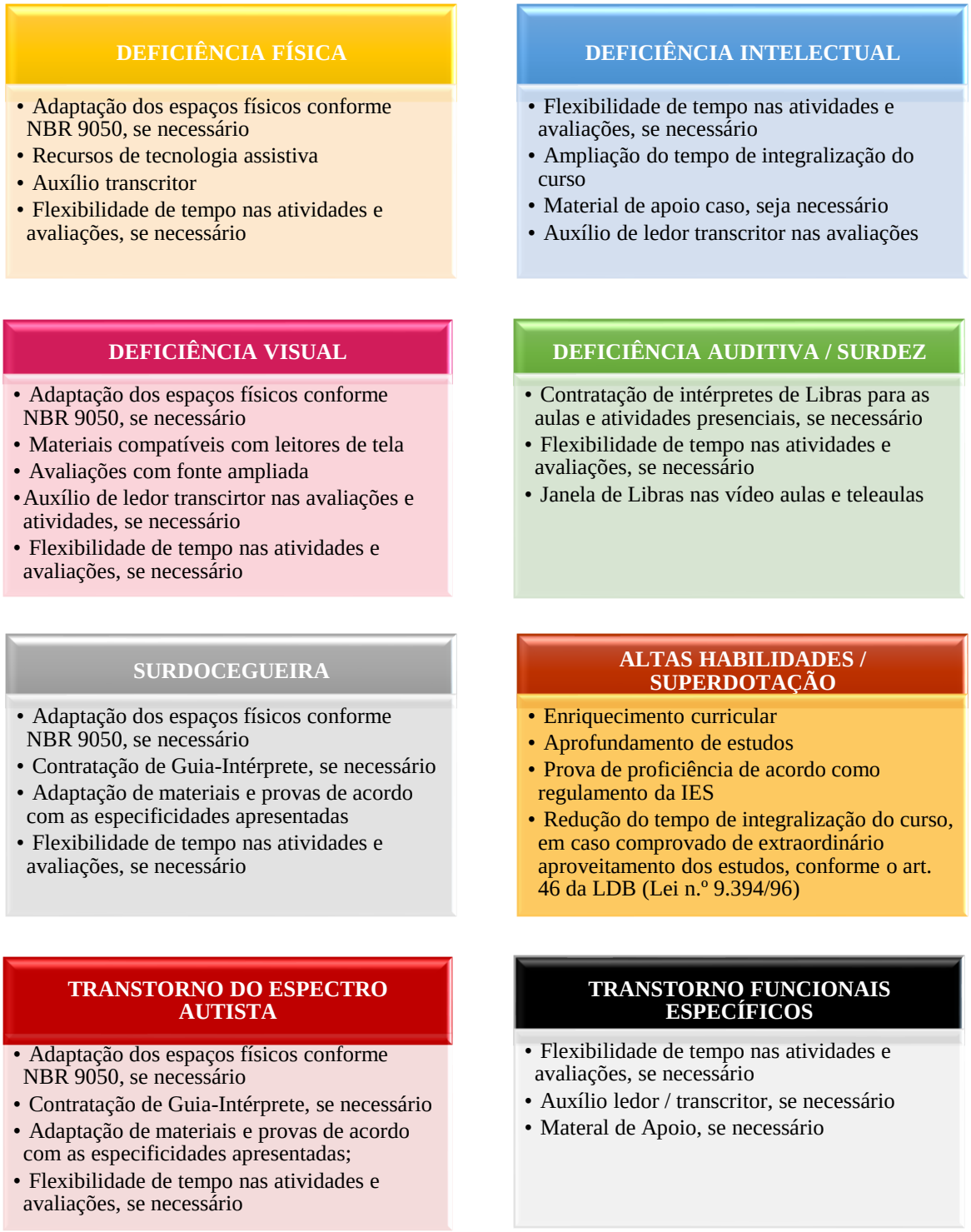
a) Ingresso
b) Permanência
c) Acessibilidade pedagógica e curricular
d) Acessibilidade na comunicação
e) Acessibilidade arquitetônica, técnica e atitudinal

Este plano representa os primeiros passos de um processo contínuo de construção cotidiana para uma formação onde o "ser humano" é o principal ponto de atenção. Considerando que o início das atividades acadêmicas costuma ser o período mais complicado para este público, apresenta aqui meios para orientar a condução do trabalho, considerando-se que as pessoas são únicas e repletas de potencialidades. Todos os estudantes regularmente matriculados, caracterizados como público-alvo da educação especial, poderão receber o Apoio Educacional Especializado – AEE. Compõem esse público estudantes com:

a) Surdez, deficiência auditiva, surdo-cegueira
b) Cegueira, baixa Visão, visão monocular
c) Deficiência Física/Mobilidade Reduzida
d) Deficiência Intelectual
e) Altas Habilidades/ Superdotação
f) Transtorno do Espectro Autista (TEA)
g) Transtornos Funcionais

Os casos de estudantes não classificados como público-alvo da educação especial, mas que apresentam outras condições que interfiram no processo de ensino e aprendizagem, como transtornos funcionais específicos (dislexia, discalculia, déficit de atenção e/ou hiperatividade etc.) e outros distúrbios de aprendizagem, também poderão ser orientados pelo NuEEI, quando for solicitado. O que se pretende realizar adotando algumas ou todas as intervenções sugeridas no quadro a seguir, em acordo com a necessidade do aluno, público alvo da educação especial:

Figura 11: Ações de Inclusão e Acessibilidade aplicadas ao Público Alvo da AEE



Fonte: Dados Institucionais

Cabe ressaltar que todo este trabalho é pautado na da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência) que tem por objetivo, propiciar condições de acesso e

equidade, no exercício dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, por meio da inclusão social e por ações que permitam o seu acesso e desenvolvimento com autonomia.

3.26.2. *Alunos com Transtorno do Espectro Autista*

A política de proteção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo organizada pela FACIMPA para promover oportunidades igualitárias aos acadêmicos com TEA. As ações se baseiam em preceitos legais, assumindo o compromisso institucional nos âmbitos de infraestrutura, currículo, comunicação, informação, programas de extensão e pesquisa. São fundamentadas principalmente na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência), na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para atender à legislação, a instituição disponibiliza recursos como tecnologias assistivas, acervo bibliográfico adaptado, serviços de apoio para atividades e pesquisas, e materiais adaptados conforme as necessidades dos estudantes com TEA.

A política de proteção ao direito das pessoas com TEA está integrada aos Projetos Pedagógicos dos Cursos da FACIMPA, refletida nos currículos, nas ações do Núcleo de Experiência Discente (NED) e no Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Educacional (NAPED), incluindo a capacitação de professores e funcionários, e o fornecimento de recursos para atender acadêmicos com TEA. O NED, junto à Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA), promove o Programa Permanente de Acessibilidade, que conscientiza sobre o TEA por meio de palestras, pesquisas, extensões e publicações, além de oferecer capacitações para docentes e funcionários.

A formação de profissionais para lidar com alunos com TEA é essencial para compreender suas necessidades específicas, como sensibilidade a ambientes (luminosidade, ruídos), inflexibilidade de rotina, estereotipias, dificuldades de interação social, comunicação e interesses restritos. A instituição realiza adaptações curriculares e metodológicas, como ajustes nos materiais visuais, prazos maiores para compreensão de conteúdos e suporte para avaliações e pesquisas. O próprio acadêmico pode participar na definição dessas adaptações, garantindo que sejam adequadas às suas necessidades.

O TEA está associado a dificuldades na interação social, comunicação, interesses restritos e sensibilidade auditiva, além de limitações na interpretação de expressões não-verbais e textos. Hoje, o TEA e a Síndrome de Asperger são considerados dentro do mesmo espectro, diferenciando-se apenas pelo grau de manifestação. A inclusão dos alunos com TEA na

FACIMPA envolve adaptações curriculares e metodológicas para atender às especificidades de comunicação e interpretação, reduzindo as barreiras à inclusão. No momento da matrícula, os alunos que optarem por se identificar com TEA serão contatados pelo NED e apresentados à Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA), onde serão informados sobre os serviços disponíveis e formas de acompanhamento.

Além do suporte psicopedagógico oferecido a todos os alunos, os estudantes com TEA poderão contar com estratégias específicas mediante solicitação formal, participação no programa e decisão sobre as medidas que melhor atenderão às suas necessidades acadêmicas e permanência no curso. A saber:

i. Desenvolvimento de um breve Plano de Educação Individualizado (PEI), identificando metodologias/atividades que o discente se sinta mais familiarizado e confortável. Este documento será encaminhado à coordenação de curso e aprovado por colegiado/NDE visando planejamento e previsibilidade das atividades e formas de avaliar o desenvolvimento do aluno.

ii. Apresentação do cronograma/plano de ensino dos conteúdos em que estiver matriculado em ambiente particular. Neste momento, o aluno poderá tirar dúvidas e identificar, junto ao NED/CIA, possibilidades de inclusão/adaptação curricular. Os professores serão incentivados a apresentar, com a devida antecedência, toda e qualquer alteração de cronograma, criando previsibilidade ao discente com TEA. A previsibilidade diminui a ansiedade das pessoas diagnosticadas com TEA.

iii. Desenvolvimento de um cronograma de estudos e atividades para o semestre letivo.

iv. Em alguns casos de TEA, um acompanhante terapêutico (membro externo a comunidade acadêmica, responsabilidade da família) ou um mentor/apoiador discente (veterano, colega de sala e/ou bolsista destinado à atividade pela FACIMPA) em sala de aula pode ser benéfico.

- A solicitação desse acompanhamento pode ser indicada pela FACIMPA, família e professor ou pelo próprio discente. A este acompanhante terapêutico, caso não seja membro da comunidade acadêmica, será liberado a entrada em todos os ambientes a que o discente tem acesso na IES por todo o período de graduação ou em momentos específicos, como avaliações ou apresentação de seminários/trabalhos acadêmicos.

- O acompanhante terapêutico deverá assinar termo de responsabilidade em que fique claro que ele não tem vínculo acadêmico com a IES, não tendo direito a certificado de participação em atividade, presença, notas ou diplomas.

v. Poderão ter recursos como ledor, transcritor e, caso solicitado e aprovado pela Comissão de Inclusão e Acessibilidade - CIA, de um profissional que auxilie o aluno no processo interpretativo das mensagens dos enunciados das atividades avaliativas para que possa realizar a avaliação com melhor desempenho, de modo que usufrua das mesmas oportunidades dos demais candidatos sem o diagnóstico de TEA em sua amplitude, sendo, nestes casos, de

responsabilidade da família do aluno, ficando a FACIMPA responsável por oportunizar o livre acesso desta pessoa aos espaços acadêmicos necessários.

vi. Os alunos com TEA terão direito ao adicional de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo total de duração das avaliações acadêmicas e, se necessário, poderão realizá-las em locais com menos estímulos, como a sala do NED, biblioteca ou outros lugares adaptados na IES com este intuito.

vii. Todas as estratégias destinadas ao acompanhamento do TEA serão revisadas semestralmente, mediante solicitação formal por parte do aluno no ato da rematrícula ou em qualquer momento durante o semestre.

viii. Atendimento preferencial e capacitado para as atividades administrativas/acadêmicas (biblioteca, secretaria de curso, secretaria acadêmica etc.).

Deste modo, registre-se que a equipe do NED da FACIMPA orienta e acompanha todo o processo de inserção do aluno no ensino superior, o desdobramento das atividades acadêmicas (dificuldades e potencialidades) e o processo de avaliação. Conforme as especificidades do autismo, colabora na orientação do planejamento e propostas avaliativas desenvolvidas junto ao discente. Atua também como apoio e orientação à família, em um exercício mútuo de descobertas e construção de novas possibilidades para o discente autista.

3.26.3. Alunos com Transtornos Funcionais

Os "transtornos funcionais dos alunos" é uma descrição geral que se refere a uma variedade de condições ou distúrbios que afetam o funcionamento ou as habilidades dos alunos em áreas específicas, como cognição, mobilidade, comunicação, emoções, entre outros. Aqui estão alguns exemplos de transtornos funcionais que podem afetar alunos:

i. Transtorno do Espectro Autista (TEA): O TEA afeta a comunicação e a interação social, e pode ser acompanhado por comportamentos repetitivos. Os alunos com TEA podem ter habilidades variadas, e a educação individualizada é frequentemente necessária.

ii. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): O TDAH pode causar dificuldades na concentração, na atenção e no controle de impulsos. Alunos com TDAH podem precisar de estratégias de ensino diferenciadas e apoio para gerenciar seus sintomas.

iii. Transtorno de Aprendizagem, como Dislexia: A dislexia é um exemplo de transtorno de aprendizagem que afeta a leitura. Alunos com dislexia podem ter dificuldades na decodificação de palavras e na fluência de leitura, e podem precisar de estratégias de ensino específicas.

iv. Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC): O TDC afeta a coordenação motora e pode levar a dificuldades nas atividades físicas e habilidades motoras. Os alunos com TDC podem se beneficiar de terapia ocupacional e atividades adaptadas.

v. Transtorno de Comunicação, como Gagueira: Alunos com transtornos de comunicação podem enfrentar dificuldades na fala fluente. Terapeutas da fala podem ser uma fonte de apoio para esses alunos.

vi. Transtornos de Saúde Mental, como Ansiedade ou Depressão: Alunos que sofrem de transtornos de saúde mental podem enfrentar desafios emocionais e comportamentais. O apoio emocional e aconselhamento podem ser necessários.

vii. Paralisia Cerebral: A paralisia cerebral é um transtorno que afeta a mobilidade e a postura. Os alunos com paralisia cerebral podem precisar de adaptações físicas e terapia física.

viii. Síndrome de Down: Alunos com síndrome de Down podem apresentar desafios cognitivos, mas muitas vezes têm habilidades excepcionais em outras áreas. Programas de educação especial e apoio específico são frequentemente necessários.

Deste modo, a FACIMPA entende a importância de reconhecer que cada aluno é único, e as necessidades podem variar significativamente. A inclusão eficaz de alunos com transtornos funcionais requer avaliação individualizada, planejamento personalizado e um ambiente de aprendizado inclusivo que valorize a diversidade de habilidades e necessidades. Além disso, a colaboração entre pais, professores, terapeutas e outros profissionais é essencial para garantir o sucesso educacional desses alunos.

3.26.4. Apoio Psicopedagógico

No âmbito de atendimento ao discente, o Núcleo de Experiência Discente – NED da FACIMPA é o setor responsável por auxiliar emocionalmente o aluno, por meio de orientação psicológica e encaminhamento do mesmo a acompanhamento terapêutico, quando o caso apresentando, deste modo, demandar. Destaque-se que os atendimentos, em regra, são relacionados com a Terapia Breve, trabalho focado no problema apresentado, diferentemente da Psicoterapia, onde o sujeito busca o autoconhecimento e, ao final das sessões realizadas pelo NED, faz-se o encaminhamento, se necessário, para que o atendido dê continuidade ao tratamento. Historicamente, as principais queixas são a falta de concentração, os conflitos pessoais e relacionamentos, a ansiedade, o conflito familiar, a fobia e o luto. Ainda fazem parte do conjunto psicológico desenvolvido pelo NED as seguintes atribuições:

- Acadêmicos que solicitam trancamento do curso: realização de contato com os acadêmicos que solicitam o trancamento do curso, com o intuito de auxiliar caso haja necessidade suporte psicológico ou psicopedagógico, bem como, prestando informações adicionais referentes aos motivos do trancamento e, quando o caso, encaminhando para o setor competente, a fim de auxiliar e apoiar o aluno e, a depender do caso, inibir o trancamento, promovendo a permanência do aluno.

- Desenvolvimento de ações/formação destinadas aos alunos e colaboradores, voltadas à inclusão e promoção da acessibilidade, como cursos de Libras, publicação de documentos (cartilha), etc.

Ademais, o atendimento psicopedagógico oferecido aos alunos da FACIMPA é realizado a partir das necessidades educacionais específicas visando os recursos necessários ao aprendizado e as atividades desenvolvidas, especialmente em relação ao aproveitamento e postura dos alunos frente às mesmas. As ações acontecem através ou em parceria com o Núcleo de Experiência Discente (NED). O atendimento psicopedagógico destina-se aos alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem e/ou são portadores de necessidades especiais. Durante o atendimento ou acompanhamento, são realizadas diversas atividades com o objetivo de identificar a natureza da dificuldade, os bloqueios e as potencialidades do aluno. Através do diálogo, análise da situação individual e do contexto sociocultural do discente, é possível criar estratégias de apoio, motivação, acompanhamento e reorganização da vida escolar objetivando sanar ou minimizar os problemas acaso ocorrentes. O serviço de atendimento psicopedagógico reorienta a prática pedagógica e os professores, quando necessário. Desenvolve atividades motivacionais nas diversas turmas, colabora na resolução de conflitos de natureza relacional e atua como um espaço de escuta e acolhimento aos discentes.

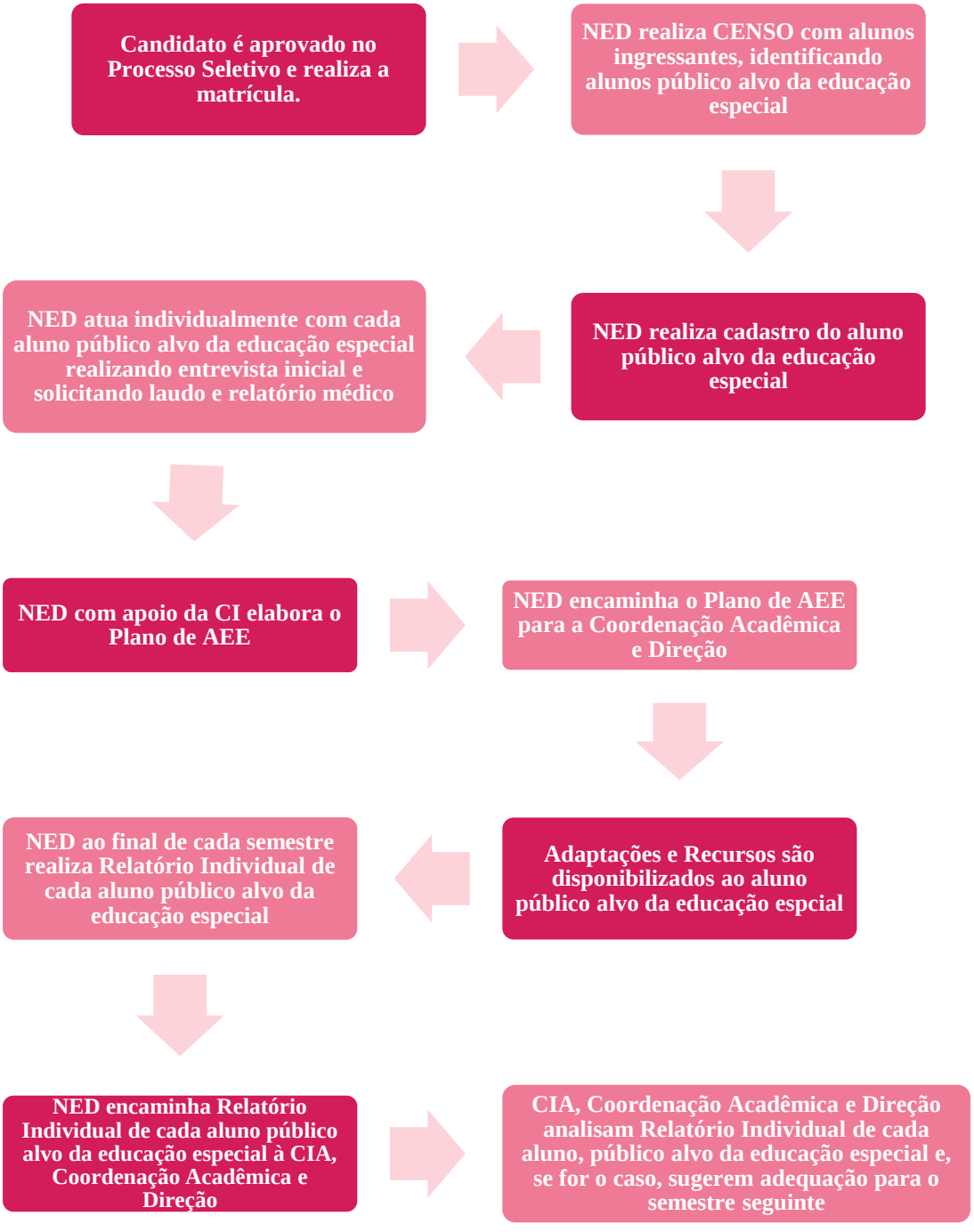
Ainda, de acordo com a Lei nº 12.764, de 2012, a FACIMPA busca contribuir para a construção do conhecimento e formação de alunos com o Transtorno do Espectro Autista - TEA por meio de atendimento psicológico e de propostas metodológicas apropriadas e diferenciadas e de instrumentos avaliativos aplicados sob as perspectivas das necessidades individuais. De modo geral, a FACIMPA apresenta-se profissional e infraestruturalmente preparada para atender às demandas dos alunos que se enquadram como: deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades.

3.26.5. Plano de Apoio Educacional Especializado

Os recursos indicados para proporcionarem uma melhor experiência ao estudante, são organizados por meio de um documento, que tem o nome de Plano de Apoio Educacional Especializado (AEE). Para isso, é necessário que o Núcleo de Experiência Discente (NED), apoiado pela Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA) realize o cadastro do aluno, público-alvo da educação especial, realizando entrevista inicial com informações detalhadas sobre a trajetória escolar do aluno, suas condições de acesso a recursos de tecnologia assistiva, suas habilidades e dificuldades. Deve o NED, com apoio da CIA, elaborar e compartilhar o Plano

AEE com a Coordenação Acadêmica e a Direção, que irão analisar os encaminhamentos, proporcionando ao aluno os ajustes e recursos adequados ao caso. Note-se que o Plano de AEE é direcionado aos alunos que manifestam interesse. Portanto, caso não haja necessidade de uso de nenhum recurso pedagógico especial e diferenciado, deverá o aluno registrar expressamente a dispensa de atendimento adequado. O contato permanente do NED, com a CIA, bem como, com a Coordenação Acadêmica e a Direção, possibilita a realização de adequações no Plano de AEE, quando verificada a necessidade. As ações também são acompanhadas por meio do Relatório Individual, elaborado pelo NED e enviado para os demais atores, ou seja, CIA, Coordenação Acadêmica e Direção, no fim de cada semestre. Todo este fluxo, pode ser visualizado a seguir:

Figura 12: Fluxo de Atendimento do NED



Fonte: Dados Institucionais

A FACIMPA atende à Portaria MEC nº ,de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiênciasque devem ser atendidos pelas IES, bem

como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, queestabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A IES procurará promover a inclusão e o rompimento de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas para que a aprendizagem pretendida seja alcançada por todos, bem como o desenvolvimento de ações que propagam o respeito às pessoas com deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que serão assegurados aos discentes do curso de Direito.

Dessa forma, procurará estabelecer mecanismos e instrumentos legais e operacionais queassegurem às pessoas com deficiência no curso de Direito o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciarão o seu bem-estar pessoal, social e acadêmico.

Em atendimento ao disposto na NBR 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que versa sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, várias ações já foram realizadas, entre as quais destacam-se:

1. eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
2. reserva de vagas em estacionamentos para veículos que conduzam ou sejamconduzidos por pessoas com mobilidade reduzida, devidamente sinalizadas, com rotas de interligação à porta de entrada e saída de pedestres;
3. rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
4. adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acessode cadeira de rodas;
5. instalação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
6. instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários decadeira de rodas; espaços reservados em auditório ou locais de eventos temporários, para pessoas em cadeira de rodas, obesas, com deficiência visual, ou mobilidade reduzida.
7. No que concerne a alunos com deficiência visual, as instalações físicas da FACIMPA dispõem de sinalização permanente, direcional, de emergência, inclusive rotas de fuga e saídas de emergência.

A Instituição, mediante demanda, poderá lançar mão dos seguintes recursos de apoio ao deficiente visual no curso de Direito:

1. Quanto a alunos com deficiência auditiva, a FACIMPA assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:
- propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa;
- adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre aespecificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

2. A respeito do tratamento diferenciado, a instituição está devidamente adaptada e disponibiliza:
- assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- sinalização ambiental para orientação;
- divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- existência de local específico de atendimento;

Não obstante às ações já implementadas, serão realizadas revisões das normas e sua implementação no âmbito da Instituição, que buscará adequar permanentemente as suas práticas e instalações.

4. DIMENSÃO 2: GESTÃO ACADÊMICA, CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1. Gestão Acadêmica

A gestão acadêmica da FACIMPA é um dos componentes mais importantes para assegurar o funcionamento eficiente, a qualidade do ensino e a satisfação dos alunos, professores e funcionários. Deste modo, a FACIMPA entende que as seguintes áreas-chave e práticas na gestão acadêmica são primordiais:

a) Administração de Cursos e Programas: Desenvolvimento e atualização de currículos e programas acadêmicos. Planejamento e programação de aulas, horários e locais. Coordenação da avaliação de cursos e programas.

b) Recrutamento e Desenvolvimento de Docentes: Seleção e contratação de professores qualificados. Treinamento e desenvolvimento profissional contínuo para os docentes. Avaliação do desempenho do corpo docente.

c) Apoio ao Ensino e Aprendizado: Desenvolvimento e implementação de estratégias de ensino inovadoras. Promoção da aprendizagem ativa e do engajamento dos alunos. Fornecimento de recursos de aprendizado, como bibliotecas e laboratórios bem equipados.

d) Avaliação e Melhoria da Qualidade: Coleta de dados sobre o desempenho acadêmico e a satisfação dos alunos. Avaliação de cursos e programas para identificar áreas de melhoria. Implementação de melhorias com base nos resultados da avaliação.

e) Registro e Gerenciamento de Alunos: Admissão de alunos, matrícula e registro acadêmico. Gerenciamento de registros acadêmicos, históricos e informações dos alunos. Apoio aos alunos com questões relacionadas a registros e matrículas.

f) Apoio a Estudantes: Serviços de aconselhamento acadêmico e de carreira. Apoio a estudantes com necessidades especiais ou em situação de risco. Programas de tutoria e mentoria.

g) Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico: Apoio à pesquisa e publicação de docentes e alunos. Promoção de atividades de pesquisa e desenvolvimento acadêmico. Parcerias com outras instituições e órgãos de pesquisa.

h) Avaliação de Desempenho Institucional: Monitoramento do desempenho da IES em termos de metas acadêmicas e objetivos estratégicos. Preparação de relatórios de desempenho para órgãos de acreditação e governo.

i) Planejamento Estratégico e Orçamento: Desenvolvimento e implementação de planos estratégicos acadêmicos. Alocação de recursos financeiros de acordo com as necessidades acadêmicas. Gerenciamento de orçamento para suportar a operação e crescimento acadêmico.

j) Compliance e Regulamentação: Garantia de conformidade com regulamentações educacionais e legislação. Preparação para avaliações de acreditação e auditorias acadêmicas.

Por isso, a FACIMPA, entende que a gestão acadêmica é fundamental para manter e melhorar a qualidade do ensino e das suas atividades de pesquisa, iniciação científica e extensão. Além disso, a colaboração entre a gestão acadêmica, professores e funcionários é essencial para garantir que os objetivos acadêmicos da FACIMPA sejam alcançados e que os alunos recebam uma educação de alta qualidade.

4.2.Gestão do Curso

A gestão do Curso é de responsabilidade da Coordenação e do Colegiado do Curso, e conta com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE), da Direção, Coordenação Acadêmica, da Secretaria Geral, da Bibliotecária e dos demais segmentos institucionais. O Curso recebe ainda apoio pedagógico através do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED), no âmbito da estrutura organizacional da FACIMPA, que se caracteriza

como um órgão de apoio didático-pedagógico e do Núcleo de Experiência Discente (NED), no tocante ao apoio ao aluno.

A FACIMPA valoriza a gestão participativa e colegiada, na qual os sujeitos da comunidade acadêmica são convidados ao envolvimento ativo nos processos de planejamento, execução e avaliação, em vista da consecução das metas e objetivos institucionais, respeitando a estrutura hierárquica e os níveis de responsabilidade. A Instituição compreende que sua permanente atualização e consolidação é resultado de uma prática administrativa e pedagógica que estimula nos indivíduos a interiorização do sentido de pertença a uma comunidade acadêmica. E esse modelo de gestão compartilhada se desdobra para a organização dos Cursos de Graduação. Para garantir o envolvimento, o comprometimento e a corresponsabilidade de todos os atores envolvidos na gestão, várias iniciativas institucionais são propostas tais como:

a. Apoio aos órgãos colegiados da instituição, consultivos e/ou deliberativos;
b. Respeito às decisões tomadas pelos órgãos colegiados;
c. Autonomia e credibilidade aos diferentes setores da instituição, em suas decisões;
d. Garantia de acesso e de proximidade da equipe de gestores aos diferentes membros e grupos da comunidade acadêmica;
e. Valorização do diálogo, da escuta e das relações interpessoais;
f. Avaliação contínua dos processos administrativos e educativos por meio de órgãos e instrumentos próprios;
g. Respeito às competências, às atribuições e à autonomia dos gestores no âmbito de sua competência;
h. Valorização e apoio às organizações acadêmicas, docentes e discentes.

Tanto a Coordenação do Curso quanto os docentes e discentes participam plena e efetivamente da organização administrativa da IES, estando representados nos órgãos colegiados superiores da FACIMPA, ou seja, no Conselho Superior - CONSUP, nos termos do Regimento. Nesse contexto, a gestão do Curso tem sido conduzida através da lógica da construção coletiva dos processos e procedimentos, de forma compartilhada com o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturado (NDE), garantindo assim sua independência e autonomia ao mesmo tempo em que estabelece a necessária articulação com os colegiados superiores.

4.2.1. Gestão do curso de Direito

O Curso de Direito da FACIMPA tem sua gestão fortemente apoiada pela sua Diretoria. Assim, a coordenação do curso será conduzida pelo Professor Doutor em Direito pelo

Centro Universitário de Brasília (2020) e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (2016). Possui especialização em Direito Civil pela Universidade Federal do Piauí (2005) e em Direito Tributário pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (2007), além de graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2002).

Atua como docente do ensino superior, com experiência consolidada em cursos de graduação e pós-graduação em Direito, sendo professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Exerce também a advocacia, com atuação especializada em Direito Público, com ênfase nos temas de responsabilidade civil, direito administrativo, saneamento básico e administração pública. Sua trajetória acadêmica e profissional reflete o compromisso com a formação jurídica de excelência, integrando ensino, prática e reflexão crítica sobre as demandas do setor público e da sociedade.

A atuação da coordenação do curso atenderá à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, tutores e discentes, bem como a representatividade nos colegiados superiores. Possuirá plano de ação, compartilhado com a equipe multidisciplinar e colegiados superiores, será avaliada sistematicamente pela CPA com resultados para atualização do plano de ação e de melhorias contínuas, administrando as potencialidades dos professores do curso, fazendo a integração dos mesmos com toda a equipe de trabalho, em busca de melhoria contínua do curso como um todo.

A coordenação do curso possuirá contato direto com grupos de alunos representantes e reuniões com corpo docente. Mantém vivo um espaço para o diálogo franco e responsável para a viabilização de solicitações e apresentação e propostas, por diversos canais. Com experiência em magistério e em gestão, a coordenadora de curso terá ainda o apoio de outros profissionais que contribuirão na condução do curso em áreas específicas, como é o caso do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenação de Estágios, Trabalho de Conclusão de Curso, Núcleo de Experiência Discente (NED), Núcleo de Apoio e Experiência Docente (NAPED), e Equipe Multidisciplinar, que estarão se destacando pelo perfil de colaboração e apoio à construção do curso.

A gestão do curso será pautada em um Plano de Ações semestral que considerará, além das demandas acadêmicas e administrativa e o atendimento discente e docente, os resultados das avaliações internas e externa como insumo para o planejamento e a melhoria contínua do curso. A autoavaliação do Curso será periódica, através dos resultados das avaliações da CPA.

4.2.2. Regime de Trabalho da coordenação de curso

O Coordenador do Curso atuará em regime integral, com 40 horas dedicadas à gestão do curso e a ministração de algumas disciplinas do curso. A organização da coordenação permitirá o atendimento integral às demandas, considerando as peculiaridades pertinentes a gestão, atendimento contínuo ao docente, discente e membros administrativos, fomentando assim a relação intersetorial dentro do fluxo operacional da IES. Possibilitará, ainda, a participação nos órgãos colegiados institucionais e do curso. Conforme já mencionado anteriormente, as atividades da coordenação serão pautadas no plano de trabalho compartilhado institucionalmente, envolvendoas dimensões política, institucional, acadêmica egerencial, com funções específicas em cada uma delas.

A avaliação do trabalho desenvolvido pela coordenação será realizada com feedbacks constantes da diretoria acadêmica, do NDE, colegiado, professores, alunos e, sistematicamente pela CPA, cujos indicadores estão disponíveis publicamente nos meios de comunicação institucionais. Essas avaliações permitem administrar as potencialidades e dirimir as fragilidades pertinentes à coordenação do curso, assim será fornecido critérios e apontamentos para a melhoria contínua do curso e do processo de ensino-aprendizagem.

4.2.3. Representatividade nos Órgãos Colegiados Superiores, Plano de Ação e Indicadores de Desempenho da Coordenação

A coordenadora do Curso presidirá o Colegiado do Curso, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica operacional, administrativa e disciplinar. Além disso, poderá atuar como representante do Conselho Superior da Instituição, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria de políticas e procedimentos, administrativa, disciplinar e de natureza didático-científica da Faculdade.

O Regimento Interno da FACIMPA prevê a atuação do coordenador no que diz respeito às suas atribuições:

I. Presidir o NDE e o Colegiado de Curso;
II. Propor ao CONSUP ações relativas às atividades de graduação no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
III. Propor e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão relativas aos cursos;
IV. Acompanhar a elaboração do calendário dos cursos em consonância com o calendário acadêmico da Instituição;
V. Orientar os discentes quanto aos aspectos acadêmicos e pedagógicos, por ocasião da matrícula e da renovação de matrícula, em articulação com a Secretaria Geral;
VI. Divulgar as atividades e decisões do Colegiado de Curso;

VII. Orientar e acompanhar a vida acadêmica dos discentes e dos docentes do curso;
VIII. Avaliar o desempenho dos docentes vinculados ao curso;
IX. Manter permanente articulação com todos os núcleos e órgãos de caráter acadêmico, de pesquisa e extensão e administrativo-financeiros da Instituição;
X. Manter permanente articulação com os demais coordenadores de curso, visando a alcançar o provimento eficaz dos recursos humanos e materiais requeridos para funcionamento dos cursos e o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multiprofissionais;
XI. Elaborar o relatório anual de atividades de sua coordenação;
XII. Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
XIII. Encaminhar consultas ao CONSUP, visando a elevar a satisfação dos clientes internos e externos pelo padrão de qualidade dos serviços educacionais prestados pela Instituição;
XIV. Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CONSUP, do (a) Diretor (a) e do (a) Coordenador (a) Acadêmico (a);
XV. Acompanhar os trabalhos empreendidos em nível de avaliação institucional, cursos de nivelamento e atividades do ENADE;
XVI. Articular-se com o meio externo nacional e internacional, no âmbito de sua competência, visando a manter o curso atualizado nas suas respectivas áreas de atuação;
XVII. Atuar nas ações de captação de novos alunos e divulgação das atividades realizadas no âmbito do curso sob sua responsabilidade;
XVIII. Feedback individual dos resultados da avaliação institucional, aos docentes;
XIX. Elaboração do horário de aulas;
XX. Preenchimento de instrumento específico de distribuição das cargas horárias docentes, e envio para aprovação da direção acadêmica (documento preenchido mensalmente e subsidia o pagamento dos professores);
XXI. Emissão de parecer em requerimentos acadêmicos.
XXII. Desenvolver ações de acompanhamento e orientação dos egressos do curso, mantendo relacionamento dos mesmos com a Instituição;
XXIII. Executar outras competências que lhe forem conferidas pelo CONSUP, pelo Diretor (a) e pelo (a) Coordenador (a) Acadêmico (a).

Ressalta-se que, através da Autoavaliação Institucional, serão fornecidos indicadores que permitirão à FACIMPA identificar suas potencialidades e suas oportunidades de melhoria à luz dos eixos/dimensões previstos no SINAES, conforme a Lei nº 10.861/2004 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

A análise dos dados evidencia o processo sistêmico e contínuo de autoavaliação, com oportunidade de reflexão sobre o coordenador e o curso, possibilitando conhecer as potencialidades e os desafios a serem enfrentados. Face a isso, a autoavaliação é entendida como uma importante ferramenta de aperfeiçoamento de gestão, a partir do momento que fornece subsídios para adotar e priorizar melhorias internas. Portanto, após a devolutiva dos

resultados para todos os segmentos envolvidos, os indicadores são analisados e, assim, é elaborado um diagnóstico do curso, em todos os sentidos.

Com base na Autoavaliação Institucional, principal instrumento de coleta dos dados, e também a partir dos demais insumos complementares – Ouvidoria, Programa de Atendimento ao Aluno, Acompanhamento do PDI, entre outros –, a coordenação do curso realiza análise quantitativa dos resultados e inicia a elaboração do plano de melhorias a partir da análise dos resultados da autoavaliação referentes ao curso.

Deste modo, identificadas as oportunidades de melhoria, deve elencar a hierarquia das ações, definindo as prioridades. Após esse alinhamento interno, ocorrem reuniões entre coordenação de curso, NDE, docentes, direção e outros setores que possam colaborar com a implementação das ações saneadoras. Delimitam-se os responsáveis pelas ações, estabelecendo-se objetivos, estratégias, divisão de tarefas e prazos.

4.3. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é órgão de deliberação intermediária da FACIMPA, no campo didático-científico. São atribuições do Colegiado de Curso:

I. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores e tutores, respeitadas as especialidades;
II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CONSEPE;
IV. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
V. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de docentes e tutores;
VI. Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
VII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

O Colegiado do curso de Direito será composto por:

I. O Coordenador de Curso, que o preside;
II. Dois (02) representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido; e,
III. Um (01) representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito à recondução.

Será destituído da função de representante estudantil junto a órgãos colegiados o aluno que deixe de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas,

ressalvados os casos de ausência por motivo de força maior, devidamente comprovado a juízo do Colegiado respectivo devendo haver, imediatamente, a eleição de um novo representante.

O Colegiado de Curso reunirá-se, periodicamente, em reuniões bimestrais ou em caráter extraordinário, em atendimento à demanda do curso. Para cada reunião realizada lavra-se uma ata, que é lida, discutida e aprovada na sessão seguinte. Todas as deliberações oriundas das reflexões e discussões realizadas nas reuniões do Colegiado de Curso são encaminhadas aos respectivos órgãos executores para a viabilização das ações demandadas.

4.4. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui atribuições acadêmicas normatizadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, é o órgão responsável pela pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Assim, o NDE do curso de Direito da FACIMPA possuirá papel fundamental na estruturação e aprimoramento contínuo do curso. Este órgão, estabelecido sob normas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), é responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), garantindo a excelência e relevância do ensino oferecido.

Composto por cinco membros destacados, incluindo o coordenador do curso e 4 (quatro) professores com dedicação integral e parcial, titulação Lato e stricto sensu e, o NDE reflete um compromisso com a qualidade acadêmica e a integração prática. Esses membros foram escolhidos por suas competências e experiência, assegurando a representação adequada de todos os segmentos do curso. O mandato dos membros do NDE será de dois anos, com possibilidade de recondução para assegurar a continuidade das atividades e das diretrizes pedagógicas. Em caso de afastamento, substituição ou indisponibilidade de qualquer membro, incluindo o coordenador, novos integrantes podem ser designados para garantir a plena execução das políticas educacionais e o funcionamento do núcleo. O coordenador do curso preside o núcleo de forma contínua, salvo situações que demandem sua substituição.

O NDE é instrumental na definição do perfil profissional do egresso, atualizando periodicamente o PPC para responder às dinâmicas do ambiente educacional e às necessidades do mercado de trabalho. Este órgão também supervisionará as práticas de avaliação e o desenvolvimento curricular, propondo inovações pedagógicas e ajustes conforme necessário para manter a relevância e a integridade do curso. Além disso, promoverá a integração

interdisciplinar e colaborativa entre as diferentes áreas de ensino, crucial para um ambiente de aprendizagem coeso e integrado.

Responsável por uma gama de atribuições essenciais, o NDE conduzirá reuniões trimestrais convocadas pelo presidente com um aviso prévio (convocação) mínimo de 48 horas, para revisar e aprovar modificações no currículo, avaliar os planos de ensino e assegurar que as diretrizes curriculares nacionais sejam plenamente incorporadas ao PPC. Além disso, o núcleo trabalhará ativamente para fomentar linhas de pesquisa e extensão que não apenas complementarão a formação acadêmica, mas também atendem às exigências contemporâneas e políticas públicas relevantes.

São atribuições do NDE:

I - Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
II - Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
III - Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
IV - Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
V - Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pela Coordenação e Colegiado do curso;
VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso;
VII - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
VIII - Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
IX - Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino e o Projeto Pedagógico do Curso;
X - Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando à Coordenação do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
XI - Emitir parecer opinativo sobre todas as penalidades administrativas que passarem pelo NDE;
XII - Analisar recursos de avaliação após a decisão da Coordenação do Curso;
XIII - Reportar à Coordenação Acadêmica todas as sugestões, modificações e decisões promovidas pelo NDE.

Os membros do NDE são apresentados abaixo:

A composição deve ainda assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso. Integram o NDE do Curso de Direito da FACIMPA os seguintes membros:

Figura 13: Núcleo Docente Estruturante

NOME COMPLETO	REPRESENTAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alexandre Augusto Batista de Lima	Coordenador do curso	Doutor	Integral
Luís Pedro Ferreira Lima	Representante docente	Mestre	Parcial
Sara Brigida Farias Ferreira	Representante docente	Mestre	Parcial
Thiago Tadeu de Amorim Carvalho	Representante docente	Mestre	Integral
Messias Francisco Silva	Representante docente	Mestre	Integral

Fonte: Dados Institucionais

Todas as reuniões do NDE serão registradas em atas e estas subsidiarão o registro dos assuntos discutidos e as decisões tomadas. E, enfim, tomadas as decisões, estas serão socializadas com os docentes e discentes para as devidas adequações, havendo a necessidade, são consultados o Colegiado de Curso e/ou Conselho Superior para a deliberação final.

4.5. Núcleo de Educação à Distância

O Núcleo de Educação a Distância (NEaD) será instituído como uma unidade vinculada à Coordenação Acadêmica, com a responsabilidade de implementar as políticas e diretrizes para a Educação a Distância (EaD) definidas pela FACIMPA. O NEaD será encarregado de garantir a implantação, o desenvolvimento e o aprimoramento contínuo da modalidade EaD, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas eficazes.

O NEaD, subordinado à Coordenação Acadêmica, será responsável pela coordenação administrativa e pedagógica dos cursos e atividades na modalidade a distância. Sua equipe será composta por professores e técnicos administrativos qualificados, que trabalharão de forma interdisciplinar e multidisciplinar em diversos projetos e programas, assegurando a qualidade dos processos educacionais. A finalidade do NEaD é valorizar a EaD como ferramenta para ampliar os espaços educacionais e desenvolver uma cultura institucional favorável à aprendizagem aberta e a distância, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino presencial por meio da integração de recursos pedagógicos e tecnológicos da EaD.

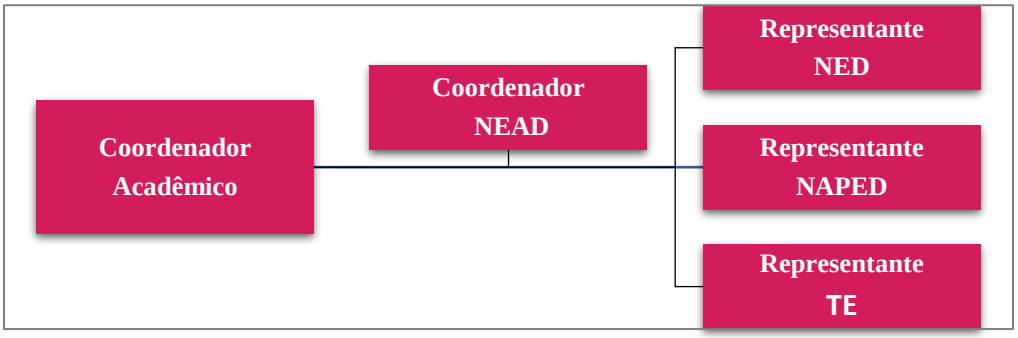
A Educação a Distância é definida como a modalidade educacional em que a mediação pedagógica é realizada por meio de tecnologias de comunicação e informação. Estudantes e professores desenvolvem atividades educativas de forma flexível, em diferentes locais e tempos, proporcionando maior adaptabilidade no processo de ensino-aprendizagem. Os objetivos do NEaD incluirão promover o desenvolvimento humano e profissional, tanto individual quanto coletivo, e disseminar a cultura da EaD dentro e fora da IES. Para isso, o

NEaD se compromete a projetar, implementar e gerenciar os recursos necessários para o ensino-aprendizagem a distância, garantindo eficácia e acessibilidade.

As competências do NEaD incluem oferecer uma variedade de cursos e atividades formativas a distância, capacitar docentes e técnicos para atuar na EaD, promover o engajamento da comunidade acadêmica, coordenar e apoiar iniciativas e experiências na modalidade EaD, além de incentivar a produção de conhecimento e pesquisa na área. O NEaD também será responsável por desenvolver habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD, avaliar projetos, promover eventos relacionados à EaD e garantir a inclusão digital e educacional para todos os estudantes.

A estrutura organizacional do NEaD será constituída pela Coordenação do NEaD, Representante do Núcleo de Experiência Docente - NED para apoio discente, Representante do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente - NAPED para apoio docente, e o Representante de Tecnologias Educacionais - TE.

Figura 14: Estrutura organizacional do NEaD



Fonte: informações institucionais.

As atribuições dos membros do NEaD incluem assessorar a gestão em ações relacionadas à EaD, validar conteúdos didáticos, identificar e implementar novas tecnologias educacionais, incentivar o uso de metodologias de EaD na oferta presencial, planejar e executar disciplinas de EaD, capacitar continuamente docentes e tutores, além de realizar avaliações periódicas dos cursos e disciplinas ofertadas. O Coordenador do NEaD será responsável por supervisionar a execução das disciplinas de EaD, acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, verificar o cumprimento dos Planos de Ensino, realizar reuniões periódicas com docentes e tutores, e coordenar ações de suporte técnico e pedagógico.

Os representantes do NED e NAPED apoiarão discentes e docentes, respectivamente, prestando orientação, promovendo atividades de integração e suporte acadêmico, coordenando a formação continuada, auxiliando na elaboração de materiais didáticos, e incentivando a troca

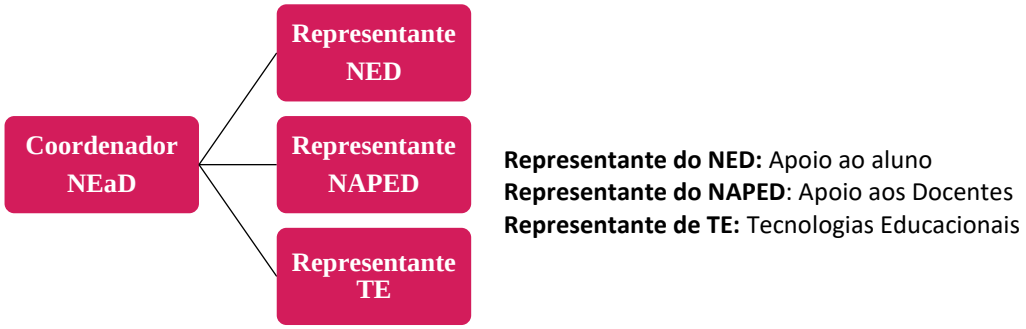
de experiências. O representante de Tecnologias Educacionais (TE) organizará e acompanhará o desenvolvimento das disciplinas, assegurará o funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), promoverá treinamentos técnicos, garantirá a segurança dos dados e gerenciará as ferramentas tecnológicas utilizadas no ambiente de EaD.

4.6. Equipe Multidisciplinar

A educação tem se reconfigurado com as transformações tecnológicas e econômicas, exigindo que o educador se reinvente, adotando novas posturas e aprendendo novas linguagens. O docente deve compreender as implicações das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo a construção autônoma do conhecimento, despertando o interesse do aluno pela pesquisa e avaliando de forma processual e qualitativa. Comprometida com o ensino-aprendizagem, e indo além dos mecanismos tradicionais de transmissão de conhecimento, a FACIMPA implementará, com base na matriz curricular que prevê disciplinas digitais a partir do 5º semestre, uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Esses profissionais terão competência para o diálogo, cooperação e negociação, trabalhando de forma integrada com os coordenadores de curso e os docentes na produção de conteúdos e recursos educacionais digitais.

A produção de materiais didáticos, vídeos, páginas web, objetos de aprendizagem, games e outros recursos, utilizados tanto em disciplinas mediadas por tecnologia quanto no ensino presencial, seguirá as diretrizes do modelo de ensino da FACIMPA e o Projeto Pedagógico de Curso. Esse processo atenderá critérios de concepção, produção, linguagem, acessibilidade e controle de tempo, com a validação de professores e membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE), com titulação em programas de pós-graduação stricto sensu e experiência didática na área de formação. A Equipe Multidisciplinar da FACIMPA incluirá especialistas em desenho instrucional, ambientes virtuais de aprendizagem, revisão linguística, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas web e gamificação, integrados à Gerência de Desenho Educacional. Também fará parte dessa equipe o NAPED, que atuará no suporte acadêmico aos docentes, promovendo situações de aprendizagem inovadoras e alinhadas ao perfil de cada curso.

Figura 15: Organização da Equipe Multidisciplinar



Fonte: Dados institucionais

Esse grupo será responsável pela concepção, validação e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação presencial e a distância. Suas atribuições incluem promover o uso de tecnologia educacional na aplicação de metodologias de ensino-aprendizagem, visando alcançar os objetivos pedagógicos dos cursos da FACIMPA, além de produzir objetos de aprendizagem para as unidades curriculares. Também orientarão os docentes na elaboração de Roteiros de Aprendizagem, integrando metodologias ativas e recursos educacionais digitais à educação presencial.

A Equipe Multidisciplinar atuará de forma integrada com a Coordenação Acadêmica e os coordenadores de curso, com base nas diretrizes de ensino da Afya, apoiando os professores no planejamento e elaboração de materiais digitais. A equipe estará atenta às oportunidades surgidas com os avanços tecnológicos e aos critérios de uso dos materiais desenvolvidos. Em vez de equipes isoladas, esses profissionais especializados colaborarão em torno de objetivos comuns, desenvolvendo os Planos de Ensino e Aprendizagem com processos de trabalho bem definidos.

A FACIMPA investe continuamente na capacitação dos profissionais de graduação, promovendo oficinas de capacitação docente em parceria com o Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED), com o objetivo de aprimorar o desempenho dos educadores e ampliar o uso de recursos tecnológicos na prática pedagógica. A Equipe Multidisciplinar será regulamentada para normatizar sua organização, funcionamento e atribuições, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), alinhados com os critérios estabelecidos pelo INEP no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância.

Essa equipe terá a finalidade de conceber, produzir e disseminar tecnologias, metodologias e recursos educacionais voltados para a educação a distância. Nomeada pela

Coordenação Acadêmica do Núcleo de Educação a Distância (NeaD), contará com um plano de ação anual documentado, além de processos de trabalho formalizados para garantir a qualidade e eficiência na gestão educacional a distância. A principal meta da Equipe Multidisciplinar será validar o material didático utilizado nas disciplinas de EaD, especialmente para cursos de graduação que oferecem até 40% de suas atividades a distância. Esse material será continuamente avaliado pela equipe, em diálogo constante com os docentes, para assegurar sua adequação tanto do ponto de vista didático quanto de conteúdo. Essa abordagem dinâmica de elaboração e revisão garantirá que os materiais permaneçam atualizados, relevantes e alinhados com as necessidades pedagógicas e curriculares dos cursos.

As principais atribuições da Equipe Multidisciplinar incluirão:

- Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos e propor estratégias de intervenção pedagógica;
- Supervisionar a elaboração e a revisão dos planos de ensino das disciplinas;
- Propor e planejar a construção de materiais didáticos e conteúdos das disciplinas ofertadas a distância;
- Validar os conteúdos e os materiais didáticos produzidos pela Equipe de Desenho Educacional da Afya;
- Avaliar a eficácia dos materiais didáticos e propor melhorias contínuas;
- Garantir a segurança e a privacidade dos dados dos usuários no AVA;
- Oferecer suporte técnico aos alunos, docentes e tutores;
- Promover capacitações sobre o uso das tecnologias educacionais;
- Monitorar e avaliar a performance das ferramentas tecnológicas, propondo melhorias;
- Coordenar a produção de materiais de comunicação, como newsletters, campanhas e eventos;
- Analisar e verificar a qualidade dos conteúdos e materiais didáticos desenvolvidos por fornecedores terceirizados;
- Assegurar que os conteúdos estejam alinhados com os objetivos educacionais dos cursos e com as diretrizes curriculares;
- Monitorar e avaliar a performance das ferramentas tecnológicas;
- Promover a integração entre os diferentes setores do NEaD;
- Desenvolver e implementar políticas de inclusão e acessibilidade;
- Participar de reuniões com as Comissões de Avaliação designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para todos os atos regulatórios relacionados à oferta de até 40% de disciplinas EaD no currículo;
- Gerenciar os canais de comunicação interna e externa do NEaD.

A Equipe Multidisciplinar será responsável pelo planejamento, desenvolvimento, validação, publicação e revisão do material didático-pedagógico previsto nos PPCs, apoiando os projetos de EaD na adaptação didática de conteúdos para as linguagens da educação a distância. Suas atribuições incluem o desenvolvimento e aplicação de sistemas para internet e suporte técnico, considerando a abrangência, aprofundamento e coerência teórica, acessibilidade metodológica e instrumental, e a adequação da bibliografia às exigências da formação. Além disso, utiliza linguagem inclusiva e acessível com recursos inovadores.

4.7.Corpo Docente

O corpo docente é um dos pilares de sustentação de um programa educacional. Desse modo, o corpo docente do Curso Direito da FACIMPA contará com docentes qualificados, com titulação obtida em programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu reconhecidos devidamente pela CAPES, inseridos em suas respectivas áreas de atuação e atuando com vistas a uma formação profissional dos acadêmicos, compatível com as exigências do mercado e com a concepção da instituição que se centra em uma educação qualitativa e inovadora.

Os docentes participarão de reuniões periódicas promovidas no curso, pois são momentos de integração entre professores específicos do curso e professores de disciplinas institucionais gerais. Ainda, nestes encontros, o corpo docente sugerido, tem conhecimento e se apropria das ações administrativas e acadêmicas direcionadas ao curso e à IES em geral.

A seguir, algumas atribuições do professor, conforme Regimento Institucional:

I. Participar do projeto pedagógico e institucional;
II. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Colegiado do Curso, por intermédio da coordenadoria respectiva;
III. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
IV. Fomentar o raciocínio crítico com base em bibliografia atualizada, para propor novas leituras/bibliografias, além da proposta;
V. Observar o regime disciplinar da IES;
VI. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados e NDE (Núcleo Docente Estruturante) a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
VII. Não defender ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem as normas legais institucionais;
VIII. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e no Regimento Interno da IES.

Os docentes serão avaliados permanentemente pela Coordenação do Curso, Direção, Coordenação Acadêmica e pelos alunos, através da Avaliação Institucional, com base nos seguintes aspectos:

- Engajamento: a) participando ativamente das reuniões de colegiado superiores, de direção e de coordenação de curso; b) inserindo-se em projetos especiais como iniciação científica, revista científica, estágios, monitorias, TCCs, atividades complementares, responsabilidade social;
- Compromisso: a) fortalecendo a cultura Institucional, sintonizando-se com as informações disponibilizadas pela IES, no site institucional, bem como em outros canais oficiais de comunicação da Instituição; b) assegurando o cumprimento das atividades letivas, observando prazos, oferecendo sempre um retorno às instâncias superiores, oferecendo saídas coerentes para as dificuldades, aproximando-se do aluno não apenas como um professor de determinada disciplina, mas como um educador;
- Qualidade: a) oferecendo conteúdos atualizados; b) demonstrando em exemplos a conexão do seu campo de atuação com a realidade prática; c) disponibilizando fontes de pesquisa e consulta para os alunos; d) mantendo-se como um referencial, exemplo de pessoa e de profissional.

A FACIMPA tem a preocupação de manter, atualizar, capacitar e qualificar o corpo docente por meio de formação continuada, tanto na semana pedagógica realizada no início de cada semestre letivo, bem como em oficinas, palestras, workshops, orientações (individuais e/ou coletivas) dentre outras ações de acompanhamento pedagógico e metodológico, desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED).

Ressalta-se, ainda, que os docentes incentivarão a produção do conhecimento por meio de grupos de estudos criados, compartilharão experiências metodológicas desenvolvidas em salas de aula, levarão estas experiências e estudos a publicações, dentre outras formas de incentivo e de atuação em equipe.

4.7.1. Composição do Corpo Docente e Tutorial, Titulação e Regime de Trabalho

O curso de Direito visa um corpo docente formado por advogados e juristas com destaque na sociedade marabaense em suas áreas de atuação e cidades circuvizinhas. Buscando atender aos critérios de interdisciplinaridade necessários à boa formação em Direito, profissionais de destaque em outras áreas de atuação também participam do curso. O curso de Direito da FACIMPA contará com os seguintes professores comprometidos a fazer parte do seu quadro docente, assim que autorizado:

Quadro 4: Corpo Docente – Titulação e Regime de Trabalho

DOCENTE	NDE	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITUALAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Antonio Henrique da Mata Corrêa	Não	Direito/Administração	Mestre	Integral
Alexandre Augusto Batista de Lima	Sim	Direito	Doutor	Integral
Andreia Monic Viana dos Santos	Não	Letras/Gestão Empresarial	Mestre	Integral
Ceres Daiane Gavioli Ramos dos Santos	Não	Direito	Especialista	Parcial
Cristiane de Menezes Vieira Bline	Não	Direito	Mestre	Parcial
Iêda Cristina Dias Amorim	Não	Direito	Mestre	Parcial
Joana Simony de Souza de Lima	Não	Pedagogia/Direito	Mestre	Integral
Messias Francisco Silva	Sim	Filosofia	Mestre	Integral
Sara Brigida Farias Ferreira	Sim	Direito	Mestre	Parcial
Thiago Tadeu de Amorim Carvalho	Sim	Letras/Direito	Mestre	Integral
Thiago Alves Miranda	Não	Pedagogia/Direito	Doutor	Parcial

Em síntese, o curso possui previsão de contratação de 6 professores em tempo integral, 5 em tempo parcial, totalizando inicialmente 11 professores. Alguns docentes do curso de Direito da FACIMPA já são contratados em regime de trabalho integral, parcial vinculados a outros cursos e outros docentes serão contratados após a autorização do curso. Essa característica permite o atendimento integral à demanda existente no curso, possibilitando que os professores possam realizar as atividades oriundas de suas respectivas unidades curriculares, bem como atendimento ao discente, participação de reuniões colegiadas, ordinárias ou extraordinárias.

O planejamento didático, elaboração e correção das avaliações de aprendizagem, utilização eficiente da plataforma Canvas serão atividades plenamente contempladas pelo regime de trabalho praticado. O processo de planejamento didático que é realizado pelo docente através do Plano de Ensino-aprendizagem será registrado em sistema próprio, o qual será este avaliado e aprovado pelo NDE do curso para sua posterior apresentação aos alunos e execução ao longo do semestre.

As avaliações formativas serão realizadas processual e cotidianamente explorando o espaço da sala de aula. As atividades relacionadas às reuniões colegiadas serão registradas em ata própria à medida que ocorrerem.

Os registros de atividade docente, compreenderá reuniões colegiadas, orientações, aulas, dentre outros, em documentos próprios e sistematizados, possibilitando à coordenação ferramentas para gestão eficiente ao processo de ensino aprendizagem do discente, bem como

o planejamento para melhoria e aperfeiçoamento constante do curso de Direito.

Capacitações pedagógicas e reuniões acadêmicas serão oferecidas para promover o aprimoramento didático, a plena utilização de metodologias ativas, favorecer ao desempenho docente proposto para o curso, a saber, da profissionalização da docência em Direito, de forma a contribuir para uma formação que conjugue teoria e prática, e torne o processo de aprendizagem significativo para o aluno.

O corpo docente demonstrará e justificará a relação entre sua titulação e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para analisar os conteúdos dos componentes curriculares (aferida pelo conhecimento do conteúdo, experiência profissional, de magistério e gestão do ensino superior do docente, observada pela banca examinadora de contratação docente), bem como assegurará a relevância de tais conteúdos para a atuação profissional e acadêmica do discente.

Com base nas estratégias didáticas e organização metodológica do docente (observadas pela banca examinadora para contratação docente) bem como a bibliografia básica, complementar e sugerida, observadas nos Planos de Ensino, o corpo docente será capaz de favorecer o raciocínio crítico e proporcionará o acesso a conteúdos de pesquisa (periódicos sugeridos), relacionando-os aos objetivos do curso, dos componentes curriculares e ao perfil do egresso.

4.7.2. Experiência no Exercício da Docência do Corpo Docente

O Corpo Docente do Curso de Direito da FACIMPA será composto por profissionais com ampla experiência e renome em suas áreas de formação. A maioria dos docentes previstos, incluindo todos os membros do NDE, possuem anos de experiência profissional. Dentre os membros que estarão compondo o corpo docente se incluem profissionais de diversas áreas de formação, em sua grande maioria da saúde, que trabalham os componentes curriculares básicos até os conteúdos profissionalizantes, de acordo com as exigências das competências a serem desenvolvidas, de maneira a fomentar o pensamento multiprofissional e interdisciplinar no ambiente de aprendizagem, contextualizando os conteúdos teóricos indicados nos Planos de Ensino-Aprendizagem com a prática vivida em sua atividade profissional.

No campo da docência os professores e/ou tutores previstos possuem experiência na atuação no ensino superior e com uma formação profissional que permite contemplar com excelência o domínio dos conhecimentos, os conceitos de interdisciplinaridade e atuação em equipe destacados ao longo do curso. Alguns estarão transitando por mais de uma unidade

curricular do curso, permitindo que o aluno tenha a referência de professores que contribuem para a sua formação, tanto em componentes curriculares teóricos, quanto práticos, o que ajuda a contribuir com a visão integral do conhecimento.

No tocante ao ensino à distância, o papel do docente será mediar a relação aluno e a informação, de forma que ele seja o construtor do conhecimento, passe a ser autônomo. Assim, o ensino mediado por recursos que vão além da fala do professor, deixa de ser uma imposição de ponto de vista para se tornar uma troca e, nesse processo, o professor-tutor é um gestor de aprendizagem. Quanto maior sua experiência, mais exitosos serão os métodos de ensino-aprendizagem e maior sua capacidade de apresentar exemplos contextualizados e aplicados aos recursos do EaD. Pautados na experiência e vivência de suas atividades profissionais, os docentes e/ou tutores estão aptos em identificar desvios que possam comprometer a prática de aprendizagem dos discentes e, assim, introduzir efetiva atitude de resgate por meio de apoio acadêmico que podem ocorrer por adequações nos instrumentos de avaliação formativa e somativa, de atividades complementares ou ainda apoio externo como monitorias e apoio psicopedagógico. Estes ocorrerão independente de qual seja o fator motivador, por diminuição de rendimento acadêmico ou por necessidade de acessibilidade.

Os docentes e/ou tutores valorizarão a prática de ensino por meio de linguagem acessível respeitando o desenvolvimento acadêmico de cada turma dentro do seu nível de complexidade e buscando o incentivo à evolução contínua do aprendiz. Para tanto, estabalecer-se-á a articulação com o contexto previsto nas unidades curriculares, com as práticas vivenciadas pelo docente em seu campo de atuação profissional. Promoverão avaliações de rendimento pautado em processos formativo e somativo, compatíveis com cada a unidade curricular e com o desenvolvimento acadêmico dos discentes, servindo de fomento para adequações na sequência de atividades previstas no período letivo.

A ampla experiência na prática da docência superior, nas modalidades presencial e a distância, associado a posição de destaque destes como profissionais, se traduz no exercício pleno de liderança e exemplo de atuação, facultando ao discente o modelo de profissional para sua formação.

A experiência do corpo docente previsto para o curso de Direito será apresentada, de acordo com a profissionalização da docência nos cursos superiores de saúde, nas modalidades presencial e a distância, considerando, também, o perfil do egresso constante no PPC, o corpo docente previsto demonstra e justifica a relação entre sua experiência na docência superior e seu desempenho em sala de aula de modo a caracterizar sua capacidade de promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem acessível

às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercendo liderança que será reconhecido pela sua produção.

4.8. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente e Tutorial

Para além de uma formação essencialmente tecnicista, a FACIMPA incentiva e promove práticas que reúnem as vertentes de produção científica, cultural, artística e tecnológica dos seus docentes. Especiamente, na vertente científica, a IES, conforme já explicitado em item próprio, apresenta um programa consolidado de Iniciação Científica. O programa conta com duas modalidades de participação, a saber: remunerada, oportunidade em que discente- pesquisador e docente-orientador recebem fomento institucional e, ainda, voluntária. Em termos de grupo Afya, tem-se, ainda, o programa Afycionados por Ciência, em duas modalidades, quais sejam: uma voltada para o custeio de participação em eventos científicos, nacionais e internacionais; e outra que cuida de fomento de iniciação científica e tecnológica. Ainda em relação à produção científica, deve-se destacar a realização do Simpósito de Pesquisa e Extensão da FACIMPA. Trata-se de um evento institucional que é pensado para aproximar a comunidade acadêmica dos ciclos de comunicação científica e de pesquisa.

De maneira externa, a IES atua, diretamente, na promoção e no incentivo da construção científica discente e docente. Como exemplos, pode-se citar o compromisso de financiamento e custeio, por parte da FACIMPA, da participação de docentes e colaboradores nas edições anuais do Fórum STHEM Brazil, que reúne práticas exitosas e metodologias ativas; Afya Ventures, que se trata de um centro de empreendedorismo unificado, em que alunos, docentes e colaboradores contarão com o suporte da companhia para desenvolver seus projetos; o Fórum Interregional de Práticas Extraordinárias no Ensino Superior, que ocorre no evento NAPED Day e que reúne docentes de todas as unidades do grupo Afya para socializaçãoe compartilhamento das práticas de sala de aula, com enfoque para a promoção demetodologias ativas e inovadoras. E ainda, é importante destacar a Revista Multidisciplinar, um periódico científico especializado, nacional, aberto a contribuições da comunidade científica nacional, arbitrada e distribuída a leitores do Brasil.

Como desdobramento deste contexto, é perceptível que a maior parte dos docentes

previstos para o Curso de Direito da FACIMPA possui publicações científicas, culturais, artísticas ou tecnológicas, o que redunda em, pelo menos, 50% dos docentes apresentam nos últimos 3 (três) anos no mínimo 9 (nove) publicações.

4.9. Corpo Tutorial

Na FACIMPA defende-se que, para a oferta de uma educação de qualidade, presencial ou a distância, é necessária uma organização eficiente por parte da Instituição. Em especial no ensino a distância a presença de uma equipe multidisciplinar com profissionais preparados para atuar nesta modalidade de educação é fundamental. Por isso, a IES deve estar preparada para oferecer ao aluno do Curso de Direito, a partir do 5.º (quinto) período, momentos de interação em quantidade e qualidade adequados e tutores preparados para atuar na mediação destes processos. Assim, a FACIMPA entende que os profissionais que atuarão na atividade de tutoria no Curso de Direito, preferencialmente, devem demonstrar:

a) conhecimento das rotinas de trabalho;
b) domínio em informática básica e do ambiente virtual de aprendizagem;
c) conhecimento sobre educação a distância e sobre o curso;
d) conhecimento técnico pleno da disciplina ministrada;
e) domínio dos fundamentos didático-pedagógicos, estruturas e metodologias referentes a educação a distância;
f) compartilhamento da filosofia e objetivos desta modalidade de ensino;
g) atitudes como organização e planejamento, pró-atividade, automotivação, empatia, equilíbrio emocional, flexibilidade, assiduidade, comprometimento, liderança e criatividade, capazes de dar o apoio ao desenvolvimento pessoal, motivação e estímulo ao aluno;
h) habilidades para os relacionamentos interpessoais; comunicação oral e escrita para receber e transmitir informações de forma clara e concisa e aptidão para o trabalho em equipe.

Destaque-se que a FACIMPA compreende a Educação a Distância suportando oportunidades de interação com as ferramentas de conteúdo, o que se pretende realizar de modo colobaorativo, portanto, não solitário. Além disso, a FACIMPA entende que a construção do pensamento no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA também não deve ser limitada. Desse modo, cabe ao professor/tutor dominar as tecnologias de interação e o conteúdo da disciplina, para estar sempre pronto para esclarecer possíveis dúvidas dos estudantes.

Ressalte-se que durante o desenvolvimento da disciplina, as funções básicas do professor/tutor no Curso de Direito da FACIMPA deverão incluir: Conhecimento sobre educação a distância e a metodologia adotada pela IES, para desenvolver suas ações docentes com excelência e segurança.

- Habilidades na utilização das tecnologias da informação e da comunicação.
- Envio e recebimento de e-mails e avisos.
- Mediação dos Fóruns de Dúvidas e Fóruns Avaliativos.
- Realização de webconferências para elucidação de dúvidas ou exposição de conteúdo.
- Elaboração e revisão de questões e atividades para as avaliações, além da correção de avaliações e publicação de feedback individual.
- Dessa forma, as atividades do professor/tutor abrangem:
- Responder às dúvidas referentes ao conteúdo da disciplina.
- Mediar a participação nos fóruns.
- Estimular a participação construtiva e a concepção coletiva dos conhecimentos.
- Provocar debates e interações entre os discentes e o discente mediador.
- Promover discussões dentro dos objetivos do curso para ensejar novos conhecimentos.
- Resolver conflitos.
- Conhecer o calendário acadêmico das turmas e disciplinas que estejam alocadas.
- Informar aos estudantes sobre seus critérios de avaliação no Plano de Ensino da Unidade de Aprendizagem.
- Elaborar atividades buscando a aplicação das metodologias ativas, para que os discentes obtenham as competências descritas no plano de ensino da disciplina.
- Utilizar estratégias para que os discentes cumpram as tarefas, obedecendo aos prazos de entrega.
- Realizar correções das avaliações conforme os padrões de excelência estipulados pela IES.
- Cadastrar atividades de avaliação, postar notas e publicar no diário de classe via sistema acadêmico.
- Avaliar e dar feedback da participação de cada discente.
- Programar atividades utilizando o fórum ou outras ferramentas interativas, como webconferências.
- Orientar o discente a obter crescimento intelectual e autonomia.
- Monitorar o desenvolvimento e a participação no AVA.
- Ter boa comunicação e empatia.
- Conhecer e dominar o conteúdo dos materiais didáticos e instrumentos de avaliação da Unidade de Aprendizagem, atentando-se para as alterações realizadas em cada nova oferta.
- Selecionar materiais de apoio, indicar bibliografias, sites e blogs, além de incentivar o discente à pesquisa e ao autoconhecimento.
- Conhecer e respeitar a metodologia, os prazos e as atribuições da docência na IES.

Portanto, o professor/tutor deve ser alguém com a capacidade de escutar e ler o que é dito e escrito, intencional ou inconscientemente. Por isso, cabe a ele estimular a participação do discente de forma natural, permitindo que este expresse seus sentimentos e preocupações sem constrangimentos. Note-se que o desenvolvimento de qualidades inerentes ao professor/tutor possibilita o estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem baseado em confiança, amizade e cumplicidade, essencial para o crescimento individual do discente e de todo o grupo. Ou seja, o professor/tutor problematiza o conhecimento, realiza a mediação de problemas de aprendizagem, sugere, instiga e acolhe. É considerado parceiro no processo de construção do conhecimento, em atividades de pesquisa e na busca de inovações pedagógicas.

Refira-se que tanto neste Projeto Pedagógico do Curso – PPC, como no Plano de Desenvolvimento Institucional abordam-se as premissas didático-pedagógicas da FACIMPA, incluindo o processo de avaliação da aprendizagem. Assim, de acordo com as competências estabelecidas no Plano de Ensino de cada disciplina, serão desenvolvidos materiais didáticos e demais recursos de aprendizagem, seja para cursos exclusivos na modalidade a distância, seja para cursos presenciais que ofertam disciplinas nesta modalidade. Deste modo, são as competências e demais informações constantes no Plano de Ensino que guiarão toda a construção do material didático.

Observa-se, também que no momento de planejamento e elaboração de novos instrumentos de avaliação da aprendizagem, tomar-se-á, sempre, como norte os objetivos de aprendizagem da Taxonomia de Bloom e sua relação com a disciplina, conteúdos e competências que os discentes deverão desenvolver ou alcançar ao final da disciplina, desenvolvendo questões com grau de complexidade variada que requeiram do discente o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências bem definidas.

Os futuros professores tutores do Curso de Direito da FACIMPA serão profissionais com experiência na tutoria na educação a distância, facilitando assim a identificação de dificuldades dos discentes e superação dessas dificuldades, por meio de linguagem e atributos tecnológicos aderentes às características dos estudantes. Os tutores ainda serão capazes de apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos previstos no Projeto Pedagógico do Curso, elaborando atividades específicas que promovem a aprendizagem dos discentes que apresentam dificuldades. Ademais, todos os tutores serão constantemente capacitados para desenvolverem suas habilidades de mediação no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, bem como aprimorar os processos de comunicação com os alunos. Além disso, eles disporão de recursos que possibilitarão o fomento a atividades complementares aos alunos, bem como

leituras que contribuam para o processo formativo destes e enriqueçam o material disponibilizado nas disciplinas.

4.10. Políticas Institucionais para o Corpo Docente

Respeitadas as competências do setor de Recursos Humanos, o processo de seleção e contratação de docentes é de responsabilidade do coordenador do curso, sob a direta supervisão da Direção Acadêmica. Com a colaboração das coordenações dos cursos e sob a gestão do Setor de Recursos Humanos competente, o processo de seleção e contratação dos docentes é divulgado pelos meios mais adequados à realidade da IES. Nessa etapa inicial, é solicitado o envio de Currículo pelos interessados. A partir daí o processo de seleção segue as etapas de análise curricular, entrevista e aula didática. Orientações e treinamento preliminar. Todos os candidatos que são selecionados como aptos para trabalhar na FACIMPA participam de um treinamento, promovido pelo NAPED (Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente), com vistas a aprimorar suas habilidades didáticas e tomar conhecimento das práticas e políticas institucionais. Nessa oportunidade, é também analisada a competência de cada candidato para exercer, em sala de aula, o papel de facilitador no trabalho com equipes de aprendizagem interativa.

A FACIMPA possui um Plano de Carreira Docente que permite a progressão de seus professores de forma vertical e horizontal. A instituição possui um programa permanente de desenvolvimento docente, que inclui oferta de cursos de atualização e de métodos e técnicas de ensino e incentivo à participação em congressos, seminários e cursos diversos.

4.11. Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente - NAPED

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED) da FACIMPA, caracteriza-se como um espaço de apoio didático-pedagógico, constituindo-se um instrumento de acompanhamento, orientação e avaliação das práticas pedagógicas dos cursos de graduação da Instituição.

São objetivos do NAPED:

- qualificar, sistematicamente, os processos educativos do sistema de ensino da Instituição,em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- orientar e acompanhar os professores sobre questões de caráter didático- pedagógico;

- promover a permanente qualificação do corpo docente a partir de projetosespecíficos;
- contribuir com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) nos processos avaliativos institucionais;
- contribuir com o Núcleo de Experiência ao Discente (NED) no processo de elaboração, desenvolvimento e reestruturação do Projeto Pedagógico, visando a sua permanente melhoria, objetivando a efetivação da missão institucional;
- auxiliar as atividades funcionais dos órgãos de apoio e prestação de serviços parao corpodiscente;
- desempenhar as demais atividades que recaiam no âmbito de suas competênciase aquelas delegadas ou definidas pela Direção Acadêmica;
- O NAPED tem por finalidade apoiar os docentes da Instituição em sua qualificação didático-pedagógica, tendo em vista a otimização do ensino desenvolvido pela FACIMPA, no cumprimento de sua missão e das visões dela decorrentes. O apoio docente desenvolvido pelo NAPED visa complementar e aprofundar os conhecimentos em didática e em metodologia do ensino superior, capacitando os docentes para o melhordesempenho das suas ações em sala de aula;
- O NAPED visa a desenvolver ainda as seguintes ações:
- auxiliar o colegiado do curso no planejamento e execução das ações que favoreçam o cumprimento da missão institucional, em conformidade com o Planode DesenvolvimentoInstitucional e Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- desenvolver atividades voltadas para a ética profissional e pedagógica;
- fomentar discussões e práticas focadas nos fundamentos pedagógicos da docência universitária;
- promover o debate e a implementação de atividades focadas nas tendências pedagógicascontemporâneas, enfatizando as temáticas do planejamento, do processo de ensino- aprendizagem, das técnicas de ensino e da avaliação daaprendizagem;
- auxiliar o NED no desenvolvimento das reflexões inerentes à implantação, desenvolvimento e avaliação do Projeto Pedagógico;
- analisar semestralmente os resultados da autoavaliação institucional, no âmbito das reflexões didático-pedagógicas dos cursos, junto às coordenações de ensino, pesquisa e extensão;
- apoiar os professores e/ou cursos, de acordo com as demandas apresentadas pelos docentes;
- promover espaços coletivos de reflexão sobre a docência universitária, realizados periodicamente;
- Ademais, o NAPED coordena um Grupo de estudos e pesquisa em MetodologiasAtivasde Aprendizagem que reúne quinzenalmente com docentes, para fins de discussãosobre práticas existosas com utilização de metodologias ativas. Discutem novas metodologias, possibilitando a ressignificação e reflexão do fazer docente.

4.11.1. Plano de Capacitação Docente - Curso Preparatório para a Docência

O curso tem o objetivo geral de propiciar o aprimoramento do corpo docente ingressante para a construção coletiva da proposta didático – pedagógica interdisciplinar e com os objetivos específicos de:

(1) Compreender os fundamentos do processo ensino aprendizagem;
(2) Compreender os conceitos de currículo integrado e sua operacionalização emmódulos de aprendizagem;
(3) Estimular o desenvolvimento de práticas condizentes com a teoria das habilidades e competências;
(4) Propiciar a vivênciade práticas pedagógicas: saberese fazeres docentes necessários numa abordagem interdisciplinar; e
(5) Aplicar atividades e instrumentos próprios da concepção formativa da avaliação.

4.11.2. Semana de Desenvolvimento Docente

No dia a dia da prática acadêmica, os profissionais se veem diante de grandes desafios: compreender as mudanças sociais, as novas demandas do mercado e os avanços da ciência. Com isso, é necessário um cuidado especial em relação à busca de atualização, com o objetivo de conhecer formas de ensinar que integrem os acadêmicos realmente no movimento do aprender a aprender, tornando-os protagonistas de sua aprendizagem. Os encontros de Docentes são momentos de reunir os professores com o objetivo de compartilhar as experiências, desenvolvendo a capacidade de aprender, e ensinar comoeternos aprendizes.

A FACIMPA apresenta como eixo norteador dos Encontros de Docentes a análise e a reflexão das práticas e estratégias adotadas no curso, visando à real aprendizagem dosconteúdos atitudinais, conceituais e procedimentais que possibilitem a formação de profissionais autônomos e empreendedores.

5. DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

5.1. Infraestrutura Física Geral

A FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO PARÁ é uma instituição com sede própria no endereço: Folha 32, quadra especial 10 - Vila Militar Pres. Castelo Branco, Marabá/PA. A FACIMPA conta com uma estrutura física que atende perfeitamente a comunidade interna e externa da IES, assim distribuída: Laboratórios de Ensino, Laboratórios Didáticos Especializados, Ambulatório Escola, Departamentos Administrativos e Acadêmicos,

Biblioteca e Salas de Aula, todos climatizados e dispondo dos móveis e equipamentos inerentes a cada um. Todas as salas de aulas e laboratórios são equipadas com projetor multimídia (data-show) fixo. Ressalta-se ainda, que a Instituição possui infraestrutura adaptada para o atendimento aos alunos e demais usuários Portadores de Necessidades Especiais- PNE. O seu espaço físico conta com banheiros adaptados, rampas de acesso, piso tátil e identificação em braile em todas as portas das principais entradas. Conta ainda com vagas prioritárias no estacionamento. A estrutura física da FACIMPA cumpre o disposto no Decreto nº 5.296, de 2 dedezembro de 2004, que dispõe sobre a promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

5.2.Instalações Administrativas

A FACIMPA é composta por 2 (dois) blocos divididos entre departamentos administrativo, sala de aulas (APG's) e laboratórios. Todos possuem salas climatizadas e informatizadas com computadores modernos, os quais são interligados por meio de rede lógica.

Quadro 5: Infraestrutura do Bloco A

TIPO DE ÁREA	**ATUAL**	
Descrição	**Área m²**	**Quant.**
Atendimento ao aluno	30,11	1
Secretaria Geral	12,66	1
Coordenação de Curso – Medicina	15,21	1
Coordenação adjunta – Medicina	15,21	1
Coordenação – Direito	15,21	1
Sala de Reunião Geral	37,85	1
CPA	15,21	1
NDE	20,93	1
NED	11,79	1
Consultório de atendimento de apoio ao discente	17,94	2
NAPED	22,62	1
Setor Comercial, Marketing e Comunicação	35,19	1
Coordenação do Internato	28,14	1
Posto Avançado Multifuncional (DP)		1
Recepção da Diretoria Geral	30,43	1
Coordenação Acadêmica	15,21	1
Coordenação Administrativa e Financeira	23,20	1
Centro de Serviço Facimpa (CSF)	37,12	1
Setor de Gente e Gestão	15,21	1
Setor de Gestão e Qualidade	15,21	1
Suporte T.I	13,44	1
Setor de Suprimentos		1
Sanitários Masculinos	33,93	2
Sanitários Femininos	33,93	2
Copa de funcionários	29,15	2
Sala de descanso	37,85	1
Sala de Professores	44,62	1
Salas de Professores em Tempo integral	6,19	8

Sala de jogos	42,48	1
Sala de aulda invertida	182,56	2
Biblioteca	176,60	1
Sala da bibliotecária	10,28	1
Sala de estudos em grupo	7,99	8
Sala de descando para discentes	44,52	1
Repografia docente	15,21	1
Repografia discente	22,24	1
Depósito de materiais de Limpeza (DML)	7,18	3
Cantida	43,62	1
Espaço de Convivência	40,00	1
Estacionamento	2.900	1
Laboratório de informática	33,98	1
Salas de aulas (APG's)	70,73	6
Auditório	255,76	1

Quadro 6: Infraestrutura do Bloco B

TIPO DE ÁREA	**ATUAL**	
Descrição	**Área m²**	**Quant.**
Laboratório de Anatomia	78,20	1
Laboratório Multidisciplonar	80,56	3
Laboratório de Habilidades em Enfermagem	89,11	1
Laboratório de Pesquisa	37,77	1
Laboratório de Habilidades e Atitudes Médicas (HAM)	37,77	10
Sala de Simulação realística	15,03	4
Consultórios de Exame Clínico Objetivo Estruturado	8,16	10
COPPEXII	37,77	1
Salas de Aulas (APG's)	70,73	6
Sala de Concentração	157,45	1
Sala de Apoio aos Laboratórios	13,11	1
Copa	8,19	1
Sanitários Masculinos	23,08	2
Sanitários Femininos	23,08	2

As instalações administrativas da FACIMPA, como se verifica, contemplam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas e àintegração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional. A FACIMPA entende que se preocupar com a qualidade de vida no ambiente de trabalho é propiciar a infraestrutura física, tecnológica e ambiente pessoal com condições excelentes de trabalho,favorecendo a dedicação do colaborador no desenvolvimento de suas atividades.

- ***Instalações Acadêmicas:*** As instalações acadêmicas da FACIMPA, como se verifica, contemplam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas e àintegração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

Nesse contexto, as instalações acadêmicas da FACIMPA contemplam, além das salas de aulas, laboratórios didáticos gerais e específicos, a sala coletiva de professores, os espaços

de trabalho para professores de tempo integral, os espaços de trabalho utilizados pelos Coordenadores dos Cursos, bem como os ambientes para o desenvolvimento das atividades dos órgãos colegiados, incluindo o Núcleo Docente Estruturante (NDE). A FACIMPA possui uma área destinada às instalações acadêmicas, as quais são compostas por diversos ambientes, conforme especificam as informações abaixo:

- ***Núcleo de Experiência Discente – NED:*** Estrutura montada para atendimento e apoio dos acadêmicos, este setor traz diversos benefícios que auxiliam nas dúvidas sobre o que considerar na escolha da carreira e quais os diferenciais devem ser procurados. Com foco na saúde mental e no aprendizado dos alunos, a FACIMPA conta com o Núcleo de Experiência Discente - NED, com o objetivo de garantir todo o suporte necessário e melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem. Diagnosticando por meio de procura espontânea ou encaminhada, as dificuldades de aprendizagem dos alunos, organizando encontros, praticando momentos de reflexão sobre a prática educacional e auxiliando na solução de problemas, baseado na leitura da realidade e interpretação de sua etiologia (causas e origens) e seu estado e sua evolução. Investimento no diálogo como principal ferramenta para detectar problemas, escuta, observação e busca de informações reais, com o objetivo de encontrar a abordagem adequada em cada situação.
- ***Coordenação de Laboratórios e Sala dos Técnicos*** **-** Sob responsabilidade técnica de um profissional habilitado como Coordenador dos Laboratórios da Área da Saúde, a FACIMPA conta ainda com 02 (dois) técnicos auxiliares, passando por cursos e treinamentos periódicos para a entrega de um excelente funcionamento e entrega de serviços de qualidade aos docentes e discentes. Equipada com móveis planejados, computador, impressora conectada em rede.
- **Salas de aula – APG's -** A FACIMPA concidera os métodos de ensino-aprendizagem um marco fundamental estruturado na Aprendizagem baseada em problemas (PBL) e da sala invertida. Portanto, adota a estrutura de salas de aula em formato de Aprendizagem em Pequenos Grupos (APG's). A IES possui 12 salas de aulas com capacidade de acomodação de 50 alunos por sala. Possui Salas climatizadas, com aparelhos de multimídias (data show) fixos e Desktop com acessórios fixos em mesa com acesso à internet. Também há duas salas de aula invertidas com capacidade de 120 alunos, uma sala de concentração, com capacidade de 90 alunos.
- **Sala de professores -** A sala conta com internet sem fio e equipamentos necessários ao desenvolvimento pleno das atividades previstas pela modalidade presencial e demais itens necessários para o atendimento aos comandos e necessidades advindos desta modalidade. Os recursos de tecnologias da informação e comunicação disponibilizados na sala são apropriados para o quantitativo de docentes. Além disso, o espaço permite o descanso e o desenvolvimento de atividades de lazer e integração e, ainda, é disponibilizado apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais. O espaço conta com mesas individuais e coletivas, bancadas para notebooks e computadores desktop, material de expediente, copa exclusiva, bebedouro e sofá. Os mobiliários são modernos e a conexão com a internet é

ininterrupta. Ressalta-se que a sala de professores também apresenta plenas condições de acessibilidade, em acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

- **Espaços para Atendimento aos Discentes** - A FACIMPA dispõe de diversos espaços para atendimento aos discentes. São eles: Secretaria Geral, Núcleo de Experiência Discente (NED); Núcleo de Inovação e Empreendedorismo; Central de Atendimento ao Aluno; Biblioteca; e outros, como a Direção, as Coordenações de Curso de Graduação; COPPEXII. O Núcleo de Experiência Discente (NED) tem como objetivo a promoção de ações voltadas ao corpo discente da IES, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o fortalecimento do perfil profissional. Com espaço adequado e sob a responsabilidade de uma pedagoga especialista e uma psicóloga, conta com adequada iluminação, climatização, acústica, mobiliário, segurança e limpeza. A Secretaria Geral é o setor responsável pelo atendimento ao aluno, cujo objetivo é receber, registrar, arquivar e atualizar a documentação referente à vida acadêmica dos alunos da Instituição. O espaço apresenta espaço adequado, incluindo a área de atendimento e sala reservada para arquivos e serviços internos.

A FACIMPA dispõe de instalações para as coordenações de cursos de graduação e de pós-graduação e demais coordenações, além de uma recepção, onde se situa o pessoal de apoio aos coordenadores. Todos estes espaços possuem iluminação condizente, ar-condicionado, mobiliário moderno e estão adequados às ações acadêmico-administrativas a que se destinam, bem como estão em conformidade com o Decreto n° 5.296/2004 e à Lei nº 13.146/2015 que tratam dos direitos das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

- **Espaços de Convivência e de Alimentação** - As áreas de convivência da FACIMPA constituem em espaços que integram a área de alimentação, com serviços acadêmicos e administrativos. A sua dimensão é adequada à integração dos membros da comunidade acadêmica e, além disso, são acessíveis aos diferentes públicos. Existem serviços adequados e variados nesses espaços, a exemplo de: lanchonete com bancada e cadeiras, acesso à internet sem fio, mural informativo com tabela de horários, editais de monitoria e diversos serviços oferecidos pela IES.

Esses espaços podem ser utilizados também para o desenvolvimento de atividade de extensão, abertos ao público interno e externo, bem como apresentações de discentes e docentes, noites culturais, shows, teatros, dentre outros. Os espaços de convivência estão muito bem identificados e atendem às necessidades da FACIMPA, uma vez que estão adequados às atividades, contam com acessibilidade e com avaliação periódica, que possibilita a elaboração de um cronograma de gerenciamento de sua manutenção.

Além disso, atendem aos aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança e conservação. As acomodações garantem todo o conforto necessário à comunidade atendida. A política de infraestrutura que a instituição adota é a da manutenção preventiva, a qual ocorre todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade, e também adota a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, em qualquer necessidade de reparo, adequação ou instalação que necessitem rápida implantação, a instituição realiza de imediato.

- **Instalações sanitárias -** As instalações sanitárias que são disponibilizadas na FACIMPA estão dimensionadas e são mantidas de forma a atender, plenamente, aos requisitos de espaço físico, acessibilidade, iluminação, ventilação e limpeza. Estão distribuídas pelas áreas, sendo divididas entre os sexos masculinos e femininos, além de banheiros familiares e fraldários. Além disso, as instalações sanitárias contam com banheiros adequados às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, em acordo com o Decreto nº 5.296/2004. Nesse sentido, esses banheiros apresentam portas adaptadas, barra de apoio nas paredes, instalação de lavabos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, sem barreiras arquitetônicas.

Há um plano de avaliação periódica quanto às demandas e à qualidade das instalações sanitárias, bem como um plano de gerenciamento da manutenção patrimonial, que permitem subsidiar a gestão na implantação e melhorias desses espaços. Diante do exposto, ressalta-se que todas as instalações sanitárias desta instituição apresentam condições plenas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos, adequação às normas de acessibilidade, higiene, iluminação, ventilação e limpeza.

- **Laboratório de informática -** A IES possui 2 laboratórios de informática com estrutura física e tecnológica suficiente para atender o quantitativo de alunos por vagas ofertadas. O espaço físico dos laboratórios de informática é suficiente para atender da melhor forma possível aos usuários, de acordo com a relação equipamentos versus número de alunos. O laboratório é dotado de climatização ambiental, cores apropriadas, iluminação e layout condizentes com as atividades pedagógicas que serão desenvolvidas. Os laboratórios de informática foram montados com modernos computadores, impressoras e *softwares*, vindo atender plenamente às atividades que ali são desenvolvidas por alunos, professores. As necessidades decorrentes da contínua modernização são levantadas pelos professores e prontamente atendidas. O laboratório de informática visa proporcionar atividades práticas que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades que são adquiridas através dos cursos. A relação equipamento/aluno varia conforme a relação laboratório/disciplina.

Os equipamentos são adequados às atividades acadêmicas dispostas em cada projeto pedagógico de curso em quantidade que mantém a relação equipamento/aluno compatível com o bom desempenho no ensino e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a avaliação do curso. Possuem acessórios necessários às atividades planejadas e material de consumo compatível, em quantidade suficiente.

- **Auditório -** A FACIMPA possui um auditório para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e eventos diversos voltados tanto para a comunidade acadêmica quanto ao público em geral. O espaço físico é adequado para o número de usuários e comodidade necessária às atividades a serem desenvolvidas. O espaço conta com boa acústica, iluminação condizente, climatização, conforto, recursos audiovisuais, acessibilidade e atenderá aos requisitos de dimensão, limpeza e segurança. Além disso, disponibilizará acesso à internet sem fio e cabeamento, mesa de som e demais recursos para realização de videoconferências. Em atendimento ao no Decreto nº 5.296/2004 e à Lei nº 13.146/2015, o auditório contará com todas as condições necessárias à promoção da acessibilidade à pessoa com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, possibilitando a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, como determina a legislação vigente.
- **Ambulatório (Clínica – escola)** - O Ambulatório da FACIMPA desenvolve ações comunitárias, convênios que favorecem a população carente, buscando e propondo projetos que valorizem a dignidade do ser humano e que defendem a vida em todos os seus estágios, desde a concepção até seu fim natural. Assim, os estudantes podem contar com uma formação humanizada e marcada pela responsabilidade social. Ambulatório da FACIMPA busca reforçar o princípio de integralidade, priorizando as ações preventivas, interdisciplinar e humanizada na área de saúde, visando o avanço do conhecimento científico, a formação dos alunos e o atendimento às necessidades da comunidade acadêmica e técnica-administrativa, na promoção da qualidade de vida. Assim, oferece serviços de triagem, desenvolve atividades de atenção primária à saúde da população nas Unidades Básicas de Saúde e Centros de Saúde conveniados com a IES.

Nesses Centros, realizam-se atividades junto a comunidades de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) cobrindo em seu conjunto cerca de mais de cem mil pessoas. Essas atividades desenvolvem-se na lógica do SUS, pois o gerenciamento efetiva-se por meio do Convênio da FACIMPA com a Prefeitura Municipal de Marabá por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, contando com a participação desta Instituição no Conselho Local de Saúde. A demanda assistencial é responsabilidade principalmente da Secretaria Municipal de Saúde.

Quadro 7: Infraestrutura - Ambulatório

TIPO DE ÁREA	ATUAL	
Descrição	**Área m²**	**Quant.**
Recepção	87,20	1
Arquivo	9,31	1
Sala da coordenação	16,76	1
Consultórios de Atendimento Clínico	11,17	31
Salas de Pequenos Procedimentos Cirúrgicos	16,76	3
Pós-cirurgico	5,55	1
Banheiros PCD	3,43	3
Banheiro Feminino	11,27	2
Banheiro Masculino	9,79	2
Sala de esterelização	15,64	1
Expurgo	3,54	1
Armazenamento de Material Estéril	3,54	1
Depósito de Materiais de Limpeza	3,43	2
Sala de Reunião	17,16	1
Sala de estudo em grupo	9,29	2
Copa	15,69	1
Sala de triagem	11,90	1
Vestiário Feinino	4,68	1
Vestiário Masculino	4,68	1
Sala de roupa suja	4,44	1
Sala de roupa limpa	4,44	1
Sala do servidor	6,14	1

5.3. Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso e os Serviços Acadêmicos

- **Salas dos Coordenadores:** No intuito de oferecer agilidade nas demandas administrativas e acadêmicas, as salas das coordenações de curso ficam em um complexo que permitem a interação dos coordenadores com a direção acadêmica, sala do NDE. Todos os gabinetes são equipados com móveis planejados, estação de trabalho e atendimento, ambiente climatizado, com sanitários próximos, computadores e impressoras conectados em rede. Todos os espaços atendem às normas de segurança e acessibilidade arquitetônica.

O espaço destinado às atividades das coordenações de curso promove a integração, além de ser o ponto de atendimento aos alunos que necessitam de atendimento pelos coordenadores e a sua equipe. Cada coordenador possui um espaço de trabalho e sala de reuniões privativas, contando com computador, arquivos, Internet e telefone. Os coordenadores cadastram suas senhas para acesso a todos os sistemas, tudo no mais completo sigilo e confidencialidade.

As instalações destinadas aos coordenadores de curso possibilitam o atendimento

privativo individualizado e também de pequenos grupos de alunos, observando normas de acessibilidade arquitetônicas. Note-se que as salas dos coordenadores de curso possibilitam o atendimento privativo individualizado e também de pequenos grupos de alunos, observando normas de acessibilidade arquitetônicas. Todos estes ambientes dispõem de infraestrutura tecnológica diferenciada, permitindo acesso à toda infraestrutura tecnológica educacional, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Portal Acadêmico, que possibilitam distintas formas de trabalho, ou seja, presencial e virtual.

Todas estas dependências facultadas aos coordenadores de curso contam com um ambiente confortável e completa infraestrutura necessária para atender o público em geral. Além das salas específicas das coordenações de curso, os coordenadores dispõem de espaços para a sua equipe. As demais dependências da FACIMPA são disponibilizadas às coordenações de curso para atividades especificas, ficando a critério do coordenador os devidos agendamentos e escolhas dos locais conforme a natureza da atividade a ser desenvolvida. Ressalta-se que os coordenadores de curso têm autonomia para escolha, reserva e realização das ações segundo o cronograma e planejamento dos respectivos cursos.

5.4.Espaço de Trabalho para Professores em Tempo Integral (TI)

Os espaços de trabalho para professores em tempo integral disponibilizados pela FACIMPA buscam atender com qualidade os aspectos de disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação em função do número de professores, a privacidade para o uso desses recursos, o atendimento aos alunos, além da guarda de material e equipamento pessoal, dimensão, limpeza e segurança.

Quadro 8: Gabinetes de Tabalho para Professores TI

QTD	DESCRIÇÃO	LOCAL	M²
08	**GABINETE PROFESSOR T.I. – 01 ao 08**	BLOCO A – 1º PISO	6,20
01	**NAPED - GABINETE PROFESSOR T.I.** (O gestor também é Professor T.I. e utiliza esta mesma sala)	BLOCO A – 1º PISO	22,62
01	**COPPEXI - GABINETE PROFESSOR T.I.** (O gestor também é Professor T.I. e utiliza esta mesma sala)	BLOCO B – TERREO	37,75
01	**CPA - GABINETE PROFESSOR T.I.**	BLOCO A – 1º PISO	37,77
01	**COORD. DO CURSO DE DIREITO - GABINETE PROFESSOR T.I.** (O gestor também é Professor T.I. e utiliza esta mesma sala)	BLOCO A – 1º PISO	12,20
01	**COORD. DO CURSO DE MEDICINA - GABINETE PROFESSOR T.I.** (O gestor também é Professor T.I. e utiliza esta mesma sala)	BLOCO A – 1º PISO	12,20

01	**COORD. ADJUNTO DO CURSO DE MEDICINA - GABINETE PROFESSOR T.I.** (O gestor também é Professor T.I. e utiliza esta mesma sala)	BLOCO A – 1º PISO	12,20
01	**INTERNATO - GABINETE PROFESSOR T.I.** (O gestor também é Professor T.I. e utiliza esta mesma sala)	BLOCO A – 1º PISO	29,73
01	**SALA DOS PROFESSORES - TI**	BLOCO A – 1º PISO	44,62
01	**LABORATÓRIO DE PESQUISA**	BLOCO B – TERREO	37,77

Nesses ambientes, são disponibilizados recursos tecnológicos para os professores em regime de tempo integral, como computadores de mesa, com o uso de login específico para acesso aos sistemas e à rede da FACIMPA e disponibilizada rede Wi-Fi para aqueles que trazem seus computadores portáteis. O espaço também conta com mobiliário, que garante privacidade e segurança, possibilitando a guarda de material didático, livros e demais equipamentos pessoais que o professor deseje utilizar em suas aulas e/ou orientações. Note-se que estes espações foram construídos de modo a atender a um dimensionamento que permita o trabalho docente e as demais atividades pedagógicas, como orientações e atendimentos aos alunos contando com acessibilidade arquitetônica, segurança e privacidade.

5.5.Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Seguindo a mesma linha de modernidade e método ativo de aulas, os laboratórios de informática e pesquisa, ficam estrategicamente situados dentro da biblioteca e salas de aula, para facilitar o estudo e a pesquisa dentro do acervo acadêmico. Dispondo de 24 máquinas desktops conectados em rede diferenciada, bem como equipamentos de uso preferencial para cadeirante e/ou mobilidade reduzida e pessoas com deficiência visual total, parcial e/ou momentânea, com equipamentos e programas especializados e certificados pelo governo federal. Também dispondo de 01 (um) laboratório móvel para aplicação da Tecnologia de Informação e Comunicação-TIC, tablets de ultima geração, sala com lousa ou laboratório, projetores multimídia e sistema de som.

Em atendimento às normas e com a preocupação do conforto de seus usuários, a FACIMPA tem, em seus computadores e notebooks, os programas DOSVOX e VLibras, Monitores de 22” e teclados em Braile para os portadores de necessidades especiais. A atualização de equipamentos e softwares é realizada através de trabalho conjunto entre a diretoria,os coordenadores e os professores, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos aosdiscentes. Esse trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo à

Política de Atualização de Equipamentos e Softwares.

Refira-se, ainda, que em todos os ambientes da FACIMPA há total adequação do espaço físico com condições de acessibilidade nos moldes elencados anteriormente, eliminando as barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, de comunicação e digital. A qualidade dos laboratórios de informática e acesso aos equipamentos de informática é item a ser mensurado pelos alunos, na avaliação institucional, objetivando oferecer sempre uma boa infraestrutura e acesso a equipamentos de informática de qualidade, adequados e propícios para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à futura profissão.

Quadro 9: Laboratórios de Informática

QTD	DESCRIÇÃO	LOCAL	M²
01	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	BLOCO A –TÉRREO	83,00
01	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL	BLOCO B – 1º PISO	91,00

5.6. Biblioteca

A Biblioteca da FACIMPA oferece recursos de informação que servem de subsídio para o planejamento, estudo, análise e desenvolvimento do ensino e pesquisa na área de Ciências da Saúde. A Biblioteca oferece espaços confortáveis e climatizados, buscando proporcionar um ambiente agradável e harmonioso, favorável aos estudos.

5.6.1. Estrutura da Biblioteca

Instalada em um espaço de aproximadamente 500 m² (incluindo o salão de leitura, cabines de estudo em grupo e individual, acervo, laboratório de informática, sala de descanso e escaninhos) distribuída de forma a disponibilizar o livre acesso ao acervo e propiciar ao usuário a busca das obras que deseja retirar diretamente nas estantes. Os espaços da Biblioteca são distribuídos de forma a disponibilizar e atender aos padrões adequados de normas de segurança e acessibilidade, oferecendo também, espaços confortáveis e climatizados, buscando proporcionar um ambiente agradável e harmonioso favorável aos estudos.

A biblioteca é informatizada, possibilitando a otimização das atividades de circulação e pesquisa. Nosso acervo conta com aproximadamente 111 títulos, sendo 1802 exemplares. É constituído por obras de várias áreas do conhecimento, dando maior ênfase às áreas da saúde.

Além do acervo, somos assinantes Minha Biblioteca (plataforma de livros digitais), EBSCO (plataforma de referência on-line) e Dynamed (ferramenta eletrônica de saúde baseada em evidências).

A infraestrutura da biblioteca dispõe de cabines de estudo em grupo; cabines de estudo individual; computadores para acesso à internet; terminal de consulta ao acervo; rede wireless e ambiente *lounge* para leitura. Em nosso salão de leitura encontram-se distribuídas 8 mesas para estudo em grupo e 17 cabines para estudo individual. Além disso possuímos 10 salas de estudo com capacidade para até 6 alunos, composta com quadros para estudo.

Também integra o espaço da biblioteca um laboratório de pesquisa, com 22 computadores, sendo 2 com Teclado em Braille, fornecendo recurso de acessibilidade informacional ao usuário, além de uma bancada com 4 lugares para utilização de notebooks pessoais com tomadas, internet cabeada e/ou sem fio.

Com a finalidade em praticar a Política de Acessibilidade Informacional, estão instalados nos computadores os softwares: DOSVOX, um programa em código aberto que realiza a leitura do Windows para facilitar a inclusão digital de deficientes visuais; VLibras consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Por fim, fazem parte do layout os setores técnicos administrativos e um agradável espaço para leitura e descanso. Visando o controle e segurança de pessoas e bens, a Biblioteca dispõe de 80 armários guarda-volumes. A Instituição coloca, à disposição da Biblioteca, profissionais de informática, não apenas para a implementação dos sistemas, mas também para seu gerenciamento, proporcionando, à comunidade acadêmica, segurança, confiabilidade e agilidade na recuperação da informação.

5.6.2. Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda à sexta-feira, de 7:30h às 22:00h e aos sábados de 8:00h às 12:00h, tendo horário de funcionamento diferenciado no período de férias.

5.6.3. Pessoal Técnico-Administrativo da Biblioteca

A Biblioteca da FACIMPA possui uma bibliotecária com experiência administrativa na área de Biblioteconomia. Esta é responsável pela direção e organização do setor e conta

ainda com dois auxiliares de biblioteca. Além de pessoal de apoio, vigilância, limpeza e manutenção, que estão preparados para manter o ambiente limpo e agradável para os usuários.

Cargo	Quantidade	Escolaridade
Bibliotecário	1	Pós-graduação completa
Assistente Administrativo	1	Graduação completa
Assistente Administrativo	2	Ensino médio completo

5.6.4. Serviços Oferecidos

- Empréstimo domiciliar;
- Consulta local informatizada
- Nossa biblioteca promove treinamento para capacitar o usuário no seu uso. do conhecimento.
- Levantamento bibliográfico através do catálogo informatizado que funciona com as seguintes facilidades: acesso remoto para Consultas ao Acervo, Renovação on-line e Reserva on-line;
- Controle de movimentação de acervo (empréstimo/consultas/cobrança);
- Normalização de Trabalhos Técnico-científicos;
- Internet/Rede Wireless;
- **Bases de Dados EBSCO**: possui periódicos com artigos na íntegra e indexados provenientes das mais diversas áreas de conhecimento, como Humanas, Sociais Aplicadas, Engenharias e Tecnologias, Biológicas e Saúde. Podendo ser acessado por meio do Portal do Aluno.
- **Dynamed**, medicina baseada em evidências para os profissionais de saúde. Desenvolvido por especialistas para:
  i. responder dúvidas clínicas;
  ii. aumentar conhecimento;
  iii. melhorar o cuidado com o paciente.

Estão disponíveis nessa ferramenta inovadora e prática: atualizações 24x7x365, Calculadoras Clínicas, Sistema de Alerta de Tópicos, Imagens e Gráficos, entre outros. Podendo ser acessado por meio do Portal do Aluno ou no Laboratório de Pesquisa. Além das citadas acima, ainda pode acessar, gratuitamente, bases de dados, como: BIREME, SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO etc.

Também exerce o papel de atender à comunidade externa disponibilizando e proporcionando o acesso à informação, colaborando assim para o desenvolvimento educacional desses cidadãos. Seu objetivo principal é proporcionar às comunidades acadêmica, técnica e

administrativa o acesso aos recursos informacionais para o desenvolvimento do ensino, apoio a iniciação à pesquisa e extensão. Além de oferecer um acervo especializado que contemple as áreas pertinentes ao curso de Direito. Nossa biblioteca atua facilitando aos usuários gerais acesso às informações e ao conhecimento, aprimorando cada vez mais seus serviços e dando o suporte informacional à disseminação.

5.6.5. Bibliografia Básica por Unidade Curricular

O acervo da bibliografia básica, do curso de Direito, possui pelo menos 3 (três) títulos digitais por Unidade Curricular e 1 (um) exemplar por aluno de cada título disponível na Biblioteca Digital (Minha Biblioteca®), já que a maioria dos títulos adotados estão disponíveis digitalmente. O referido acervo encontra-se informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. O acervo digital compactuouse por meio de contrato a garantia de acesso integral e ininterrupto aos títulos. Encontram-se no PPC as Ementas e Bibliografias de todas as Unidades Curriculares do curso de Direito da FACIMPA.

5.6.6. Bibliografia Complementar por Unidade Básica

O acervo da bibliografia complementar possui pelo menos 5 (cinco) títulos digitais por Unidade Curricular com, e 1 (um) exemplar por aluno de cada título disponível na Biblioteca Digital (Minha Biblioteca®), já que a maioria dos títulos adotados estão disponíveis digitalmente. O acervo físico encontra-se informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. O acervo digital compactuou-se por meio de contrato a garantia de acesso integral e ininterrupto aos títulos. Encontram-se no PPC as Ementas e Bibliografias de todas as Unidades Curriculares do curso de Direito da FACIMPA.

5.6.7. Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico básico da Biblioteca do curso de Direito da FACIMPA foi adquirido conforme o Projetos Pedagógico do Curso, sendo atualizado através da consulta aos catálogos das editoras e das indicações dos professores, NDE e da equipe da Biblioteca.

A Biblioteca está integralmente informatizada, no que se refere à consulta ao acervo e aos recursos da pesquisa e empréstimo domiciliar, por meio do software para gerenciamento de bibliotecas denominado TOTVS - RM Biblios. Os empréstimos, devoluções, renovações e reservas podem ser realizados tanto no balcão de atendimento da biblioteca ou via internet

através da página do Portal do Aluno pelo endereço https://portalaluno.afya.com.br/web/app/edu/portaleducacional/login

Os usuários têm a sua disposição o terminal para a consulta do acervo físico na própria biblioteca. O mecanismo de busca pode ser feito pelo autor, título ou assunto. Eles podem realizar esse tipo de busca fora da biblioteca acessando o Portal do Aluno ou a página da Biblioteca (https://www.facimpa.edu.br/alunos/biblioteca). O acervo bibliográfico complementar da Biblioteca do curso de Direito da Facimpa foi adquirido conforme os projetos pedagógicos do curso sendo atualizado, através das indicações dos alunos, professores, coordenador de curso e da equipe da Biblioteca.

O curso de Direito da instituição incentivará uma nova cultura voltada a inovação, orientando o aluno para o desenvolvimento de novas habilidades. Assim, também fazem parte da Bibliografia básica e complementar títulos da Minha Biblioteca, uma plataforma digital de livros, onde é possível ter acesso a diversos títulos técnicos e acadêmicos, além de ferramentas exclusivas que facilitam os estudos. A Biblioteca desenvolve uma política de atualização e desenvolvimento do acervo, observando a seleção e aquisição de material bibliográfico. Na seleção, a biblioteca receberá e analisará a lista de sugestões do coordenador do NDE do curso de Direito, através de um relatório bibliográfico referendado, bem como as demandas anteriores que não foram atendidas e as estatísticas de uso da biblioteca. Para manter acesso ilimitado aos alunos, foi firmado contrato com a MINHA BIBLIOTECA, sendo atuante no segmento de distribuição de bibliotecas digitais, empresa constituída por Grupo a Educação S.A., Editora Atlas, Gen Grupo Editorial, Editora Manole e Saraiva

A Biblioteca da FACIMPA é especializada na área de saúde, contemplando, ainda, títulos em áreas de conhecimentos gerais, com objetivo de atender aos cursos da área da saúde e à formação integral da comunidade acadêmica. Dispõe de um acervo de 111 títulos de livros e 1.802 exemplares. A classificação utilizada para organização deste acervo será a CDD (Classificação Decimal Dewey). O tipo de catalogação atende às normas do CCAAR2 (Código de Classificação Anglo-Americano) e ABNT.

Quadro 10: Acervo de títulos por área do conhecimento

Área do Conhecimento	Quantidade de Títulos	Exemplares
Ciências da Saúde	54	940
Ciências Humanas	12	240
Linguística, Letras e Artes	20	82
Ciências Biológicas	23	510

Obras de Referência	02	30
Total	111	1802

O acesso ao acervo é aberto ao público, mas para utilizar os serviços oferecidos pela Biblioteca o leitor deverá estar cadastrado e apresentar sua Carteira de Usuário da Biblioteca. O empréstimo de publicações será domiciliar e estará disponível apenas para os alunos, professores e funcionários da instituição, devidamente cadastrados.

5.6.8. *Biblioteca Digital*

A Biblioteca da FACIMPA disponibiliza aos seus usuários a plataforma Minha Biblioteca, uma plataforma virtual de livros digitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. Trata-se de um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A (Artmed, Artes Médicas, Bookman, Penso, McGraw-Hill); Grupo Gen (Atlas, LTC, Guanabara Koogan, Santos, Roca, Forense, Saraiva, Manole) e editoras convidadas: Cengage, Cortez, Grupo Autêntica e Zahar. Com estas editoras o aluno terá acesso a cerca de 12 mil títulos. O acervo, em português, atende à bibliografia de mais de 400 cursos de graduação.

Tudo isso em uma plataforma prática e inovadora que poderá ser utilizada em computadores, tablets e smartphones. Além de poder interagir em grupo e propor discussões no ambiente virtual da plataforma, a biblioteca digital possui acesso gratuito e ilimitado para todos os alunos e professores da FACIMPA. Seu acesso é disponibilizado pelo Portal do Aluno ou Portal do Professor com links diretos disponibilizados no site da instituição (https://www.facimpa.edu.br/alunos/biblioteca).

A Biblioteca Digital é um espaço que visa promover o acesso à informação científica e cultural. É referencial de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, já que promove a difusão intelectual e acadêmica. Essa ferramenta é composta por bases de dados, e-books, periódicos de acesso livre, teses, monografias, artigos, regulamentos, serviços de referência virtual e, inclusive, orientações quanto ao acesso às bases de dados e à orientação na elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Atualmente, a Biblioteca Digital disponibiliza aos seus alunos, professores e colaboradores de forma geral títulos de e-books (Minha Biblioteca), jornais e periódicos científicos (*EBSCO Host*), nas diversas áreas de conhecimento oferecidas pela instituição, com

acesso livre e de forma remota. Desta forma, auxilia na aprendizagem, permite o acesso simultâneo a vários usuários e amplia a coleção bibliográfica do acervo de forma significativa e com atualização diária. Destaque-se, ainda, que a instituição possui, hoje, na Biblioteca Digital, um acervo para suportar toda a bibliografia básica e complementar do prevista para o curso de Direito, ofertando aos seus novos usuários acesso simultâneo, de forma remota através de qualquer dispositivo móvel, atendendo a todos os alunos e professores da FACIMPA.

Acrescente-se, ainda, que a Biblioteca Digital possui um conteúdo que os alunos poderão imprimir 100%, no caso dos periódicos científicos, jornais e revistas; ou 10%, no caso dos conteúdos disponíveis em e-books, conforme prevê a legislação brasileira relacionada aos direitos autorais. Além de acesso aos conteúdos produzidos pela própria IES. Para o portador de deficiência visual, a Biblioteca Digital possui o software DOSVOX, que transforma o texto em áudio e efetua a tradução, se for necessário.

5.6.9. *Conservação e restauração do acervo*

A conservação e a restauração do acervo do curso de Direito da Facimpa são realizadas de acordo com o estado de conservação do documento.

5.6.10. *Cronograma de expansão do acervo*

A Biblioteca possui uma política de atualização e desenvolvimento do acervo, observando a seleção e aquisição de material bibliográfico. Dentro de uma proposta coerente com a gestão da Instituição, a Biblioteca desenvolve seu próprio mecanismo para a realização das aquisições, de modo que se tenha uma Política de Desenvolvimento de Coleções concreta. Nesse sentido, destacam-se, abaixo, os critérios e considerações norteadoras no Desenvolvimento de Coleções da FACIMPA:

- **abrangência temática**: a Biblioteca oferecerá suporte bibliográfico ao curso de graduação em Direito, devendo, porém, conter conteúdos que atendam os critérios qualitativos e quantitativos;
- **usuários**: a especificidade do usuário habitual da biblioteca – discente e docente –, é fator que colabora na formação da coleção, pois estes que realmente têm acesso direto à coleção podendo identificar suas falhas;

- **autoridade**: será atestada, sempre, pelos órgãos colegiados e docentes da instituição valendo-se da reputação do autor das obras, sua credibilidade, etc.;
- **atualidade**: referindo-se à pertinência do assunto, ao momento atual. Observar que as obras clássicas não se limitam à sua data de publicação; elas possuem conhecimentos atemporais; e,
- **cobertura**: princípio que consiste na observância da temática do acervo da Biblioteca.

A modalidade de aquisição mais utilizada para o desenvolvimento da coleção será a compra. Neste sistema, os procedimentos para aquisição de material bibliográfico iniciam-se com o processo de seleção, que envolve o coordenador de curso e os professores. Em seguida o NDE anualmente, fazem a revisão dos planos de ensino de cada disciplina e indicam a compra de material bibliográfico (Livros, Revistas e Periódicos, entre outros) para a atualização e complementação da bibliografia exigida. Na seleção, a biblioteca recebe e analisa a lista de sugestões do coordenador do curso, através de um relatório bibliográfico referendado pelo NDE, bem como as demandas anteriores que não foram atendidas e as estatísticas de uso da biblioteca.

Atendendo às solicitações do NDE e após análise do(a) bibliotecário(a) responsável, o processo de aquisição iniciará atendendo as normativas da Instituição para licitação de preços. O critério de número de exemplares atende às exigências mínimas de três títulos para a bibliografia básica, sendo um exemplar para cada grupo de 10 alunos (livro texto); e dois títulos para a bibliografia complementar, sendo um exemplar para cada grupo de 20 alunos, visando dar suporte bibliográfico às disciplinas e também o enriquecimento da coleção. Esses itens são considerados para todas as disciplinas dos períodos básicos e profissionalizantes. As obras de referência são adquiridas constantemente para atualização. Os materiais multimídia e especiais são comprados através das solicitações do NDE.

Em parceira com a coordenação de curso, o(a) bibliotecário(a) realizará pesquisas na Internet para localizar periódicos técnico-científicos dentro das temáticas do curso observando a identificação das Bases de Dados que indexam os títulos (Lilacs, Medline etc. - principalmente para os títulos nacionais) e consulta ao QUALIS da CAPES que informa o estrato de classificação (A1-A4, B1-B5 e C). A política de aquisição de livros e periódicos será respaldada pela vinculação de um percentual de recursos financeiros/orçamentários, estabelecidos anualmente.

5.6.11. *Periódicos Especializados*

O acervo de periódicos especializados disponível na base de dados EBSCO, adquirida pela FACIMPA, contempla a base de dados MEDLINE COMPLETE com mais de 12.300 títulos indexados e atualizados em relação aos últimos 3 anos,distribuídos entre as principais áreas do curso. Encontra-se na Biblioteca formulário com a lista de periódicos com artigos na íntegra que a comunidade acadêmica pode acessar, tanto no ambiente da IES, quantono próprio domicílio, por meio de link disponibilizado na área logada do site institucional.

5.6.12. *Integração e acesso de informações*

Através de intercâmbio direto (INTERNET) com a Biblioteca Virtual de Saúde - BVS da BIREME e Programa de comutação bibliográfica - COMUT, tornou-se possível atender com mais eficiência à demanda por artigos científicos, dissertações e teses. O acesso aos artigos é viabilizado através de um cadastro feito pela Biblioteca, no qual um artigo é solicitado e enviado por e-mail, correio ou fax, cobrando-se apenas um valor de cópia. Através do Catálogo Coletivo Nacional - CCN será possível a localização e aquisição de cópias de artigos de revistas, capítulos de livros, teses e dissertações publicadas no Brasil. A coleção de referência é composta por dicionários linguísticos, dicionários técnicos, enciclopédias, manuais, guias, etc. que estarão disponíveis para consultas no recinto da Biblioteca, sendo vetado empréstimo domiciliar. A Faculdade conta com serviços de xerox/reprografia em suas instalações.

5.6.13. *Informatização*

Para atender seus usuários de modo rápido e eficiente, a Biblioteca apresentar-se completamente informatizada. São informatizados os serviços de empréstimos, renovações, devoluções, reservas, pesquisas bibliográficas locais, pesquisas bibliográficas online, estatísticas, carta de cobrança etc. Todos os serviços do setor de circulação são informatizados (empréstimos, reservas, devoluções, estatísticas, carta de cobrança etc.), pesquisas do acervo local e online e emissão de produtos e carteiras dos usuários. No tocante à rede de informações, a biblioteca conta com uma estação para consultas às bases de dados do acervo; computadores para pesquisas na Internet; um computador para operacionalização do empréstimo; um computador para processamento técnico de livros e Sistema de emissão de carteiras de usuário; um computador para suporte administrativo; uma Impressora a jato de tinta; uma Impressora a laser; um Scanner; e uma impressora térmica Bematech para impressão dos comprovantes da

circulação. No que se refere aos equipamentos de segurança, a biblioteca conta com extintores de incêndio; circuito interno de TV para monitoramento da coleção e sensor para detecção de entrada e saída do material de acervo.

5.7. Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

A FACIMPA não possui seu próprio CEP (Comitê de Ética em Pesquisa). Todos os trabalhos, projetos e eventuais pesquisas que necessitem de aprovação são encaminhados para o CEP do Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC), que faz parte do grupo Afya e está ligado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Está funcionalidade também se aplicará ao curso de Direito para os futuros trabalhos que necessitem de aprovação do CEP. Este comitê desempenha um papel fundamental na regulamentação, análise e supervisão de pesquisas clínicas e experimentais envolvendo seres humanos, seguindo as diretrizes éticas internacionais.

6. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CURSO

O Curso de Direito da FACIMPA estará atento a todas as sinalizações das avaliações, internas e externas, com o intuito de oferecer a formação que almejamos: humana sem deixar de ser técnica, generalista sem informar as particularidades e, regional sem limitar as oportunidades de crescimento. O curso será gerido em três níveis:

a) Coordenação de Curso
b) Núcleo Docente Estruturante (NDE)
c) Colegiado de Curso

Caberá ao NDE e ao Colegiado de Curso acompanhar sistematicamente a execução do PPC, levando em consideração a legislação em vigor, as normatizações emanadas dos órgãos superiores da instituição, as demandas da região de inserção da FACIMPA e os resultados dos processos de avaliação institucional, tanto internos quanto externos, consoante com o estabelecido pelo SINAES.

No que se refere aos processos de autoavaliação institucional, destaca-se que devem abarcar em seu escopo as especificidades do curso. Assim, no âmbito do Curso os processos de autoavaliação, devem, a partir do perfil profissional do egresso, contribuir para a verificação da concretização das políticas, dos objetivos e da estrutura curricular do curso; da implementação das metodologias previstas, da infraestrutura e das tecnologias disponibilizadas; do atendimento

das demandas didático-pedagógicas pelas atividades de tutoria; da conformidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com o previsto no PPC; da relevância e significado da avaliação da aprendizagem; da qualidade do material didático; da adequação dos processos de gestão do curso, etc.

A implantação de políticas e práticas de avaliação institucionais na FACIMPA ocorre de maneira regular ao longo dos anos, sendo que os processos auto avaliativos foram se encorpando e se diversificando, acompanhando a evolução institucional, ao mesmo tempo em que a impulsionaram.

Os processos de autoavaliação voltados ao Curso serão realizados de forma periódica e através de plataforma digital, oportunizando que todos os alunos, docentes, tutores e colaboradores participem. Os resultados serão sistematizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e encaminhados aos segmentos avaliados, para análise e encaminhamento de ações de superação dos desafios identificados, contribuindo para o planejamento do curso, atualização do PPC e da qualificação das práticas pedagógicas e da infraestrutura disponibilizadas.

Os resultados das avaliações externas (Autorização de Funcionamento de Curso, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso, bem como o ENADE) também serão apropriados pela CPA e pelo Curso – a partir da Coordenação de Curso, NDE e Colegiado, envolvendo a participação de docentes, tutores e alunos – e subsidiarão a gestão, contribuindo para o acompanham da execução do PPC, sua atualização e aperfeiçoamento.

A Ouvidoria é um serviço imprescindível nos processos internos de avaliação e que será disponibilizado aos alunos de Direito, como o é a todos os demais cursos; através desse serviço, disponibilizado na forma de atendimento online via portal institucional, toda a comunidade acadêmica manifesta-se a respeito do curso, em quaisquer aspectos. As mensagens colhidas pela Ouvidoria são encaminhadas aos setores específicos para análise e pronta-resposta ao solicitante, sendo as questões pertinentes à estrutura do curso e práticas docentes levadas a conhecimento direto da Direção, Coordenação Acadêmica e das Coordenações de Curso em questão para tomadas de providências;

Caberá ao Curso, conforme e quando solicitado pela CPA, encaminhar relatórios sínteses de apropriação dos resultados avaliativos, acompanhado de propostas de ações de qualificação contínua (os relatórios deverão ser elaborados por polo, quando de sua existência). Esses documentos contribuirão para o acompanhamento da apropriação dos resultados avaliativos pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, e subsidiarão a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional pela CPA.

Considerando a avaliação como a ferramenta principal de organização e implementação curricular, assim como um processo que produz mudanças nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nos modelos institucionais e configurações do sistema educativo, pode-se afirmar que os resultados avaliativos conduzem as diretrizes de mudança que uma instituição de educação superior se propõe a realizar, visando o aperfeiçoamento de seus processos.

Aliado a essa consideração, o Curso de Direito da FACIMPA, uma vez implantado, interpretará a avaliação como um processo dinâmico, constante e progressivo, que norteará a reflexão contínua de sua prática educativa, consubstanciando o potencial qualitativo de suas funções, no âmbito da Pesquisa, Extensão e Ensino. Desse modo, na avaliação interna, destaca-se a autonomia deliberada à CPA, a fim de coordenar os processos internos de avaliação, legitimando seus resultados, o que se torna primordial no cumprimento dos propósitos estabelecidos.

Nessa perspectiva, todas as ações acadêmico-administrativas do Curso de Direito da FACIMPA serão baseadas nos resultados das autoavaliações e das avaliações externas, ENADE, Teste de Progresso e Teste de Proficiência do Grupo AFYA Educacional. A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do mesmo, com apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e processo de autoavaliação periódica do curso.

Nesse contexto, reafirma-se a relevância dos processos avaliativos que permearão o cotidiano do Curso, contribuindo para a execução do PPC, construção do perfil do egresso almejado e consecução da missão institucional, focada na formação de profissionais cidadãos, orientados para o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, N. A.; JUNIO, J. V. S. **Aprendizagem baseada em problemas:** uma nova referência para a Construção do currículo de cursos da área de saúde. Revista Interfaces Saúde, humanas e tecnologia, ano I, v. 1, n. 1, mar. 2013.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (Orgs**.). Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Univille, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023.** Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 10520.** Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 14724.** Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1991.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>.

_____. **Censo Demográfico 2000:** Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>.

_____. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em < https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

_____. **Cidades e Estados do Brasil.** 2023. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>

_____. **Sistema de Contas Nacionais.** <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/2021-np-contas-regionais-do-brasil/>.

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa:** a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BARROWS, H. S.; TAMBLYN, R. M. **Problem-based learning:** an approach to medical education. New York: Springer, 1980.

BLOOM, B. S. et al. **Taxonomy of educational objectives.** New York: David Mckay, 1956. BLOOM, B. S.; HASTINGS, J. T.; MADAUS, G. F. Handbook on formative and summative evaluation of student learning. New York: McGrawHill, 1971.

BOSSIDY, L.; CHARAN, R. **Execução:** a disciplina para atingir resultados. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/LEIS/L8159.htm>.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

_____. **Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996.** Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1799.htm>.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>.

_____. **Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

_____. **Programa Ética e Cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>.

_____. **Portaria nº 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf>.

_____. **Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 9 set. 2016.

_____. **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 9 set. 2016.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Disponível em:

<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/legislacao-e-normas/legislacao-portarias/341-portaria-mec-n-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

_____. **Portaria nº 1134, de 10 de outubro de 2016.** Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017.** Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. **Portaria MEC nº 1387, de 31 de outubro de 2017.** Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1383-2017-10-31.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. **Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80171-anexo-1-portaria-normativa-n-20-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>.

_____. **Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80181-anexo-2-portaria-normativa-n-21-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>.

_____. **Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80191-anexo-3-portaria-normativa-n-22-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>.

_____. **Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização,

reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80201-anexo-4-portaria-normativa-n-23-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2023**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=252621-rces001-23&category_slug=outubro-2023-pdf&Itemid=30192>.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública.** 2001. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo-de-classificacao.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

COSTA, R. R. O.; , MEDEIROS, S. M.; MARTINS, J. C. A.; MENEZES, R. M. P.; ARAÚJO, M. S. **O uso da simulação no contexto da educação e formação em saúde e Direito:** uma reflexão acadêmica . Espac Saude . 2015 ; 16 (1): 59 - 65

DELORS, Jacques. **Os Quatro Pilares da Educação.** 1999. Disponível em: <http://www.ngd.ufsc.br/files/2012/04/mr_4_pilares.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

DO NASCIMENTO, E. R. et al. **Narrativas digitais para uma aprendizagem significativa no Ensino Superior:** qual a percepção dos estudantes? Revista Educação Por Escrito, v. 9, n. 2, p. 235–253, 2018.

DO NASCIMENTO, Ernandes Rodrigues et al. **Metodologias ativas e engajamento docente:** uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores da educação superior. Educação por Escrito, v. 10, n. 1, p. e31560-e31560, 2019.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese em ciências humanas. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEaDO, W. M. A. **Orientação educacional na prática:** princípios, técnicas, instrumentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

GILBOY, M. B.; HEINERICHS, S.; PAZZAGLIA, G. **Enhancing Student Engagement Using the Flipped Classroom.** Journal of Nutrition Education and Behavior. v. 47, n. 1, p. 109- 114, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tocantins.** < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>.

_____. **Brasil.** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>.

_____. Cidades. **Marabá.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/maraba/panorama>.

LÁZARO, Adriana Cristina; SATO, Milena Aparecida Vendramini; TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Metodologias ativas no ensino superior:** o papel do docente no ensino presencial. CIET: EnPED, 2018.

MASETTO, M. T. **Metodologias ativas no ensino superior:** para além da sua aplicação, quando fazem a diferença na formação de profissionais?. Revista e-Curriculum, v. 16, n. 3, p. 650-667, 2018.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002a.

_____. **As competências para ensinar no século XXI:** a formação de professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002b.

_____. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. **Ensinar:** agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REALE, G. **A dialética.** In: Sofistas, Sócrates e Sócraticos Menores. Tradutor Marcelo Perine. 9ª ed. São Paulo: Editora Loyola, p. 143.

SANTOS, Wilton Silva dos. **Organização curricular baseada em competência na educação médica.** Rev. Bras. Educ. Med., Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 86-92, mar. 2011.

SEFTON, A.E.; FROMMER, M. **Problem-based learning.** In: A Pratical Guide for Medical Teachers. Dent JA, London: Harden RM Editors. Churchill Livingstone Elsevier, 2013. p.166.

SOUSA, M. N. C.; CRUZ, C. A.; SANTOS, Z. M. S. A.; CÂNDIDO, A.L. **Conhecimento de discentes sobre metodologia ativa na construção do processo de ensino aprendizagem inovador.** Rev Interdiscip Encontro Cienc . 2018.

SUS. Datasus. **Estatísticas de Saúde.** Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Disponível em <www.datasus.gov.br>

WOOD, D. F. **Problem-based learning:** ABC of learning and teaching in medicine. British Medical Journal. 0959-8146, v. 326 i.7384, p. 328-330, 2003.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZABALA, A. **A prática educativa.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.311, de 25 de outubro de 1884.** Cria os cursos de Direito nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 1884.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Sistema de Informações de Saúde Bucal – SIA/SUS. Disponível em: [http://www.saude.gov.br/sistema-de-informacoes]. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades@ - Marabá. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama]. Acesso em: 15 out. 2024.

OMS – **Organização Mundial da Saúde.** Relatório mundial de saúde bucal. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: [https://www.who.int/publications/i/item/9789240000421]. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Faculdade de Direito.** História da FO/UFPA. Disponível em: [http://www.ufpa.br/faculdadeDireito/historia]. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Justiça em números 2024*. Brasília: CNJ, 2024a. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/publicacoes/relatorios-anuais/justica-em-numeros/. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Relatório de Metas Nacionais 2023*. Brasília: CNJ, 2024b. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/painel-de-metadados/. Acesso em: 13 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Relatório OAB Data: Advocacia nos Estados*. Brasília: OAB, 2023. Disponível em: https://www.oab.org.br. Acesso em: 13 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades: Marabá (PA)*. Brasília: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama. Acesso em: 13 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9059-produto-interno-bruto-dos-municipios.html. Acesso em: 13 jun. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA. *Marabá é elevada à 3ª entrância*. Belém: TJPA, 2025. Disponível em: https://www.tjpa.jus.br. Acesso em: 13 jun. 2025.